



TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Relatório

Um ano de gestão

Abril /2020 a abril/2021



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

DESEMBARGADOR LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA
Presidente

DESEMBARGADOR JAIME FERREIRA DE ARAUJO
Vice - Presidente

DESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
Corregedor - Geral da Justiça





DESEMBARGADORES

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Des. Antonio Guerreiro Júnior
Des. Cleones Carvalho Cunha
Des^a. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa
Des^a. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Marcelo Carvalho Silva
Des^a. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
Des. José Luiz Oliveira de Almeida
Des. Vicente de Paula Gomes de Castro
Des. Kleber Costa Carvalho
Des. Raimundo José Barros de Sousa
Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Des. Marcelino Chaves Everton
Des^a. Ângela Maria Moraes Salazar
Des. João Santana Sousa
Des. José de Ribamar Castro
Des. Tyrone José Silva
Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho
Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos
Des. Josemar Lopes Santos
Des. José Gonçalo de Sousa Filho
Des. Antonio José Vieira Filho
Desa. Maria Francisca Gualberto de Galiza



A P R E S E N T A Ç Ã O

O presente relatório tem por desígnio positivar as principais realizações do **Tribunal de Justiça do Maranhão** no decorrer do primeiro ano de gestão (abril de 2020 a abril de 2021).

No período, foram priorizadas as ações cujos efeitos contribuíram, efetivamente, para a modernização do Poder Judiciário, com reflexos diretos no aperfeiçoamento da Justiça em suas instâncias institucionais.

No escopo da prestação jurisdicional, houve um redobrado esforço com a finalidade precípua de conferir celeridade no ao desenvolvimento e cumprimento das atribuições constitucionais pelo Poder Judiciário do Maranhão.

DESEMBARGADOR LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO



S U M Á R I O

DIRETORIA ADMINISTRATIVA	10
DIRETORIA AUDITORIA INTERNA	44
DIRETORIA ENGENHARIA	49
DIRETORIA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	63
DIRETORIA FERJ	72
DIRETORIA FINANCEIRA	81
DIRETORIA GERAL	103
DIRETORIA JUDICIARIA	105
DIRETORIA DE RH	108
DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E GABINETE MILITAR	137
ESMAM	143
NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO	146
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	153
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E ARQUIVO	156
COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	159
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO	169
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	182
GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA	199
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	202
NÚCLEO DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	206
CERIMONIAL	238
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE	243
COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	246
COMUNICAÇÃO	252

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

A Diretoria Administrativa é constituída pelas seguintes Coordenadorias e Divisões: Coordenadoria de Material e Patrimônio, que possui as Divisões de Administração de Materiais e de Administração Patrimonial; Coordenadoria de Apoio Administrativo, que possui as Divisões de Protocolo Administrativo, Divisão de Serviços Gerais e Divisão de Transportes; e Coordenadoria de Licitações e Contratos, que possui a Divisão de Contratos e Convênios.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DATA	REFERÊNCIA	RESPONSÁVEIS
15/07/2020	MEMO - ACP 92/2020	Wherbeth (Coordenador) e Joanne (Chefe divisão)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório tem por finalidade apresentar as licitações, contratos, dispensas, atas de registro de preços e outros expedientes que foram produzidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos e na Divisão de Contratos e Convênios no período de 24/04/2020 à 30/12/2020, conforme solicitação da Assessoria de Comunicação da Presidência.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Pregões Eletrônicos processados	94
Pregões Eletrônicos homologados	67
Concorrências	2
Atas de Registro de Preços elaboradas	108
Relatórios ao TCE-MA (SACOP)	94

VALORES ADJUDICADOS X VALORES ESTIMADOS	ESTIMADO	ADJUDICADO	=
Pregão Eletrônico	R\$ 45.997.732,28	R\$ 29.087.676,73	R\$ 16.910.055,55
Concorrência	R\$ 800.897,13	R\$ 597.531,59	R\$ 203.365,54
TOTAL	R\$ 46.798.629,41	R\$ 29.685.208,32	R\$ 17.113.421,09

DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ATIVIDADE REALIZADA	QUANTIDADE
Contratações oriundas de pregões ou de adesão a atas de registro de preços	110
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Pregão	37
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Dispensa	14
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Inexigibilidade	43
Contratações oriundas de dispensa de licitação	20
Contratações oriundas de inexigibilidade	11
Termos Aditivos a contratos vigentes e outros termos administrativos	123
Cessão de uso, termo de Cooperação técnica e convênios	27
Termos de Apostilamento	44

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

• Projeto 2020

A) Reforma Estrutural da Unidade Administrativa V (Alemanha)

As Atividades da reforma foram retomadas, e, nesse momento, entrando na segunda fase, conforme Processo Aditivo nº 36.447/2020.

B) Desenvolvimento do novo sistema gerenciamento de material

Desenvolvimento do novo sistema **MATERIALES** que substituirá o **E-mat**, este deverá suportar as operações da Coordenadoria de Material e Patrimônio, atendendo às necessidades da Divisão de Administração de Material e da Divisão de Administração Patrimonial. Este novo sistema terá todas as ferramentas do sistema anterior atualizadas, além da integração ao Sistema **SIGEF**.

Informamos que o módulo patrimonial está concluso e, nesse momento, está sendo trabalhado o módulo do Material. Após a conclusão será realizado a integração ao **SIGEF**, previsão para o primeiro semestre de 2021.

C) Novos processos da unidade

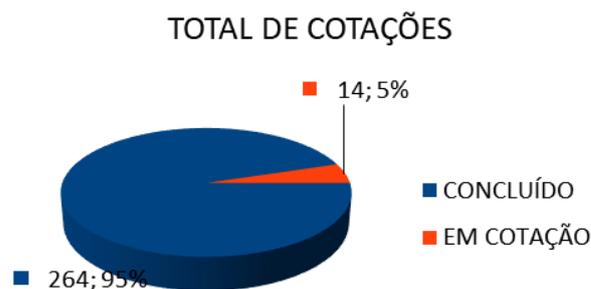
Abertura do processo de aquisição de camisas para eventos para 2021, com o fim de atender as demandas do Poder Judiciário, bem como a conclusão de atas e contratos do processo para aquisição de material gráfico destinado às demandas de 2021.

PROCESSOS DE COTAÇÃO CONCLUÍDOS E EM TRAMITAÇÃO NO PERÍODO 2020

Quantitativo de processo tramitados na Coordenadoria de Material e Patrimônio para pesquisa de preços, totalizando 279 processos.

Quantitativo de processos realizados dentro período estabelecido para a pesquisa de preços.

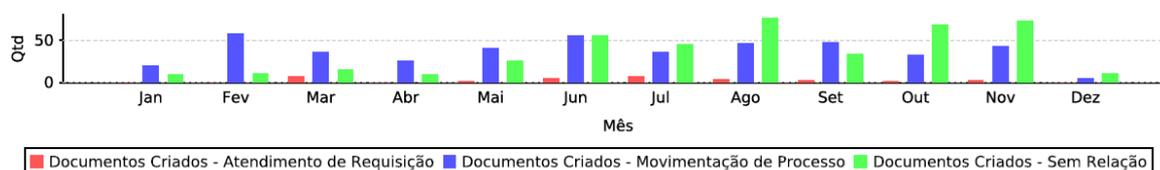
Quantitativo de processos tramitados por cada um dos pesquisadores de preço.



Informações de quantitativos de processos tramitados na Coordenadoria de Material e Patrimônio

Setor: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO; Ano: 2020;

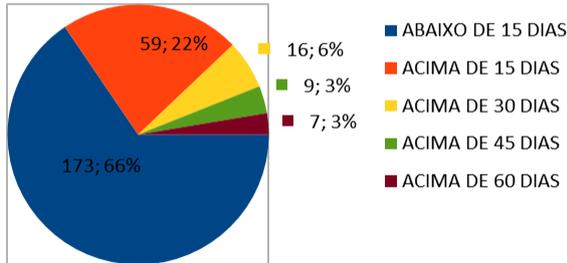
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Documentos Criados - Atendimento de Requisição	0	0	7	0	1	5	7	4	2	1	2	0
Documentos Criados - Movimentação de Processo	20	58	36	26	40	55	36	46	47	32	43	5
Documentos Criados - Sem Relação	9	10	15	9	25	55	45	76	34	68	73	11
Total	29	68	58	35	66	115	88	126	83	101	118	16



* Processos de Estimativa de preços.

* Processos para detalhamento de empenho e registro de nota fiscal por termos de recebimento das unidades da Coordenadoria e requisições de solicitações diversas.

Cumprimento da meta nos processos concluídos



EXECUÇÃO DO CONTRATOS:

PERÍODO: 24/ABRIL A 30/NOVEMBRO DE 2020

1. SOLICITAÇÕES DE CARIMBOS

71 (setenta e uma) requisições atendidas/em atendimento – total de 383 (trezentos e oitenta e três) carimbos/refis/resinas.

2. SOLICITAÇÕES DE CAMISAS

07 (sete) solicitações atendidas – total de 2.565 (duas mil quinhentos e sessenta e cinco) camisas.

3. SOLICITAÇÕES DE PLACAS

27 (vinte e sete) requisições atendidas/em atendimento – total de 133 (cento e trinta e três) placas de diversos tamanhos e modelos.

4. SOLICITAÇÕES DE SERVIÇO DE CHAVEIRO

16 (dezesseis) requisições atendidas/em atendimento - total – 115 (cento e quinze) cópias de chaves/abertura de portas/ chaves na peça/ troca de segredo).

5. SOLICITAÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO

23 (vinte e três) requisições atendidas/em atendimento.

TOTAL

Banner – 47 (quarenta e sete)

Cartazes – 1.600 (mil e seiscentos)

Flyers – 2.000 (dois mil)

Folders – 600 (seiscentos)

Outdoors – 32 (trinta e dois)

Recuperação de outdoors – 05 (cinco)

Painel (faixa) – 9 (nove)

Certificados – 447 (quatrocentos e quarenta e sete)

Pastas – 2.000 (duas mil)

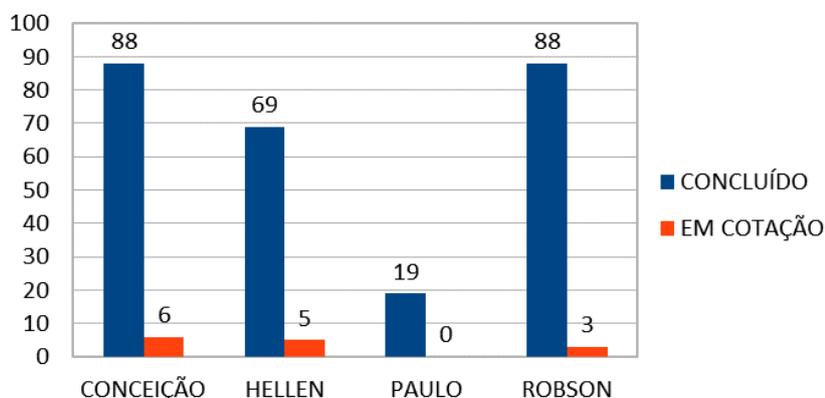
6. TAPETES

197 (cento e noventa e sete) tapetes atendidos.

7. PERSIANAS

62 (sessenta e duas) persianas instaladas.

STATUS DE COTAÇÕES POR PESQUISADOR



Contratos sob a fiscalização da coordenadoria de material e patrimônio vigência 2020/2021

1	FORNECEDOR: E.G.ARAÚJO EIRELI -ME (CNPJ N° 25.252.251/0001-94)
	OBJETO: LOTE 2 – BANNER'S, PAINÉIS, CARTAZES, OUTDOOR E FLYER // LOTE 6 – BRINDES
	PROCESSO 56.035/2018
2	FORNECEDOR: ERIC GUIMARAES ARAUJO – ME JO EIRELI -ME (CNPJ N° 17.668.873/0001-70)
	OBJETO: LOTE 2 – BANNER'S, PAINÉIS, CARTAZES, OUTDOOR E FLYER / LOTE 5 – BRINDES
	PROCESSO 19501/200 EM FASE DE CONCLUSÃO DE ATA E CONTRATO
3	FORNECEDOR:NOVA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP - NOVAGRAF (CNPJ N°86.863.412/20001-70)
	OBJETO: LOTE 1 –ADESIVOS E ETIQUETAS / LOTE 3 – JORNAIS, LIVROS E LIVRETOS/ LOTE 4 – GRÁFICO DIVERSOS
	PROCESSO 19501/200 EM FASE DE CONCLUSÃO DE ATA E CONTRATO
4	FORNECEDOR: FABRIL GRÁFICA E MALHARIA (CNPJ N° 26.289.993/0001-57)
	OBJETO: LOTE 5 – IMPRESSOS VARIADOS
	PROCESSO 56.035/2018
5	FORNECEDOR: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. (CNPJ N° 07.797.967/0001-95)
	OBJETO: Assinatura da ferramenta Banco de Preços
	PROCESSO 27988/2020
6	FORNECEDOR: ESTILO OFFICE MÓVEIS LTDA, CNPJ N° 19.095.098/0001-36
	OBJETO: Persinas
	PROCESSO 8383/2020
	OBSERVAÇÕES: ADESÃO À ARP N° 01/2020 DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (CAMPUS ABREU E LIMA), VINCULADO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
7	FORNECEDOR: EDER TADEU GOZZO - ME (CNPJ: 10.535.534/0001-76)
	OBJETO: Personalizados em acrílico
	PROCESSO 22549/2019
8	FORNECEDOR: ART PLACAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. (CNPJ N° 08.636.629/0001-34)
	OBJETO: Tapetes personalizados
	PROCESSO 22549/2019
9	FORNECEDOR: HELLO PRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. (CNPJ N°25.136.176/0001-04)
	OBJETO: Placas de segurança
	PROCESSO 22549/2019
10	FORNECEDOR: RAIMUNDO SAMPAIO SERVIÇOS – ME (CNPJ N° 05.388.788/0001-79)
	OBJETO: Placas
	PROCESSO 22549/2019
11	FORNECEDOR: JUCIENE S. BRITO – ME (CNPJ N° 07.628.428/0001-22)
	OBJETO: Cópia de chave
	PROCESSO 53233/2019
12	FORNECEDOR: CATARINA FERREIRA DE SOUSA (CNPJ N° 04.931.991/0001-87)
	OBJETO: Carimbos
	PROCESSO 53233/2019

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

Durante o período de 24 de abril até 04 de dezembro de 2020 foram atendidas 3184 requisições, mesmo com as medidas restritivas por conta do COVID-19. Houve redução de, aproximadamente, 28,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O quantitativo representou uma média de aproximadamente 18,4 pedidos atendidos por dia útil, com um percentual médio de 90% dos itens atendidos na integralidade por requisição, sendo um acréscimo de desempenho de 1% comparado ao mesmo período de 2019.

SELO VERDE E REDUÇÃO DO CONSUMO DE PAPEL A4

Em outubro de 2019, foi referendada a RESOL-GP-632019, que trata da criação da certificação do selo verde, visando estimular a racionalização do consumo e a redução da emissão de resíduos sólidos no meio ambiente.

A implantação da certificação ocorreu em 22/01/2020, após a publicação da PORTARIA-GP-752020, com a escolha do item papel A4 como objeto de racionalização, onde ficou definido que cada unidade jurisdicional e administrativa deve reduzir em pelo menos 20% o seu consumo em relação ao ano de 2019.

Comparando-se o mesmo intervalo do ano anterior, encontrou-se uma redução de, aproximadamente, 60,5%, com a quantidade de resmas atendidas no ano de 2019 diminuindo de 40.136 para 15.926, representando em reais, com valores atualizados, o valor de R\$ 360.729,00 de redução.

Após avaliação preliminar de três trimestres de 2020 (janeiro a setembro), demonstrou-se um consumo total de 23.779 resmas das 42.601 previstas para o ano de 2020, que representam o percentual de 44% do total estimado como meta para o ano de 2020, situação que deixaria o resultado total classificado como BOM.

A classificação mencionada acima foi feita comparando seus percentuais de consumo com a tabela abaixo:

Classificação das unidades

INTERVALOS	SITUAÇÃO
0 - 75%	Bom
76% - 80%	Regular
81% - 95%	Crítico
96% - 100%	Ruim
>100%	Não Certificado

Seguindo esse critério, obtemos o gráfico a seguir que aponta que no primeiro trimestre 88,28% das 461 unidades habilitadas estavam em situação Boa ou Regular:

PROJETO DE LOGÍSTICA TOTAL

Buscando melhorar a qualidade de atendimento de materiais de consumo às unidades jurisdicionais e administrativas das comarcas do interior do estado do Maranhão, bem como visando reduzir os altos custos com remessas de itens pelos Correios, foi implantado em janeiro de 2020 o projeto de Logística Total.

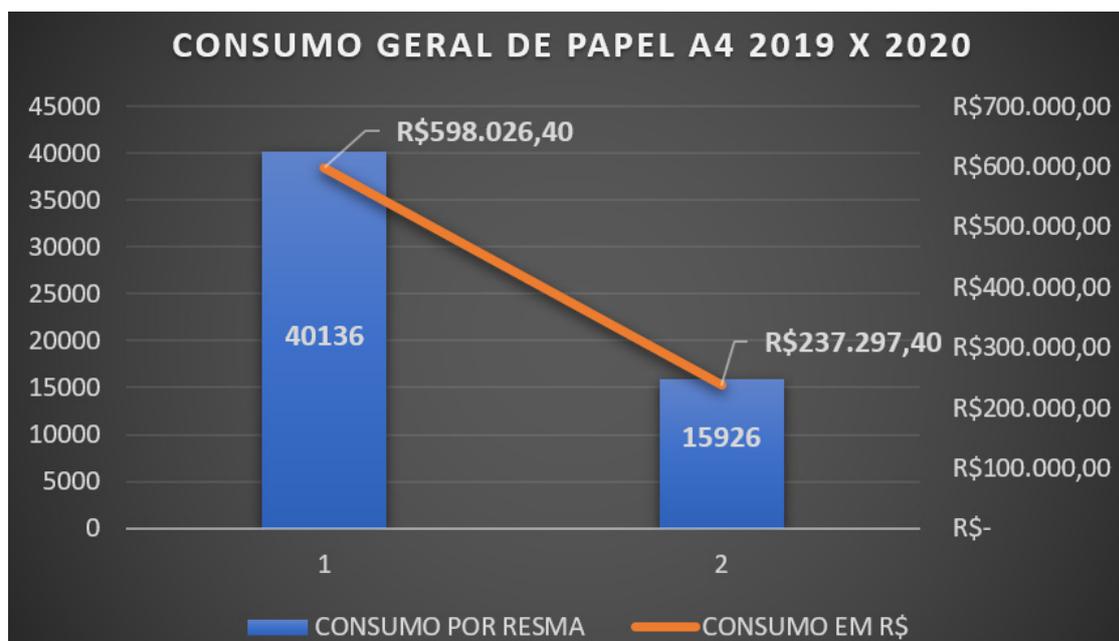
A referida ação, além da redução de custos,

visa minimizar as dificuldades encontradas, corriqueiramente, pelas comarcas ao utilizar os serviços de postagem, quais sejam: extravio de itens, avaria de volumes, atraso nas entregas, ausência de funcionários para entregar as mercadorias nos fóruns, limitação de volumes (tamanho e peso), entre outros.

O projeto consiste na programação de entregas dos materiais de consumo, através da utilização dos veículos próprios do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a ampliação do atendimento de 05 para 09 rotas de entrega no interior do estado, com o recebimento de pelo menos 4 entregas anuais por comarca.

Até 04 de dezembro do corrente ano, foram realizadas 45 rotas inteligentes de entrega de material de consumo e 2 rotas extras para entrega de material de combate ao COVID-19, totalizando 15.222 volumes entregues.

Com a implantação do projeto de Logística Total, verificou-se que a economia líquida acumulada com as rotas inteligentes neste intervalo foi de pelo menos R\$ 262.228,84, confirmando a viabilidade da manutenção da atividade.



* período de medição: 24 de ABRIL a 04 de DEZEMBRO de cada ano

ECONOMIA COM AS ROTAS ATÉ 04/12/2020

	QUANTIDADE DE CAIXAS DE PAPEL A4	VALOR PADRÃO DOS CORREIOS POR CAIXA DE PAPEL	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	1856	R\$87,04	R\$161.546,24
TOTAL DE VOLUMES			R\$161.546,24

	QUANTIDADE DE CAIXAS COMUNS	VALOR ESTIMADO DOS CORREIOS POR VOLUME	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	13366	R\$31,10	R\$415.682,60
TOTAL DE VOLUMES			R\$415.682,60

	VALOR MÉDIO POR VIAGEM	QUANTIDADE DE VIAGENS	DIFERENÇA ENTRE CUSTOS E ECONOMIA
COMBUSTÍVEL	R\$2.440,00	45	R\$109.800,00
MANUTENÇÃO	R\$2.500,00		R\$112.500,00
DIÁRIAS - MOTORISTA	R\$880,00		R\$39.600,00
DIÁRIAS - TERCEIRIZADOS	R\$1.180,00		R\$53.100,00
TOTAL DOS CUSTOS	R\$7.000,00		R\$315.000,00
ECONOMIA COM OS CORREIOS EM TODAS AS VIAGENS			R\$577.228,84
ECONOMIA LÍQUIDA COM TODAS AS VIAGENS			R\$262.228,84

Há de se ressaltar, também, que já há como mensurar a economia com as postagens dos correios no ano de 2020, com a comparação das faturas de janeiro a outubro de 2019 e 2020. No ano passado, gastou-se R\$ 220.754,33 só com postagens da Divisão de Administração de Material e, no ano atual, o valor despendido foi de R\$ 22.430,72 com uma queda de, aproximadamente, 90%. Cumpre frisar que os Correios ainda são utilizados para o envio de pedidos excepcionais e foram demandados ainda com uma frequência em decorrência dos ajustes feitos.

ANO	TOTAL EM R\$
2019	R\$ 220.754,33
2020	R\$ 22.430,72
DIFERENÇA ENTRE 2019 X 2020	R\$ 198.323,61

COMBATE AO COVID-19

Durante o período de 24/04 até 10/07/2020 foram fornecidas a todas as unidades jurisdicionais e administrativas itens efetivamente eficazes na prevenção e combate ao COVID-19. Foram distribuídas máscaras de tecido, em quantidade de duas por servidor; itens para higienização e sanitização de superfícies como: água sanitária (12.556 litros), desinfetante (13.467 litros) e limpador multiuso (6.732 litros); e materiais para higienização das mãos, foram entregues: álcool em gel 70° (12.247 litros), álcool líquido (8.272 litros), detergente (8.604 litros), sabonete líquido (4.340 litros) e dispensers para álcool em gel (1.454 unidades).

7. ELABORAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE GESTÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO:

Em 21/11/2019, o processo nº 49177/2020, iniciou o cronograma de elaboração de um novo

sistema de gerenciamento de materiais de consumo, o Materiales, que substituirá o EMAT.

O novo sistema tem previsão de implantação em produção no mês de fevereiro de 2021 e contará com o aperfeiçoamento de ferramentas e inclusão de novas funcionalidades, viabilizando dados e informações para um melhor gerenciamento dos materiais de consumo do Tribunal de Justiça do Maranhão, proporcionando maior agilidade para a tomada de decisão dos gestores.

ESTRUTURA FÍSICA

O setor conta 07 (sete) galpões para armazenamento de material, contudo, apenas um apresenta condições regulares de uso, com estrutura de prateleiras para acondicionamento dos materiais e climatização, além de comportar todos os servidores e terceirizados lotados na Divisão.

Os demais galpões apresentam estrutura física precária, com problemas estruturais como falta de revestimento, incidência de goteiras, calor excessivo, piso irregular, portões avariados, ausência de iluminação e a presença de pragas (principalmente cupins).

Apesar da implantação do sistema de monitoramento, o mesmo ainda não contempla toda a necessidade do setor. Há pontos que permanecem sem monitoramento, principalmente a área de carga e descarga de veículos no galpão de água mineral e os corredores das estantes do galpão climatizado.

O monitoramento é extremamente necessário, em razão de existir no setor uma grande movimentação diária de materiais, bem como um montante expressivo de mercadorias armazenadas, que exigem ferramentas mais seguras de controle e acompanhamento das atividades desempenhadas e da movimentação de pessoas nas dependências internas e externas.

Tal ação visa inibir a existência de possíveis sinistros, evitar condutas incompatíveis com o ambiente de trabalho e possibilitar a revisão do

que foi feito durante o expediente, para dirimir dúvidas quanto as entradas e saídas de materiais.

Encontra-se em andamento a reforma da Unidade Administrativa V, contudo, as instalações da Divisão de Administração de Material ainda não foram contempladas.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

A principal atividade da Divisão de Administração Patrimonial (DAP) é a aquisição, distribuição e controle de bens permanentes.

Baseado neste conjunto de atribuições, foram estabelecidas três metas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização a esta Divisão. A Meta 1 trata-se de garantir a entrega de 90% dos pedidos de itens prioritários de materiais permanentes requisitados no período de apuração. A Meta 2 trata-se do atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades do interior no prazo de 30 (trinta) dias úteis. E, a Meta 3, refere-se ao atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades da ilha de São Luís no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

DO ATENDIMENTO AS REQUISIÇÕES

As requisições são realizadas via sistema EMAT. A primeira etapa consiste no recebimento do pedido, na análise da viabilidade de atendimento e na edição do Termo de Transferência e Responsabilidade (TTR). Cada TTR recebe um número de controle. Outrossim, as informações contidas no TTR são utilizadas para efeito de consolidação do pedido realizado e da apuração das metas supramencionadas.

Após o tratamento das requisições, passa-se para a etapa de identificação e separação do material, isto é, o item solicitado é devidamente identificado, observando-se alguns caracteres principais que o individualizam (tombo, série, dimensões, capacidade etc.) e que represente com fidelidade as informações contidas no TTR.

O total de atendimentos e entregas realizadas

de abril a novembro de 2020 foi de 1.366 (mil e trezentos e sessenta e seis).

Foram programadas 18 (dezoito) viagens com transporte próprio para entregas no interior do Estado no ano de 2020, conforme cronograma enviado através da CIRC-DAP-12020 e, mesmo com a pandemia, todas foram realizadas sem intercorrências.

Por outro lado, foram realizadas 528 (quinhentos

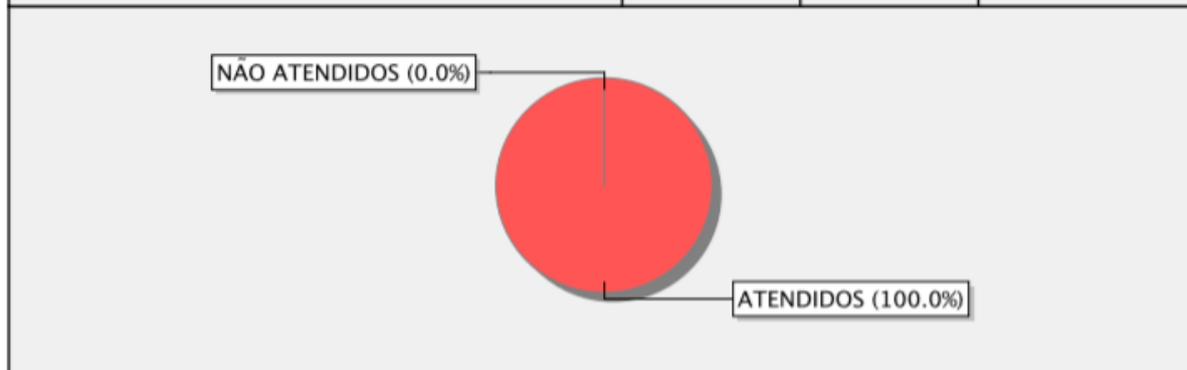
e vinte oito) entregas de equipamentos de informática pelos correios de abril a novembro deste ano.

Em relação as metas estabelecidas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, temos como metas:

Meta 01 – Garantir a entrega de 90% dos pedidos de itens prioritários de materiais permanentes requisitados no período de apuração.

RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO DOS ITENS PRIORITÁRIOS	
Polo: TODOS	
Período do Relatório: 24/04/2020 a 30/11/2020	

LISTA DE ITENS			
Material	Solicitados	Atendidos	Não atendidos e não justificados
AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS	5	5	0
AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS	5	5	0
AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS	8	8	0
ARMÁRIO ALTO EM MDF (160x90x50cm) C/ 02 PORTAS E CHAVE	21	21	0
BEBEDOURO DE GARRAFÃO	63	63	0
CADEIRA SECRETÁRIA, GIRATÓRIA, C/ BRAÇOS	162	162	0
CARRINHO P/ TRANSPORTE DE PROCESSOS	26	26	0
MESA RETANGULAR EM MDF (1,20 M)	24	14	0
REFRIGERADOR	15	16	0
Totais	329	320	0



Fonte: EMAT

Verifica-se nos dados da tabela anterior que em relação a Meta 01, esta Divisão tem cumprido com êxito a presente meta, atingindo o atendimento de 100% (cem por cento) dos itens prioritários requisitados, índice acima do desejado (90%).

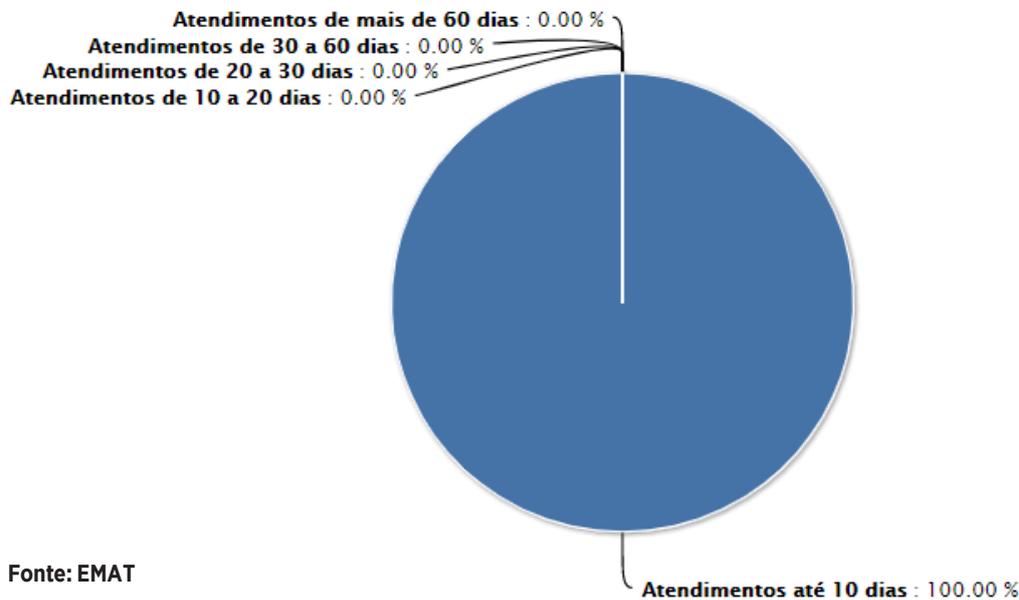
Meta 02 - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente

das unidades do interior no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Como pode ser observado no gráfico acima, esta Divisão tem superado a meta estabelecida, haja vista que 100% (cem por cento) dos atendimentos das Comarcas do interior do estado foram realizados em até 10 (dez) dias úteis.

RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA

Período de 24/04/2020 a 30/11/2020



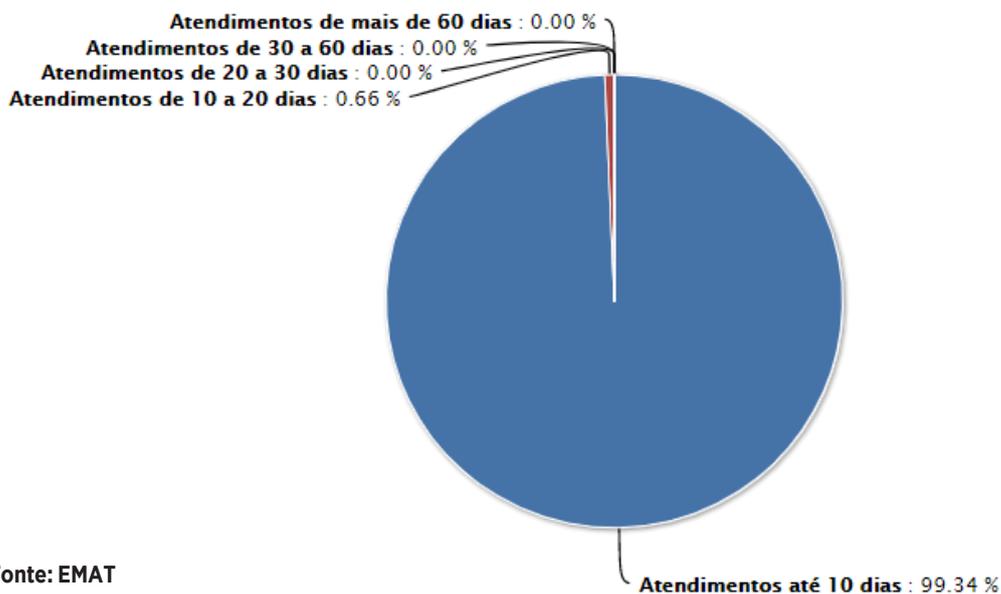
Meta 03 - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades da ilha de São Luís no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Verifica-se no gráfico a seguir, da mesma forma que os atendimentos das Comarcas situadas no

Interior do Estado, esta Divisão também tem cumprido com êxito a meta estabelecida para atendimentos nas unidades da Justiça de 1º e 2º Grau situadas em São Luís e Região Metropolitana. De 24/04 a 30/11/2020, 99,34% dos atendimentos foram realizados em até 10 (dez) dias úteis.

RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA

Período de 24/04/2020 a 30/11/2020



DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Nesta gestão foram elencadas as prioridades de atendimento, tais como: reformas e inaugurações de comarcas e unidades administrativas; pedidos pendentes de atendimento; requalificação e reaparelhamento das unidades, sobretudo aquelas com quadro de obsolescência de material ou insuficiente para atender a demanda normal dos serviços prestados.

Esta gestão deixa vigente mais de 15 (quinze) Atas de Registro de Preço de materiais permanentes com saldos para suprir as demandas supramencionadas até julho, bem como dispõe de novos processos licitatórios em trâmite objetivando adquirir novos bens, tais como, tvs, bebedouros e quadros.

CADASTRO DE BENS PATRIMONIAIS IMÓVEIS

Como é cediço, esta Divisão promoveu, e vem promovendo, melhorias no cadastro de bens patrimoniais imóveis deste Tribunal de Justiça solicitando de todas as unidades administrativas e judiciais o envio de toda documentação relativa ao imóvel onde se encontra instalado o fórum da

comarca ou a unidade judicial ou administrativa, tais como: lei municipal de doação, escritura pública, registros e certidões da serventia extrajudicial.

Dando continuidade a esse trabalho, à vista dos 130 (cento e trinta) processos relativos a bens imóveis das Comarcas do interior do Estado e 20 (vinte) processos relativos a bens imóveis da Capital, até a presente data, tem-se que 85 (oitenta e cinco) imóveis do interior do estado e 5 (cinco) imóveis da capital estão com suas documentações regulares, isto é, foram efetivamente incorporados ao patrimônio do TJMA, sendo que destes, 08 (oito) foram regularizados no período de abril a novembro deste ano, totalizando 16 (dezesesseis) regularizados durante o ano. Por fim, no que pertine a bens imóveis, cabe informar que os demais processos estão todos devidamente diligenciados aos setores e/ou órgãos competentes a fim de se buscar a regularização dos imóveis restantes.

DOAÇÃO DE BENS REAPROVEITÁVEIS

Na gestão do Presidente Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, durante o período de abril a novembro

de 2020, 21 (vinte e uma) instituições ou entidades sem fins lucrativos foram beneficiadas com doações de bens reaproveitáveis e mais de 361 (trezentos e sessenta e um) bens foram distribuídos entre

estas entidades. Segue abaixo a relação com as instituições beneficiadas, bem como os números dos processos no Digidoc que originaram tais doações:

NOME	Nº PROCESSO DIGIDOC	BENS DOADOS
Centro Comunitário Cultural e Eclesial da Vila Passos	2796/2020	Mesa (4) Cadeira (4) Fogão (2) Armário (2) Computador completo (5) Estabilizador (5) Impressora (3)
Instituto das Mulheres, Esporte e Lazer do Pontal da Ilha	2705/2020	Ar condicionado (2) Armário (2) Computador completo (2) Estabilizador (2) Fogão (1) Bebedouro (1)
PM - Batalhão Tiradentes	2704/2020	Computador completo (5) Impressora (5) Estabilizador (5)
Unidade Mista Itaqui-Bacanga	5675/2020	Mesa (2) Cadeira (4) Armário (1) Geladeira (1) Fogão (1) Longarina (1) Computador completo (2) Impressora (2)
Unidade Mista do Coroadinho	4897/2020	Mesa (3) Cadeira (6) Estante (2) Geladeira (1) Fogão (1) Longarina (2) Computador completo (2) Impressora (2)
PM - Comando de Policiamento Área Metropolitana	3393/2020	Mesa (3) Cadeira (3) Armário (1) Computador completo (3) Impressora (2)
Clube de Mães Unidas pelo Bem Social	11.705/2020	Mesa (2) Cadeira (4) Armário (1) Bebedouro (1) Computador completo (2) Impressora (2)
Centro Cultural Sonho de Criança	9990/2020	Mesa (2) Cadeira (4) Armário (1) Bebedouro (1) Fogão (1) Ar condicionado (3) Computador completo (2) Impressora (2)
Fundação Ecológica Lagoa do Bacuri	11.704/2020	Mesa (2) Cadeira (4) Armário (1) Bebedouro (1) Computador completo (2) Impressora (2)
Instituto de Cultura e Preservação da Ilha de São Luís	24.974/2020	Mesa(3) Cadeira (5) Armário/estante (4) Computador completo (2) Bebedouro (2) Impressora (2) Longarina (2) Ar condicionado(3)
Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC	34.651/2020	Armário (10)
PM - Comando de Policiamento da Área do Interior - 8	31.421/2020	Computador completo (5) Impressora(5) Armário (3) Mesa (3) Longarina (2) Cadeira (4)
Igreja Batista Esperança de Israel	30.218/2020	Computador completo (7) Longarina (4) Bebedouro (2) Mesa (2) Ar condicionado (2) Armário (2) Quadro branco (4) Cadeira (3)
Centro Educa Mais Desembargador Sarney	30.826/2020	Computador completo (20)
Universidade Federal do Maranhão - Departamento de Biologia	28.928/2020	Cuba horizontal pequena (1) Cuba horizontal média (1) Cuba horizontal grande (1) Fonte pequena para eletroforese (1) Fonte média para eletroforese (1) Forno de micro-ondas (1) Transiluminador com uv (1) Banho maria bm02 (1)
Centro Educa Mais Salustiano Trindade	32.170/2020	Computador completo (20)
Hospital Municipal Djalma Marques	14.020/2020	Computador completo (40)

Unidade de Saúde 24h Zona Rural	25.149/2020	Mesa(3) Cadeira (5) Armário/estante (4) Computador completo (2) Bebedouro (1) Impressora (2) Longarina (2) Ar condicionado (2)
Universidade Federal do Maranhão – Departamento de Odontologia	25.933/2020	Aparelho de radiografia intra-bucal (1) Microscópio odontológico cirúrgico (1)
Conselho Carcerário da Fiscalização Penal e Provimento Carcerário de Imperatriz	2.744/2020	Ar condicionado (5) Computador completo (4) Mesa (3)
Associação Comunitária Loteamento Presidente Vargas	34.374/2020	Computador completo (4) Impressora (4) Sofá (2) Quadro branco (2) Mesa (3) Cadeira (6) Estante (2) Geladeira (1) Ar condicionado (2)

TOTAL DE BENS DOADOS

Computadores	129
Estantes	6
Impressoras	33
Longarinas	13
Geladeiras	3
Mesas	35
Cadeiras	50
Armários	28
Bebedouros	9
Ar condicionados	19
Fogões	6
Quadros brancos	6
Nobreak/estabilizador	12
Sofás	2
Aparelho de radiografia intra-bucal	1
Microscópio odontológico cirúrgico	1
Cuba horizontal pequena	1
Cuba horizontal média	1
Cuba horizontal grande	1
Fonte pequena para eletroforese	1
Fonte média para eletroforese	1
Forno de micro-ondas fm01	1
Transiluminador com uv	1
Banho maria bm02	1
TOTAL	361

COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

A Coordenação de Apoio Administrativo é responsável por fiscalizar serviços de extrema relevância junto ao Poder Judiciário Maranhense e todas as unidades jurisdicionais e administrativas que o compõem.

Assim, na qualidade de fiscal do contrato de prestação de serviços de limpeza nas unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e, considerando a Resolução CNJ nº 213/2020 e Portaria Conjunta 11/2020, a Coordenação, em razão da pandemia de COVID-19, realizou diversas ações seguindo as orientações e recomendações dos órgãos e secretarias governamentais, bem como da OMS (Organização Mundial de Saúde), no sentido de prevenção ao contágio, conforme listado abaixo:

Foram feitas sanitizações em todo o prédio do Tribunal de Justiça, conforme demonstrado em fotos anexas, assim como seguem sendo feitas periodicamente nas áreas comuns dos prédios e também nos setores que solicitam.

Registre-se que a Coordenação não dispõe de empresa contratada para o serviço específico de “**sanitização**”. No entanto, foram adquiridos através de cartão corporativo, alguns pulverizadores de pressão que facilitam a sanitização dos ambientes. O produto químico sanitizante utilizado nesses pulverizadores é a diluição de água sanitária, nas proporções recomendadas pelo Conselho Nacional de Química.

Dessa forma, realiza-se a “sanitização” com os produtos fornecidos rotineiramente pelo Tribunal de Justiça, quais sejam: álcool, sabão, água sanitária, desinfetante, etc.

Foi também solicitado à Empresa Gestor Serviços a adoção de protocolo de limpeza específico para o período, aumentando a frequência de limpeza e desinfecção dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, balcões, etc, assim como reforçar a utilização de EPI’s em todas as unidades

administrativas e judiciais deste Tribunal.

Por solicitação da Coordenação de Apoio, foi realizado treinamento específico em que os encarregados de serviços gerais foram orientados nos seguintes aspectos:

1. Possíveis fontes de infecção, vias de transmissão e grupos com maior risco de complicações decorrente do coronavírus.

2. Dicas e etiquetas de como cumprimentar as pessoas, como usar a máscara corretamente, luvas e demais EPIs de prevenção, frequência e higienização correta das mãos, uso de produtos adequados para higienização.

3. Diluição correta de água sanitária para sanitização.

4. Fiscalização/higienização frequente nos banheiros e demais pontos de maior fluxo de pessoal

Além dos mais, providenciou-se para afastar os funcionários terceirizados enquadrados no “GRUPO DE RISCO”, de acordo com o Decreto 36.203 de 30.09.20, conforme registro no Processo nº 34965/2020.

Foi também solicitado às demais empresas fiscalizadas por esta Coordenação a adoção de protocolo de limpeza e higiene específicos para o período, reforçando a utilização de EPI’s para todos seus funcionários, bem como a adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários acerca dos riscos da COVID-19 e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, estando a empresa passível de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública.

Segue, em anexo, planilhas contendo quadro das demais atividades realizadas por esta Coordenação,

conforme enumeradas abaixo:

Relatório de contratos fiscalizados pela Coordenação de Apoio Administrativo:

CTPS 019/2018 – Gestor Serviços

CTPS 047/2018 – Thyssenkrupp Elevadores

CTPS 028/2019 – W. B. Ripardo

CTPS 183/2017 – R R Marágua

CTPS 115/2020 – I P de Sousa Saúde Ambiental

Relatório de requisição/processos solicitados e pendentes

Relatório de serviços via DIGIDOC

Relatório de serviços registrados no SISTEMA GESTOR

Quantitativo de funcionários terceirizados contratados

Cronograma de dedetização nas unidades localizadas na Grande Ilha - 1ª etapa

Fotos – sanitização no Tribunal de Justiça

São essas as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Apoio Administrativa durante o período solicitado.

DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

A Divisão de Protocolo e Arquivo tem por atribuição o protocolo de requisições administrativas no Sistema Digidoc, protocolo de petições e ofícios requisitórios referente à Precatórios, no Sistema Themis SG e recebimento, coleta e tratamento das correspondências destinadas ao Correio.

No quadro abaixo podemos demonstrar o quantitativo de documentação recebidas e cadastradas em nosso setor:

	DIGIDOC	THEMIS SG
JAN	735	466
FEV	657	524
MAR	750	326
ABR	605	346
MAI	458	190
JUN	673	384

JUL	485	427
AGO	603	404
SET	709	580
OUT	572	402
NOV	516	463
DEZ	100	63
TOTAL	6.863	4.575

Contudo, considerando o contingenciamento orçamentário-financeiro imposto pelo cenário de crise nacional, a Divisão de Protocolo e Arquivo, responsável pela fiscalização do Contrato celebrado entre este Egrégio Tribunal e a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que até o presente momento economizamos R\$ 2.956.081,14 comparando com o ano anterior.

DIVISÃO DE TRANSPORTES

INTRODUÇÃO

Este relatório se propõe a apresentar as atividades realizadas pela Divisão de Transportes referentes à gestão do Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, frente a Mesa Diretora para no início do atual mandato período compreendido de 24 de abril a 30 de novembro de 2020.

Deste modo, serão aqui apresentados os principais avanços alcançados no supramencionado período, no âmbito da logística de transportes como fator de excelência na melhoria dos serviços aos jurisdicionados.

CONTRATOS GERIDOS PELO SETOR

Em se tratando de contratos a Divisão Transportes tem sob sua gestão o Contrato de Gestão de Abastecimento e Manutenção de veículo CT nº. 67/2015, o Contrato de Terceirização de Motoristas CT nº. nº. 141/2019, o Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos CT. nº. 23/2018 e o Contrato de Fornecimento de Passagem de Ferry boat CT nº 036/2019. Todos estes contratos se encontram em regular vigência.

RELATÓRIO DE GESTÃO - CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO 2020

ANO	MÊS	VALORES					
		Combustível				Manutenção	Total Combust. e Manut.
		G. de Frota		C. Combustível	Total Combust.		
		R\$	Lts				
2020	abril/2020*	R\$ 10.399,22	2.735,9	R\$ 8.443,54	R\$ 18.842,76	R\$ 18.350,40	R\$ 37.193,16
	mai/20	R\$ 46.756,63	12.711,6	R\$ 27.683,94	R\$ 74.440,57	R\$ 38.646,00	R\$ 113.086,57
	jun/20	R\$ 57.357,61	15.447,9	R\$ 31.450,96	R\$ 88.808,57	R\$ 61.095,67	R\$ 149.904,24
	jul/20	R\$ 80.167,29	20.467,2	R\$ 34.188,47	R\$ 114.355,76	R\$ 56.042,30	R\$ 170.398,06
	ago/20	R\$ 87.613,91	21754,23	R\$ 34.192,28	R\$ 121.806,19	R\$ 56.885,58	R\$ 178.691,77
	set/20	R\$ 96.314,73	23318,18	R\$ 33.599,54	R\$ 129.914,27	R\$ 49.271,15	R\$ 179.185,42
	out/20	R\$ 109.148,04	26070,15	R\$ 35.231,58	R\$ 144.379,62	R\$ 51.969,06	R\$ 196.348,68
	nov/20	R\$ 109.352,44	26107,08	R\$ 36.112,10	R\$ 145.464,54	R\$ 57.996,28	R\$ 203.460,82

* período de 24 a 30/04/2020

Cabe destaque, que destes contratos, no mês de Julho de 2020 foi procedida a redução do Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos CT. n.º 23/2018, em que por negociação com a empresa locadora, reduziu-se em os valores contratuais, gerando assim, economia ao Poder Judiciário.

GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SETOR

A Divisão de Transportes – TJMA está Localizada na Unidade Administrativa V, situada na Rua Viveiros de Castro n.º. 257, Alemanha, São Luís – MA, a sala em que está disposta foi projetada de modo a propiciar um ambiente ergonômico de trabalho, que alia o conforto a eficiência da utilização do espaço. A Divisão de Transportes – TJMA conta com pessoal do quadro efetivo de servidores do judiciário e também com pessoal terceirizado que realizam a tarefa de condução dos veículos (motoristas) e na limpeza e conservação do espaço físico (serviços gerais).

Atualmente a Divisão possui 01 servidor cargo comissionado, 27 servidores efetivos, dos quais 01 servidor administrativo Técnico Judiciário, 01 servidor administrativo Auxiliar judiciário, e 24 Auxiliares Judiciários motoristas, possuindo ainda 12 motoristas terceirizados à disposição do setor.

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão conta atualmente como uma frota de 236 veículos, que são distribuídos nos diversos setores da Justiça

de 1º e 2º graus. A gestão de todo este patrimônio é de estrita responsabilidade da Divisão de Transportes – TJMA, pois todos os processos de licenciamento de veículos, manutenção e abastecimento da frota são por ela geridos.

PRINCIPAIS AÇÕES

Mesmos em um período marcado por adversidades que atingem toda a sociedade brasileira, e por consequência o Poder Judiciário Maranhense, a Divisão de Transportes tem sido efetiva no cumprimento de suas atribuições institucionais, fato este, demonstrado através das diversas ações realizadas no período de 24 de abril a 30 de novembro de 2020, ações estas que são destacadas abaixo.

ATENDIMENTO A DEMANDA DE VEÍCULOS

No período em destaque cabe ressaltar que houve uma sensível diminuição dos atendimentos em relação ao mesmo período do ano passado em decorrência da pandemia do Novo Corona – COVID19, tendo esta Divisão de Transportes realizado um total de 2778 (Dois mil setecentos e setenta e oito) atendimentos de solicitações de veículos dos mais variados setores do judiciário maranhense, são demandas como: transportes de pessoal, entrega de materiais, transporte de processo, atendimentos emergenciais do plantão

judiciário, dentre outros.

Cabe ressaltar que esta Divisão de Transportes adotou em atendimento as Portarias Conjuntas 34/2020 e 36/2020, procedimentos como higienização de volantes, portas e maçanetas com álcool 70%, obrigatoriedade do uso de EPI's para motoristas e máscaras para todos os usuários, vidros baixos objetivando a renovação do ar no interior do veículo e demais medidas, que visam principalmente atender os protocolos de segurança sanitários previstos pelos Órgãos competentes, bem como a saúde dos servidores, funcionários e colaboradores que utilizam os veículos deste Poder Judiciário.

PROCESSOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

Visando a melhoria no atendimento, bem como proporcionar economicidade à Administração Pública a Divisão de Transportes iniciou processo para a aquisição de veículos de serviço, bem como o procedimento para contratação de mão de obra terceirizada de motoristas, ambos os procedimentos se fazem necessário mesmo no cenário de contenção de gastos, pois visam gerar economicidade ao Poder Judiciário Maranhense.

Quanto à renovação e modernização da frota, encontra em processo licitatório dois certames (processo nº. 12853/2020 e 13831/2020) para aquisição de veículos com vista em proceder à renovação parcial da frota de veículos, devido à

atual frota não possuir mais condições de atender em nível de excelência as demandas do Judiciário maranhense, dado seu elevado grau de depreciação, com alguns veículos como mais de nove anos de uso. Assim, com a citada aquisição busca-se adquirir veículos econômicos, e que estejam de acordo com as políticas socioambientais do judiciário maranhense.

Por sua vez ao tocante a mão de obra de motorista procedeu-se a renovação do Contrato nº. 141/2019, com vista em se manter a continuidade de tais serviços pois através de tal contrato são atendidas as demandas de diversas comarcas com a disponibilização de motoristas.

GESTÃO DE MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO DA FROTA

A Divisão de Transportes tem realizado rigoroso controle dos gastos com abastecimento e manutenção da frota do Poder Judiciário, e durante a pandemia da COVID-19, foi necessário a tomadas de medidas que garantissem a eficiência dos serviços sem o comprometimento da prestação jurisdicional.

Como destaque se tem a redução nos gastos com abastecimento e manutenção da frota do Poder Judiciário Maranhense, em que por contrato se tem um custo disponível de R\$ 294.646,77 para despesas com abastecimento e de R\$ 167.110,00 para despesas com manutenção, no entanto os gastos com abastecimento nos oito últimos meses foram menor que o valor disponível em contrato

Relatorio de atendimentos

Resumo de Atendimentos	
No prazo:	1843
Fora do prazo:	935
TOTAL DE ATENDIMENTOS:	2778
TOTAL DE SOLICITAÇÕES:	2778



para um mês, assim como para manutenção se tem significativa redução, como se depreende na análise da tabela abaixo:

TROCA DA FROTA DE VEÍCULOS INSTITUCIONAIS

Cumprindo a política de modernização e renovação da frota do Poder Judiciário, a Divisão de Transportes elaborou procedimento para aquisição de veículos Institucionais, processo nº. 49544/2019, que já estão a disposição dos gabinetes dos desembargadores da corte judiciária maranhense.

A aquisição visou substituir a frota já depreciada dos antigos veículos, que possuem mais de cinco anos de uso, por veículos novos compatíveis com a política socioambiental do judiciário maranhense, uma vez que são veículos híbridos, com funcionamento a energia elétrica e ao mesmo tempo com tecnologia flex., possuindo baixos níveis de consumo e emissão de poluentes.

CONTROLE DE DESPESAS COM TELEFONIA MÓVEL

No início de 2018, precisamente no dia 10 de janeiro, os serviços de telefonia móvel prestados ao Poder Judiciário Estadual foram assumidos pela empresa CLARO S/A, conforme Contrato

de Prestação de Serviços nº 0172/2017, resultante do Pregão Eletrônico nº 05/2017.

De início, houve problemas e insatisfações, mas, após incansáveis esforços desta Diretoria Administrativa, os serviços de telefonia foram regularizados, com melhoria do sinal nos prédios sede do TJMA e Fórum Des. Sarney Costa, e significativa redução dos custos desses serviços, conforme demonstra a tabela anexa, que compara os valores pagos por serviços de telefonia móvel nos meses de Janeiro a Junho de 2020 com os valores pagos no mesmo período do ano de 2019.

DESPESAS COM SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL - 2019 X 2020.

MÊS	2019	2020	VARIAÇÃO (%) 2020
JAN	R\$ 8.778,37	R\$ 7.871,57	-10,33
FEV	R\$ 8.233,41	R\$ 7.989,58	-2,96
MAR	R\$ 7.937,35	R\$ 8.055,33	1,49
ABR	R\$ 8.342,76	R\$ 7.775,48	-6,80
MAIO	R\$ 8.549,26	R\$ 8.619,57	0,82
JUNHO	R\$ 7.985,18	R\$ 8.559,49	7,19
JULHO	R\$ 7.890,42	R\$ 9.606,49	21,75
AGOSTO	R\$ 7.709,03	R\$ 8.426,64	9,31
SETEMBRO	R\$ 7.985,69	R\$ 8.263,64	3,48
OUTUBRO	R\$ 8.032,15	R\$ 11.154,37	38,87

RELATÓRIO DE GESTÃO - CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO 2020

Ano	Mês	Valores					
		Combustível		C. Combustível	Total Combust.	Manutenção	Total Combust. e Manut.
		G. de Frota					
		R\$	Lts				
2020	abril/2020*	R\$ 10.399,22	2.735,9	R\$ 8.443,54	R\$ 18.842,76	R\$ 18.350,40	R\$ 37.193,16
	mai/20	R\$ 46.756,63	12.711,6	R\$ 27.683,94	R\$ 74.440,57	R\$ 38.646,00	R\$ 113.086,57
	jun/20	R\$ 57.357,61	15.447,9	R\$ 31.450,96	R\$ 88.808,57	R\$ 61.095,67	R\$ 149.904,24
	jul/20	R\$ 80.167,29	20.467,2	R\$ 34.188,47	R\$ 114.355,76	R\$ 56.042,30	R\$ 170.398,06
	ago/20	R\$ 87.613,91	21754,23	R\$ 34.192,28	R\$ 121.806,19	R\$ 56.885,58	R\$ 178.691,77
	set/20	R\$ 96.314,73	23318,18	R\$ 33.599,54	R\$ 129.914,27	R\$ 49.271,15	R\$ 179.185,42
	out/20	R\$ 109.148,04	26070,15	R\$ 35.231,58	R\$ 144.379,62	R\$ 51.969,06	R\$ 196.348,68
	nov/20	R\$ 109.352,44	26107,08	R\$ 36.112,10	R\$ 145.464,54	R\$ 57.996,28	R\$ 203.460,82

* período de 24 a 30/04/2020

• 2021

O presente relatório tem por escopo demonstrar, de forma objetiva, as principais medidas e ações implementadas pela Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, através de suas Coordenadorias e Divisões subordinadas, ao longo dos três primeiros meses do ano de 2021, presidida pelo Desembargador Lourival de Jesus Serejo.

Para o cumprimento de seu mister, esta Diretoria Administrativa orienta e supervisiona as ações de suas Coordenadorias e Divisões subordinadas, sempre com o objetivo de cumprir rigorosamente seu objetivo institucional, que é “propiciar, enquanto atividade-meio, as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das atividades jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão”.

A Diretoria Administrativa é constituída pelas seguintes Coordenadorias e Divisões: Coordenadoria de Material e Patrimônio, que possui as Divisões de Administração de Materiais e de Administração Patrimonial; Coordenadoria de Apoio Administrativo, que possui as Divisões de Protocolo Administrativo, Divisão de Serviços Gerais e Divisão de Transportes; e Coordenadoria de Licitações e Contratos, que possui a Divisão de Contratos e Convênios.

Visando transmitir uma melhor compreensão das práticas desenvolvidas nesse período, detalhamos neste relatório as atividades desempenhadas por cada uma das Coordenadorias que compõem esta Diretoria Administrativa, a fim de que, a partir das partes, se vislumbre a produção global deste

setor, ressaltando-se que todas as medidas têm por objetivo maximizar resultados com o mínimo de despesa possível.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DATA	REFERÊNCIA	RESPONSÁVEIS
16/04/2021	MEMO – DADM 122/2021	Wherbeth S Sousa (Coordenador) Joanne Cunha (Chefe de divisão)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório tem por finalidade informar à alta gestão do TJMA a quantidade de licitações e contratos que foram processados pela Coordenadoria de Licitações e Contratos e pela Divisão de Contratos e Convênios, no período de 01/01/2021 a 15/04/2020, conforme solicitação da Diretoria Administrativa do Tribunal no MEMO – DADM 122/2021.

ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO	quantidade
Processos na fase interna	13
Pregões Eletrônicos em andamento	17
Pregões Eletrônicos Concluídos (homologados)	13
Concorrências em andamento	1
Atas de Registro de Preços elaboradas	32
Relatórios ao TCE-MA (SACOP)	27
Credenciamentos	2

ECONOMICIDADE

Modalidade	estimado	adjudicado	diferença
Pregão Eletrônico	R\$ 22.001.140,11	R\$ 15.093.745,38	R\$ 3.520.485,63

DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Atividade realizada	quantidade
Contratações oriundas de pregões ou de adesão a atas de registro de preços	35
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Dispensa	1
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Inexigibilidade	15
Contratações oriundas de Dispensa de Licitação	11
Contratações oriundas de Inexigibilidade	6
Termos Aditivos a contratos vigentes e outros termos administrativos	27
Termo de Cooperação técnica e convênios	7
Termos de Apostilamento	21

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Projeto 2021

Novos processos da unidade

Realização do certame do processo de aquisição de camisas para eventos 2020/2021, para atender as demandas do poder judiciário, (Processo 38364/2020);

Conclusão de atas e contratos do processo material gráfico para as demandas de 2021,

(Processo 19501/2020);

Realização do processo de aquisição de estrutura de Outdoors, (Processo 50562/2021);

Informações de quantitativos de processos tramitado na Coordenadoria de Material e Patrimônio.

* Processos de Estimativa de preços.

* Processos para detalhamento de empenho e registro de nota fiscal por termos de recebimento das unidades da Coordenadoria e requisições de solicitações diversas.

Critérios da Consulta

Setor: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO; Ano: 2021;

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Documentos Criados - Atendimento de Requisição	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Documentos Criados - Movimentação de Processo	13	40	41	12	0	0	0	0	0	0	0	0
Documentos Criados - Sem Relação	11	50	35	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	25	91	77	22	0	0	0	0	0	0	0	0

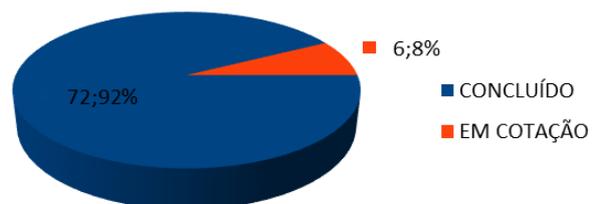


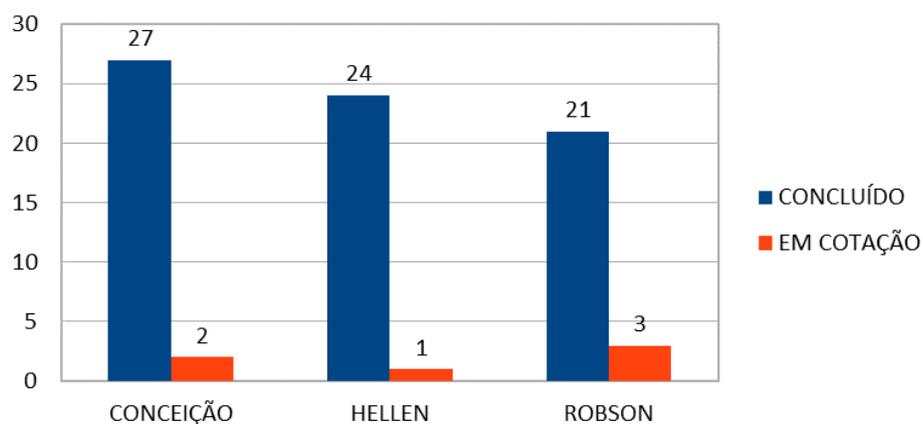
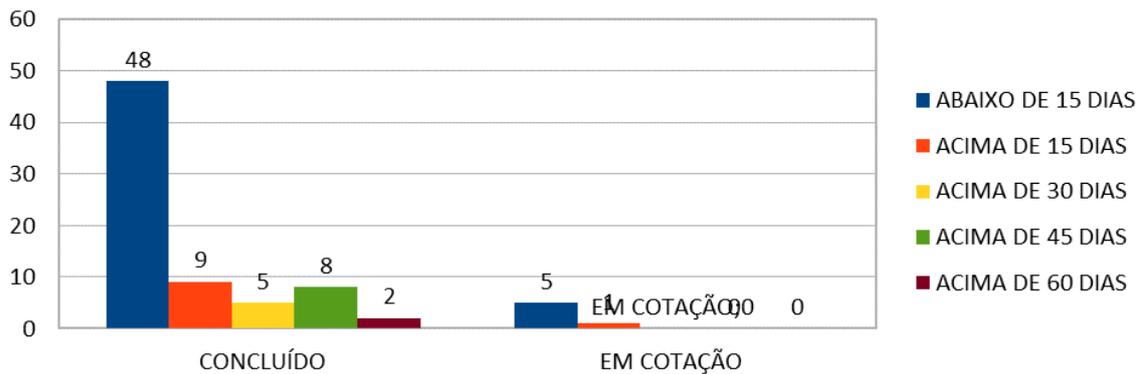
PROCESSOS DE COTAÇÃO CONCLUÍDOS E EM TRAMITAÇÃO NO PERÍODO 2021

Quantitativo de processo tramitado na coordenadoria de material e patrimônio para pesquisa de preços, totalizou em 78 processos.

Quantitativo de processo realizado dentro período estabelecido para a pesquisa de preços.

Quantitativo de processo tramitado por cada um dos pesquisadores de preço.





Quantitativo de processo tramitado por cada um dos pesquisadores de preço.

EXECUÇÃO DO CONTRATOS:

PERÍODO: 01/JANEIRO A 15/ABRIL 2021

**MATERIAIS: CARIMBOS – CAMISAS
 - CHAVES – PLACAS – PERSIANAS -
 TAPETES**

1. SOLICITAÇÕES DE CARIMBOS:

87 (oitenta e sete) requisições atendidas/em atendimento – total de 451 (quatrocentos e cinquenta e um) carimbos.

2. SOLICITAÇÕES DE CAMISAS:

01 (uma) solicitação – total de 14 (quatorze) camisas – ainda não atendida.

OBS.: Em 2021 não foram atendidos solicitações de camisas porque o processo licitatório está sendo finalizado (pendente assinatura de contrato com

a empresa vencedora).

3. SOLICITAÇÕES DE PLACAS:

40 (quarenta) requisições atendidas/em atendimento – total de 187 (cento e sessenta e quatro) placas de vários tamanhos e modelos.

4. SOLICITAÇÕES DE SERVIÇO DE CHAVEIRO:

26 (vinte e seis) requisições atendidas/em atendimento - total – 188 (cento e oitenta e oito) cópias de chaves/abertura de portas/ chaves na peça/ troca de segredo).

5. SOLICITAÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO

36 (trinta e seis) requisições atendidas/em atendimento.

TOTAL

Adesivos – 20 unidades (6x 6)

Banner – 22 (vinte e dois)
Calendário 2021 – 2.000 (dois mil)
Cartazes – 320 (trezentos e vinte)
Cartilhas – 1 milheiro (autorização pendente)
Cartões de visitas – 1.400 (hum mil e quatrocentos)
Flyers – 4.000 (quatro mil)
Outdoors – 10 (dez)
Painel (faixa) – 05 (cinco)
Pastas – 3.000 (três mil)
Plotagens (adesivações) – 01 (uma) em atendimento (medição)
Revista TJ – (em análise da amostra)
Sacolas personalizadas – 3.000 (três mil) em produção

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

A Divisão de Administração de Material é a responsável por efetuar o gerenciamento de estoques e logística dos materiais de consumo desta Egrégia Corte, responsabilizando-se pela previsão de consumo e de prazos de atendimento das requisições de itens geradas por todas as unidades jurisdicionais e administrativas espalhadas nas 109 comarcas do Estado do Maranhão.

Concomitantemente, atua no registro da movimentação e de saldos, valorização dos estoques e pelo cronograma de compras, bem como pela operação do Sistema de Gerenciamento de Materiais, o EMAT, elaborando e mantendo catálogos de materiais e de especificação, efetuando identificação, codificação, cadastramento e catalogação de itens de consumo.

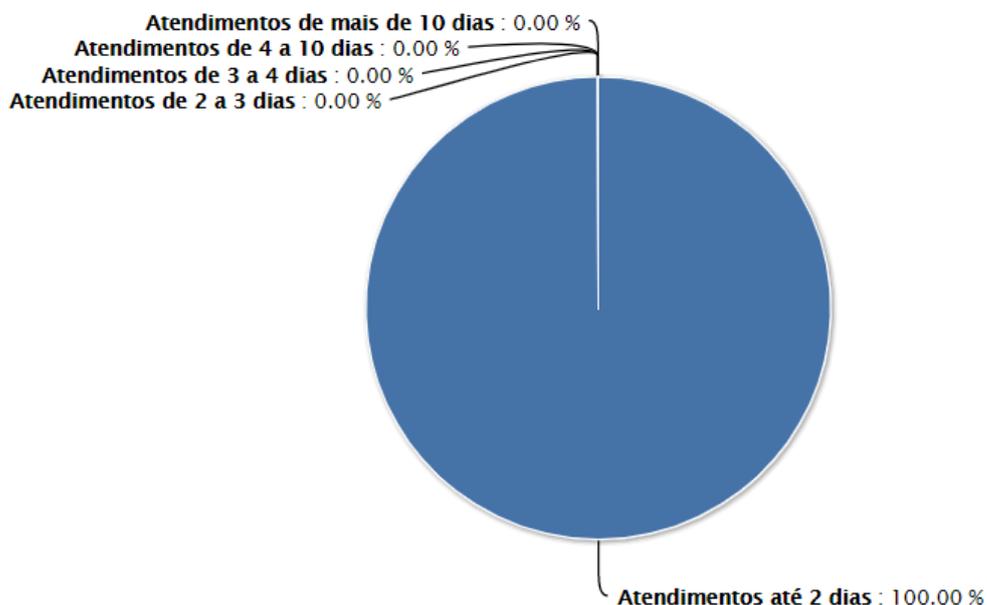
Compete ainda ao setor, acompanhar e fiscalizar os contratos de fornecimento de material e notas de empenho, visando evitar qualquer descumprimento contratual ou o desabastecimento do almoxarifado.

ATENDIMENTO DE REQUISIÇÕES:

Durante o período de 01 de janeiro até 16 de abril de 2021 foram atendidas 1296 requisições, mesmo com as medidas restritivas por conta do COVID-19. Houve redução de, aproximadamente, 25% em relação ao mesmo período do ano anterior. O quantitativo representou uma média de aproximadamente 19,3 pedidos atendidos por dia útil, com um percentual médio de 84% dos itens atendidos na integralidade por requisição.

Conforme gráfico abaixo, 100% das requisições foram atendidas em até 48h, demonstrando a agilidade do setor no tratamento dos pedidos:

RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA Período de 01/01/2021 a 16/04/2021

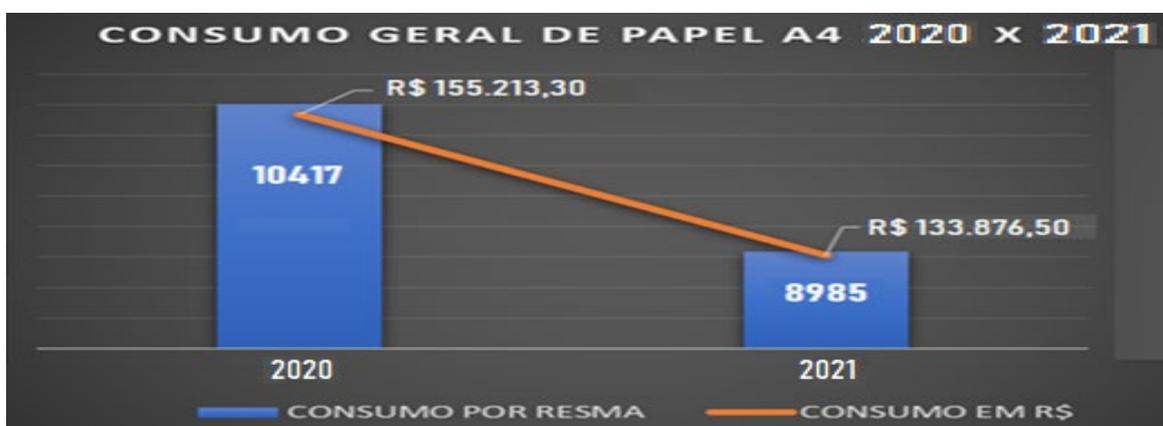


SELO VERDE E REDUÇÃO DO CONSUMO DE PAPEL A4

Em 08 de fevereiro foi divulgado o resultado da Certificação Selo Verde, com um desempenho positivo, onde se alcançou a redução de 41,59%, ao se comparar o ano de 2020 com 2019, representando uma economia de R\$ 818.188,80, em valores atualizados. Em função da necessidade de aperfeiçoamento da certificação, foram elaboradas novas resolução e portaria de metas. No dia 31/03/2021, o Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Lourival Serejo, procedeu com a assinatura das RESOL-GP-222021 e PORTARIA-GP-2602021,

definindo esta última as metas para o ano de 2021, correspondente aos meses de abril a dezembro, estabelecendo nova redução do item papel A4 e diminuição em 20% dos custos com o uso geral dos materiais de consumo.

Com relação ao item Papel A4, após avaliação dos mesmos períodos (01 de janeiro a 16 de abril) em 2020 e 2021, percebeu-se uma redução de consumo de 1.432 resmas, correspondendo a uma economia de R\$ 21.336,80, demonstrando que os efeitos de conscientização da certificação Selo Verde, continuam promovendo uma mudança de comportamento no uso do referido material.



* período de medição: 01/01 até 16/04 de cada ano

PROJETO DE LOGÍSTICA TOTAL:

Buscando melhorar a qualidade de atendimento de materiais de consumo às unidades jurisdicionais e administrativas das comarcas do interior do estado do Maranhão, bem como visando reduzir os altos custos com remessas de itens pelos Correios, foi implantado em janeiro de 2020 o projeto de Logística Total.

A referida ação, além da redução de custos, visa minimizar as dificuldades encontradas, corriqueiramente, pelas comarcas ao utilizar os serviços de postagem, quais sejam: extravio de itens,

avaria de volumes, atraso nas entregas, ausência de funcionários para entregar as mercadorias nos fóruns, limitação de volumes (tamanho e peso), entre outros.

O projeto consiste na programação de entregas dos materiais de consumo, através da utilização dos veículos próprios do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a ampliação do atendimento de 05 para 09 rotas de entrega no interior do estado, com o recebimento de pelo menos 4 entregas anuais por comarca.

No ano de 2021, o projeto segue em execução, com os seguintes resultados:

ECONOMIA COM O PROJETO LOGÍSTICA TOTAL DE 01/01/2021 ATÉ 16/04/2021

	QUANTIDADE DE CAIXAS DE PAPEL A4	VALOR PADRÃO DOS CORREIOS POR CAIXA DE PAPEL	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	441	R\$ 87,04	R\$ 38.384,64
TOTAL DE VOLUMES			
	QUANTIDADE DE CAIXAS COMUNS	VALOR ESTIMADO DOS CORREIOS POR VOLUME	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	2832	R\$ 31,10	R\$ 88.075,20
TOTAL DE VOLUMES			
	VALOR MÉDIO POR VIAGEM	QUANTIDADE DE VIAGENS	DIFERENÇA ENTRE CUSTOS E ECONOMIA
COMBUSTÍVEL	R\$ 2.440,00	12	R\$ 29.280,00
MANUTENÇÃO	R\$ 2.500,00		R\$ 30.000,00
DIÁRIAS - MOTORISTA	R\$ 880,00		R\$ 10.560,00
DIÁRIAS - TERCEIRIZADOS	R\$ 1.180,00		R\$ 14.160,00
TOTAL DOS CUSTOS	R\$ 7.000,00		R\$ 84.000,00
ECONOMIA COM OS CORREIOS EM TODAS AS VIAGENS			R\$ 126.459,84
ECONOMIA LÍQUIDA COM TODAS AS VIAGENS			R\$ 42.459,84

No período de 01 de janeiro a 16 de abril de 2021, foram realizadas 12 viagens do projeto de logística total, sendo transportados 3273 volumes de material de consumo para as unidades administrativas e judiciais das comarcas do interior do estado, representando uma economia líquida de R\$ 42.459,84, com materiais que deixaram de ser postados pelos Correios.

Cumprir frisar que este projeto auxilia ainda nas entregas de outros setores, como a Divisão de Administração Patrimonial, Coordenadoria de Material e Patrimônio e Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos, transportando materiais e equipamentos dos referidos setores para as comarcas. Auxilia, ainda, como um serviço de logística reversa, economizando ainda mais ao evitar que esses itens sejam transportados via contrato dos Correios.

Somente nos primeiros 3 meses do ano, foram transportados, além dos materiais regulares da Divisão de Administração de Material, mais de 82 volumes de materiais e equipamentos (novos e usados), tais como computadores, ares-condicionados, impressoras, carimbos, entre outros, demonstrando

assim a importância do projeto para este Poder Judiciário.

ELABORAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE GESTÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO

O processo nº 49177/2020, iniciou o cronograma de elaboração de um novo sistema de gerenciamento de materiais de consumo, o Materiales, que substituirá o EMAT, sendo disponibilizado a partir de 26/02/2021º módulo de homologação para testes.

O novo sistema tem previsão de implantação em produção no mês de maio de 2021 e contará com o aperfeiçoamento de ferramentas e inclusão de novas funcionalidades, viabilizando dados e informações para um melhor gerenciamento dos materiais de consumo do Tribunal de Justiça do Maranhão, proporcionando maior agilidade para a tomada de decisão dos gestores.

ESTRUTURA FÍSICA

O setor conta 07 (sete) galpões para armazenamento de material, contudo, apenas um apresenta condições regulares de uso, com estrutura de prateleiras para

condicionamento dos materiais e climatização, além de comportar todos os servidores e terceirizados lotados na Divisão.

Os demais galpões apresentam estrutura física precária, com problemas estruturais como falta de revestimento, incidência de goteiras, calor excessivo, piso irregular, portões avariados, ausência de iluminação e a presença de pragas (principalmente cupins).

Apesar da implantação do sistema de monitoramento, ele ainda não contempla toda a necessidade do setor. Há pontos que permanecem sem monitoramento, principalmente a área de carga e descarga de veículos no galpão de água mineral e os corredores das estantes do galpão climatizado.

O monitoramento é extremamente necessário, em razão de existir no setor uma grande movimentação diária de materiais, bem como um montante expressivo de mercadorias armazenadas, que exigem ferramentas mais seguras de controle e acompanhamento das atividades desempenhadas e da movimentação de pessoas nas dependências internas e externas.

Tal ação visa inibir a existência de possíveis sinistros, evitar condutas incompatíveis com o ambiente de trabalho e possibilitar a revisão do que foi feito durante o expediente, para dirimir dúvidas quanto as entradas e saídas de materiais.

Encontra-se em andamento a reforma da Unidade Administrativa V, contudo, as instalações da Divisão de Administração de Material ainda não foram contempladas.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

A principal atividade da Divisão de Administração Patrimonial (DAP) é a aquisição, distribuição e controle de bens permanentes.

Baseado neste conjunto de atribuições, foram estabelecidas três metas pela Assessoria de Gestão

Estratégica e Modernização a esta Divisão. A Meta 1 trata-se de garantir a entrega de 90% dos pedidos de itens prioritários de materiais permanentes requisitados no período de apuração. A Meta 2 trata-se do atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades do interior no prazo de 30 (trinta) dias úteis. E, a Meta 3, refere-se ao atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades da ilha de São Luís no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

DO ATENDIMENTO AS REQUISIÇÕES

As requisições são realizadas via sistema EMAT. A primeira etapa consiste no recebimento do pedido, na análise da viabilidade de atendimento e na edição do Termo de Transferência e Responsabilidade (TTR). Cada TTR recebe um número de controle. Outrossim, as informações contidas no TTR são utilizadas para efeito de consolidação do pedido realizado e da apuração das metas supramencionadas.

Após o tratamento das requisições, passa-se para a etapa de identificação e separação do material, isto é, o item solicitado é devidamente identificado, observando-se alguns caracteres principais que o individualizam (tombo, série, dimensões, capacidade etc.) e que represente com fidelidade as informações contidas no TTR.

O total de atendimentos e entregas realizadas de janeiro a março de 2021 foi de 467 (quatrocentos e sessenta e sete).

Foram programadas 18 (dezoito) viagens com transporte próprio para entregas no interior do Estado no ano de 2021, conforme cronograma enviado através da CIRC-DAP-12021 e, mesmo com a pandemia, todas foram realizadas sem intercorrências.

Em relação as metas estabelecidas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, seguem os resultados:

Meta 01 - Garantir a entrega de 90% dos pedidos de itens prioritários de materiais permanentes requisitados no período de apuração.

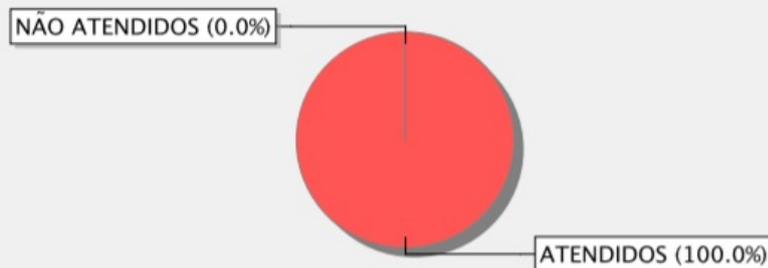
RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO DOS ITENS PRIORITÁRIOS

Polo: TODOS

Período do Relatório: 01/01/2021 a 31/03/2021

LISTA DE ITENS

Material	Solicitados	Atendidos	Não atendidos e não justificados
AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS	1	1	0
AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS	3	3	0
ARMÁRIO ALTO EM MDF (160x90x50cm) C/ 02 PORTAS E CHAVE	1	1	0
BEBEDOURO DE GARRAFÃO	28	27	0
CADEIRA SECRETÁRIA, GIRATÓRIA, C/ BRAÇOS	68	68	0
CARRINHO P/ TRANSPORTE DE PROCESSOS	17	17	0
REFRIGERADOR	8	8	0
TELEFONE SEM FIO	39	38	0
Totais	165	163	0



Verifica-se nos dados acima que esta Divisão tem cumprido com sucesso a presente meta. Sendo que, no período de janeiro a março do corrente ano, foi realizado o atendimento de 100% (cem por cento) dos itens prioritários requisitados, percentual bem acima do esperado.

Meta 02 - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades do interior no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Como pode ser observado no gráfico acima, esta Divisão tem superado a meta estabelecida, haja vista que 100% dos atendimentos das Comarcas do interior do estado foram realizados em até 10 (dez) dias úteis.

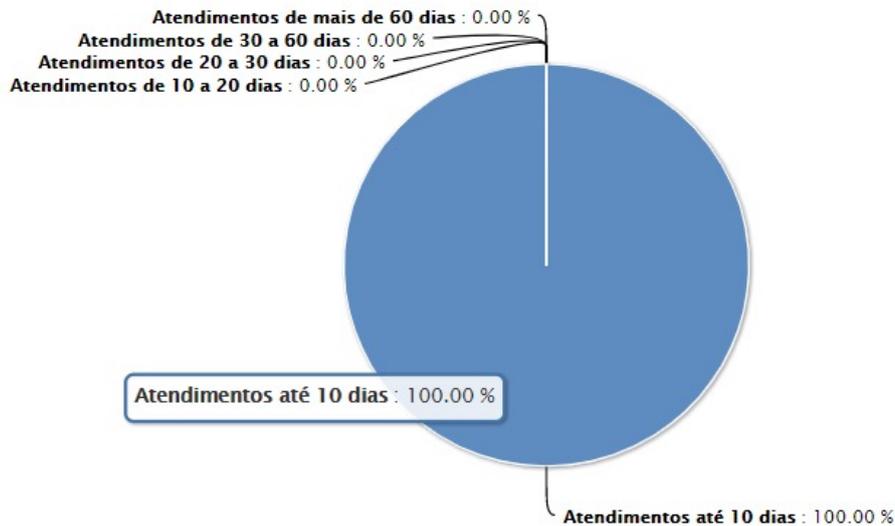
Meta 03 - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades da ilha de São Luís no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Verifica-se no gráfico acima, da mesma forma que os atendimentos das Comarcas, esta Divisão também tem cumprido com êxito esta meta. De janeiro a março deste ano, 100% dos atendimentos foram realizados na ilha de São Luís em até 10 (dez) dias úteis.

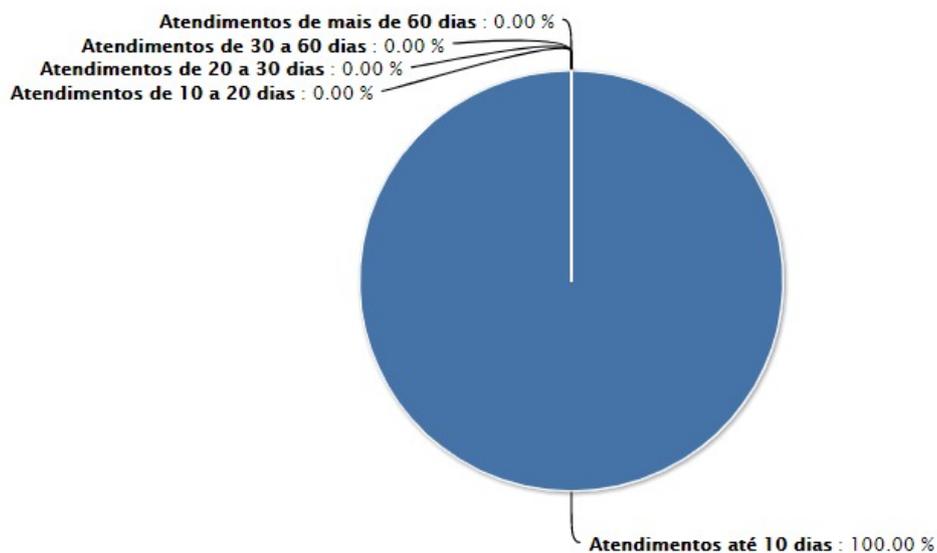
DA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Nesta gestão estão sendo elencadas as prioridades de atendimento, tais como: reformas e inaugurações

RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA
Período de 01/01/2021 a 31/03/2021



RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA
Período de 01/01/2021 a 31/03/2021



de comarcas e unidades administrativas; pedidos pendentes de atendimento; requalificação e reaparelhamento das unidades, sobretudo aquelas com quadro de obsolescência de material ou insuficiente para atender a demanda normal dos serviços prestados.

Esta divisão possui vigente mais de 15 (quinze) Atas de Registro de Preço de materiais permanentes com saldos para suprir as demandas do ano corrente,

bem como dispõe de novos processos licitatórios em trâmite objetivando adquirir novos bens, tais como, ares-condicionados, tvs, bebedouros e quadros.

CADASTRO DE BENS PATRIMONIAIS IMÓVEIS

Como é cediço, esta Divisão promoveu, e vem promovendo, melhorias no cadastro de bens patrimoniais imóveis deste Tribunal de Justiça

solicitando de todas as unidades administrativas e judiciais o envio de toda documentação relativa ao imóvel onde se encontra instalado o fórum da comarca ou a unidade judicial ou administrativa, tais como: lei municipal de doação, escritura pública, registros e certidões da serventia extrajudicial.

Dando continuidade a esse trabalho, à vista dos 112 (cento e doze) processos relativos a bens imóveis das Comarcas do interior do Estado e 30 (trinta) processos relativos a bens imóveis da Capital, até a presente data, tem-se que 86 (oitenta e seis) imóveis do interior do estado e 6 (seis) imóveis da capital estão com suas documentações regulares, isto é, foram efetivamente incorporados ao patrimônio do TJMA, sendo que destes, 02 (dois) foram regularizados no começo deste ano, totalizando 07 (sete) regularizados durante toda a gestão do Presidente Des. Lourival Serejo.

Por fim, no que pertine a bens imóveis, cabe informar que os demais processos estão todos devidamente diligenciados aos setores e/ou órgãos competentes a fim de se buscar a regularização dos imóveis restantes.

DOAÇÃO DE BENS REAPROVEITÁVEIS

Na gestão do Presidente Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, durante o período de janeiro a março de 2021, 07 (sete) instituições ou entidades sem fins lucrativos foram beneficiadas com doações de bens reaproveitáveis e mais de 140 (cento e quarenta) bens foram distribuídos entre estas entidades. Segue abaixo a relação com as instituições beneficiadas, bem como os números dos processos no Digidoc que originaram tais doações.

TOTAL DE BENS DOADOS	
LONGARINA	3
QUADRO	6
GAVETEIRO	4
GELADEIRA	1
AR CONDICIONADO	12
IMPRESSORA	22
COMPUTADOR	22
CADEIRA	31

MESA	19
ARMÁRIO	17
BEBEDOURO	3
ESTANTE	1
SOFÁ	1
TOTAL	142

CATALOGAÇÃO DE OBRAS DE ARTE

Em atendimento à solicitação do MEMO-GP-1332020, foi dado início no começo deste ano à catalogação das obras de arte pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Em síntese, os membros da Comissão de Inventário de Bens Móveis realizaram visitas, mediante agendamento, em quase todos os gabinetes do prédio sede. As obras de arte encontradas receberam uma numeração de identificação/tombamento para que, após avaliação, ela seja incorporada ao Patrimônio do Tribunal de Justiça.

No período de janeiro a março deste ano já foram localizadas e devidamente identificadas 32 (trinta e duas) obras de arte distribuídas nos gabinetes e em áreas comuns, tais como, entrada principal do prédio sede, salão nobre, pleninho, pleno e antigo auditório.

Após o término da catalogação, será encaminhado um relatório à Assessoria de Comunicação da Presidência com os locais onde foram identificadas as obras a fim de que seja providenciado o registro fotográfico de cada uma.

Atualmente os trabalhos encontram-se suspensos em razão da PORTARIA-GP-2232021 – Dispõe sobre medidas restritivas adicionais à disseminação do contágio do coronavírus no Poder Judiciário.

COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

A Coordenação de Apoio Administrativo é responsável fundamentalmente pela execução da limpeza e serviços gerais terceirizados nas unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Maranhão que realiza através do contrato - CTPS nº 19/2018 - (Proc. 16775/2026) que tem por objeto a contratação de empresa especializada na

	NOME	Nº PROCESSO DIGIDOC	BENS DOADOS	
1.		Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças	36.418/2020	LONGARINA (2) QUADRO (4) GAVETEIRO (4) GELADEIRA (1) AR CONDICIONADO (4) IMPRESSORA (4) COMPUTADOR (4) CADEIRA (6) MESA (3)
2.		Centro de Evangelização e Ação Social São Miguel Arcanjo	37.779/2020	CADEIRA (6) MESA (3) ARMÁRIO (3) BEBEDOURO (1) COMPUTADOR (4) IMPRESSORA(3) AR CONDICIONADO (2)
3.		Comando de Policiamento Metropolitano Área Oeste	39.632/2020	MESA (3) CADEIRA (3) COMPUTADOR (3) IMPRESSORA (3) ARMÁRIO (2) ESTANTE (1)
4.		Comando de Policiamento Metropolitano Área Norte	38.927/2020	MESA (3) CADEIRA (3) COMPUTADOR (3) IMPRESSORA (3) ARMÁRIO (2)
5.		CAPS - Infante Juvenil	36.955/2020	LONGARINA (1) ARMÁRIO (3) MESA (2) CADEIRA (5) AR CONDICIONADO (2) IMPRESSORA (3) BEBEDOURO (1) COMPUTADOR (3)
6.		Escola Batista Nacional	42.063/2020	SOFÁ (1) ARMÁRIO (3) MESA (2) AR CONDICIONADO (2) IMPRESSORA (2) BEBEDOURO (1) COMPUTADOR (1) CADEIRA (2)
7.		Associação dos Remanescentes Quilombolas	40.316/2020	MESA (3) QUADRO (2) ARMÁRIO (4) IMPRESSORA (4) COMPUTADOR (4) CADEIRA (6) AR CONDICIONADO (2)

prestação de serviços continuados de ascensorista, carregador, copeiro, embalador, jardineiro, operador de máquina, faxineiro (servente/auxiliar de limpeza), técnico de som e encarregado de de serviços gerais/asseio. É também fiscal dos seguintes contratos:

CTPS 047/2018 – Thyssenkrupp Elevadores-prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos elevadores instalados no TJ (sede) e CGJ

CTPS 028/2019 – W. B. Ripardo-prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, reposição de peças e componentes de aparelhos de AR CONDICIONADO

CTPS 183/2017 -R R Marágua - prestação de fornecimento de água potável através de caminhão-pipa

CTPS 115/2020 – I P de Sousa Saúde Ambiental - prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas e vetores, incluindo dedetização, desratização e desintetização.

Em razão da pandemia de COVID-19, esta Coordenação vem realizando várias ações no sentido de prevenir o contágio, seguindo as orientações e recomendações dos órgãos e secretarias governamentais, bem como da OMS (Organização Mundial de Saúde).

Assim, são feitas periodicamente “sanitizações” em todo o prédio do Tribunal de Justiça, nos gabinetes, áreas comuns dos prédios e demais setores que solicitam. A saber: essa “sanitização” é feita com a diluição de água sanitária através de pulverizadores de pressão.

Demais atividades desenvolvidas no período:

As manutenções preventivas e corretivas dos ar condicionados localizados nas unidades administrativas da Grande Ilha, bem como as manutenções dos elevadores fiscalizados por esta Coordenação estão sendo feitas mensalmente e sempre que solicitadas.

Revisão dos contratos de terceirização, por meio de aditivos e apostilamentos, ajustando os quantitativos às necessidades atuais do Tribunal;

Acompanhamento mensal dos postos de trabalho terceirizados, referente ao CTPS 019/2018, com

fins de equalizar a melhor alocação da mão de obra;

Segue ainda o quantitativo das atividades solicitadas e atendidas registradas no DIGIDOC e GESTOR (gerenciamento de solicitações entre setores e tarefas individuais).

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS (inclui limpeza/carregamentos de móveis/carregamentos em geral/mudanças/etc). Quantitativo: 1051

MANUTENÇÃO CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO - Quantitativo: 77

MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO - Quantitativo: 2.161

MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM ELEVADOR - Quantitativo: 23

DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

A Divisão de Protocolo e Arquivo tem por atribuição o protocolo de requisições administrativas no Sistema Digidoc, protocolo de petições e ofícios requisitórios referente à Precatórios, no Sistema Themis SG e recebimento, coleta e tratamento das correspondências destinadas ao Correio.

No quadro abaixo podemos demonstrar o quantitativo de documentação recebidas e cadastradas em nosso setor:

	DIGIDOC	THEMIS SG
JAN	444	217
FEV	527	941
MAR	467	274
TOTAL	1.438	1.432

DIVISÃO DE TRANSPORTES

Este relatório se propõe a apresentar as atividades realizadas pela Divisão de Transportes referentes à gestão do Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, frente a Mesa Diretora, no período compreendido de janeiro a março de 2021.

Deste modo, serão aqui apresentados os principais avanços alcançados no supramencionado período, no âmbito da logística de transportes

como fator de excelência na melhoria dos serviços aos jurisdicionados.

CONTRATOS GERIDOS PELO SETOR.

Em se tratando de contratos a Divisão Transportes tem sob sua gestão o Contrato de Gestão de Abastecimento e Manutenção de veículo CT nº. 67/2015, o Contrato de Terceirização de Motoristas CT nº. nº. 141/2019, o Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos CT. nº. 23/2018 e o Contrato de Fornecimento de Passagem de Ferry boat CT nº 036/2019. Todos estes contratos se encontram em regular vigência com exceção do Contrato de Fornecimento de Passagem de Ferry boat CT nº 036/2019 que foi encerrado.

Visando dar continuidade ao fornecimento de passagens aquaviárias, o processo licitatório (processo nº 41260/2020), com este objeto, encontra-se atualmente em fase final, aguardando credenciamento da empresa fornecedora.

GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SETOR

A Divisão de Transportes – TJMA está localizada na Unidade Administrativa V, situada na Rua Viveiros de Castro nº. 257, Alemanha, São Luís – MA. Atualmente

a sala desta Divisão encontra-se em reforma, contemplando várias modificações visando propiciar um ambiente ainda mais ergonômico de trabalho, que alie o conforto à eficiência da utilização do espaço.

A Divisão de Transportes – TJMA conta com pessoal do quadro efetivo de servidores do judiciário e também com pessoal terceirizado que realizam a tarefa de condução dos veículos (motoristas) e na limpeza e conservação do espaço físico (serviços gerais).

Atualmente a Divisão possui 01 servidor cargo comissionado, 29 servidores efetivos, dos quais 03 servidores administrativo Técnicos Judiciários, e 25 Auxiliares Judiciários motoristas, possuindo ainda 15 motoristas terceirizados à disposição do setor.

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão conta atualmente como uma frota de 236 veículos, que são distribuídos nos diversos setores da Justiça de 1º e 2º graus. A gestão de todo este patrimônio é de estrita responsabilidade da Divisão de Transportes – TJMA, pois todos os processos de licenciamento de veículos, manutenção e abastecimento da frota são por ela geridos.

Principais Ações de janeiro a março/2021

Mesmo em um período marcado por adversidades, com a restrição de trabalho presencial, rodízio de servidores, devido a segunda onda de contágio da pandemia do Novo Corona – COVID19, que atinge toda a sociedade brasileira, e por consequência o Poder Judiciário Maranhense, a Divisão de Transportes, continuou coordenando um serviço essencial ao Poder Judiciário, tendo sido efetiva no cumprimento de suas atribuições institucionais, fato este, demonstrado através das diversas ações realizadas no período de janeiro a março de 2021, ações estas que são destacadas abaixo.

Atendimento a demanda de veículos

No período em destaque cabe ressaltar que houve uma diminuição dos atendimentos em relação ao mesmo período do ano passado em decorrência do agravamento da pandemia do Novo Corona – COVID19, e medidas tomadas pela Presidência deste órgão visando resguardar a saúde de todos os magistrados, servidores, estagiários, colaboradores e demais usuários dos serviços judiciários.

Assim esta Divisão de Transportes realizou um total de 506 (Quinhentos e seis) atendimentos de solicitações de veículos dos mais variados setores do judiciário maranhense, são demandas como: transportes de pessoal, viagens a comarcas do interior, entrega de materiais, transporte de processos, atendimentos emergenciais do plantão judiciário, dentre outros. Tais atendimentos são destacados no gráfico abaixo.

II – Processos para aquisição de veículos e contratação de empresa para terceirização de

Resumo de Atendimentos	
No prazo:	292
Fora do prazo:	214
TOTAL DE ATENDIMENTOS:	506
TOTAL DE SOLICITAÇÕES:	506



mão de obra.

Visando a melhoria no atendimento, bem como proporcionar economicidade à Administração Pública a Divisão de Transportes iniciou processo para a aquisição de veículos de serviço, bem como o procedimento para contratação de mão de obra terceirizada de motoristas, ambos os procedimentos se fazem necessários mesmo no cenário de contenção de gastos, pois visam gerar economicidade ao Poder Judiciário Maranhense.

Quanto à renovação e modernização da frota, em virtude dos processos licitatórios (processo nº. 12853/2020 e 13831/2020) para aquisição de veículos terem fracassado por não haverem licitantes interessados em fornecer o referido objeto. Esta Divisão de Transportes, iniciou novos processos licitatórios para aquisição de veículos tipo passeio e caminhonete com vista em proceder à renovação parcial dos de veículos, devido à atual frota não possuir mais condições de atender em nível de excelência as demandas do Judiciário Maranhense, dado seu elevado grau de depreciação, com alguns veículos com mais de nove anos de uso. Os referidos processos encontram-se em fase de confecção do Termo de Referência.

Cabe ressaltar que esta Divisão renovou Contrato de locação de veículos nº 23/2018, objetivando manter a devida prestação do serviço com uma frota nova e eficiente proporcionando assim maior qualidade no atendimento aos servidores

e colaboradores deste órgão.

Ressalta-se ainda que diante da impossibilidade de renovação do Contrato de locação supramencionado, foi iniciado novo procedimento licitatório (processo nº 10277/2021) visando a Contratação de empresa para prestação do mesmo serviço, o processo se encontra na fase de elaboração da minuta do estudo preliminar e termo de referência.

Por sua vez ao tocante a mão de obra de motorista procedeu-se a renovação do Contrato nº. 141/2019, com vista em se manter a continuidade de tais serviços, pois através de tal contrato são atendidas as demandas de diversas comarcas com a disponibilização de motoristas.

Cabe ressaltar que, paralelamente a renovação do contrato de mão de obra terceirizada de motoristas, iniciou-se novo processo licitatório (Processo nº 8590/2021) visando o mesmo objeto, o qual encontra-se em fase de elaboração das minutas do estudo preliminar e termo de referência.

III. GESTÃO DE MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO DA FROTA

A Divisão de Transportes tem realizado rigoroso controle dos gastos com abastecimento e manutenção da frota do Poder Judiciário, e durante a pandemia da COVID-19, foi necessário a tomadas de medidas que garantissem a eficiência dos serviços sem o comprometimento da prestação jurisdicional.

Como destaque se tem a redução nos gastos com abastecimento e manutenção da frota do Poder Judiciário Maranhense, em que por contrato se tem um custo disponível de R\$ 294.646,77 para despesas com abastecimento e de R\$ 167.110,00 para despesas com manutenção, no entanto os gastos com abastecimento nos últimos três meses foram menores que os valor disponível em contrato por mês, assim como para manutenção se tem significativa redução, como pode- se verificar analisando a tabela abaixo:

Cumprir destacar que em virtude da aproximação do término do atual Contrato de abastecimento e manutenção de veículos, esta divisão tem em andamento processo licitatório (nº 15653/2020) para contratação do supramencionado serviço, estando este na fase de assinatura da Ata de Registro de Preços.

Leilão de Veículos

Informamos que esta Divisão realizou levantamento dos novos carros para leilão, em virtude da desatualização da lista anexa ao presente processo nº 19121/2020, e aguarda a finalização do processo de credenciamento do Leiloeiro Oficial, (Processo nº 7082/2021), que se encontra na fase final. Após a finalização do credenciamento do Leiloeiro Oficial, encaminharemos para elaboração da minuta de edital de leilão, análise pela Assessoria Jurídica da Presidência e aprovação da Presidência, para publicação do edital de leilão.

Considerações

Trabalhar a logística de transportes dentro do Poder Judiciário significa estar a par dos desafios

gerados por uma demanda que em si não é igual a nenhuma outra, pois, não se trata simplesmente de gerir o transporte de bens de consumo e materiais permanentes e a condução de pessoas e servidores. As atividades da Divisão de Transportes são desafiadoras por essência, na medida em que proporcionar soluções de transportes adequadas às demandas de nossos usuários, de forma efetiva, segura e responsável, mantendo a frota de veículos em perfeitas condições, significa necessariamente preservar não só o patrimônio como também a imagem do Poder Judiciário Maranhense.

Assim, como foi visto no decorrer de todo este relatório, embora em um curto prazo tempo, muito se produziu e as mudanças são visíveis, como podemos citar: o número de atendimentos mesmo em um período de pandemia e crises; destinação de veículos exclusivos a atendimentos de setores específicos; abertura de novos processos para aquisição de veículos e contratação de mão de obra terceirizada; aquisição de veículos híbridos para a frota do Poder Judiciário; dentre outras ações.

É importante destacar aqui, que a Divisão de Transportes não trabalha isolada, para que conseguíssemos alcançar nossas metas, trabalhamos em sintonia com os demais setores, para assim cumprirmos a função maior do Poder Judiciário, garantir a aplicação do direito.

Colaboradores:

Luciandro Pantaleão Carvalho – Chefe da Divisão de Transportes

Juliana Da Silva – Supervisora da Divisão de Transportes

Claudio Eduardo Martins Gomes –Técnico

Relatório de Gestão Consumo de Combustível e Manutenção 2021

Ano	Mês	Valores				
		Combustível			Manutenção	Total Combust. e Manut.
		G. de Frota	C. Combustível	Total Combust.		
2021	jan/21	R\$ 62.601,62	R\$ 32.762,85	R\$ 95.364,47	R\$ 31.349,94	R\$ 126.714,41
	fev/21	R\$ 96.372,27	R\$ 34.469,18	R\$ 130.841,45	R\$ 39.870,88	R\$ 170.712,33
	mar/21	R\$ 73.549,83	R\$ 34.475,81	R\$ 108.025,64	R\$ 49.382,46	R\$ 157.408,10

Administrativo–Supervisor Jurídico

Ivan da Cruz Dezidério – Auxiliar Judiciário – Motorista

Lais Araujo Moura Lima Gomes – Técnico Administrativo– Apoio Administrativo

Paulo Henrique Magalhães Rocha – Auxiliar Judiciário - Motorista.

Richard Glaydson Cordeiro Dutra – Auxiliar Judiciário – Motorista.

CONTROLE DE DESPESAS COM TELEFONIA MÓVEL

A Diretoria Administrativa é gestora do Contrato de Telefonia Móvel mantido com a empresa CLARO SA, desde 11 de dezembro de 2017.

Desde o início da pandemia do CORONAVÍRUS, houve aumento no número de linhas demandadas junto a esta Diretoria Administrativa, acarretando a utilização do total contratado de 210 (duzentas e dez) linhas corporativas, gerando, em consequência, o aumento da despesa com tais serviços. Abaixo, segue a despesa com os serviços de telefonia móvel

nos três primeiros meses deste ano de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020.

MÊS	2020	2021
JAN	R\$ 7.871,57	R\$ 11.712,60
FEV	R\$ 7.989,58	R\$ 10.777,79
MAR	R\$ 8.055,33	R\$ 11.311,25

Além disso, esta Diretoria Administrativa é gestora de todos os contratos de locação de imóveis nos quais o TJMA figura como locatário, que totalizam atualmente 33 (trinta e três) locações em execução e mais três em formação.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não resta dúvida de que a presente gestão deve ser reconhecida como bastante atuante e meritória, pois não mediu esforços para que a atividade-fim do Poder Judiciário pudesse ser desempenhada com normalidade, apesar das restrições impostas pela pandemia e pelas limitações orçamentárias a que foi submetido este Poder ao longo desse período.

DIRETORIA AUDITORIA INTERNA

Acompanhamento da execução dos programas de trabalho e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal do Tribunal quanto à legalidade, moralidade e legitimidade, com avaliação dos resultados obtidos quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia;

Orientação da atuação dos gestores através de respostas às consultas formuladas no âmbito de sua atuação; Acompanhamento da atuação da Coordenadoria de Auditoria e da Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento.

COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS E MONITORAMENTO

Realização de avaliação de controles internos nas unidades administrativas, a fim de minimizar os

riscos no atingimento de seus objetivos institucionais; Propositura de minutas de resolução de assuntos ainda não regulamentados, bem como sugestão de revisão das já aprovadas, quando necessário; Realização de avaliação do monitoramento das recomendações apresentadas em auditorias, a fim de subsidiar a elaboração do Plano Anual de Auditoria, bem como a proposição de melhorias nas rotinas das unidades administrativas;

COORDENADORIA DE AUDITORIA

Realização de auditoria na gestão dos recursos públicos sob responsabilidade deste Poder Judiciário, tendo em vista as normas técnicas de auditoria para o setor público, objetivando a avaliação da eficiência e da eficácia da gestão administrativa e do aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e gerenciais.

Objetivos e Metas Institucionais Vigentes

Meta 4 - Executar 100% das ações de auditoria previstas no Plano Anual de Auditoria						
Indicador 4						
Índice de execução de ações de auditoria						
Tipo de indicador	Eficácia					
O que mede	Percentual de cumprimento das ações de auditoria planejadas para o exercício					
Quem mede	Diretoria de Controle Interno e Coordenadoria de Auditoria					
Onde medir	Relatórios de Auditoria encaminhados via processo no sistema DIGIDOC sob o assunto "ações de auditoria"					
Por que medir	Para aferir o grau de cumprimento das ações de auditoria planejadas					
Como medir	$(\text{Total de ações de auditoria cumpridas no ano} / \text{Total de ações de auditorias planejadas no ano}) \times 100$					
Situação atual	Cumprimento de 100% nos anos anteriores					
Linha de base	Cumprimento de 100% nos anos anteriores					
META	Executar 100% das ações de auditoria previstas no Plano Anual de Auditoria					
	2016	2017	2018	2019	2020	
	100%	100%	100%	100%	100%	

Meta 4.1 - Executar 100% das ações de monitoramento e de avaliação de controles internos previstas no Plano Anual de Auditoria							
Indicador 4.1							
Índice de execução de ações de monitoramento e de avaliação de controles internos							
Tipo de indicador	Eficácia						
O que mede	Percentual de cumprimento das ações de monitoramento e de avaliação de controles internos planejadas para o exercício						
Quem mede	Diretoria de Controle Interno e Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento						
Onde medir	Relatórios de Monitoramento e de Avaliação de Controles Internos encaminhados via processo no sistema DIGIDOC sob os assuntos "monitoramento" e "avaliação de controles internos"						
Por que medir	Para aferir o grau de cumprimento das ações de monitoramento e de avaliação de controles internos planejadas						
Como medir	$(\text{Total de ações de monitoramento e de avaliação de controles internos realizadas no ano} / \text{Total de ações de monitoramento e de avaliação de controles internos planejadas no ano}) \times 100$						
Situação atual	Em construção (conclusão do período de medição)						
META	Executar 100% das ações de auditoria previstas no Plano Anual de Auditoria						
	2016	2017	2018	2019	2020		
	100%	100%	100%	100%	100%		

DESEMPENHO DA DIRETORIA E SUAS COORDENADORIAS

• Diretoria de Auditoria Interna

Nos meses de janeiro a março trabalhou-se em prol da implantação do sistema AUDITAR, disponibilizado pelo CNJ a todas as unidades de auditoria interna do Poder Judiciário para uso nos trabalhos de auditoria. Alguns servidores fizeram o treinamento oferecido pelo próprio CNJ. Foi disponibilizado, à época, pela Diretoria de Informática e Automação, ambiente de homologação, tendo sido informado à DIA dados para cadastro de servidor e perfis dos servidores no sistema AUDITAR. Por conta de reclamações do uso do sistema, pela própria equipe do CNJ, resolvemos analisar o sistema de auditoria da CGU, pelo qual submetemos o pedido e aguardamos manifestação. Suspendemos, por enquanto, o projeto AUDITAR.

Em razão da entrada em vigor das Resoluções CNJ 308 e 309, de 11 de março de 2020, que organizaram as atividades de auditoria interna do

Poder Judiciário sob a forma de sistema (SIAUD-Jud), com aprovação de suas diretrizes técnicas (DIRAUD-Jud), algumas providências foram tomadas por parte desta Diretoria de Auditoria Interna, em adequação às novas exigências.

Primeiramente, foi proposta a mudança do nome da unidade, de Diretoria de Controle Interno para Diretoria de Auditoria Interna, em cumprimento ao disposto no art. 74, da Resolução CNJ 309, o que se deu através da RESOL-GP 492020, publicada em 13 de julho de 2020.

Em razão do disposto no art. 77, inciso I, da Resolução CNJ n. 309, em que cada Tribunal deveria aprovar Estatuto de Auditoria Interna alinhado aos termos da mesma Resolução, houve a elaboração do Estatuto de Auditoria Interna do Poder Judiciário do Maranhão, aprovado pela RESOL-GP 602020, referendada pelo Plenário, por unanimidade, DPA 3082020 (processo 22.884/2020).

Em razão do disposto no art. 77, inciso II, da Resolução CNJ n. 309, em que cada Tribunal

deveria aprovar Código de Ética da unidade de auditoria interna, a ser observado pelos servidores que atuam na referida unidade, houve a elaboração do Código de Ética da Diretoria de Auditoria Interna do Poder Judiciário do Maranhão, aprovado pela RESOL-GP 612020, referendada pelo Plenário, por unanimidade, na DPA 3092020 (processo 20.797/2020).

No dia 14 de agosto de 2020, segundo teor do OFÍCIO-DCI 32020, foi realizada uma visita técnica à Superintendente da unidade regional da Controladoria Geral da União no Maranhão – CGU, Dra. Leylane Maria da Silva, com o objetivo de conhecer o sistema de auditoria E-Aud, utilizado pela CGU em suas auditorias. Em razão da visita e diante das vantagens do sistema E-Aud em relação ao sistema AUDITAR, especialmente por ser web e de fácil adaptação às necessidades que surgem no universo dinâmico das auditorias, sugerimos à Presidência solicitação de cessão de uso do referido sistema, o que ocorreu através do OFC-GP 14632020, de 28 de setembro de 2020. Até o presente momento, não obtivemos retorno.

Outra atividade desempenhada pela Diretoria de Auditoria Interna foi a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2021 (PAA-DAI 22020), encaminhado à Presidência no dia 30 de novembro de 2020, através do MEMO-DAI 552020. Sua aprovação se deu através do ATOPRESIDENCIA-GP – 452020.

A DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA AINDA DESENVOLVEU AS SEGUINTE ATIVIDADES:

Análise e assinatura do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do 3º quadrimestre 2019 e 1º e 2º quadrimestre 2020

Relatório da Diretoria de Controle Interno para a Prestação de Contas 2020 do TJMA;

Relatório da Diretoria de Controle Interno para a Prestação de Contas 2020 da FESMAM;

Relatório da Diretoria de Controle Interno para

a Prestação de Contas 2020 do FERJ;

Relatório da Diretoria de Controle Interno para a Prestação de Contas 2020 do FERC;

Relatório da Diretoria de Controle Interno para a Prestação de Contas 2020 do FUNSEG;

Elaboração do PAA 2021;

Elaboração de Relatórios de atividades e de gestão;

Elaboração de pareceres, memorandos e despachos.

COORDENADORIA DE AUDITORIA

A atividade desta coordenação é a execução do PAA 2020 (Plano Anual de Auditoria), elaborado e aprovado em ano anterior, levando-se em consideração as determinações e prioridades definidas pela Presidência do Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça e estudos técnicos desenvolvidos por esta Diretoria de Auditoria Interna.

Importante ressaltar que Auditoria de Serventias, por força maior ocasionada pela Pandemia do COVID 19, foi excluída do PAA 2020, visto que o cenário atual impossibilitou os servidores de executarem as atividades referentes a mesma.

COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS E MONITORAMENTO

As atividades desenvolvidas por esta Coordenadoria também são previstas no Plano Anual de Auditoria e em virtude da Pandemia do Covid 19, sofreu alteração no seu planejamento. Em virtude da impossibilidade de realização da Ação coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça em Acessibilidade, prevista para o primeiro semestre, procedeu-se à exclusão da mesma junto ao PAA 2020.

Neste contexto, durante essa gestão, foi concluída a Ação de Avaliação de Controles Internos da Diretoria Financeira (Processo nº 13142/2020) e as atividades de Monitoramento das Ações de Auditoria realizadas nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

• **2021**

A elaboração deste Relatório de Gestão, referente ao período de 01/01/2021 a 24/04/2021, da Diretoria de Auditoria Interna, unidade administrativa vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, foi motivada por solicitação do Presidente em reunião com diretoria ocorrida dia 12/04/2021.

Quanto ao conteúdo, descrevemos informações gerais sobre a Diretoria de Auditoria Interna, tais como, organograma, força de trabalho, descrição das atribuições, objetivos e metas institucionais e o desempenho da unidade no período e as atividades desenvolvidas pelo setor.

Neste contexto almejamos com o presente registrar as atividades desenvolvidas e inovações implementadas por esta unidade administrativa.

DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA

Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2021 (PAA DAI 22020), aprovado através do ATOPRESIDENCIA-GP – 452020, a Diretoria de Auditoria Interna desenvolveu, no referido período, as seguintes atividades:

- Análise e assinatura do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do 3º quadrimestre 2020;
- Elaboração do Relatório da Diretoria de auditoria Interna para a Prestação de Contas 2021 ao TCE do TJMA;
- Elaboração do Relatório da Diretoria de Auditoria Interna para a Prestação de Contas 2021 ao TCE da FESMAM;
- Elaboração do Relatório da Diretoria de Auditoria Interna para a Prestação de Contas 2021 ao TCE do FERJ;
- Elaboração do Relatório da Diretoria de Auditoria Interna para a Prestação de Contas 2021 ao TCE do FERC;
- Elaboração do Relatório da Diretoria de Auditoria Interna para a Prestação de Contas 2021 ao TCE do FUNSEG;
- Início da implantação do Programa de Avaliação da

Qualidade da Auditoria Interna, com data prevista de término para 31/05/2021.

- Elaboração de Relatórios de atividades e de gestão;
- Elaboração de pareceres, memorandos e despachos.

COORDENADORIA DE AUDITORIA

A atividade desta coordenação é a execução do PAA DAI 22020 (Plano Anual de Auditoria), elaborado e aprovado em ano anterior, levando-se em consideração as determinações e prioridades definidas pela Presidência do Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça e estudos técnicos desenvolvidos por esta Diretoria de Auditoria Interna. As ações previstas no PAA, com início no período objeto deste relatório, constam na tabela abaixo:

Ação de Auditoria	Início	Término
Auditoria de Licitações e Contratos	18/01/2021	30/06/2021
Auditoria de Folha de Pagamento	01/03/2021	30/06/2021

COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS E MONITORAMENTO

A ação prevista no Plano Anual de Auditoria 2021 com início no período de 01/01/2021 a 24/04/2021 para execução junto à Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e Monitoramento, consta na tabela abaixo:

Ação de Auditoria	Início	Término
Avaliação de Controles Internos da DENG	01/03/2021	30/06/2021

Ainda, iniciou-se o processo de monitoramento 2021 das Ações de Auditoria realizadas no ano de 2020, bem como o acompanhamento dos Planos de Ações dos monitoramentos iniciados em 2020 e 2019.

DIRETORIA ENGENHARIA

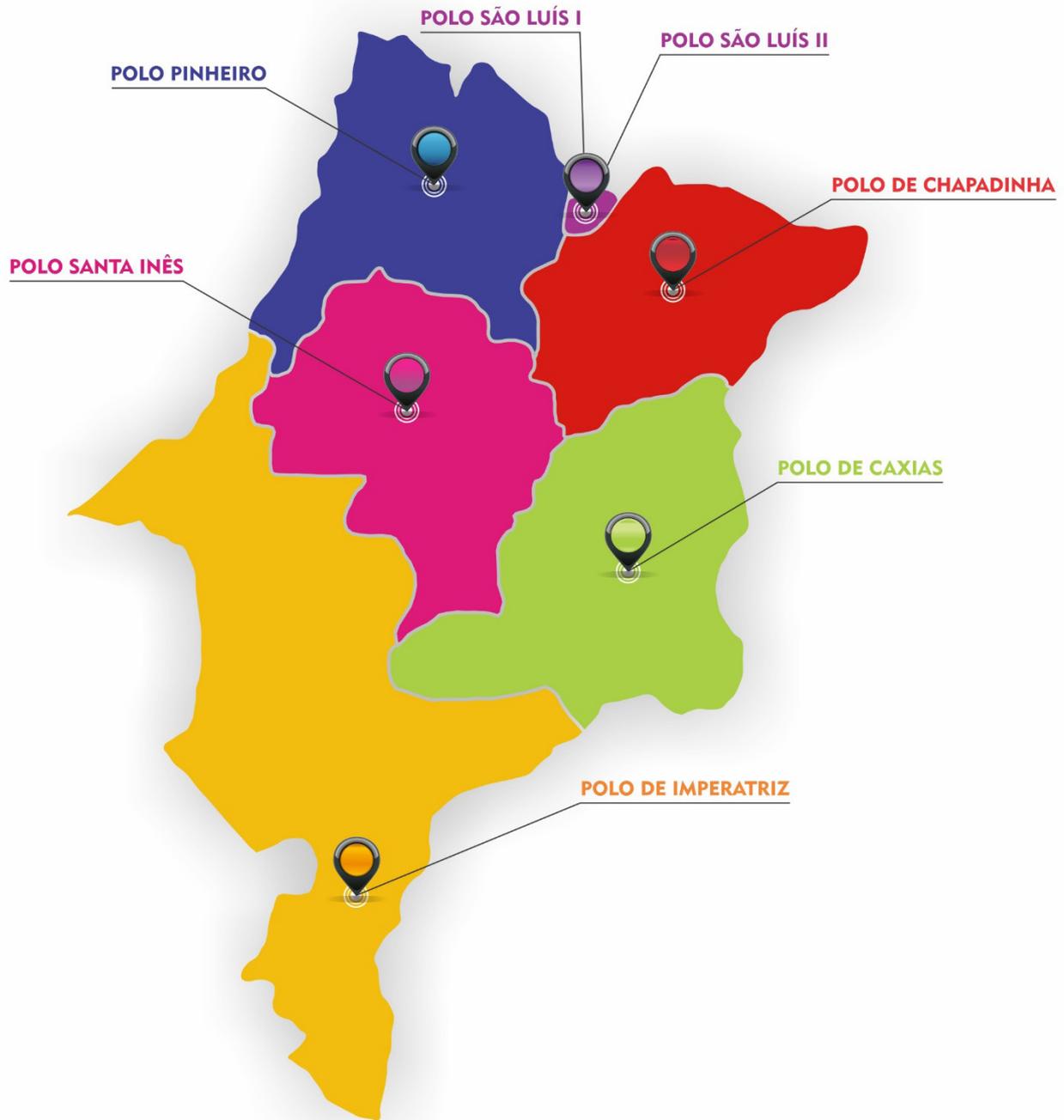
As atividades realizadas por estas unidades encontram-se descritas na Resolução nº 55/2009 que trata da estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário.

Atualmente a Divisão de Serviços e Obras realiza as ações no que diz respeito à realização de levantamento técnico, pareceres técnicos sobre situação de imóveis, levantamento sobre necessidades de mudanças, ampliações e/ou melhorias nas instalações prediais, elaboração de planilhas orçamentárias, caderno de encargos, avaliação de imóveis para locação, fiscalização de obras e serviços de engenharia, medições e recebimentos de obras e serviços de engenharia dentre outros. Cabe ressaltar, a forma de divisão dos trabalhos no supracitado setor que, por sua vez, é realizado de maneira a também gerenciar e fiscalizar o Contrato de Prestação de Serviços referente a obras, reformas e serviços de manutenção predial.

A Divisão de Arquitetura atualmente é responsável por estudos técnicos de maneira a propor novas formas de atendimento nas dependências e áreas de atuação deste Tribunal, no sentido de reaproveitar espaços e realizar a concepções de novos fluxos, observando os critérios de necessidade de espaços,

funcionalidade e racionalidade de custos. Além dessas atividades, a respectiva Divisão, também elabora projetos de arquitetônicos, lay out, visando adaptações, reformas, ampliações e novas construções, no âmbito dos bens imóveis pertencentes ao Poder Judiciário. O respectivo setor também é responsável pela realização de projetos de interiores, detalhamento de mobiliário, especificações técnicas, bem como elaboração de programas de necessidades para os novos edifícios do Poder Judiciário.

Objetivando sistematizar as ações e providências a serem tomadas para o planejamento, a execução, a fiscalização e o controle dos serviços a serem realizados, o Projeto Básico dividiu o Estado do Maranhão em 7 (sete) polos regionais, correspondentes aos lotes licitados, conforme descrição a seguir: **LOTE I – POLO SÃO LUIS I/MA - PRÉDIO SEDE, LOTE II - POLO REGIONAL SÃO LUIS II/MA - FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA, LOTE III - POLO REGIONAL IMPERATRIZ/MÁ, LOTE IV – PÓLO REGIONAL CAXIAS, LOTE V – PÓLO REGIONAL CHAPADINHA, LOTE VI – PÓLO REGIONAL PINHEIRO, LOTE VII – PÓLO REGIONAL SANTA INÊS.**



POLO SÃO LUIS I/MA - PRÉDIO SEDE

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E ADEQUAÇÃO DE LAYOUT NA DIVISÃO PSICOSSOCIAL SITUADO NO CENTRO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Descrição dos serviços: Serviços de pintura das salas de atendimento, dos corredores, da sala de apoio técnico e da copa, pintura das portas de madeira e adequação da copa e do banheiro do setor.

Empresa: Alberto Sousa Engenharia e Comércio LTDA.

Contrato: 0116/2019_R

Ordem de serviço nº: 16/2020

Valor inicial: R\$ 12.889,24

Valor Pago: R\$ 12.889,24

Data de início: 21/10/2020

Data de Término: 01/12/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E ADEQUAÇÃO DE LAYOUT NA DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (DSI) SITUADO NO CENTRO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção e adequação de layout dos setores de emissão de crachás, transportes, supervisão de combate a incêndio e segurança eletrônica. Os serviços englobam: troca de piso cerâmico, pintura de paredes, abertura de vão para instalação de porta, execução de pontos de energia e pontos lógicos, bem como a readequação dos pontos de iluminação conforme novo *layout*.

Empresa: Alberto Sousa Engenharia e Comércio LTDA.

Contrato: 0116/2019_R

Ordem de serviço nº: 20/2020

Valor inicial: R\$ 10.043,16

Valor Pago: R\$ 8.120,30

Data de início: 10/11/2020

Previsão de Término: 18/12/2020

Status: Em andamento.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO GABINETE DO DESEMBARGADOR MARCELINO CHAVES EVERTON PRÉDIO

SEDE ANEXO II.

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico das salas do gabinete, fechamento de vãos com alvenaria, instalações de esquadrias de madeira, instalação de divisória em gesso acartonado, isolamento acústico em lã de vidro; soleira bege bahia, instalações elétricas/ lógica / telefonia; instalações hidro-sanitárias; assentamento de piso e parede em porcelanato; instalação de molas em portas; instalação de luminárias novas; execução de bancadas de granito; torneiras, espelho; colocação de forro de gesso acartonado; rodapé em poliuretano, acabamento em gesso acartonado, sanca, soltura e cortineiro além da pintura interna de paredes e esquadrias.

Empresa: Alberto Sousa Engenharia e Comércio LTDA.

Contrato: 0116/2019

Ordem de serviço nº: 09/2020

Valor inicial: R\$ 47.754,14

Valor da 1ª medição: R\$ 27.052,50

Valor da 2ª medição (final): R\$ 15.958,35

Valor pago: R\$ 43.010,85

Data de início: 27/07/2020

Data de Término: 06/11/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE IMÓVEL NA AV. MÁRIO ANDREAZZA, TURÚ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO 10º JECRC

Descrição: Serviços de adequação com instalação de divisórias eucatex, criação de 02 lavabos, lavabo especial e copa com execução em paredes em bloco de gesso. Com serviços de impermeabilização, revestimento de piso e parede em lavabos masculino e feminino; na copa e lavabo especial, as paredes receberam, revestimento de cerâmico, portas em madeira, basculante em esquadria de alumínio e vidro, instalação hidro sanitárias e instalação elétrica lógica e telefonia; instalação de louças e metais, barras de apoio aço inox em lavabo especial; instalação de película fumê; bancadas em granito cinza andorinha; cubas de aço inox; cuba de louça redonda e serviço de pintura em geral.

Empresa: Alberto Sousa Engenharia e Comércio LTDA.
Contrato: 0116/2019
Ordem de serviço nº: 20/2019
Data de início: 03/02/2020
Data de Término: 15/04/2020
Valor da Ordem de Serviço: R\$ 82.847,43
Valor da Ordem de Serviço paga: R\$ 82.847,43
Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Descrição dos serviços: Revisão e impermeabilização da cobertura, troca de lâmpadas e pintura da fachada (Primeira etapa).

Empresa: Alberto Sousa Engenharia e Comércio LTDA.
Contrato: 0116/2019_R
Ordem de serviço nº: 18/2020
Valor: R\$ 32.006,53
Valor pago: R\$ 32.006,53
Data de início: 03/11/2020
Data de Término: 31/11/2020
Status: Concluída

• SERVIÇOS DE ADAPTAÇÕES E REPAROS DA CRECHE JUDITH PACHÊCO E CASA DA CRIANÇA

Descrição dos serviços: Serviços de demolição e remoções de portas e janelas, revisão de coberturas, aplicação de pintura dos ambientes, troca de luminárias entre outros.

Empresa: Alberto Sousa Engenharia Indústria e Comércio LTDA.
Contrato: 0116/2019
Ordem de serviço nº: 15/2019
Valor inicial: R\$ 55.936,09
Valor Pago: R\$ 55.936,09
Data de início: 21/10/2019
Data de Término: 19/01/2020
Status: Concluída.

• REFORMA DA UNIDADE ADMINISTRATIVA DO TJMA - ANEXO V - BAIRRO ALEMANHA.

Descrição dos serviços: Reforma do Anexo Administrativo V do TJ/MA, contemplando as edificações Arquivo, Coordenadoria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos, Galpões - Divisão de Acervos

Judiciais, Administrativos e Históricos, Subestação e área externa, abrangendo uma área construída $A=5.034,92 \text{ m}^2$ e uma área total $A=11.433,88 \text{ m}^2$, e incluindo a execução de serviços tais como revisão de cobertura, recuperação de reboco, instalação de divisórias, substituição de esquadrias, instalações prediais (elétricas, lógicas, drenagem superficial, rebaixamento de lençol freático, prevenção e combate a incêndio), substituição de estruturas metálicas deterioradas, substituição de piso cerâmico e de revestimentos, instalações de louças e metais, adequação de banheiros, adaptação de ambiente para funcionamento de copa, adaptação de banheiros para PcD, requalificação de guaritas, pavimentação externa, substituição de estruturas metálicas deterioradas.

Empresa: Conpac - Construções e Consultoria Ltda.
Contrato: 169/2019
Ordem de serviço nº: 001/2020
Valor inicial: R\$ 1.503.164,82
Valor aditivado: R\$ 425.139,55
Valor total com aditivo: R\$ 1.928.304,37
Valor Pago: R\$ 224.130,17
Data de início: 20/01/2020
Previsão de Término: 28/05/2021
Status: Em execução

• AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 4 (QUATRO) NOVOS ELEVADORES NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Descrição dos serviços: Aquisição e instalação de 4 (quatro) novos elevadores, localizados no hall de acesso à Diretoria Geral, à Presidência, ao Auditório e ao Setor Médico/Odontológico no Prédio Sede e anexos do Tribunal de Justiça, incluindo a desmontagem dos equipamentos atualmente existentes e instalação dos novos, com mão de obra e materiais necessários.

Empresa: Thyssenkrupp Elevadores S/A
Contrato: 0110/2017
Ordem de serviço nº: 010/2017
Valor inicial: R\$ 532.000,00
Valor Pago: R\$ 532.000,00

Data de início: 25/09/2017
Data de término: 28/04/2020
Status: Concluído

POLO SÃO LUIS II - FDSC

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA (FDSC).

Descrição dos serviços: Serviços de pintura dos ambientes, execução de serviços de mudança de layout da portaria principal do FDSC com instalação de novos pontos elétricos, lógica e telefone, execução de troca de revestimento e substituição de tubulações nas caixas d'água da cobertura, instalação de luminárias, instalação de tomadas, entre outros.

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

Contrato: 0114/2019

Ordem de serviço nº: 04/2020

Valor inicial: R\$ 120.397,54

Valor Pago: R\$ 120.397,54

Data de início: 13/07/2020

Data de Término: 11/09/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA (FDSC).

Descrição dos serviços: Serviços de pintura dos ambientes, instalação de caixa sifonada e torneira em banheiro, troca de luminárias, instalação de tomadas lógicas, execução de divisórias de gesso acartonado, continuação de troca de revestimento e substituição de tubulações nas caixas d'água da cobertura, serviços nas casas de máquinas, entre outros.

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

Contrato: 0114/2019_R

Ordem de serviço nº: 05/2020

Valor inicial: R\$ 161.710,85

Valor Pago: R\$ 161.710,85

Data de início: 13/07/2020

Data de Término: 11/09/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY

COSTA (FDSC).

Descrição dos serviços: Serviços de pintura de ambientes, execução de calçadas (passeio), aplicação de fumê em esquadrias de vidro, instalação de luminárias, instalação de tomadas lógicas, execução de forro drywall, instalação de assentos plástico para vaso sanitário, entre outros.

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

Contrato: 0114/2019_R

Ordem de serviço nº: 07/2020

Valor inicial: R\$ 135.647,86

Valor Pago: R\$ 135.647,86

Data de início: 17/08/2020

Data de Término: 15/11/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA (FDSC).

Descrição dos serviços: Serviços de pintura de ambientes, execução de parede de gesso acartonado, instalação de tomadas e interruptores, instalação de luminárias, pintura de esquadrias de madeira, poda de árvore, instalação de mola hidráulica para portas de vidro, instalação de bomba centrífuga, impermeabilização de superfície, instalação de pingadeira, entre outros.

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

Contrato: 0114/2019_R

Ordem de serviço nº: 08/2020

Valor inicial: R\$ 241.702,13

Valor Pago: R\$ 241.702,13

Data de início: 21/09/2020

Previsão de Término: 20/12/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA (FDSC).

Descrição dos serviços: Instalação de luminárias, poda de árvores, pintura de ambientes, instalação de tomadas, telhamento com telha ondulada, instalação de tomadas de lógica, limpeza de fossa séptica, instalação de porta de alumínio, regulagem de mola hidráulica, instalação de torneiras, entre outros.

Empresa: Torquato Fernandes Engenharia LTDA.

Contrato: 0114/2019_R
Ordem de serviço nº: 09/2020
Valor inicial: R\$ 76.676,30
Valor Pago: R\$ 76.676,30
Data de início: 17/11/2020
Previsão de Término: 16/01/2020
Status: Concluída.

POLO REGIONAL IMPERATRIZ

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DE LORETO.

Descrição dos serviços: Serviços de pintura dos ambientes, pintura das portas de madeira, revisão de telhado, impermeabilização de superfícies e serviço de campina e limpeza de terreno.

Empresa: Palmares Construções LTDA.

Contrato: 0113/2019_R

Ordem de serviço nº: 21/2020

Valor inicial: R\$ 49.412,00

Valor Pago: R\$ 49.412,00

Data de início: 17/11/2020

Data de Término: 03/12/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DE RIACHÃO

Descrição dos serviços: Instalação de luminárias, pintura das paredes internas e externas, pintura de esquadrias de madeira, instalação de tomadas, dentre outros.

Empresa: Palmares Construções LTDA.

Contrato: 0113/2019_R

Ordem de serviço nº: 15/2020

Valor inicial: R\$ 18.189,90

Valor Pago: R\$ 15.114,03

Data de início: 16/11/2020

Previsão de Término: 04/12/2020

Status: Concluído.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO

Descrição dos serviços: Substituição da cobertura, troca de revestimento cerâmico de piso e paredes, substituição de instalações elétrica, lógica e hidrossanitária, adequação do lay-out interno,

implantação de banheiro para portadores de necessidades especiais e pintura geral do prédio.

Empresa: Palmares Construções LTDA.

Contrato: 0113/2019

Ordem de serviço nº: 16/2020

Valor OS: R\$151.275,92

Valor pago: R\$ 74.032,34

Data de início: 03/11/2020

Data de Término: 03/03/2021

Status: Em andamento

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS.

Descrição dos serviços: Instalação de luminárias e tomadas, instalação de portas de madeira, tratamento de trincas e fissuras, pintura de paredes, dentre outros.

Empresa: Palmares Construções LTDA.

Contrato: 0113/2019_R

Ordem de serviço nº: 20/2020

Valor inicial: R\$ 146.875,16

Valor Pago: R\$ 67.275,48

Data de início: 23/11/2020

Previsão de Término: 21/02/2020

Status: Em andamento.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ-MA.

Descrição dos serviços: Serviços de substituição do piso cerâmico da recepção, impermeabilização da marquise, instalação de corrimão de inox na escada, instalação de balcões de granito nas recepções das secretarias, substituição de mictórios.

Empresa: Palmares Construções Ltda.

Contrato: 07/2020

Ordem de serviço nº: 04/2019

Valor inicial: R\$57.318,66

Valor Pago: R\$57.318,66

Data de início: 26/06/2020

STATUS: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO FÓRUM DA COMARCA DE MONTES ALTOS-MA

Descrição dos serviços: Serviços de troca

recuperação de reboco deteriorado, recuperação estrutural de vigas e pilares, substituição de piso cerâmico, pintura interna e externa, revisão nas instalações elétricas, troca de louças e metais e demais serviços de manutenção.

Empresa: Palmares Construções Ltda.

Contrato: 0113/2019

Ordem de serviço nº: 01/2020

Valor inicial: R\$ 104.378,50

Valor Pago: R\$ 104.378,50

Data de início: 20/04/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DE BALSAS

Descrição dos serviços: Revisão da Cobertura, imunização do madeiramento e emboçamento da cumeeira.

Empresa: Palmares Construções LTDA.

Contrato: 0113/2019

Ordem de serviço nº: 10/2020

Valor inicial: R\$ 32.002,15

Valor Pago: R\$ 32.002,15

Data de início: 11/05/2020

Previsão de Término: 09/08/2020

Status: Concluído

POLO REGIONAL CAXIAS

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DE PARAIBANO.

Descrição dos serviços: Remoções de divisórias, trama metálica, telha de fibrocimento e portas; execução de laje pré-fabricada treliçada, execução de alvenaria, instalação de tesoura de madeira, instalação de rufo, execução de revestimento cerâmico, instalação de mola hidráulica, execução de pintura interna em ambientes, instalação de luminárias e tomadas, entre outros.

Empresa: Sebastião Pereira Ferreira Júnior.

Contrato: 0109/2019

Ordem de serviço nº: 02/2020

Valor inicial: R\$ 27.160,62

Valor Pago: R\$ 25.802,95

Data de início: 04/02/2020

Data de Término: 04/04/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DE CAXIAS.

Descrição dos serviços: Execução de alvenaria, estrutura metálica para cobertura, impermeabilização de superfícies, execução de piso cimentado, pintura de ambientes, entre outros.

Empresa: Sebastião Pereira Ferreira Júnior.

Contrato: 0109/2019_R

Ordem de serviço nº: 13/2020

Valor inicial: R\$ 378.173,22

Valor Pago: R\$ 138.669,91

Data de início: 19/10/2020

Previsão de Término: 18/03/2021

Status: Em andamento

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DE PARNARAMA.

Descrição dos serviços: Remoção de louças e luminárias, demolição de alvenaria, execução de revestimento com argamassa em paredes, execução de revestimento cerâmico em paredes, instalação de grade de ferro, impermeabilização de superfícies, execução de revestimento cerâmico para piso, aplicação de pintura com tinta texturizada, instalação de tomadas, entre outros.

Empresa: Sebastião Pereira Ferreira Júnior.

Contrato: 0109/2019

Ordem de serviço nº: 01/2020

Valor inicial: R\$ 31.032,35

Valor Pago: R\$ 31.032,35

Data de início: 03/02/2020

Data de Término: 03/05/2020

Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DE PASTOS BONS.

Descrição dos serviços: Revisão de cobertura e imunização de madeiramento para cobertura; execução de reboco, execução de revestimento cerâmico, instalação de mola hidráulica, execução de pintura interna em ambientes, instalação de luminárias e tomadas, entre outros.

Empresa: Sebastião Pereira Ferreira Júnior.

Contrato: 0109/2019

Ordem de serviço nº: 07/2020

Valor inicial: R\$ 29.858,95

Valor Pago: R\$ 29.858,95

Data de início: 10/08/2020
Data de Término: 24/10/2020
Status: Concluída.

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DE COROATÁ.

Descrição dos serviços: Execução de alvenaria de tijolos cerâmicos, revisão de cobertura com telha cerâmica, revestimento cerâmico, execução de forro em placas de gesso, instalação de portas, pintura de ambientes, instalação de luminárias, instalação de louças e metais sanitários, instalação de bancada de granito, entre outros.

Empresa: Sebastião Pereira Ferreira Júnior.
Contrato: 0109/2019
Ordem de serviço nº: 15/2019
Valor inicial: R\$ 61.767,25
Valor Pago: R\$ 61.767,25
Data de início: 16/12/2019
Data de Término: 13/07/2020
Status: Concluída.

POLO REGIONAL CHAPADINHA

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE urbano santos

Descrição dos serviços: Revisão geral do telhado, com substituição de parte do mesmo sobre a secretaria judicial, recuperação de fissuras em paredes, instalações elétrica e lógica novas, implantação de sala de depoimento especial e pintura geral do imóvel.

Empresa: Módulo Engenharia LTDA EPP
Contrato: 0112/2019
Ordem de serviço nº: 17/2020
Valor inicial: R\$128.820,47
Valor pago: R\$ 53.632,99
Data de início: 26/10/2020
Status: Em execução

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE BREJO.

Descrição dos serviços: Manutenção telhado com revisão de cobertura e impermeabilização de lajes, substituição de esquadrias, substituição

de lâmpadas e pintura interna e externa.

Empresa: Módulo Engenharia LTDA EPP
Contrato: 0112/2019
Ordem de serviço nº: 13/2020
Valor Inicial: R\$ 59.188,29
Valor Pago: R\$ 58.595,72
Data de início: 07/10/2020
Data de Término: 17/11/2020
Status: Concluída

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE ITAPECURU MIRIM

Descrição dos serviços: Manutenção geral da rede lógica, com execução de novos pontos e instalação de equipamentos, novos pontos elétricos e substituição de lâmpadas, manutenção em banheiro masculino e pintura geral do prédio.

Empresa: Módulo Engenharia LTDA EPP
Contrato: 0112/2019 Manutenção Predial Polo Chapadinha
Ordem de serviço nº: 19/2020
Valor inicial: R\$73.101,47
Valor pago: R\$ 71.809,99
Data de início: 17/08/2020
Data de Término: 15/11/2020
Status: Concluída

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE ROSÁRIO.

Descrição dos serviços: Manutenção do imóvel do Fórum com troca da cobertura por telhas metálicas, revisão no madeiramento, pavimentação externa com blocos sextavados de concreto, substituição de lâmpadas queimadas e algumas luminárias e retirada de vazamentos na rede hidráulica.

Empresa: Módulo Engenharia LTDA EPP
Contrato: 0112/2019
Ordem de serviço nº: 14/2020
Valor OS: R\$ 82.071,55
Valor pago: R\$ 59.913,56
Data de início: 27/10/2019
Status: Em execução

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE cantanhede.

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura, impermeabilização de laje, colocação de concertina

no muro, serviços de capina, substituição de lâmpadas e algumas luminárias, manutenção da copa, pavimentação com blocos sextavados e pintura geral.

Empresa: Módulo Engenharia LTDA EPP

Contrato: 0112/2019

Ordem de serviço nº: 21/2020

Valor inicial: R\$ R\$98.034,74

Valor pago: R\$ 97.128,78

Data de início: 05/10/2019

Data de Término: 30/11/2020

Status: Concluída

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE VARGEM GRANDE.

Descrição dos serviços: Manutenção geral do imóvel do Fórum, com substituição de redes elétrica, lógica e hidrossanitária, substituição de esquadrias de portas e janelas, execução de nova cobertura, reforço e elevação de muro, colocação de concertina, recuperação de calçada externa e pintura geral.

Empresa: Módulo Engenharia LTDA EPP

Contrato: 0112/2019

Ordem de serviço nº: 04/2019, 05/2020 e 20/2020

Valor inicial das OS: R\$ 354.976,41

Valor pago: R\$ 285.456,95

Data de início: 09/12/2019

Data de Término: 16/11/2020

Status: Concluída

POLO REGIONAL PINHEIRO

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DA COMARCA DE PINHEIRO.

Descrição dos serviços: Reforma do Fórum da Comarca de Pinheiro com a execução de serviços, tais como revisão de cobertura, recuperação de reboco, instalação de divisórias, substituição e instalação de esquadrias, instalações prediais (elétricas, lógicas, hidro-sanitária), substituição de piso cerâmico e de revestimentos, instalações de louças e metais, inserção de banheiro no gabinete do Juiz, adaptação de ambiente para funcionamento

de salas especiais, colocação de calhas e proteção de paredes com barras de revestimento cerâmico.

Empresa: Geral Engenharia e Serviços Ltda.

Contrato: 0111/2019_R

Ordem de serviço nº: 015/2020

Valor Total: R\$ 395.903,78

Valor Pago: R\$ 123.744,34

Data de início: 14/10/2020

Previsão de Término: 11/02/2021

Status: Em execução

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DA COMARCA DE MATINHA.

Descrição dos serviços: Reforma do Fórum da Comarca de Matinha, com a execução de serviços, tais como revisão de cobertura, recuperação de reboco, eliminação e construção de paredes divisórias, revisão de instalações prediais (elétricas, lógicas, hidro-sanitária), substituição total de piso cerâmico e renovação total dos banheiros com trocas de revestimentos, instalações de louças e metais, construção/ampliação de calçada no entorno do prédio.

Empresa: Geral Engenharia e Serviços Ltda.

Contrato: 0111/2019_R

Ordem de serviço nº: 016/2020

Valor total: R\$ 204.234,30

Valor Pago: R\$ 30.618,58

Data de início: 09/10/2020

Data de término: 06/02/2021

Status: Em execução

POLO REGIONAL SANTA INÊS

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE LAGO DA PEDRA

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura, impermeabilização das lajes, recuperação do forro de gesso, revisão das esquadrias, esquadrias de vidro nos balcões de atendimento, revisão dos banheiros, troca de lâmpadas, troca da bomba do poço e pintura das secretarias.

Empresa: Silveira Engenharia E Construção Ltda

Contrato: 0115/2019

Ordem de serviço nº: 03/2020

Valor: R\$ 67.295,97

Valor pago: R\$ 67.295,97

Data de início: 13/04/2020
Data de Término: 06/10/2020
Status: Concluída

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE PINDARÉ-MIRIM

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura, impermeabilização da laje, recuperação do muro, revisão das esquadrias, revisão dos banheiros, troca de lâmpadas, e pintura geral.

Empresa: Silveira Engenharia E Construção Ltda
Contrato: 0115/2019
Ordem de serviço nº: 05/2020
Valor: R\$ 51.840,65
Valor pago: R\$ 51.840,65
Data de início: 23/03/2020
Data de Término: 02/06/2020
Status: Concluída

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE MONÇÃO

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura, recuperação do muro, troca de reboco danificado, revisão das esquadrias, revisão dos banheiros, troca de lâmpadas, criação de pontos elétricos e lógicos e pintura geral.

Empresa: Silveira Engenharia E Construção Ltda
Contrato: 0115/2019 R
Ordem de serviço nº: 07/2020
Valor: R\$ 32.487,97
Valor pago: R\$ 32.487,97
Data de início: 14/09/2020
Data de Término: 14/10/2020
Status: Concluída

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM DE BOM JARDIM

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura, troca de piso e revestimento cerâmico, troca de reboco danificado, revisão das esquadrias, revisão dos banheiros, troca de lâmpadas, criação de pontos elétricos e lógicos e pintura geral.

Empresa: Silveira Engenharia E Construção Ltda
Contrato: 0115/2019_R
Ordem de serviço nº: 09/2020
Valor: R\$ 192.791,64
Valor pago: R\$ 64.201,40
Data de início: 19/10/2020

Data de Término: 16/02/2021
Status: Em execução

• SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO FÓRUM De PEDREIRAS

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura, revisão da rede elétrica e lógica, troca do piso cimentado danificado, revisão das esquadrias, revisão dos banheiros, troca de lâmpadas e reforma do arquivo.

Empresa: Silveira Engenharia E Construção Ltda
Contrato: 0115/2019_R
Ordem de serviço nº: 10/2020
Valor: R\$ 109.497,32
Valor pago: R\$ 23.525,54
Data de início: 03/11/2020
Data de Término: 01/02/2021
Status: Em execução

DIVISÃO DE ARQUITETURA (PROJETOS ELABORADOS)

• CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELLING - BIM OU MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO NA EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA REALIZADAS NAS UNIDADES JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.

Descrição dos serviços: Elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa especializada na implantação e implementação do BIM.

NÚMERO DO PROCESSO: 234612020
Status: Em andamento para contratação.

• ENCAMINHAMENTO DE MEMO CMEP 412020, ATRAVÉS DO QUAL A COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMONIO SOLICITA,JUSTIFICADAMENTE, “A CONSTRUÇÃO DE MAIS ALGUNS GALPÕES(CUJA QUANTIDADE PODE SER DEFINIDA APÓS ESTUDO TÉCNICO)

NAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE ADMINISTRATIVA Nº V (ALEMANHA).”

Descrição dos serviços: Elaboração de estudo de viabilidade e consequentemente projeto arquitetônico de 01 (um) novo galpão para Unidade Administrativa, Anexo V no Bairro da Alemanha
Status: Concluído projeto arquitetônico.

• INSTALAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Descrição dos serviços: Elaboração de Projeto Arquitetônico para Laboratório de Inovação no Fórum Desembargador Sarney Costa.
Status: Em Execução.

• FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA METALÚRGICA ASCURRA EIRELI

Descrição dos serviços: Fornecimento e Instalação de Plataforma Inclinada no Prédio Sede no acesso ao anexo III, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Empresa: Metalúrgica Ascurra Eireli.
Contrato: 0066/2020- TJMA
Ordem de serviço nº: 06/2020 - TJMA
Valor da Ordem de Serviço: R\$ 84.000,00
Valor medição única: R\$ 84.000,00
Data de início: 01/07/2020
Data de Término: 23/11/2020
Status: Concluída.

• CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA/MA

Descrição dos serviços: Elaboração de Projeto Executivo para licitação da futura sede da comarca de Passagem Franca projetos: arquitetônico e complementares.

Número do NÚMERO DO PROCESSO: 68932017
Status: Em fase de licitação.

• CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO E A EMPRESA FUTURA ARQUITETOS ASSOCIADOS S/S - EPP

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: Levantamentos planialtimétrico e de sondagem de três terrenos: Unidade Administrativa, Anexo V – No Bairro Alemanha, Para Construção De Um Galpão; Levantamento Planialtimétrico Em Itinga Do Maranhão E São Pedro Da Água Branca, Para Projetar E Posteriormente Construção De Novas Sedes Das Comarcas Dos Referidos Municípios.

Empresa: EMPRESA FUTURA ARQUITETOS ASSOCIADOS S/S - EPP

Contrato: 0089/2020- TJMA

Ordem de serviço nº: 07/2020 – Unidade Administrativa do TJ/MA anexo V – Bairro Alemanha.

Valor da Ordem de Serviço: R\$ 32.891,02

Valor medição única: R\$ 32.891,02

Data de início: 21/09/2020

Data de Término: 01/10/2020

Status: Concluída.

Ordem de serviço nº: 08/2020 – Construção para novo Fórum da Comarca de São Pedro da Água Branca.

Levantamento planialtimétrico de 2.500 (dois mil e quinhentos) m²

Sondagem de 4 furos

Valor da Ordem de Serviço: R\$ 37.480,80

Valor medição única: R\$ 37.480,80

Data de início: 21/10/2020

Data de Término: 31/10/2020

Status: Concluída.

Ordem de serviço nº: 09/2020 – Construção para novo Fórum da Comarca de Itinga do Maranhão. Levantamento

planialtimétrico de 2.500 (dois mil e quinhentos) m²

Sondagem de 5 furos

Valor da Ordem de Serviço: R\$ 36.912,52

Valor medição única: R\$ 36.912,52

Data de início: 21/10/2020

Data de Término: 31/10/2020

Status: Concluída.

• 2021

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL REALIZADOS

- Serviços de manutenção predial na Corregedoria;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de São Domingos do Azeitão;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de João Lisboa;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Urbano Santos;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Tutóia;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Bom Jardim;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Pio XII;
- Serviços de manutenção no Fórum da Comarca de Itapecuru-Mirim;

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL EM ANDAMENTO

- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Maracaçumé;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Matinha;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Urbano Santos;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Caxias;
- Adaptação de imóvel para funcionamento da Vara da Infância e Juventude e do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar do Termo Judiciário de São José de Ribamar da Comarca da Ilha;
- Instalação do Fraldário e banheiro multifamiliar nas dependências do Fórum Desembargador Sarney Costa;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Codó;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Barreirinhas;

- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Pinheiro;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Pedreiras;
- Serviços de manutenção predial no Fórum da Comarca de Arame.

CONTRATOS DE OBRAS, REFORMAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM EXECUÇÃO

- Execução da Reforma da Unidade Administrativa do TJ-MA – Anexo V – Alemanha;
- Execução dos Serviços de Reforma da Rede Elétrica e de Cabeamento Estruturado do Fórum da Comarca de Imperatriz;
- Construção do Salão do Júri e Reforma do Fórum da Comarca de Cururupu;
- Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e plataforma elevatória vertical, instalados nas unidades prediais pertencentes ao Poder Judiciário do estado do Maranhão (Capital e Interior);
- Execução dos serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva, no sistema de climatização tipo VRF do Fórum Desembargador Sarney Costa;
- Aquisição e instalação de 02 (dois) geradores elétricos cabinados e super silenciados (600 KVA e outro de 240 KVA), incluindo mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários, para atender a demanda do Prédio Sede e Anexos do Tribunal de Justiça;
- Fornecimento e instalação de móveis confeccionados sob medida conforme projeto para atender a demanda do Gabinete da Presidência, localizado no Prédio Sede do Tribunal de Justiça;
- Serviços de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral e sondagem a percussão (investigação geotécnica) nos

terrenos destinados à construção das unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;

- Contratação de projetos executivos e complementares para subsidiar a reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Pedreiras.

NOVOS PROCESSOS EM ANDAMENTO

- Contratação de empresa de engenharia para a Construção do novo Fórum da Comarca de Passagem Franca;
- Contratação de empresa de engenharia para a Construção do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá;
- Contratação de empresa de engenharia para a Construção/Ampliação da Fórum da Comarca de Açailândia e Revitalização da Edificação Existente;
- Contratação de empresa especializada para a construção de galpão nas instalações da Unidade Administrativa nº V (Alemanha);
- Contratação de empresa especializada para a Construção do novo Fórum da Comarca de Itinga (em elaboração);
- Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Zé Doca (em elaboração);

- Contratação de empresa especializada na fabricação e montagem de mobiliário planejado para o Gabinete do Desembargador Marcelino Everton localizado no Edifício Prédio Sede, do Tribunal de Justiça;
- Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de 01 (um) novo elevador localizado na Ala 01 do Fórum Des. Sarney Costa;
- Contratação para o fornecimento de peças (componentes) para os Elevadores 97014 e 97015 instalados nas dependências do Fórum Desembargador Sarney Costa;
- Contratação de serviços de empresa especializada para prestação de serviços de confecção e instalação de placas de sinalização e comunicação visual modular e acessibilidade, para atender o Fórum Desembargador Sarney Costa;
- Contratação de empresa especializada para implementação do Building Information Modelling - BIM ou Modelagem da Informação da Construção na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizadas nas Unidades Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

DIRETORIA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

• PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS

MÓDULO CRIMINAL DO SISTEMA PJE NA ENTRÂNCIA INICIAL

A tramitação de processos judiciais da competência criminal, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, será feita exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as comarcas de entrância inicial.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Tribunal lançou em novembro a nova versão do seu Portal da Transparência, atendendo à determinação da Resolução nº 102, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No novo portal constam informações sobre a estrutura remuneratória e o quantitativo dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança, além dos cargos da magistratura estadual

INSTALADOS NOVOS SERVIDORES NO CPD DO FÓRUM DE SÃO LUÍS

O Tribunal instalou 5 (cinco) novos servidores no CPD do Fórum Desembargador Sarney Costa, para suportar os sistemas de arquivos e demais serviços daquele prédio. A medida faz parte do plano de modernização do Judiciário, que tem o objetivo de atualizar a infraestrutura de processamento e comunicação de dados dos fóruns

TRIBUNAL DESENVOLVE APP PARA GESTÃO DE PESSOAS

Na Semana do Servidor, o Tribunal de Justiça do Maranhão lançou o primeiro aplicativo do Judiciário maranhense voltado para a gestão de pessoas: o NexusRH. Trata-se de uma ferramenta tecnológica criada para facilitar o acesso de servidores e juízes aos bancos de dados do sistema MentoRH, de forma prática e dinâmica, por meio de dispositivos móveis.

CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO É INSTALADA NA UNIDADE PRISIONAL FEMININA DE SÃO LUIS

O Tribunal instalou uma central de digitalização de processos na Unidade Prisional Feminina de São Luis, para uso no Projeto Digitalizar Já. A iniciativa, executada em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça, se destina a digitalizar o acervo físico das unidades, para migração dos processos para o PJe.

NOVO SISTEMA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

O Tribunal desenvolveu e implantou um novo sistema para controle de Material e Patrimônio, o Materiales. Inicialmente foi implantado em setembro o módulo de Patrimônio, que tem a finalidade de controlar os registros patrimoniais do Judiciário

COMARCAS RECEBEM EQUIPAMENTOS DE VIDEOCONFERÊNCIA

O Tribunal instalou 30 salas de videoconferência nos fóruns das comarcas de entrância inicial. O serviço de videoconferência será utilizado para a realização de reuniões virtuais, conectando as unidades do Judiciário, evitando deslocamentos e agilizando a comunicação de magistrados e servidores.

OUIDORIA RECEBE TOTENS PARA DIVULGAÇÃO E PESQUISA

A Ouvidoria recebeu a instalação de três equipamentos de autoatendimento, com a finalidade de reduzir as distâncias entre o cidadão e o Poder Judiciário Maranhão. A partir dos Totens, a população poderá registrar suas demandas (reclamações, dúvidas, sugestões, elogios, denúncias, informações, outros) e encaminhá-las online à Ouvidoria, que providenciará a sua análise e o prosseguimento ao setor competente.

CONCILIAÇÃO PERMITIRÁ O PAGAMENTO COM CARTÃO DE CRÉDITO

A partir de agora é possível efetuar os pagamentos de valores resultantes de acordos judiciais ou extrajudiciais utilizando o cartão de crédito. A solução implantada pelo Tribunal permite que pessoas físicas e jurídicas parcelem os valores dos acordos em até dez vezes no cartão, facilitando o pagamento.

SISTEMA TERMOJURIS GANHA NOVA VERSÃO, COM DADOS DA COVID-19

O Sistema Termojuris ganhou uma nova versão e agora conta com mais gráficos e dados estatísticos de produtividade das unidades de 1º Grau. As novidades da versão incluem novas consultas de produtividade. O sistema conta agora com dados estatísticos relativos a processos que tratam da Covid-19, com informações sobre processos tramitando, decisões, detalhamentos por classe processual e por tipo de decisão.

TRIBUNAL IMPLANTA NOVO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

O novo sistema vai suportar as atividades do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, controlando os processos submetidos às técnicas de julgamento de casos repetitivos. Permite ainda gerenciar processos submetidos à sistemática da repercussão geral e os incidentes de assunção de competência, auxiliando na alimentação do banco nacional de dados (CNJ).

SISTEMA AR DIGITAL ENTRA EM OPERAÇÃO

O Sistema AR Digital visa atender a necessidade de realizar o controle de postagens, através do serviço de Aviso de Recebimento (AR) Digital, oferecido pelos Correios. O sistema, que está integrado com os Correios e permite o gerenciamento das postagens, listas de destinatários, etc.

NOVO PORTAL DO JUDICIÁRIO NA INTERNET ENTRA EM OPERAÇÃO

O Tribunal oferece um novo portal a seus leitores, onde será mais fácil localizar as informações da instituição. O novo portal foi desenvolvido com recursos para ser lido por aplicativos de leitores de tela; audiodescrição das imagens; VLibras – aplicativo que traduz o texto para a Língua Brasileira de Sinais –; alto-contraste e navegação assistida.

NOVA VERSÃO DO SISTEMA PJE É IMPLANTADA

O Sistema PJe, software de processo judicial eletrônico utilizado pelo Tribunal, foi atualizado para a versão 2.1. As novidades da nova versão incluem modificações no painel do usuário, um novo editor de textos e um novo painel de magistrado, para uso em sessões de julgamento. A principal característica do PJe 2.1 é a capacidade de absorção de módulos desenvolvidos separadamente, com atenção às atribuições de cada usuário e de acordo com o ramo da Justiça ou área de atuação.

SISTEMA CONJUD AUXILIA NA GESTÃO E MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DAS CONTADORIAS JUDICIAIS

O Tribunal desenvolveu um novo software para gestão das atividades das contadorias judiciais. O CONJUD é um sistema de informação que permite o controle dos trabalhos das contadorias judiciais, gerenciando as entradas e saídas dos processos e os responsáveis pelos cálculos aplicados.

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL RECEBE DISPLAY INTERATIVO

O Tribunal instalou um display interativo na Biblioteca, que será utilizado na interação com os visitantes. O equipamento vai permitir a apresentação eletrônica dos diversos serviços ofertados pelo setor, com destaque para exibição de vídeos, divulgação de obras, resenhas eletrônicas, etc.

IMPERATRIZ, CAXIAS, TIMON E JUIZADOS RECEBEM NOVOS EQUIPAMENTOS

O Tribunal realizou no mês de junho o envio de novos computadores para as comarcas de Imperatriz, Timon e Caxias, com um total de 149 equipamentos. Também foram substituídos 134 computadores nos juizados especiais da capital e interior, totalizando 283 novos equipamentos instalados.

JURISCONSULT PERMITE CONSULTA DE PROCESSOS CONCLUSOS E PARADOS NO 2º GRAU

O Sistema JURISCONSULT, software de consulta processual e estatística do Judiciário, permite agora que gabinetes e secretarias do Tribunal consultem os dados de movimentação processual mais comumente utilizados para a gestão das atividades de julgamento. A medida visa auxiliar na gestão dos gabinetes, na medida em que informações como lista de Processos Parados e lista de Processos Concluídos podem ser obtidas diretamente pelos usuários.

CONVICTUS PERMITE AGORA REGISTRO DE FREQUÊNCIA PELA INTERNET

O Convictus, sistema que permite o registro biométrico da frequência de pessoas que cumprem medidas socioeducativas, foi atualizado e permite agora que o registro da presença seja efetivado a partir de qualquer lugar, pela Internet. Regulamentado o cadastro de empresas para recebimento de citações e intimações eletrônicas via PJe. O Tribunal regulamentou o cadastro das empresas públicas e privadas e dos entes públicos da administração direta e indireta para efeito de recebimento de citações e intimações por meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário.

SISTEMA PJE PERMITE AGORA O CONTROLE DE PAGAMENTO DAS CUSTAS DE 1º GRAU

O Sistema PJe permite agora o controle do pagamento das custas judiciais de processos eletrônicos. A implantação do controle de pagamentos das custas de 1º Grau, possibilita a vinculação ao processo do número da guia de recolhimento das custas, o que permite o controle do pagamento, de forma semelhante ao que já ocorria no processo físico, gerando mais segurança para a unidade judicial, facilitando a gestão por parte do FERJ.

TRIBUNAL REALIZA VIRTUALIZAÇÃO DE BANCOS DE DADOS

O Tribunal realizou a virtualização dos bancos de dados dos seus sistemas. A virtualização aumenta a agilidade, a flexibilidade e o dimensionamento da TI e, ao mesmo tempo, proporcionar uma economia significativa.

SISTEMA PJE GANHA NOVO AMBIENTE COMPUTACIONAL

O Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe funciona agora em um novo ambiente computacional. Instalado no Datacenter do Judiciário, o novo ambiente de execução do PJe é formado por servidores com maior capacidade de processamento (60 processadores) e memória (4,5 TB de RAM) e por equipamentos de armazenamento de dados (storages) mais velozes e seguros.

SISTEMA SIAFER GANHA NOVA PLATAFORMA

O sistema SIAFERJ, software que controla a arrecadação do FERJ, foi atualizado para uma nova versão, que utiliza um ambiente mais moderno, tornando a ferramenta mais estável e segura.

DATACENTER PASSA POR AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO E MEMÓRIA

O Tribunal ampliou a capacidade de processamento de memória dos equipamentos utilizados no Datacenter. A medida tem por objetivo prover

recursos computacionais adequados a execução dos diversos sistemas e serviços fornecidos pelo Judiciário.

IMPLANTADA CENTRAL DE VIDEOCONFERÊNCIA

O Tribunal implantou uma Central de Videoconferência para apoio a magistrados e servidores. A unidade, que funciona nas instalações do Fórum de São Luís, tem por objetivo a criação de salas, cadastramentos de usuários e suporte a realização de videoconferências.

SISTEMA LICITATUM

O Tribunal iniciou em janeiro a operação do sistema Licitatum. O novo software permite o cadastro e controle das concorrências e pregões presenciais, realizados pelo setor de Licitações e Contratos do TJMA.

PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS COM CARTÃO DE CRÉDITO

O Tribunal de Justiça do Maranhão disponibilizou, a partir de janeiro, o pagamento de débitos judiciais via cartão de crédito ou débito, com possibilidade de parcelamento dos valores.

AVISO DE PROTOCOLO DE PROCESSO NO PLANTÃO NA COMARCA DA ILHA

O Tribunal disponibilizou o serviço que avisa o protocolo de processos durante plantão, para os servidores e magistrados da Comarca da Ilha de São Luís.

COMUNICAÇÃO ENTRE TJMA E DEFENSORIA É REALIZADA AGORA POR MALOTE DIGITAL

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão passou a utilizar o sistema Malote Digital para comunicações oficiais com o TJMA e demais unidades do Judiciário.

AUDIÊNCIAS JÁ PODEM SER REALIZADAS POR MEIO DE WEB CONFERÊNCIA EM TODAS AS COMARCAS

Juízes das comarcas do interior do Maranhão e da Capital já podem utilizar o sistema de web conferência em interrogatórios, acareações, depoimentos e no julgamento de presos de alta periculosidade, com a participação de representantes do Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual.

DEMANDAS DOS CENTROS DE CONCILIAÇÃO PASSAM A TRAMITAR PELO SISTEMA PJE

A partir de fevereiro, o registro no Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) de demandas pré-processuais, pedidos de homologação de transação extrajudicial e demandas judiciais pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos devem obedecer às regras do Provimento nº 2/2020.

TRIBUNAL AMPLIA LINKS DE FÓRUNS E JUIZADOS

O Tribunal realizou a ampliação de diversos links de dados de fóruns e juizados do interior e da capital. Os links foram ampliados em 500%, sem aumento de custo para o TJMA. A ampliação permitirá maior velocidade no acesso a Internet e melhor uso dos sistemas e serviços do Tribunal, especialmente o sistema PJe.

FÓRUM DE SÃO LUÍS PASSA POR MODERNIZAÇÃO DA REDE LÓGICA E DO CPD

O Tribunal concluiu em fevereiro a segunda etapa do processo de modernização da rede de dados e do CPD do Fórum de São Luís. Foram instalados trinta e dois novos equipamentos de rede (switches), em substituição aos equipamentos atuais, que já apresentavam falhas, permitindo a renovação do parque tecnológico do Fórum, com melhoria na estabilidade e velocidade da rede lógica.

REQUISIÇÃO E TRAMITAÇÃO DE DIÁRIAS COMEÇAM A FUNCIONAR NO SISTEMA DIGIDOC.

O Tribunal disponibilizou a consulta pública de produtividade de magistrados de 1º Grau. Disponível a partir do Site da Corregedoria, a consulta permite acompanhar a quantidade de sentenças, decisões e despachos, entre outras informações.

CORREGEDORIA RECEBE UM NOVO LINK DE FIBRA ÓTICA

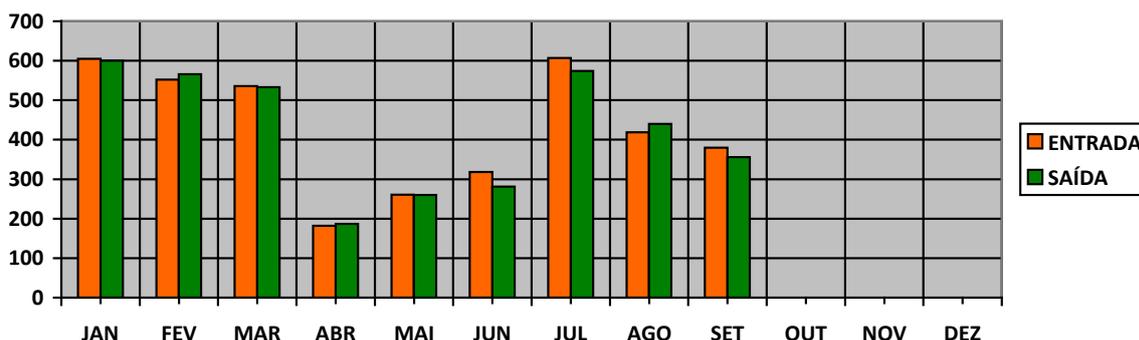
O Tribunal implantou em março uma nova

ligação entre o prédio sede do TJ e a CGJ. O novo link de fibra ótica permitirá a redundância de conexão entre as unidades, garantindo o acesso aos sistemas e serviços do Judiciário a todos os magistrados e servidores que trabalham na CGJ, em caso de rompimento do link principal.

TI EM NÚMEROS

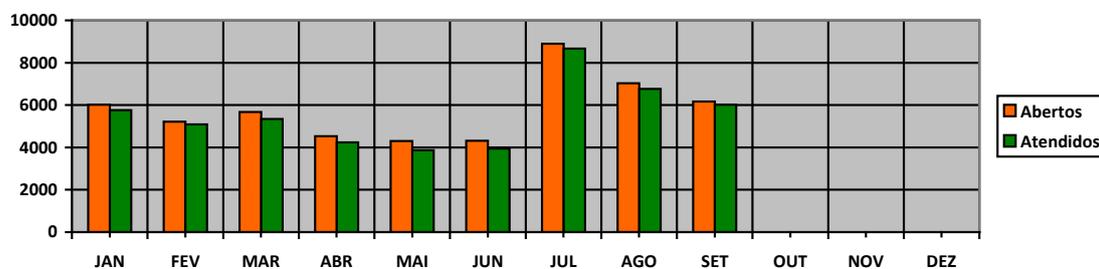
Os gráficos a seguir representam a produtividade dos diversos setores da Diretoria de Informática, possibilitando avaliar a demanda de trabalho em cada coordenadoria e a efetividade no atendimento das solicitações de magistrados e servidores.

Manutenção de Equipamentos



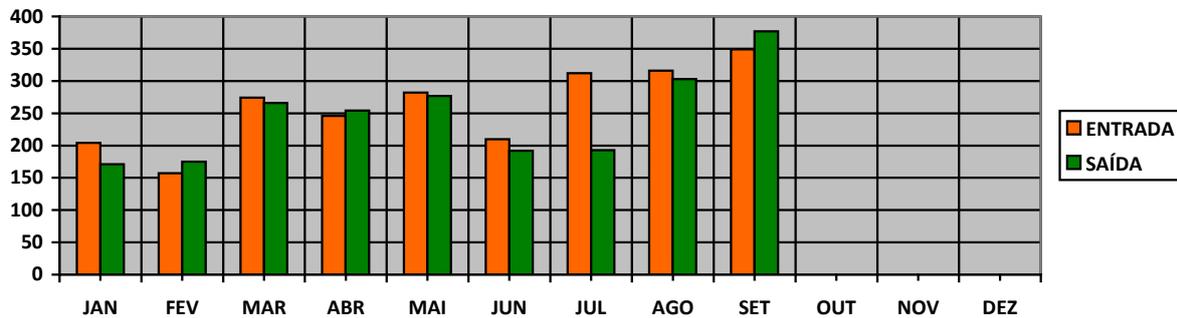
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ENTRADA	605	552	536	182	261	318	607	419	380	571	538		4.969
SAÍDA	600	566	533	187	260	281	574	440	356	640	465		4.902

Atendimento



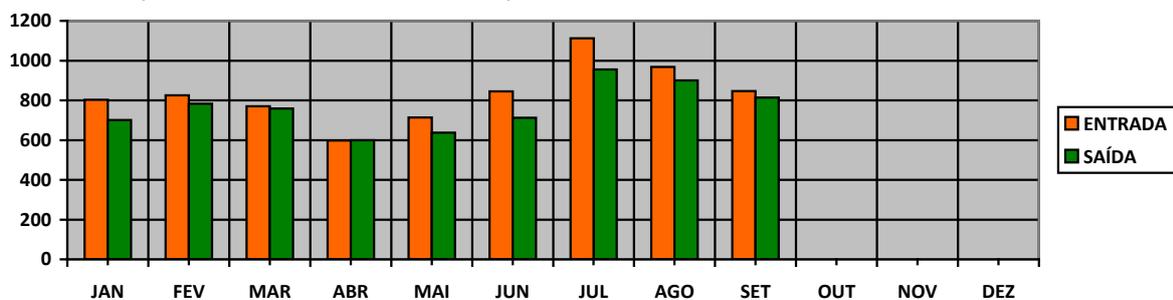
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ABERTOS	6009	5210	5669	4536	4298	4314	8893	7036	6163	6003	5092		63.223
ATENDIDOS	5767	5087	5348	4241	3868	3944	8665	6758	6017	5815	4912		60.422

Infraestrutura de Datacenter, Redes de Dados e Telefonia



	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ENTRADA	204	157	274	246	282	210	312	316	349	318	294		2.962
SAÍDA	171	175	266	254	277	192	193	303	377	318	299		2.825

Administração de Sistemas de Informação e Bancos de Dados



	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ENTRADA	803	826	771	598	714	845	1112	968	846	825	922		9.230
SAÍDA	701	783	759	599	638	712	956	901	814	730	934		8.527

• 2021

Esse documento apresenta um resumo das principais ações realizadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, no período de janeiro a março de 2021. Relaciona projetos e serviços das áreas de Sistemas de Informação e Banco de Dados, Infraestrutura de Rede e Telecomunicações, Manutenção de Equipamentos e Atendimento ao Usuário que foram realizados no período.

PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS

Tribunal passa a utilizar o Diário da Justiça Eletrônico Nacional – DJEN, para publicação de documentos de processos judiciais.

O Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN, foi implantado nos sistemas do Judiciário maranhense em janeiro de 2021. O Judiciário maranhense passou a adotar o Diário de Justiça Eletrônico Nacional como instrumento de comunicação oficial, publicação e divulgação dos atos judiciais produzidos nos sistemas processuais do TJMA, nos termos da Resolução CNJ nº 234, em substituição ao Diário de Justiça Eletrônico (DJe).

Turmas Recursais e Juizados com competência criminal passam a utilizar o PJe Criminal.

O protocolo, o registro, a distribuição, a autuação, a tramitação e as comunicações nos processos judiciais da competência criminal, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, serão feitos exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as turmas recursais e nos juizados com competência criminal.

Tribunal inicia a operação do sistema Acessus para controle de visitantes.

O Tribunal lançou em janeiro de 2021 o sistema Acessus. O novo software permite o registro de visitantes que acessam as dependências das unidades do Judiciário. O Acessus, desenvolvido a pedido da Diretoria de Segurança, armazena dados básicos, registros de visitas e fotos dos visitantes, permitindo o seu controle e acompanhamento.

Tribunal instala novos servidores de arquivos nas áreas administrativa e judicial.

O Tribunal instalou novos servidores para o armazenamento de arquivos na Sede do TJMA, Corregedoria e Centro Administrativo. Os novos equipamentos, responsáveis por conter as pastas de rede de todas as unidades, utilizam tecnologia de software livre, não gerando gastos adicionais com licenciamento.

Central de Custódia de São Luís inicia operação de sala de audiência de custódia por videoconferência.

A Central de Custódia de São Luís começou a operar uma sala de videoconferência montada especialmente para audiências de custódia. As audiências de custódia por videoconferência foram disciplinadas pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 357.

Comarcas de entrância intermediária passam a utilizar o Módulo Criminal do sistema PJe.

O protocolo, o registro, a distribuição, a autuação, a tramitação e as comunicações nos processos judiciais da competência criminal, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, serão feitos exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em diversas comarcas de entrância intermediária.

Tribunal implanta novo módulo do sistema de material e patrimônio.

O Tribunal implantou em fevereiro o módulo de controle de suprimentos do sistema Materiales. O novo módulo permite o controle de estoques de materiais e suprimentos e a requisição, pelas unidades, de novos suprimentos para seu uso.

Tribunal amplia sua capacidade de backup de dados e arquivos.

O Tribunal ampliou em fevereiro sua capacidade de backup de dados e arquivos. Com a aquisição de um novo robô para gravação de backup em fita, o TJMA ampliou em mais de 50% sua capacidade de armazenamento de cópias de segurança dos dados de seus sistemas.

Unidades judiciais de 1º e 2º Grau já estão atendendo através da plataforma do Balcão Virtual.

Por meio da plataforma de videoconferência “Balcão Virtual”, as unidades de 1º e 2º Grau prestam atendimento ao público, durante o horário de expediente forense. O atendimento eletrônico se dá em tempo real e sem solicitação prévia, aos advogados, às advogadas, partes e interessados, com procedimento similar ao do balcão de atendimento comum.

Tribunal implanta plataforma Zoom para

sessões por videoconferência.

O Tribunal implantou a plataforma Zoom Meetings, para as sessões por videoconferência, em substituição ao software Lifesize. A plataforma Zoom, uma das soluções mais utilizadas no mundo, vai permitir o uso de salas virtuais para os órgãos julgadores do TJMA.

Tribunal finaliza projeto de modernização

da rede lógica do Fórum de São Luís.

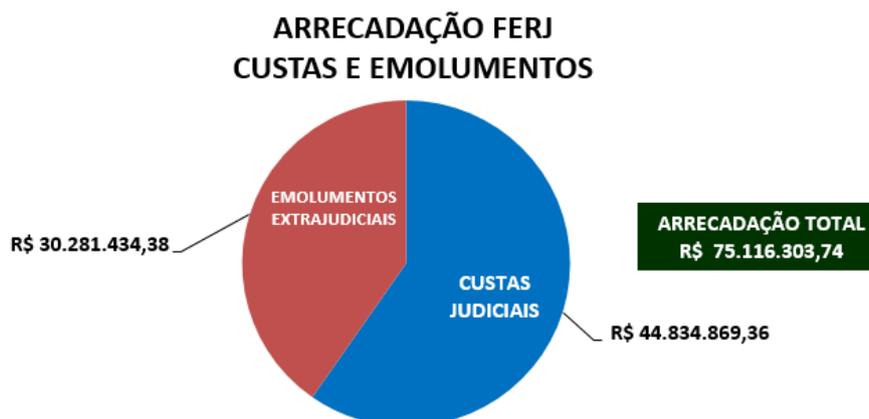
O Tribunal concluiu em março o projeto de modernização da rede lógica e do CPD do Fórum de São Luís. Durante a execução do projeto, cuja primeira fase iniciou ainda em 2019, foram substituídos equipamentos de conexão, instalados novos servidores, novos equipamentos de armazenamento de dados, organizados racks, bem como implantados novos links de fibra ótica.

DIRETORIA FERJ

• ARRECADAÇÃO TOTAL DO FERJ

Conforme artigo 3º da Lei nº 48/2000 e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 124/2009, há 31 (trinta e um) diferentes tipos de fontes de receitas do FERJ, dentre as quais destacam-se o recolhimento de custas e despesas

processuais, a taxa de 12% sobre os emolumentos das serventias extrajudiciais, repasses financeiros dos interinos, dívida ativa do Estado e receitas oriundas de auditorias externas. Conforme gráfico abaixo, o FERJ arrecadou o valor de R\$ 75.116.303,74 em custas e emolumentos no período levantado.

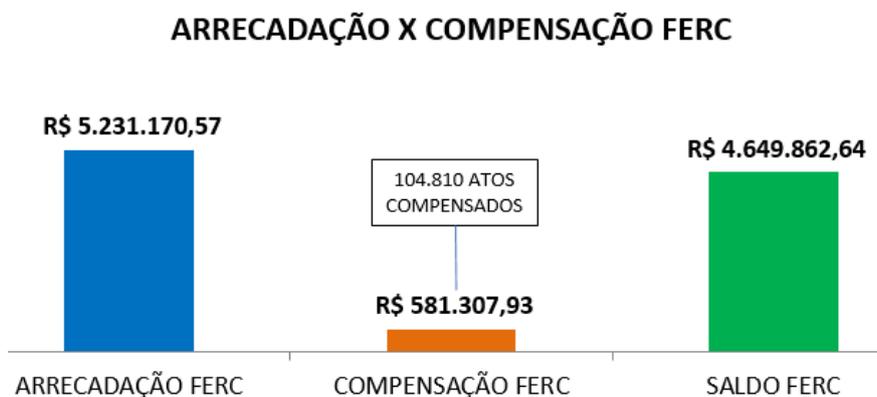


Fonte: Sistemas SIAFERJWEB E SAUIN (Selo Eletrônico)

• ARRECADAÇÃO, COMPENSAÇÃO E ANÁLISE DE ATOS FERC

O Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERC foi criado por meio da lei complementar nº 130.2009 e tem por objetivo prover a gratuidade do Registro Civil de Pessoas Naturais por meio da arrecadação

de 3% sobre os Emolumentos Extrajudiciais. Conforme gráfico abaixo, o FERC arrecadou **R\$ 5.231.170,57** no período citado, realizou a compensação financeira de R\$ 581.307,93, análise de 121.084 atos gratuitos e a compensação de 104.810, distribuídos entre 225 unidades de Registro Civil do Estado do Maranhão.



• ARRECAÇÃO TOTAL DO FUNSEG

O Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão (FUNSEG) tem por objetivo a captação de recursos destinados a reforma, ampliação, aprimoramento de segurança da Justiça Estadual, formação e aperfeiçoamento do serviço de segurança dos magistrados, entre outras medidas. A receita do Fundo vem da destinação de 3% do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao FERJ, conforme tabela abaixo:

ARRECAÇÃO FUNSEG

TIPO	VALOR R\$
CUSTAS E EMOLUMENTOS	R\$ 75.116.303,74
FUNSEG - 3% SOBRE RECEITA	R\$ 2.253.489,11

• ARRECAÇÃO DE CUSTAS FINAIS

O controle de custas judiciais finais no módulo SIAFERJWEB objetiva dar cumprimento a decisão judicial que determine o recolhimento de tributos, bem como, arrecadar e evitar a evasão de receitas, mormente nos casos em que os custos da execução fiscal superarem o valor a ser arrecadado. Nesses termos, a Diretoria do FERJ desenvolve a atividade de recuperação de custas, conforme determina a Resolução nº. 29/2009 deste Tribunal de Justiça, tendo sido arrecadado com custas finais, no período citado, o seguinte valor total:

ARRECAÇÃO CUSTAS FINAIS

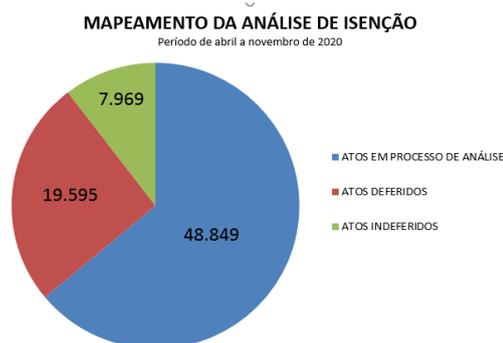
TIPO	VALOR R\$
CUSTAS - SIAFERJ-WEB	R\$ 232.119,85
PAGAMENTO DE PROTESTO	R\$ 89.934,03
TOTAL	R\$ 322.053,88

• ARRECAÇÃO COM FISCALIZAÇÃO

Os focos das atividades de fiscalização do FERJ, realizada tanto nas serventias extrajudiciais quanto nas secretarias judiciais, são a apuração de fraudes, evasão de receitas e possíveis abusos contra a população na cobrança dos emolumentos. O valor

arrecadado no período, totalizando os fundos FERJ e FERC, foi de **R\$ 293.875,02** (Valores oriundos das auditorias realizadas no ano anterior).

Além da atividade de fiscalização das taxas FERJ e FERC, uma nova modalidade de controle originou-se em face do uso do selo eletrônico com isenção da taxa de emolumentos, o que por sua vez, obrigou as serventias extrajudiciais realizarem a comprovação por meio de documentos que justificam a gratuidade ao cidadão. Por isso, o setor de fiscalização realizou análise de um total de 27.564 selos eletrônicos no período solicitado (deferidos e indeferidos), restando ainda um montante de 48.849 atos em processo de análise, conforme gráfico abaixo:



• VENDA DE SELOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICO

Conforme Resolução 79/2019, os selos de fiscalização extrajudiciais são vendidos no valor de R\$ 0,31, exceto os de uso gratuito, com o fim de subsidiar a produção e manutenção da tecnologia utilizada nos mesmos. Conforme período, foram recolhidos aos cofres públicos **R\$ 898.754,00**, o que representa um total de **2.899.206** unidades de selos distribuídos entre as 290 serventias extrajudiciais.

• REPASSES FINANCEIROS EFETUADOS PELOS INTERINOS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS AO TJMA

A Diretoria do FERJ manteve seu compromisso com o Poder Judiciário no tocante aos indicadores

de arrecadação e controle, atingindo uma receita acumulada no valor de **R\$ 4.686.047,01** no período de levantamento.

• **AÇÕES DE MELHORIA DA ASSESSORIA JURÍDICA DO FERJ**

Com o passar dos tempos muitos projetos foram criando diversos normativos que alteraram as normas originárias, desse modo, a assessoria do FERJ vem realizando um trabalho de compilação das normas, e ao mesmo tempo propondo a comissão de legislação do Tribunal através de projetos que visam unificar estes, facilitando as consultas e estudos. Conforme o período solicitado a assessoria jurídica ligada praticamente a todas as alterações legislativas no que tange a Lei de Custas e Emolumentos e entre outras conforme lista abaixo:

Alteração da Resolução nº. 02/2001 que regulamenta o FERJ – a proposta visa adequar a nova sistemática do selo eletrônico, bem como compilar todas as resoluções que deram ensejo a mudanças no texto originário, fazendo com que seja ab-rogada, passando contemplar apenas uma norma regulamentadora da Lei 48/2000 que criou o FERJ.

Alteração da Resolução 48/2019 (processo nº. 16.723/2020), trata-se da Resolução que criou o selo eletrônico, passará a fazer parte da nova Resolução que regulamenta o FERJ.

Alteração da Resolução 46/2018 que regulamenta a utilização do selo de fiscalização judicial nos alvarás judiciais, dando origem a Resolução 44/2020;

Projeto de Lei Complementar para criação da tarifa das centrais únicas dos cartórios, visa atender determinação do CNJ para que as centrais possam cobrar pelos seus serviços, bem como a criação da taxa de fiscalização destinada ao Tribunal (processo-digidoc 204462020).

Projeto de Lei para alteração da Lei Complementar nº. 130/2009 que criou o FERC, para criação da renda mínima às Serventias Extrajudiciais, dentre outras alterações importantes no registro civil de pessoas naturais (LC 226 de 04 de novembro de 2020).

Projeto de alteração da Lei Complementar nº. 130/2009 que criou o FERC, para implementar a majoração do valor da compensação pelos atos efetivamente praticados gratuitamente e na forma da lei pelos registradores ao limite unitário máximo de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor integral do ato.

Projeto de alteração da Lei 9.109/2009 de custas e emolumentos do Estado do Maranhão, visa a adequação à Lei 13.986/2020 que trouxe diversas mudanças no ramo imobiliário, principalmente no que tange aos créditos rurais.

181 Pareceres Técnicos e Jurídicos, 584 Decisão/ Despachos, 271 Processos de Restituição, 82 Informações, 372 suscitação de dúvidas/questionamentos resolvidos advindos das serventias extrajudiciais, Secretarias Judiciais e Ouvidoria do Tribunal de Justiça; e aditivos de prazos dos contratos referentes ao papel de segurança (proc. 188572020) e ao selo eletrônico (proc. 172382020).

• **IMPLANTAÇÃO DO SELO ELETRÔNICO**

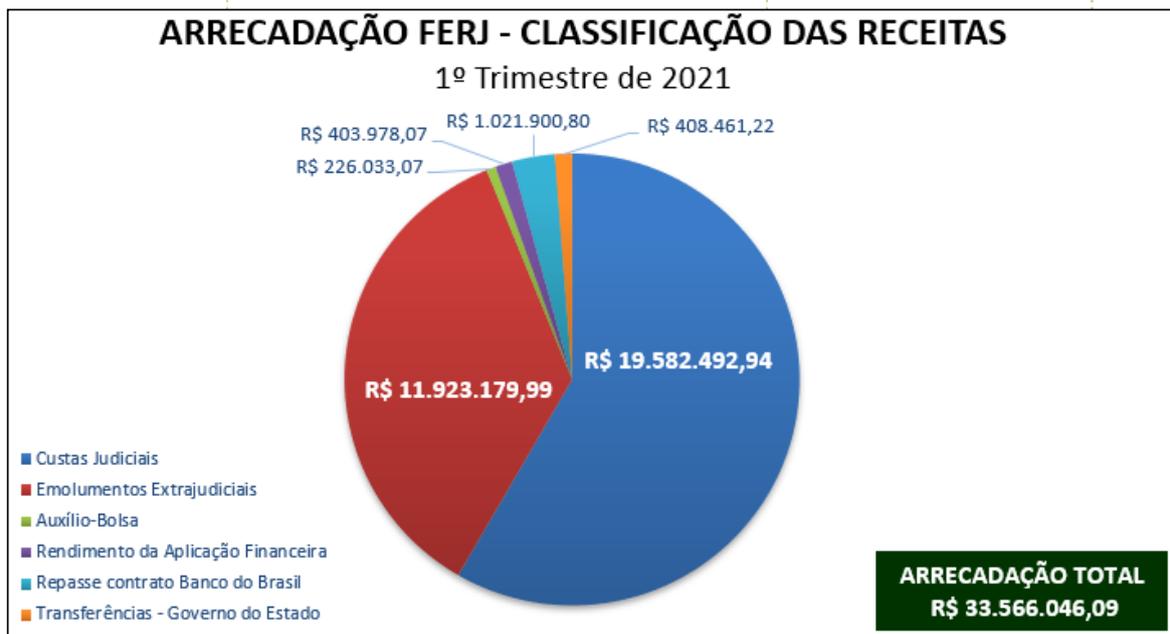
Para o término de implantação do selo eletrônico de fiscalização, inclusive para as novas Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão foi realizado o mapeamento da infraestrutura tecnológica das referidas unidades e estabelecido um plano de ação para instalação de um total de 15 unidades que ainda estavam utilizando selo físico.

Assim, a comissão de técnica, formada pela Diretoria do FERJ e a empresa prestadora do serviço, finalizou em outubro de 2020 a implantação em todas as 290 unidades extrajudiciais do Estado do Maranhão.

• **2021**

Conforme artigo 3º da Lei nº 48/2000 e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 124/2009, há 31 (trinta e um) diferentes tipos de fontes de receitas do FERJ, dentre as quais destacam-se o recolhimento de custas e despesas processuais, a taxa de 12% sobre os emolumentos

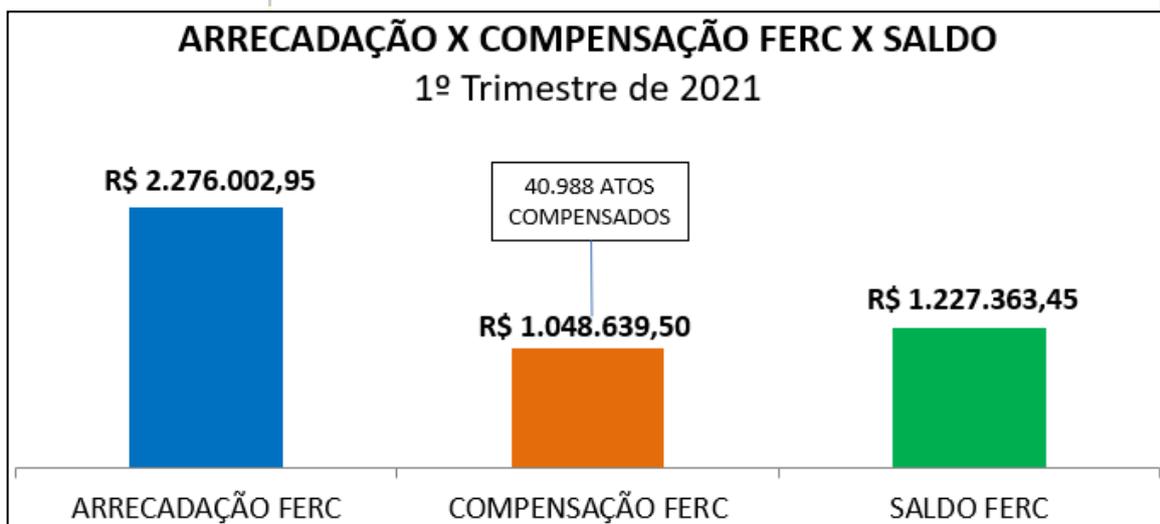
das serventias extrajudiciais, repasses financeiros dos interinos, dívida ativa do Estado e receitas oriundas de auditorias externas. O FERJ arrecadou o valor de R\$ 33.566.046,09 (Trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, quarenta e seis reais e nove centavos) no período do 1º trimestre de 2021 conforme classificação de receitas abaixo:



ARRECAÇÃO, COMPENSAÇÃO E ANÁLISE DE ATOS FERC

O Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERC foi criado por meio da lei complementar nº 130/2009 e tem por objetivo prover a gratuidade do Registro Civil de Pessoas Naturais, por meio da arrecadação de 3% (três por cento) sobre os emolumentos percebidos por todas as serventias extrajudiciais do Maranhão. Conforme gráfico abaixo, o

FERC arrecadou R\$ 2.276.002,95 (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, dois reais e noventa e cinco centavos) no período citado; realizou a compensação financeira de R\$ 1.048.639,50 (um milhão, quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos); analisou 47.766 (quarenta e sete mil e setecentos e sessenta e seis) atos gratuitos, tendo compensado 40.988 (quarenta mil e novecentos e oitenta e oito), distribuídos entre 225 unidades de Registro Civil do Estado do Maranhão.



Fonte: Sistemas SIAFERJWEB E SAUIN (Selo Eletrônico)

RENDA MÍNIMA DAS SERVENTIAS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Instituída pela Lei Complementar nº 226/2020, a complementação da renda mínima mensal para os delegatários que praticarem atos do Registro Civil das Pessoas Naturais e não alcançarem como renda bruta mensal o valor de arrecadação mínimo atualmente fixado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pela RESOI-GP 902020, é mantida pelo Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERC, e já custeou R\$ 85.250,90 (oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e noventa centavos, distribuídos em cerca de 28 (vinte e oito) serventias consideradas deficitárias e que cumpriram os requisitos legais para percepção da complementação.

ARRECADAÇÃO TOTAL DO FUNSEG

O Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão (FUNSEG) tem por objetivo a captação de recursos destinados a reforma, ampliação, aprimoramento de segurança da Justiça Estadual, formação e aperfeiçoamento do serviço de segurança dos magistrados, entre outras medidas. A receita do Fundo vem da destinação de 3% do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais

recolhidos ao FERJ, conforme tabela abaixo:

ARRECADAÇÃO FUNSEG	
TIPO	VALOR R\$
CUSTAS E EMOLUMENTOS	R\$ 31.505.672,93
FUNSEG - 3% SOBRE RECEITA	R\$ 945.170,19

ARRECADAÇÃO DE CUSTAS FINAIS

Para o recolhimento de custas finais, a Diretoria do FERJ tem utilizado como meios de cobrança o envio de notificações e boleto via Correios e por e-mail, o que torna mais rápida a efetivação dos pagamentos. Com relação aos pagamentos não realizados e as correspondências devolvidas, devido ao endereço ser incerto ou não sabido, a Diretoria do FERJ publica no Diário da Justiça Eletrônico – DJE as custas finais e, assim, os prazos para pagamento são reabertos com 30 dias.

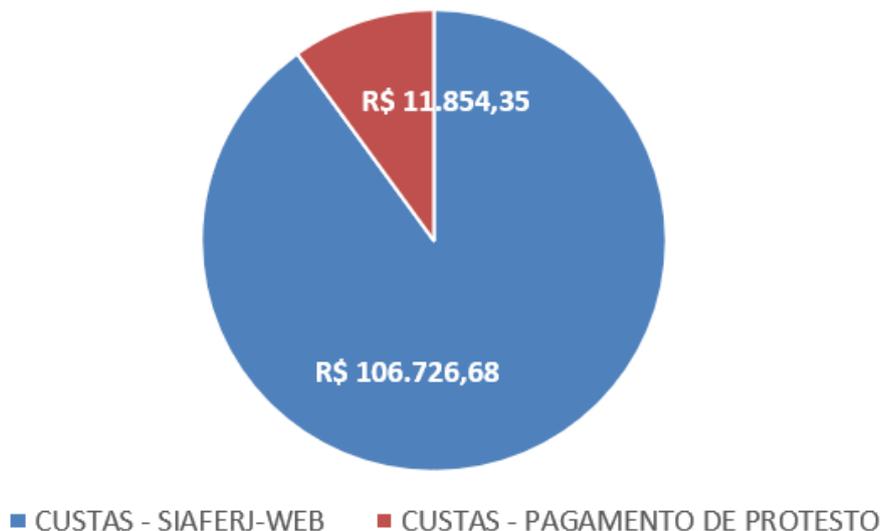
Aquelas que não são pagas dentro do prazo previsto em lei, encaminhamos para a Dívida Ativa do Estado e também para inclusão no SERASA, por meio do convênio firmado entre a SEFAZ e o SERASA. No período de janeiro a março de 2021, a Diretoria do FERJ arrecadou o valor de R\$ 118.581,03 (cento e dezoito mil, quinhentos e oitenta e um reais e três centavos) com custas

finais. Desse valor, temos o montante de R\$ R\$ 106.726,68 (cento e seis mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos) que foi arrecadado diretamente através das notificações aos devedores (cartas e editais) e pagamento de

certidões após inscrição em Dívida Ativa. Além disso, o FERJ arrecadou R\$ R\$ 11.854,35 (onze mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) com Protesto de Certidões da Dívida Ativa decorrente de custas processuais finais.

ARRECAÇÃO CUSTAS FINAIS

1º Trimestre de 2021



ARRECAÇÃO COM FISCALIZAÇÃO

A ação de fiscalização realizada pela Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ, encontra fundamento no art. 27 da Lei 9.109/2009 e no art. 32 da Resolução 2/2001, alterado pela Resolução de nº. 79/2016. Esta fiscalização tem por objetivo verificar junto às serventias extrajudiciais e secretarias judiciais a conformidade no recolhimento dos percentuais devidos aos Fundos FERJ e Fundo Especial das Serventias de Registro Civil do Estado do Maranhão-FERC, a fim de evitar evasão de receitas.

No que diz respeito a fiscalização nas serventias extrajudiciais, ação que é feita in loco - para atingir os fins a que se propõe - ante as medidas para contenção e prevenção da COVID-19, não foi possível realizar nenhuma, neste primeiro trimestre.

Quanto a fiscalização da prestação de contas

dos selos de fiscalização judicial, de 01/01/2021 a 31/03/2021, foram analisadas através do Sistema Siaferj-Web, 77 (setenta e sete) secretarias judiciais, sendo elaborado relatório que inaugura o procedimento administrativo para regularização das pendências encontradas em cada secretaria. Os processos estão em andamento. Além da atividade de fiscalização das taxas devidas ao FERJ e ao FERC, com o advento do selo de fiscalização eletrônico, implementou-se mais uma ferramenta de controle a fim de verificar a conformidade na aplicação das hipóteses de isenção previstas na legislação tributária atinente aos emolumentos.

Deste modo, para todo ato praticado com dispensa de emolumentos, a serventia se obriga a encaminhar cópia do ato, bem como, a documentação que fundamenta a isenção e, só depois da análise realizada pela Divisão de Fiscalização, as obrigações da serventia para com os fundos, fica resolvida,

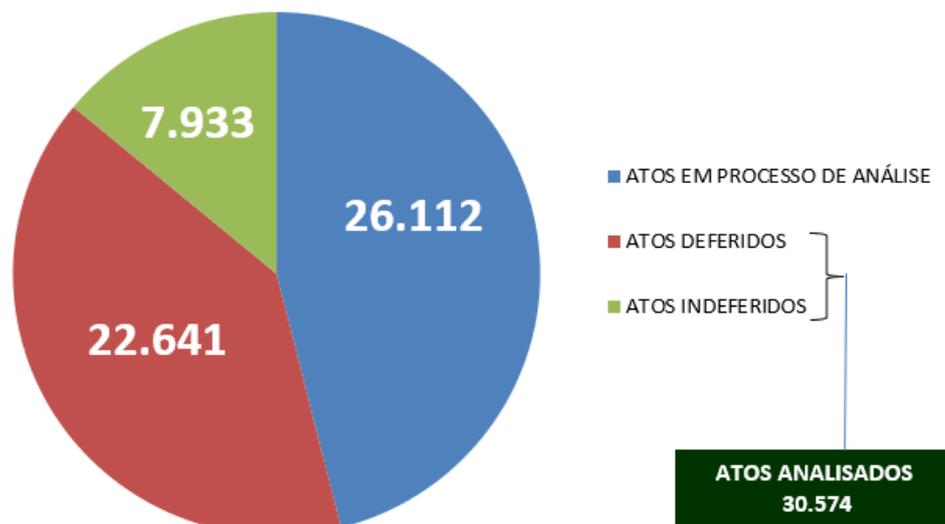
conforme dispõe o art. 18 da Resolução-GP 48/2019.

Com relação a esta ação, no primeiro trimestre de 2021, foram analisadas 30.574 (trinta mil, quinhentos e setenta e quatro) isenções de emolumentos, sendo

deferidas 22.641 (vinte e duas mil, seiscentos e quarenta e uma), indeferidas 7.933 (sete mil, novecentas e trinta e três), restando 26.112 (vinte e seis mil, cento e doze) a serem analisadas.

MAPEAMENTO DA ANÁLISE DE ISENÇÃO

1º Trimestre de 2021



VENDA DE SELOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICO

Conforme RESOL-GP - 942020, os selos de fiscalização extrajudiciais são vendidos no valor de R\$ 0,33, exceto os de uso gratuito, com o fim de subsidiar a produção e manutenção da tecnologia utilizada nos mesmos. Conforme período, foram recolhidos aos cofres públicos R\$ 514.553,51, o que representa um total de 1.559.253 unidades de selos distribuídos entre as 291 serventias extrajudiciais.

REPASSES FINANCEIROS EFETUADOS PELOS INTERINOS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS AO TJMA

A Diretoria do FERJ manteve seu compromisso com o Poder Judiciário no tocante aos indicadores de arrecadação e controle, atingindo uma receita

acumulada no valor de R\$ 2.911.677,97 no período de levantamento.

AÇÕES DE MELHORIA DA ASSESSORIA TÉCNICA DO FERJ

Com o passar dos tempos muitos projetos foram criando diversos normativos que alteraram as normas originárias, desse modo, a assessoria do FERJ vem realizando um trabalho de compilação das normas, e ao mesmo tempo propondo a comissão de legislação do Tribunal através de projetos que visam unificar estes, facilitando as consultas e estudos.

As atividades realizadas pela Assessoria Técnica da Diretoria do FERJ no período em epígrafe, a qual foram relacionadas em quantitativos: os Processos de Restituição que foram dados tratamento, Processos de Auditoria/Fiscalização (análise de defesa), bem

como as Decisões, Pareceres Técnicos e Jurídicos, Despachos, Informas, Memorandos, Ofícios, Projetos de Resoluções, Suscitação de Dúvidas/Questionamentos e Projetos em andamento da Nova Lei de Custas e Emolumentos, conforme relação abaixo:

- Processos de Restituição: foram dados tratamento a 112 (cento e doze) processos de restituição, envolvendo custas judiciais, emolumentos extrajudiciais, fiança penal e restituição de valores – boleto FERJ;
- Processos de Auditoria/Fiscalização (análise de defesa): 2 (dois) processos relacionados com as Serventias Extrajudiciais da 1ª Zona de Registro de Imóveis da Capital e 3ª Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais da Capital;
- Decisões-DFERJ: foram proferidas 28 (vinte e oito) decisões envolvendo as competências das Divisões de Arrecadação e Fiscalização, bem como

da Diretoria do FERJ;

- Pareceres-DFERJ Técnicos e Jurídicos: foram formalizados 94 (noventa e quatro) pareceres opinativos relacionados a procedimentos administrativos da Presidência, Corregedoria, Sindicância, Ouvidoria, custas judiciais, emolumentos extrajudiciais, restituição de valores, selos judiciais e extrajudiciais;
- Despachos-DFERJ: foram formalizados 213 (duzentos e trezes) despachos relacionados a procedimentos administrativos da Presidência, Corregedoria, envolvendo selos judiciais e extrajudiciais, restituição de valores, bem como as taxas referentes as custas judiciais e os emolumentos extrajudiciais;
- Informas-DFERJ: foram formalizados 22 (vinte e dois) informas relacionados a procedimentos administrativos da Presidência, Corregedoria, Sindicância, Ouvidoria, custas judiciais, emolumentos extrajudiciais, selos judiciais e extrajudiciais;

DIRETORIA FINANCEIRA

O presente relatório compõe a série de atividades da Diretoria Financeira ao longo do exercício financeiro de 2020 e ao 1º quadrimestre de 2021 (período de 01/12/2020 a 21/04/2021), pelo qual procurou-se evidenciar os resultados, de forma organizada, a apresentar uma visão de desempenho das ações realizadas.

Sabemos que o ano de 2020 foi desafiador, e ainda reflete o perfil em 2021, mas ressalta-se que a Diretoria Financeira está conseguindo manter o foco na realização das atividades cotidianas, garantindo os serviços essenciais e manteve a credibilidade dos pagamentos, junto aos prestadores de serviços, à

população e aos servidores públicos que compõem o Tribunal de Justiça do Maranhão.

DA ATUAÇÃO DA EQUIPE DO FINANCEIRO

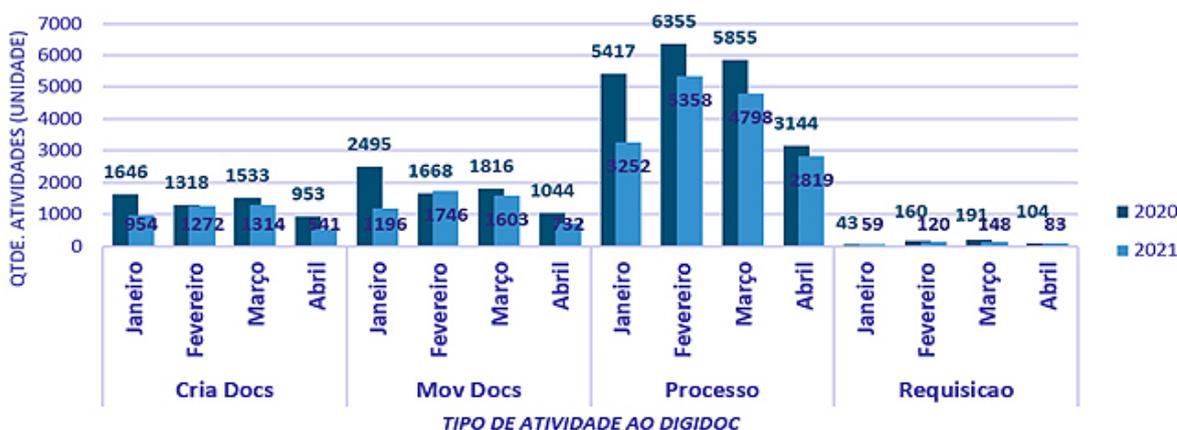
• PRODUTIVIDADE

Especificamente, a dinâmica de atividades dos setores da Diretoria Financeira concentra-se ao Sistema de Protocolo e Processo Digital – DIGIDOC -, de onde partem as obrigações com as metas estratégicas do Tribunal de Justiça. Ao respectivo período do relatório em tela, as atividades demonstraram-se nas totalizações mensais:



A Diretoria do Financeiro, mesmo em período de trabalho remoto intenso, mantém o equilíbrio da produtividade durante a pandemia, correspondendo

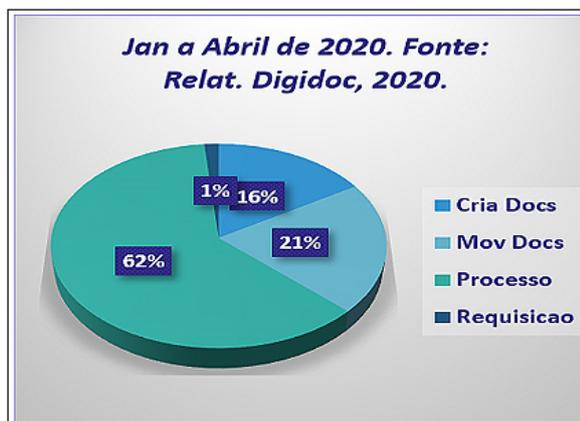
a um mesmo padrão de percentual de aproveitamento nas atividades pelos números Digidoc dos anos 2020 e 2021, conforme vemos abaixo:



• **COMPARATIVO PER CAPITA (POR TIPO DE ATIVIDADE DIGIDOC)**

Setores da DF	2020 Total					2021 total				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Total 2020	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Total 2021
Contabilidade	1860	1230	1402	637	5129	941	1257	1148	563	3909
Div Faturas	315	309	355	293	1272	89	347	414	196	1046
Div Folha	875	766	804	725	3170	572	757	1045	478	2852
Financas	1434	1612	1639	1049	5734	98	560	375	229	1262
Gabinete	634	1283	889	486	3292	679	850	792	397	2718
Orcamento	1369	1049	1014	628	4060	975	2236	1857	1100	6168
Pagamento	3114	3252	3292	1427	11085	2107	2489	2232	1212	8040
Total Geral	9601	9501	9395	5245	33742	5461	8496	7863	4175	25995

Tipo de Atividade Digidoc	2020 Total	2021 Total
Criação de Docs	5450	4081
Movimentações de Docs	7023	5277
Diligências em Processos	20771	16227
Atuações em Requisições	498	410
Totais	33742	25995



IMPORTANTE DESTACAR

Em 2021, mesmo na maior parte trabalho Remoto, esta Diretoria atuou na:

- Ampliação do Sistema Perficiendi (Desenvolvendo Painéis de Força de Trabalho e Metas GPJ, bem como visualizador do indicador IPJ);

- Ao início da mensuração da Produtividade interna, envolvendo critérios “Quantitativo” e “Qualitativo” (por grau de complexidade das tarefas);
 - Finalização da estruturação lógica das diárias junto a TI e início das solicitações de Diárias da CGJ e ESMAM pela nova metodologia Digidoc. (OBS: A parte do TJ, já ocorrera em 2020).

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A Coordenação de Contabilidade do Tribunal de Justiça do Maranhão, vinculada à Diretoria Financeira – TJ/MA, dentre as suas várias atribuições, destacamos como realizadas de dezembro de 2020 a abril 2021, consistem:

• ADIANTAMENTOS

EM DEZEMBRO DE 2020

Os adiantamentos liberados e pagos ao mês de dezembro de 2020, corresponderam a apenas 01 (hum) processo, esse fato deveu-se a portaria de encerramento do exercício que determinou o mês de novembro como o prazo limite para as liberações, sendo a liberação em dezembro de caráter excepcional

Quantitativo de Adiantamentos Requisitados em dezembro/2020					
SITUAÇÃO: TODAS					
Código	Tipo	Quant.	Valores		
			Requerido	Pago	Apresentado
3	Alimentação do Júri	1	1.904,00	1.904,00	1.904,00
	Total	1	1.904,00	1.904,00	1.904,00

O acumulado do ano de 2020 de análise dos processos de liberação de créditos do Cartão Corporativo totalizaram-se 402 (quatrocentos e dois) processos, efetivamente liberados. Desse quantitativo, 138 (cento e trinta e oito) foram

requisitados para atender Alimentação do Júri das comarcas do interior. Ademais, 261 (duzentos e sessenta e hum) processos foram solicitados para Pronto Pagamento e 03 (três) para Adiantamentos excepcional.

Quantitativo de Adiantamentos Requisitados em 2020					
SITUAÇÃO: TODAS					
Código	Tipo	Quant.	Valores		
			Requerido	Pago	Apresentado
3	Alimentação do Júri	138	300.532,96	134.865,00	241.066,00
5	Excepcional	3	21.000,00	13.000,00	12.964,19
1	Pronto Pagamento	261	492.887,72	236.369,24	365.793,64
	Total	402	814.420,68	384.234,24	619.823,83

IMPORTANTE DESTACAR

Do quantitativo de adiantamentos de pronto pagamento, a grande maioria foi para atender a demanda de enfrentamento à pandemia do Covid-19, cujas medidas de implementação contaram com as Notas Técnicas nº 10/2020 e 15/2020 que autorizaram a compra de itens relacionados à proteção de servidores e magistrados no retorno

progressivo as atividades presenciais.

JANEIRO A ABRIL 2021

O Controle e análise dos processos de liberação de créditos do Cartão Corporativo, totalizaram-se 73 (setenta e três) processos, efetivamente liberados. Desse quantitativo, 34 (trinta e quatro) processos foram requisitados para atender o Centro de Custo

Alimentação do Júri das comarcas do interior, 37 (trinta e sete) processos foram solicitados para Pronto Pagamento, ou seja, despesas de pequeno valor com aquisição de material de consumo ou prestação de serviços necessários ao bom funcionamento das unidades do Tribunal de Justiça e, 02 (dois) processos

para adiantamentos excepcionais. Os quantitativos liberados em 2021. Das liberações efetuadas no exercício o montante de R\$ 12.585,30 (doze mil, quinhentos e oitenta e cinco mil e trinta centavos) já foram comprovadas, conforme processos de prestações de contas encaminhados à coordenação.

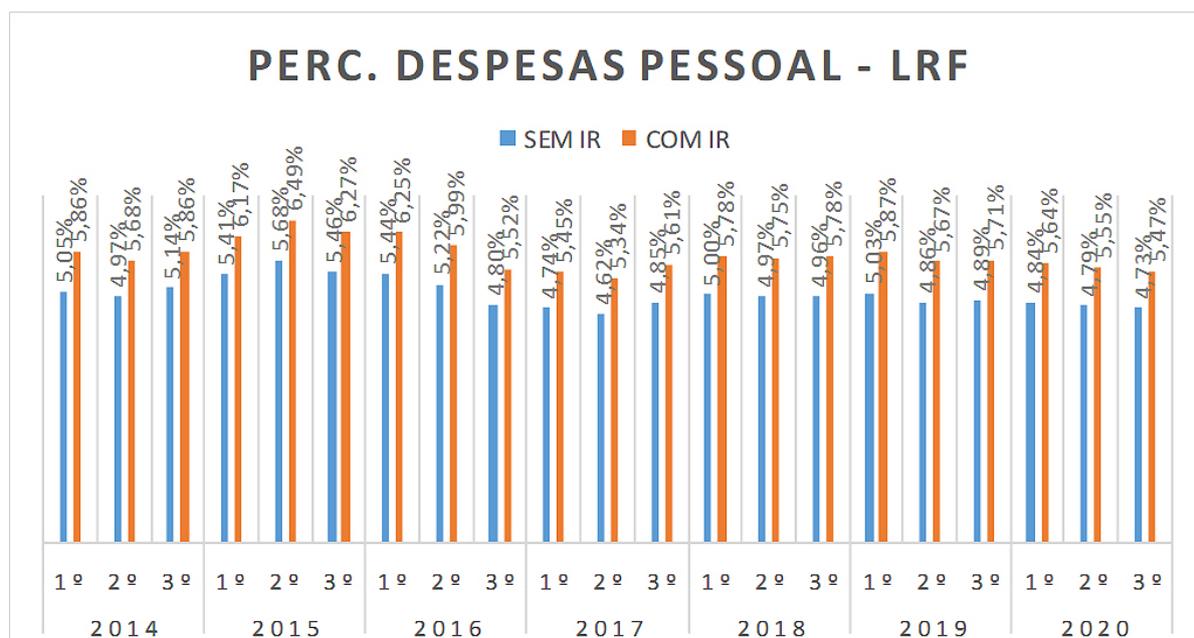
SITUAÇÃO: TODAS					
Código	Tipo	Quant.	Valores		
			Requerido	Pago	Apresentado
3	Alimentação do Júri	34	78.669,00	65.759,00	2.812,00
5	Excepcional	2	10.000,00	0	0
1	Pronto Pagamento	37	72.687,70	46.887,70	9.773,30
	Total	73	161.356,70	112.646,70	12.585,30

DA GESTÃO FISCAL

A Gestão Fiscal tem o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos. Como instrumento de transparência da gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), abrangendo as informações referentes à consecução das metas

fiscais e dos limites de despesa com pessoal.

A planilha abaixo demonstra o histórico da despesa com pessoal no âmbito do Poder Judiciário no período de 2014 a 2020, com e sem a inclusão do Imposto de Renda, conforme Decisão PL – TCE 15/2004, evidenciando ao longo do tempo uma melhora nos limites da despesa com pessoal.



EXERCÍCIO 2020

A Contabilização da Folha de Pessoal, dentro do exercício 2020, com observância das normas legais e classificações contábeis, exigidas no novo plano de Contas aplicado ao Setor Público, apresenta-se identificando as despesas de pessoal e as de custeio pagos em contracheque, tais como os auxílios (auxílio

saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio aos militares - convênio, auxílio custeio diligência dos oficiais de justiça, totalizando até o mês de dezembro, R\$ 1.067.894.848,13 (um bilhão sessenta e sete milhões oitocentos e noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e oito reais e treze centavos).

RESUMO FOLHA DE PESSOAL 2020	
REMUNERAÇÃO BRUTA	TOTAL
	911.152.759,83
DESPESA COM PESSOAL	887.169.447,89
GPJ	23.673.220,26
ANTECIPAÇÃO DECIMO	310.091,68
DIFERENÇA - REAJUSTE AUXILIOS 10%	-
AUXILIOS CUSTEIO FERJ (benefícios oficiais de justiça)	19.160.237,76
AUX. CUSTEIO DILIGENCIA	18.674.237,61
HORA AULA (INSTRUTORIA INTERNA)	88.395,00
AUX. BOLSA	397.605,15
AUXILIOS CUSTEIO TRIBUNAL (benefícios)	108.329.620,33
AUX. SAUDE INATIVOS	2.451.912,04
AUX MORADIA (MAGISTRADOS)	-
AUX. ALIMENTAÇÃO	69.308.719,22
AUX. SAÚDE	27.681.032,58
AJUDA DE CUSTO MAGISTRADOS	338.420,88
FUNÇÃO MILITAR CONVENIO	5.013.606,55
VALE TRANSPORTE	3.535.929,06
TOTAL 01 - BENEFICIOS	127.489.858,09
TOTAL 02 - ATIVOS	783.662.901,74
TOTAL GERAL ATIVOS + BENEFICIOS	911.152.759,83
ENCARGOS PATRONAIS	
FEPA PATRONAL	127.440.137,83
FUNBEN PATRONAL (3%)	2.071.549,27
FUNBEN PATRONAL DEPENDENTE (1%)	457.171,25
ASS. SAÚDE PATRONAL (3%)	473.907,20
ASS. SAÚDE PATRONAL DEPENDENTE (1%)	41.080,91
INSS - PATRONAL (20,50%)	26.258.241,83
TOTAL ENCARGOS PATRONAIS	156.742.088,30
	-
TOTAL DA FOLHA DE PESSOAL A PAGAR	1.067.894.848,13

FOLHA DE PESSOAL				
	PESSOAL	ENCARGOS	AUXÍLIOS	TOTAL
JANEIRO	59.570.666,15	8.094.790,43	9.913.424,37	77.578.880,95
FEVEREIRO	60.703.443,57	8.088.280,27	10.531.888,06	79.323.611,90
MARÇO	59.110.695,70	12.713.760,57	10.780.283,10	82.604.739,37
ABRIL	57.726.890,09	12.738.893,74	10.719.665,03	81.185.448,86
MAIO	57.855.003,35	12.732.428,68	10.678.442,43	81.265.874,46
JUNHO	58.836.153,96	12.771.494,37	10.607.041,26	82.214.689,59
1ª PARCELA DÉCIMO	25.203.346,17	-	-	25.203.346,17
JULHO	56.505.283,73	12.769.389,97	10.549.147,24	79.823.820,94
AGOSTO	56.630.291,31	12.834.161,35	10.666.146,77	80.130.599,43
GPJ/2019	22.782.379,06			22.782.379,06
SETEMBRO	57.725.351,01	12.839.422,97	10.674.353,70	81.239.127,68
OUTUBRO	59.461.038,40	12.855.954,96	10.725.806,64	83.042.800,00
NOVEMBRO	58.252.396,90	12.897.711,37	10.820.400,82	81.970.509,09
DEZEMBRO	65.302.597,60	12.963.356,50	10.823.258,67	89.089.212,77
2ª PARCELA DÉCIMO	27.997.364,74	12.442.443,10	-	40.439.807,84
TOTAL	783.662.901,74	156.742.088,30	127.489.858,09	1.067.894.848,13

EXERCÍCIO 2021

Com relação na Contabilização da Folha de Pessoal ao exercício 2021, com observância das normas legais e classificações contábeis exigidas no novo plano de Contas aplicado ao Setor Público, apresenta-se identificando as despesas de pessoal e as de custeio pagos em contracheque, tais como os auxílios (auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio aos militares - convênio,

auxílio custeio diligência dos oficiais de justiça, totalizando até o mês de abril, R\$ 366.452.953,64 (trezentos e sessenta e seis milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos)

A seguir, disponibilizamos o Resumo da Folha de Pessoal 2021, até ao respectivo mês de Abril/2021. Na sequência apresentamos o detalhamento Mensal da Folha de Pessoal 2021.

CÁLCULO DA FOLHA 2021	
REMUNERAÇÃO BRUTA	TOTAL
	314.582.412,05
DESPESA COM PESSOAL	314.506.007,50
GPJ 2019	76.404,55
AUXÍLIOS CUSTEIO FERJ (benefícios oficiais de justiça)	6.565.269,05
AUX. CUSTEIO DILIGENCIA	6.366.478,19
HORA AULA (INSTRUTORIA INTERNA) (210)	43.500,00
AUX. BOLSA	155.290,86
AUXÍLIOS CUSTEIO TRIBUNAL (benefícios)	37.049.875,68
AUX. SAUDE INATIVOS	831.228,39
AUX MORADIA (MAGISTRADOS)	-
AUX. ALIMENTAÇÃO (256+456)	23.789.579,81

AUX. SAÚDE (119+129+319+329)	9.319.479,42
AJUDA DE CUSTO MAGISTRADOS (189)	176.067,97
FUNÇÃO MILITAR CONVENIO (107+307)	1.740.588,00
VALE TRANSPORTE (227/211)	1.192.932,09
TOTAL 01 - BENEFICIOS	43.615.144,73
TOTAL 02 - ATIVOS	270.967.267,32
TOTAL GERAL ATIVOS + BENEFICIOS	314.582.412,05
ENCARGOS PATRONAIS	
FEPA PATRONAL	42.417.092,72
FUNBEN PATRONAL (3%)	687.209,11
FUNBEN PATRONAL DEPENDENTE (1%) (943)	154.122,42
ASS. SAÚDE PATRONAL (3%)	156.934,31
ASS. SAÚDE PATRONAL DEPENDENTE (1%) (944)	14.013,87
INSS - PATRONAL (20,9212%)	8.441.169,16
TOTAL ENCARGOS PATRONAIS	51.870.541,59
	-
TOTAL DA FOLHA DE PESSOAL A PAGAR	366.452.953,64

FOLHA DE PESSOAL				
	PESSOAL	ENCARGOS	AUXILIOS	TOTAL
JANEIRO	61.425.815,19	13.013.030,62	10.878.719,60	85.317.565,41
FEVEREIRO	62.344.055,56	12.933.341,42	10.900.338,33	86.177.735,31
MARÇO	60.809.548,84	12.957.341,80	10.913.986,96	84.680.877,60
ABRIL	60.281.368,17	12.966.827,75	10.922.099,84	84.170.295,76
1ª PARCELA DÉCIMO	26.106.479,56	-	-	26.106.479,56
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-
GPJ/2019	-	-	-	-
SETEMBRO	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	-	-
NOVEMBRO	-	-	-	-
DEZEMBRO	-	-	-	-
2ª PARCELA DÉCIMO	-	-	-	-
TOTAL	270.967.267,32	51.870.541,59	43.615.144,73	366.452.953,64

DEMAIS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

ÔNUS RESSARCIDO

• No período de dezembro 2020, a contabilização dos ressarcimentos dos servidores cedidos para outros órgãos,

totalizou o valor de R\$ 587.966,75 (quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

• No período de janeiro a abril 2021, a Contabilização dos ressarcimentos dos servidores cedidos para outros órgãos, totalizou o valor de R\$ 638.779,53 (seiscentos

e trinta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

AUXILIO LIVRO

- No mês de dezembro /2020 foram liberados 40 (quarenta) requisições de reembolso Auxílio livro. Esse processo também foi modernizado com a edição da nova Resolução do Auxílio – Livro nº 730/2016 que possibilitou a comprovação do auxílio mediante apresentação de Notas Fiscais eletrônicas, com o processo 100% digital, agilizando o pagamento do reembolso, totalizando a quantia de R\$ 45.704,25 (quarenta e cinco mil, setecentos e quatro reais e vinte e cinco centavos) pagos.
- Ao período de janeiro a abril de 2021, foram liberados 19 (dezenove) requisições de reembolso Auxílio livro. Esse processo também foi modernizado com a edição da nova Resolução do Auxílio – Livro nº 730/2016 que possibilitou a comprovação do auxílio mediante apresentação de Notas Fiscais eletrônicas, com o processo 100% digital, agilizando o pagamento do reembolso, totalizando a quantia de R\$ 17.707,25 (dezessete mil, setecentos e sete reais e vinte cinco reais) pagos.

RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO

- Ao mês de dezembro 2020, a contabilização das restituições ao erários efetuados por servidores por recebimento de valores indevidos, com saldo de valores restituídos R\$

10.583,99 (dez mil reais, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos).

- Ao período de janeiro a abril de 2021, a contabilização das restituições ao erário efetuadas por servidores por recebimento de valores indevidos, com saldo de valores restituídos de R\$ 32.505,06 (trinta e dois mil, quinhentos e cinco reais e seis centavos).

CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

- Quanto as Conciliações Bancárias das Unidades Gestoras do Poder Judiciário foram realizadas para as seguintes UGs: Tribunal de Justiça, FERJ, FERC, FESMAM e FUNSENG.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

- Lançamento de Aplicações Financeiras do mês de DEZEMBRO 2020, totalizando R\$ 324.670,24, indicando que os recursos aplicados foram bem gerenciados e feitas as escolhas certas nos tipos de aplicações.
- Lançamento de Aplicações Financeiras dos meses de JANEIRO a DEZEMBRO 2020, totalizando R\$ 5.929.728,96, indicando que os recursos aplicados foram bem gerenciados e feitas as escolhas certas nos tipos de aplicações.
- Lançamento de Aplicações Financeiras dos meses de JANEIRO a MARÇO 2021, uma vez que o mês de abril ainda não finalizou não tem-se o valor correspondente, totalizando R\$ 1.195.575,3096, indicando que os recursos aplicados foram bem gerenciados e feitas as escolhas certas nos tipos de aplicações.

DEZEMBRO 2020			
UG	C/C	VALOR	TOTAL UG
TJ	18636-8	75.777,65	177.197,04
	10.000-5	8.379,50	
	29000-9	82.194,76	
	31000-x	296,15	
	5169-1	10.548,98	
ESMAM	6420-3	-	948,88
	28472-6	948,88	
FERJ	10685-2	96.804,39	128.303,38
	9575-3	29.141,45	
	6458-0	2.357,54	
FERC	6884-5	3.746,45	6.735,59
	6837-3	2.989,14	
FUNSEG	7956-1	11.485,35	11.485,35

RENDIMENTO APLICAÇÃO TOTAL 2020			
UG	C/C	VALOR	TOTAL UG
TJ	18636-8	1.714.748,80	3.364.191,65
	10.000-5	93.596,17	
	29000-9	1.402.399,01	
	31000-x	5.570,16	
	5169-1	147.877,51	
ESMAM	6420-3	-	13.105,21
	28472-6	13.105,21	
FERJ	10685-2	1.545.437,68	2.135.075,95
	9575-3	545.959,29	
	6458-0	43.678,98	
FERC	6884-5	206.943,14	261.139,09
	6837-3	54.195,95	
FUNSEG	7956-1	156.217,06	156.217,06
TOTAL			5.929.728,96

RENDIMENTO APLICAÇÃO TOTAL 2021			
UG	C/C	VALOR	TOTAL UG
TJ	18636-8	263.363,61	731.887,17
	10.000-5	132.063,59	
	29000-9	301.877,66	
	31000-x	889,51	
	5169-1	33.692,80	
ESMAM	6420-3	-	3.309,69
	28472-6	3.309,69	
FERJ	10685-2	305.837,05	403.978,07
	9575-3	91.059,79	
	6458-0	7.081,23	
FERC	6884-5	11.979,86	19.970,76
	6837-3	7.990,90	
FUNSEG	7956-1	36.429,61	36.429,61
TOTAL			1.195.575,30

ARRECAÇÃO DOS FUNDOS

FERJ

• A arrecadação do Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário FERJ, janeiro a DEZEMBRO/2020, foi na

ordem de R\$ 117.514.039,46.

• A arrecadação do Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário FERJ, janeiro a março/2021, foi na ordem de R\$ 31.221.323,77.

ARRECAÇÃO FERJ/2020	
JAN	10.002.807,62
FEV	11.405.955,07
MAR	8.779.711,82
ABR	6.117.543,75
MAI	7.621.074,64
JUN	8.190.866,03
JUL	11.080.306,49
AGO	11.485.490,96
SET	10.616.946,38
OUT	10.153.321,48
NOV	9.982.856,56
DEZ	12.077.158,66
TOTAL	117.514.039,46

ARRECAÇÃO FERJ/2021	
JAN	7.981.909,47
FEV	11.290.396,06
MAR	11.949.018,24
ABR	-
MAI	-
JUN	-
JUL	-
AGO	-
SET	-
OUT	-
NOV	-
DEZ	-
TOTAL	31.221.323,77

FERC

• A arrecadação do Fundo das Serventias do Registro Civil - FERC, foi na ordem de R\$ 8.280.239,12, período de janeiro a DEZEMBRO/2020.

• A arrecadação do Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário FERC, janeiro a março/2021, foi na ordem de R\$ 2.276.002,95.

ARRECAÇÃO FERC/2020	
JAN	703.381,13
FEV	687.678,30
MAR	549.429,79
ABR	333.247,01
MAI	372.267,48
JUN	508.204,13
JUL	922.336,64
AGO	731.859,98
SET	888.827,29
OUT	753.253,25
NOV	799.203,02
DEZ	1.030.551,10
TOTAL	8.280.239,12

ARRECAÇÃO FERC/2020	
JAN	679.744,43
FEV	735.989,34
MAR	860.269,18
ABR	-
MAI	-
JUN	-
JUL	-
AGO	-
SET	-
OUT	-
NOV	-
DEZ	-
TOTAL	2.276.002,95

FUNSEG

• A arrecadação do Fundo de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, que representa um percentual de 3% da arrecadação mensal do FERJ, foi na ordem de R\$ 3.525.421,18, de JANEIRO A DEZEMBRO 2020.

• A arrecadação do Fundo de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, que representa um percentual de 3% da arrecadação mensal do FERJ, foi na ordem de R\$ 936.639,71 de JANEIRO A MARÇO DE 2021.

ARRECAÇÃO FUNSEG/2020		ARRECAÇÃO FUNSEG/2020	
JAN	300.084,23	JAN	239.457,28
FEV	342.178,65	FEV	338.711,88
MAR	263.391,35	MAR	358.470,55
ABR	183.526,31	ABR	-
MAI	228.632,24	MAI	-
JUN	245.725,98	JUN	-
JUL	332.409,19	JUL	-
AGO	344.564,73	AGO	-
SET	318.508,39	SET	-
OUT	304.599,64	OUT	-
NOV	299.485,70	NOV	-
DEZ	362.314,76	DEZ	-
TOTAL	3.525.421,18	TOTAL	936.639,71

RECEITAS CONVÊNIO BANCO DO BRASIL

• As receitas provenientes do Convênio entre o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça foram na ordem de R\$ 6.612.555,96 de janeiro a dezembro 2020.

• As receitas provenientes do Convênio entre o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça foram na ordem de R\$ 1.218.938,97 de janeiro a março de 2021.

ARRECAÇÃO BB/2020		ARRECAÇÃO BB/2020	
JAN	669.250,77	JAN	405.771,89
FEV	674.495,28	FEV	404.705,86
MAR	684.934,04	MAR	408.461,22
ABR	683.231,25	ABR	-
MAI	687.806,80	MAI	-
JUN	690.458,36	JUN	-
JUL	551.014,29	JUL	-
AGO	385.441,13	AGO	-
SET	376.271,52	SET	-
OUT	401.444,94	OUT	-
NOV	402.092,27	NOV	-
DEZ	406.115,31	DEZ	-
TOTAL	6.612.555,96	TOTAL	1.218.938,97

- Além das receitas decorrentes das atividades normais dos Fundos fora arrecadada no exercício a quantia de R\$ 725.331,40 referente ao Leilão dos veículos inservíveis do Tribunal e o valor de R\$ 907.137,64 referente ao desconto do Vale-transporte dos servidores que é direcionado para o financiamento do Auxílio Bolsa de Estudo pagos pelo FERJ.

QUADRO RESUMO DAS ARRECADAÇÕES	
ARRECADAÇÃO 2020	
FERJ (ARREC)	117.514.039,46
FERC	8.280.239,12
B BRASIL	6.612.555,96
TRANS VALE (FERJ)	907.137,64
LEILÃO	725.331,40
FUNSEG	3.525.421,18

- Cumprimento das obrigações tributárias acessórias do Poder Judiciário, relativas aos contratos com fornecedores e pessoas físicas, nas Unidades Gestoras do Tribunal, FERJ e FERC, na condição de contribuinte substituto, tais como: Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência - GFIP, DIM – Declaração de Informações Municipais, Declaração de Anual de Imposto de Renda Retido na Fonte da Pessoa Física – DIRF.
- Elaboração dos cálculos dos impostos retidos na fonte dos processos de despesas, relativas as prestações de serviços pessoas físicas e jurídicas, tais como Imposto de Renda, INSS, Imposto sobre Serviços – ISS.
- Inscrição de responsabilidades por valores não restituídos na Dívida Ativa do Estado, totalizando 40 (quarenta) inscrições no

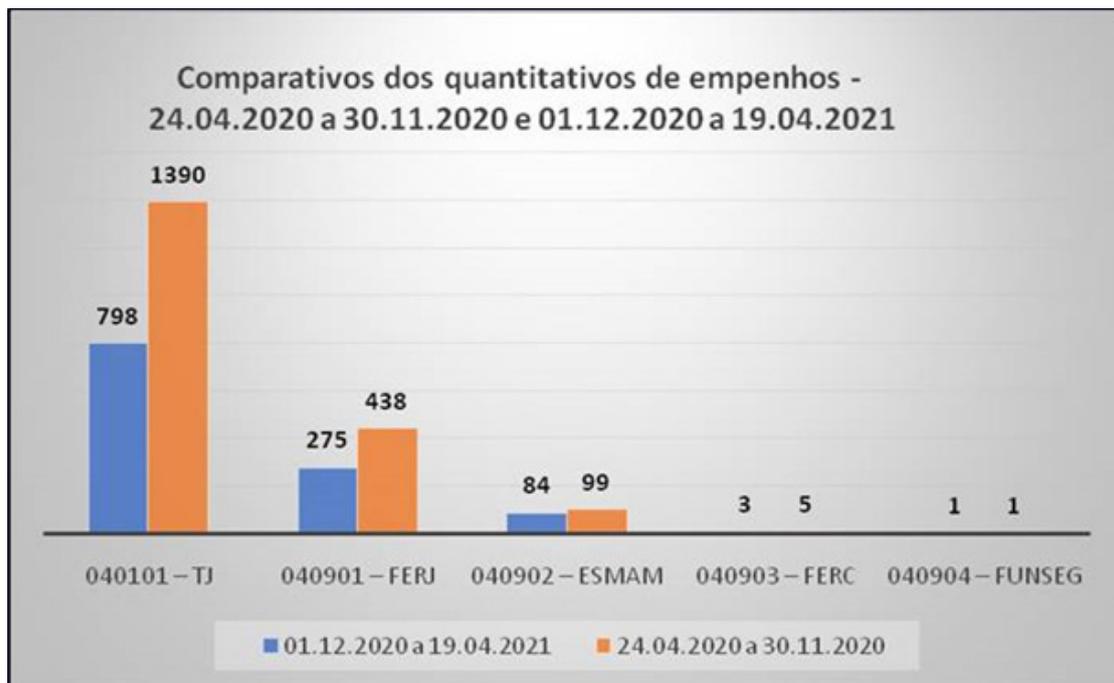
período de dezembro 2020 a abril de 2021.

- Elaboração dos cálculos de reajuste de contratos administrativos, relativos à renovação de contratos de locação, realinhamento de preços com base em convenção coletiva de trabalho dos contratos de serviços continuados.
- Ademais informamos que todas as outras atribuições desta coordenação foram desenvolvidas dentro do padrão de normalidade e atenderam as exigências demandadas.

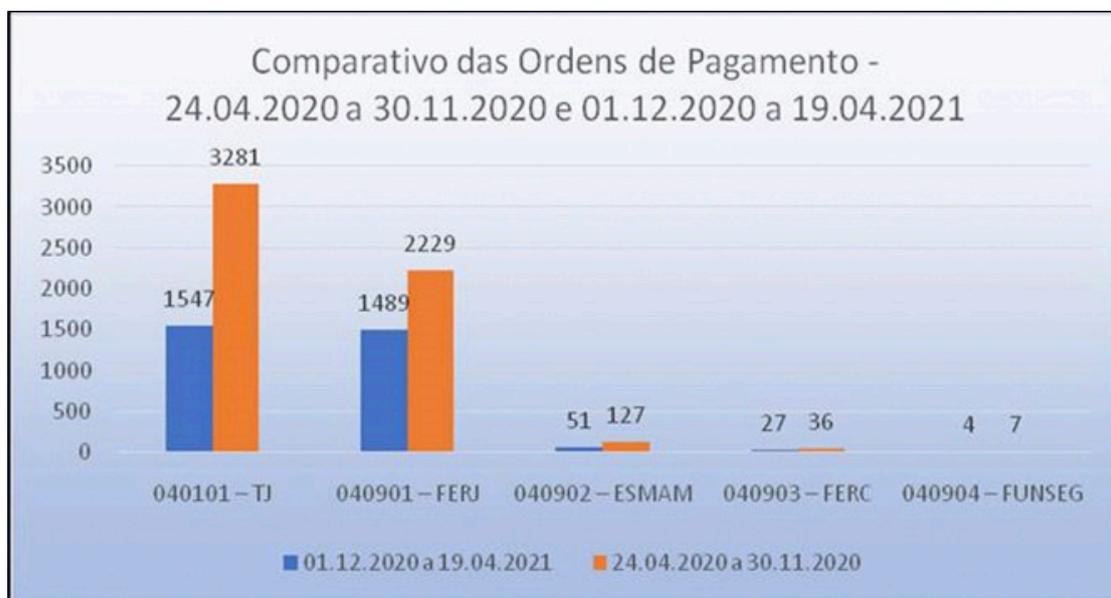
COORDENADORIA DE FINANÇAS

No exercício financeiro de 2020/2021 a Coordenadoria de Finanças realizou atividades objetivando a efetuação de empenhos, liquidações e pagamentos das despesas do Poder Judiciário, entre os quais evidenciam-se: pagamento de fornecedores, prestadores de serviços, concessão de adiantamentos via cartão corporativo, diárias, palestrantes da ESMAM, restituição de atos judiciais gratuitos do FERC, entre outros, totalizando a soma de 3.459 (três mil, quatrocentos e cinquenta e nove) processos trabalhados (período 01.12.2020 a 19.04.2021) segundo relatório estatístico extraído do sistema Digidoc.

A Figura 1 mostra o comparativo das emissões de notas de empenhos entre o período de 24.04.2020 e 30.11.2020 com a realização de 1933 (um mil novecentos e trinta e três) notas de empenho e o período de 01.12.2020 a 19.04.2021, com a realização de 1.161 (um mil, cento e sessenta e uma) notas de empenho.



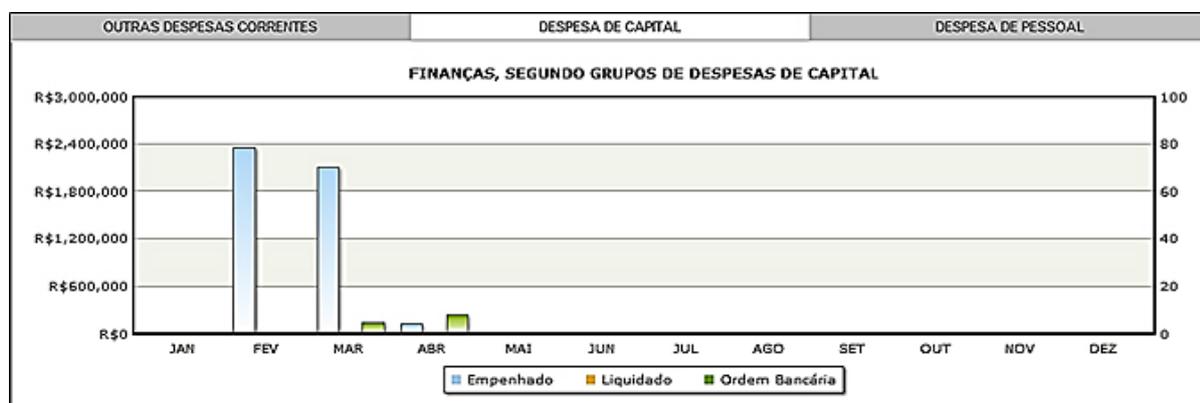
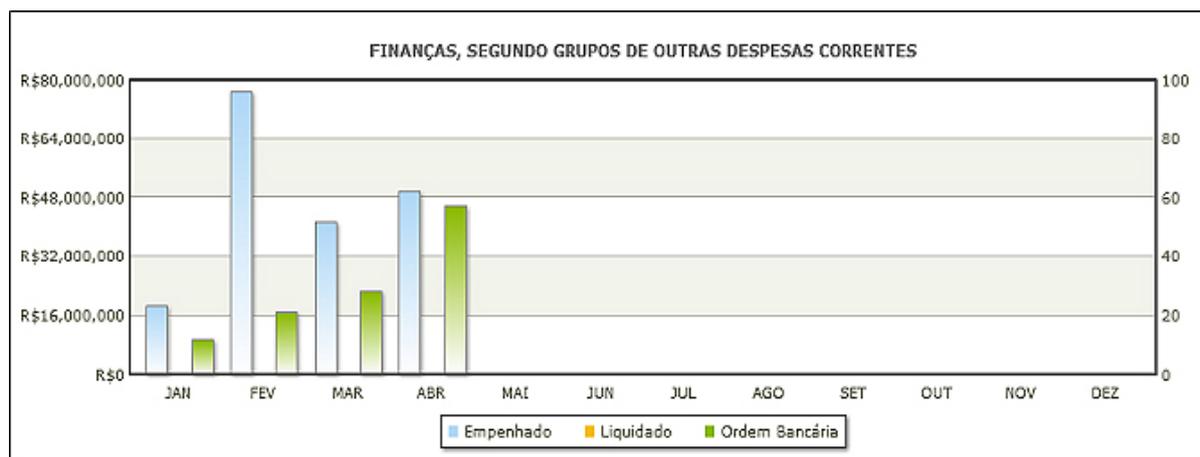
A Figura 2 demonstra um comparativo das ordens de pagamento emitidas entre o período de 23.04.2020 e 30.11.2020 com a realização de 5.680 (cinco mil seiscentos e oitenta) ordens de pagamento e o período de 01.12.2020 a 19.04.2021, com a realização de 3.118 (três mil, cento e dezoito) ordens de pagamento.

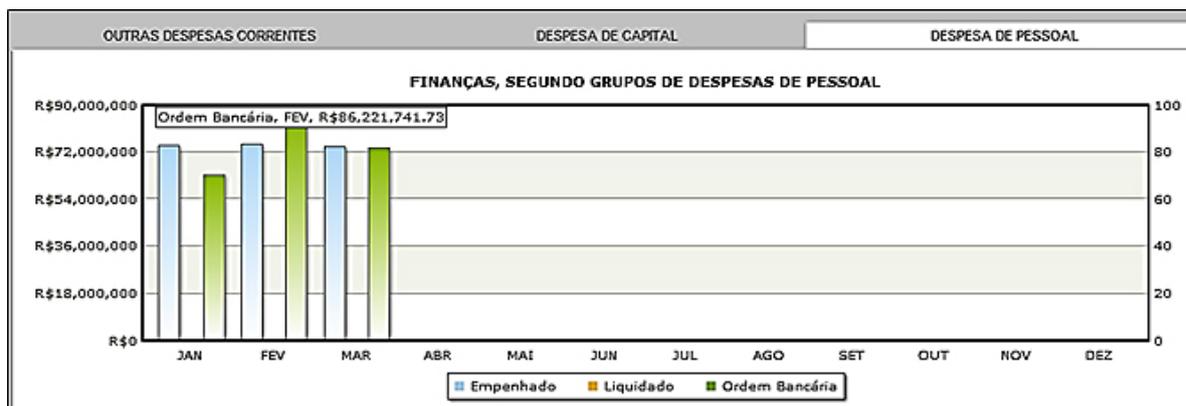


A desburocratização do fluxo dos processos administrativos, decorrente da sólida gestão financeira, propiciou significativa redução no pagamento de encargos (multa e juros), decorrente de faturas e notas fiscais em atraso, uma vez que

os créditos orçamentários reservados, estiveram sempre alinhados ao correspondente financeiro. A seguir, uma visualização sintetizada da execução financeira por unidade orçamentária e por grupo de despesa, no período de 01.01.2021 a 19.04.2021.

UO	Descrição Unidade Orçamentária	Valor Lei + Crédito (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Liquidado (R\$)
4101	Tribunal de Justiça do Estado	1.220.661.000,00	316.525.334,34	296.817.399,05
4102	Corregedoria Geral da Justiça	23.967.000,00	17.673.319,01	4.056.006,35
4901	FERJ	212.566.612,09	74.642.678,86	16.590.691,62
4902	ESMAM	1.390.313,04	140.833,76	27.014,40
4903	FERC	7.283.000,00	5.392.061,95	848.763,57
4904	FUNSEG	3.622.000,00	347.484,03	0,00
	Soma:	1.469.489.925,13	414.721.711,95	318.339.874,99





IMPORTANTE DESTACAR

O recolhimento de tributos é outra ação de destaque na unidade, resultado de uma eficiente gestão tributária de contratos e convênios, contribuindo desta forma para arrecadação estadual, enquanto substituto tributário, além de mitigar a possibilidade do Poder Judiciário ser autuado e multado por descumprimento das Legislações Tributárias.

A monitoração e operacionalização da CONTA VINCULADA, em cumprimento à Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça, é garantia na retenção dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplência das empresas contratadas, salvaguardando o TJ-MA da responsabilidade solidária pelo cumprimento das obrigações.

Em um cenário nacional de severa restrição orçamentária e financeira, maximizada pela queda de arrecadação estadual, em decorrência da Pandemia do Corona Vírus, este Poder Judiciário envidou esforços no sentido de redução imediata e efetiva das despesas de custeio e com a folha de pessoal, resultando assim no cumprimento de todas as obrigações financeiras assumidas com os fornecedores e prestadores de serviços do TJ-MA.

DIVISÃO DE ANÁLISE E FATURAS

Esta Divisão exerceu, durante o período de

dezembro de 2020 a 19 de abril de 2021, atividades rotineiras como análise, ateste, acompanhamento e encaminhamento das faturas referentes ao consumo de água, energia elétrica e telefonia fixa, visando o pagamento das mesmas, além de observar e detectar eventuais dualidades de cobrança e outras incorreções, que pudessem acarretar prejuízos financeiros ao Tribunal de Justiça.

No entanto, em razão da permanência da pandemia do novo coronavírus, quase todo esse trabalho foi executado de forma remota, não ocasionando qualquer prejuízo ao andamento dos processos de pagamento das faturas.

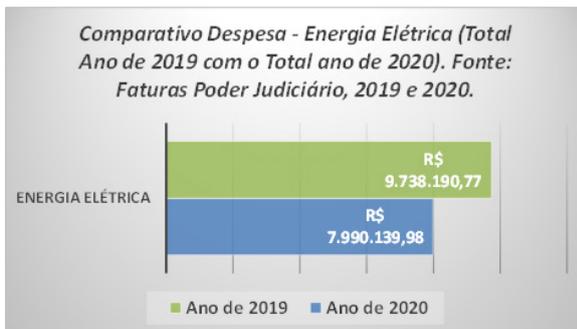
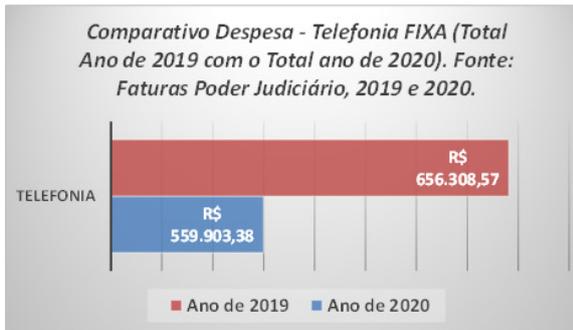
Continuamos a enviar mensalmente o formulário do Plano de Logística Sustentável, contendo as despesas referentes ao consumo de água, luz e telefonia fixa, ao Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário, em atendimento à resolução 201/2015, do CNJ.

IMPORTANTE DESTACAR

No período de janeiro a março de 2021, houve uma redução no valor das faturas de consumo de água, luz e telefonia fixa, em relação ao mesmo período do ano de 2020, em razão, principalmente, da suspensão do trabalho presencial. Esse percentual de redução no valor das faturas foi em média: 5,10% para telefonia fixa, 15,50% para energia elétrica e 20% para água/esgoto.

Abaixo, um comparativo das totalizações 2019

e 2020 das despesas de Água e Esgoto, Telefonia Fixa e Energia Elétrica, a visualizar-se os efeitos da pandemia quanto a redução do consumo e fornecimento, gerenciados pela Divisão de Análise e Faturas:



COORDENADORIA DE PAGAMENTO E DIVISÃO DE FOLHA

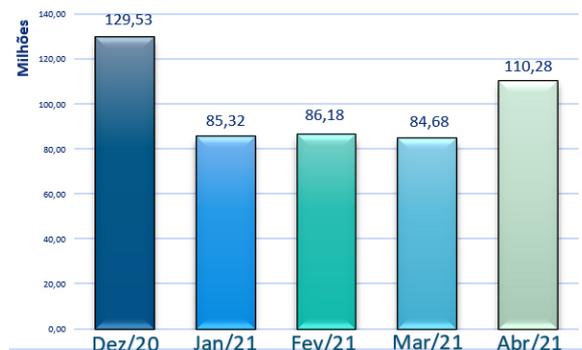
Referente ao período de dezembro de 2020 a abril de 2021, a Coordenadoria de Pagamento e a Divisão de Folha de Pagamento, ambas subordinadas à Diretoria Financeira vem informar suas providências, nas seções a seguir:

PAGAMENTO DE FOLHA DE PESSOAL

Quanto aos gastos com a folha de pessoal, informamos que os valores dos meses de dezembro de 2020 a abril de 2021, totalizaram R\$ 495.982.115,80 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil, cento e quinze reais e oitenta centavos), incluindo despesas com pessoal, auxílios e encargos patronais, conforme planilha e gráfico a seguir:

MÊS/ANO	VALOR (R\$)
Dezembro/20	129.529.020,61
Janeiro/21	85.317.706,96
Fevereiro/21	86.177.735,31
Março/21	84.680.877,60
Abril/21	110.276.775,32
Total (R\$)	495.982.115,80

PAGAMENTO DE FOLHA DE PESSOAL



O aumento no mês de dezembro de 2020 corresponde à inclusão do pagamento da segunda parcela da Gratificação Natalina, no total de R\$ 40.439.807,84 (quarenta milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e sete reais e oitenta e quatro centavos), com pagamento autorizado para 01 de dezembro de 2020.

Ainda, o acréscimo no mês de abril de 2021 corresponde ao pagamento do adiantamento da primeira parcela da Gratificação Natalina aos servidores e membros deste Poder, no valor de R\$ 26.106.479,56 (vinte e seis milhões, cento e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

• NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES

NOMEAÇÕES: No total foram 315 (trezentos e quinze) nomeações, no referido período, sendo:

NOMEAÇÕES	Dezembro/20	Janeiro/21	Fevereiro/21	Março/21	Abril/21	Total
Comissionados puros (novos)	12	11	22	37	21	103
Requisitados	1	2	5	1	14	23
Efetivos	24	7	17	3	7	58
Efetivos para Cargo em Comissão	5	2	9	12	8	36
Efetivos para Função Gratificada	2	4	3	1	6	16
Comissionados (alteração de cargos)	6	5	19	29	20	79
TOTAL	50	31	75	83	76	315

EXONERAÇÕES: No total foram 158 (cento e quarenta) exonerações, no período em tela, sendo:

NOMEAÇÕES	Dezembro/20	Janeiro/21	Fevereiro/21	Março/21	Abril/21	Total
Comissionados puros	1	29	30	22	13	95
Requisitados	0	1	2	4	2	9
Efetivos	2	4	4	0	7	17
Efetivos com Cargo em Comissão	2	3	15	6	0	26
Efetivos com Função Gratificada	0	3	2	4	2	11
TOTAL	5	40	53	36	24	158

PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO DE DILIGÊNCIAS

Com o advento da Resolução GP-522019, o Adiantamento de Custeio de Diligências (rubrica 75) e o Acerto de Custeio de Diligência (rubrica 76) passou a ser denominado de Ajuda de Custo de Diligências (rubrica 79) que, segundo o Art.2º da referida Resolução, passou a ser concedida de forma antecipada, no valor fixo mensal de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), ao Oficial de Justiça e ao Comissário da Infância e Juventude para o exercício de seu mister, excluindo, portanto, as faixas estabelecidas na Resolução anterior.

Quanto aos casos de substituição de titulares afastados estes passaram a ser creditados em rubrica denominada Substituição – Custeio de Diligências (rubrica 77), e rubrica denominada Ajuda de Custo de Diligências – Substituição Exercício Anterior (rubrica 81).

Dessa maneira, entre os meses de dezembro de 2020 a abril de 2021, foram realizados R\$ 7.933.356,40 (sete milhões, novecentos e trinta e três mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), incluindo todas as modalidades de créditos da nova Resolução (rubricas 75 e 79), acrescidas dos pagamentos de diferenças (rubricas 379, 381, 1376 e 1379).

Demonstrando o desempenho dos meses de dezembro de 2020 a abril de 2021, da despesa de Ajuda de Custo de Diligências, temos:

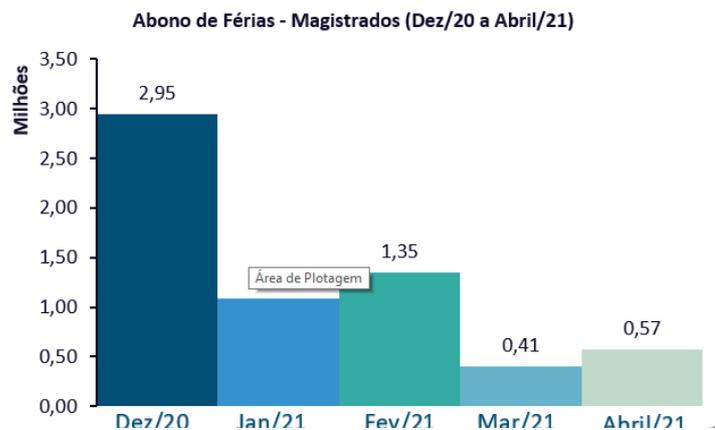
MÊS/ANO	VALOR (R\$)
Dezembro/20	1.571.788,62
Janeiro/21	1.618.434,85
Fevereiro/21	1.529.500,01
Março/21	1.612.219,55
Abril/21	1.601.413,37
Total (R\$)	7.933.356,40



PAGAMENTO DE ABONO DE FÉRIAS - MAGISTRADOS

Quanto ao pagamento de abonos de férias aos magistrados, devidamente autorizados pela Presidência deste Poder, mediante disponibilidade orçamentária, de dezembro de 2020 a abril de 2021, totalizou R\$ 6.357.273,63 (seis milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos), conforme planilha e gráfico a seguir:

MÊS/ANO	VALOR (R\$)
Dezembro/20	2.947.342,57
Janeiro/21	1.087.579,69
Fevereiro/21	1.345.623,81
Março/21	405.995,74
Abril/21	570.731,82
Total (R\$)	6.357.273,63



SUSPENSÃO DOS EFEITOS FINANCEIROS SOBRE O ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, POR FORÇA DA LEI COMPLEMENTAR N. 173/2020

Por força da Lei Complementar n. 173/2020, a Coordenadoria de Pagamento solicitou análise e deliberação quanto aos efeitos financeiros da referida Lei. Através da Decisão-GP-2192021, a Presidência deste Poder, acolhendo o Parecer-AJP-152021, decidiu pela aplicabilidade da Lei Complementar n. 173/2020, determinando a suspensão dos efeitos financeiros para os fatos geradores elencados no art. 8º, I e IX, da referida lei, a contar de janeiro de 2021, resguardados os direitos dos magistrados e servidores, até que seja dirimida a questão por meio de processo administrativo ou que sobrevenha

manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre eventual inconstitucionalidade. Com isso, houve a suspensão na concessão bem como os reajustes sobre o adicional por tempo de serviço dos servidores deste Poder Judiciário, até ulterior deliberação, a partir de janeiro de 2021.

ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA SEGUNDA PARCELA DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

A Presidência desta Egrégia Corte autorizou a antecipação da primeira parcela da Gratificação Natalina aos servidores e membros deste Poder, com pagamento no dia 14 de abril de 2021, num total de R\$ 26.106.479,56 (vinte e seis milhões, cento e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Desde 2016, o TJMA deu início ao remodelamento do método de trabalho para captação da proposta orçamentária anual, de modo a aperfeiçoar os procedimentos de planejamento e gestão orçamentária.

A fim de alcançar esse resultado favorável, o TJMA lançou mão de um conjunto de iniciativas em prol do desenvolvimento de sistema que auxiliasse no processo de elaboração da proposta orçamentária, de modo a abarcar desde o planejamento das iniciativas estratégicas até a programação dos valores das necessidades orçamentárias das unidades administrativas.

O desenvolvimento do Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária (e-POP) fora concluído em 2017 e utilizado para elaboração da proposta orçamentária 2018.

Anualmente, o presente sistema é aperfeiçoado visando a automatização do controle de gastos e medição do desempenho da execução orçamentária das unidades administrativas demandantes.

A consequência desse processo contínuo de aperfeiçoamento do planejamento e gestão orçamentária reside na redução do distanciamento da necessidade de recursos refletida na proposta e os limites orçamentários impostos pela Estado.

ORÇAMENTO 2021

O orçamento consignado ao Tribunal de Justiça do Maranhão para 2021 pela Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei Estadual nº 11.405, de 30/12/2020) alcança o montante de R\$ 1.389.877.704,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e setenta e sete mil e setecentos e quatro reais),

contemplando recursos para as despesas com o pagamento de pessoal e encargos sociais, com a manutenção e funcionamento das atividades administrativas e judiciais e com os investimentos necessários ao desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria e expansão da prestação jurisdicional, necessários ao cumprimento de sua missão institucional. O orçamento para 2021 está assim distribuído:

- R\$ 973.595.000,00 (novecentos e setenta e três milhões e quinhentos e noventa e cinco mil reais) para atender as despesas com pessoal e encargos sociais;
- R\$ 153.989.963,00 (cento e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta e nove mil e novecentos e sessenta e três reais) para atender as despesas com benefícios e auxílios a servidores e magistrados;
- R\$ 155.619.003,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e dezenove mil e três reais) para atender as despesas de manutenção e funcionamento da estrutura administrativa e judicial;
- R\$ 31.847,737,00 (trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e setecentos e trinta e sete reais) para atender as despesas com investimentos;
- R\$ 74.826.000,00 (setenta e quatro milhões e oitocentos e vinte e seis mil reais) para atender as despesas com precatórios e requisições de pequeno valor.
- A tabela abaixo apresenta a composição do orçamento aprovado para 2021, conforme detalhamento acima, em relação à dotação para 2020.

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	LOA 2020	LOA 2021	Varição Absoluta	Varição (%)
Despesas Correntes	1.409.346.345	1.358.029.966	- 51.316.379	-3,64%
Pessoal e Encargos Sociais	918.099.000	973.595.000	55.496.000	6,04%
Outras Despesas Correntes - Exc. Benefícios e Auxílios e Precatórios	176.084.423	155.619.003	- 20.465.420	-11,62%
Benefícios e Auxílios	140.710.515	153.989.963	13.279.448	9,44%
Precatórios	174.452.407	74.826.000	- 99.626.407	-57,11%
Despesas de Capital	19.086.062	31.847.737	12.761.675	66,86%
Investimentos	19.086.062	31.847.737	12.761.675	66,86%
Inversões Financeiras	-	-	-	-
TOTAL S/PRECATÓRIO	1.253.980.000	1.315.051.703	61.071.703	4,87%
TOTAL	1.428.432.407	1.389.877.703	- 38.554.704	-2,70%

DOTAÇÃO X EXECUÇÃO 2021

Abaixo segue quadro demonstrativo da dotação e execução orçamentária e financeira no período de 01 a 19/04/2021.

Dentre os investimentos realizados, merece destaque a aquisição de equipamentos de processamento de dados, no valor total de R\$

6.995.094,60, especialmente a de 400 (quatrocentos) notebooks dell de última geração e solução de proteção de rede firewall, objetivando atender demanda da Diretoria de Informática.

Foram adquiridas também licenças de uso de software, no valor total de R\$ 780.000,00.

Despesa	LOA 2021	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado*
Pessoal	973.595.000	973.595.000	223.724.325,94	223.495.256,59
Custeio	309.608.967	341.297.952	144.713.385,58	53.048.558,99
Precatórios	74.826.000	74.826.000	42.000.000	42.000.000
Investimentos	31.847.737	77.142.479	9.736.775,98	461.937,00
Inversões Financeiras	-	2.600.000,00	-	-
TOTAL	1.389.877.704	1.469.461.431	420.174.487,50	319.005.752,58

MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Coordenadoria de Orçamento encaminhou solicitação à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento para abertura de créditos adicionais oriundos do superávit financeiro apurado no

balanço patrimonial encerrado de 2020, no valor total de R\$ 79.612.221,13 (setenta e nove milhões, seiscentos e doze mil, duzentos e vinte e um reais e treze centavos), assim distribuídos:

Unidade	Fonte	Código	Valor	Situação
FERJ	RECEITAS OPERACIONAIS DE FUNDOS	307	77.044.160,73	Aberto
FERJ	RECURSOS ORDINÁRIOS - TESOURO	301	1.943.747,36	Aberto
FESMAM	RECURSOS ORDINÁRIOS - TESOURO	301	624.313,04	Aberto
	Total		79.612.221,13	

A destinação desses recursos foi discutida junto à Presidência do Tribunal de Justiça, de modo a priorizar as aquisições alinhadas ao cumprimento da missão institucional. Parcela significativa

foi alocada à cobertura das necessidades de contratações das unidades administrativas que não foram atendidas, ou apenas parcialmente, nos respectivos orçamentos aprovados. Nesse

período, além dos créditos adicionais abertos a partir do superávit financeiro apurado de 2020, foram realizadas movimentações orçamentárias entre subações (planos internos) de mesmo localizador e suplementações orçamentárias tendo como fonte

a anulação parcial de dotações próprias, bem como alterações no quadro de detalhamento da despesa, objetivando o ajuste da programação às necessidades de execução do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento abaixo:

Unidade	Tipo	Nº Nota Orç.	Fonte	Data	Valor
TJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000001	101	04/02/2021	600.000
TJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000002	101	08/03/2021	180.000
TJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000004	101	11/03/2021	200.000
TJ	Anul. Parc. De Dot.	2021NO0000005	101	15/03/2021	7.600.000
TJ	Anul. Parc. De Dot.	2021NO0000006	101	19/03/2021	4.000.000
TJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000007	101	05/04/2021	400.000
FERJ	Anul. Parc. De Dot.	2021NO0000001	107	04/02/2021	9.820.610
FERJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000002	107	25/02/2021	500.000
FERJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000003	107	02/03/2021	100.000
FERJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000004	107	08/03/2021	160.000
FERJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000007	107	10/03/2021	1.030.000
FERJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000008	107	15/03/2021	2.600.000
FERJ	Mov. Orçamentária	2021NO0000010	107	15/03/2021	2.700.000
FESMAM	Mov. Orçamentária	2021NO0000001	101	09/02/2021	200.000
FESMAM	Alt. De QDD	2021NO0000003	101	25/02/2021	38.000

DIRETORIA GERAL

No intervalo de 24.04.2020 a 30.11.2020, o Gabinete do Diretor-Geral, recebeu a quantia de dez mil quatrocentos e sessenta processos, tendo gerado um total geral de **8.409 oito mil e quatrocentos e nove documentos expedidos**. OBS: Buscando maior celeridade na tramitação, a maioria dos despachos de mero expediente são feitos no campo observação do Digidoc, não gerando documento, e, por consequência, não tendo como ser mensurado a quantidade dos mesmos.

DECISÕES	4.638
DESPACHOS	2.489
OFÍCIOS	180
PORTARIA-GP	15
PORTARIA CONJUNTA	26
RESOLUÇÃO-GP	48
INFORMA-GDG	319
AGENDA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA	34
DPA - DECISÕES PLENÁRIAS ADMINISTRATIVAS	386
CERTIDÃO	06
EDITAIS (PROMOÇÃO, REMOÇÃO, PERMUTA DE MAGISTRADOS E INDICAÇÃO DE MEMBRO TRE)	69
RESENHA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA	24
MEMORANDO	56
TERMO DE CONCLUSÃO	72
DECLARAÇÃO	05
CIRCULAR	15
ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA	24
ATO DA PRESIDÊNCIA	03
TOTAL	8.409

• 2021

No intervalo de 07.01.2021 a 31.03.2021, o Gabinete do Diretor-Geral, recebeu a quantia de cinco mil e cento e cinquenta e um processos, tendo gerado um total geral de 3.237 (três mil e duzentos e trinta e sete) documentos.

OBS: Buscando maior celeridade na tramitação, a maioria dos despachos de mero expediente são feitos no campo observação do Digidoc, não gerando documento, e, por consequência, não tendo como ser mensurado a quantidade dos mesmos.

DECISÕES	1.598
DESPACHOS	1.183
OFÍCIOS	75
PORTARIA-GP	15
PORTARIA CONJUNTA	04
RESOLUÇÃO-GP	11
INFORMA-GDG	127
AGENDA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA	06
DPA - DECISÕES PLENÁRIAS ADMINISTRATIVAS	108
CERTIDÃO	01
EDITAIS (PROMOÇÃO, REMOÇÃO, PERMUTA DE MAGISTRADOS E INDICAÇÃO DE MEMBRO TRE)	28
RESENHA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA	05
MEMORANDO	33
TERMO DE CONCLUSÃO	17
CIRCULAR	01
ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA	24
ATO DA PRESIDÊNCIA	01
TOTAL	3.237

DIRETORIA JUDICIARIA

O presente relatório tem por desígnio positivar as principais atos e realizações da Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no período de 24.04 a 30.11.2020. Diversas ações foram empreendidas, principalmente com a mudança nas rotinas e a suspensão dos prazos processuais em razão da pandemia pelo novo coronavírus, nesse contexto com o objetivo de reduzir os acervos processuais e cumprir as metas estipuladas e monitoradas pelo CNJ, cujos resultados refletem uma melhoria significativa no desempenho das unidades judiciais no Segundo Grau, o TJMA priorizou:

1. Permitir o uso de videoconferência para realização das sessões de julgamento no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão, em face da excepcionalidade gerada pela pandemia, conforme a [RESOLUÇÃO GP 222020](#);
2. Tornar obrigatório a digitalização e virtualização dos processos judiciais de natureza cível que tramitem em meio físico para a instalação do Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) do 1º Grau, pelas unidades jurisdicionais que já fazem uso dessa tecnologia, para fins de remessa dos recursos ao Tribunal de Justiça em formato eletrônico, para o processamento e julgamento de recurso de Apelação e/ou Remessa Necessária em meio digital, conforme a [PORTARIA-CONJUNTA 212020](#);
3. Regulamentar o cadastro de pessoas jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta e das empresas públicas ou privadas de médio ou grande porte para o recebimento de citações e intimações de forma eletrônica, conforme [RESOLUÇÃO GP nº 302020](#);
4. Dispôs ainda sobre as condições de cumprimentos de mandados de citação e intimação por parte dos Oficiais de Justiça nas Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário Estadual do Maranhão, como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do novo Coronavírus (COVID-19) e H1N1, conforme [PORTARIA-CONJUNTA nº252020](#);
5. Disciplinou o recebimento de petições no 2º Grau referentes aos processos físicos, por e-mail, após o horário de atendimento presencial disciplinado na PORTARIA CONJUNTA 522020, conforme [PORTARIA-DJ – 162020](#);

6. Dispõe sobre o fluxo de processos físicos e documentos através de carga programada e sistema de malote digital, conforme [PORTARIA-CONJUNTA – 482020](#);

7. Regulamentou a digitalização dos processos físicos em tramitação no 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Maranhão e sua inserção no Sistema Processual Eletrônico-PJe- 2 Grau, conforme [PORTARIA-GP – 10272020](#);

PROCESSOS NOVOS DISTRIBUÍDOS

DISTRIBUÍDOS NO SEGUNDO GRAU	57.496 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e seis)
-------------------------------------	--

PROCESSOS JULGADOS

JULGADOS NO SEGUNDO GRAU	51.470 (cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta)
---------------------------------	---

PROCESSOS FINALIZADOS COM MOVIMENTAÇÃO DE BAIXA

BAIXAS NO SEGUNDO GRAU	38.064 (trinta e oito mil e sessenta e quatro)
-------------------------------	--

ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO SEGUNDO GRAU

ACERVO ATUAL DE PROCESSOS NO SEGUNDO GRAU	66.319 (sessenta e seis mil, trezentos e dezenove)
--	--

SESSÕES REALIZADAS

SESSÕES REALIZADAS	
Câmaras Cíveis Isoladas	388 (trezentos e oitenta e oito)
Câmaras Criminais Isoladas	181 (cento e oitenta e um)
Câmaras Cíveis e Criminais Reunidas e Seção Cível	93 (noventa e três)
TOTAL	662 (seiscentos e sessenta e dois)

RECURSOS COM CADASTRO E AUTUAÇÃO REALIZADOS NO TJMA

PROTOCOLO, CADASTRO E AUTUAÇÃO DE RECURSOS FÍSICOS

12.932
(doze mil, novecentos e trinta e dois)

PROCESSOS REMETIDOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES (após as etapas de higienização, digitalização e indexação):

RECURSOS CONSTITUCIONAIS

Recursos remetidos ao STF e STJ	1.414 (Um mil quatrocentos e quatorze)
--	--

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO: DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Diários da Justiça Eletrônicos gerados (e suplementos)	237 (duzentos e trinta e sete)
Matérias publicadas	499.392 (quatrocentos e noventa e nove mil, trezentos e noventa e dois)

Além das atribuições institucionais desta Diretoria Judiciária, realizadas pelas unidades integrantes da estrutura organizacional, são igualmente desenvolvidas

atividades diversas, relacionadas nos tópicos a seguir, comprovando o comprometimento de todos os seus colaboradores no sentido de cumprir fielmente as atribuições que lhe foram conferidas, contribuindo efetivamente com função jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão.

TIPOS DE DOCUMENTOS	QUANTIDADE
Tramitações nos processos físicos	302.553 (trezentos e duas mil, quinhentos e cinquenta e três)
Tramitações eletrônicas realizadas	327.898 (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e oito)
Total	630.451 (seiscentos e trinta mil, quatrocentos e cinquenta e um)

Oportuno observar que novos desafios surgem diariamente e que são enfrentados com igual determinação e afincio. Todavia, o reconhecimento de tantas conquistas em tempos de pandemia provoca o irrenunciável agradecimento a cada servidor, secretários de câmara, coordenadores, diretores, desembargadores e, em especial ao Presidente, sem cujo empenho e colaboração nada ou muito pouco teria sido realizado.

DIRETORIA DE RH

• PROGRAMAS E PROJETOS

PROGRAMA DE EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DINAMISMO DA PRODUTIVIDADE

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Concurso de Ingresso

O Concurso Público para Ingresso no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão foi regulamentado pelo edital EDT-GP-32019, publicado na Edição nº 140/2019 do Diário da Justiça Eletrônico de 02/08/2019, que dispõe sobre a abertura de inscrições no concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O concurso, que foi realizado pela Fundação Carlos Chagas, recebeu o total de **65.221 inscrições**, das quais **812** foram de candidatos com deficiência e **13.560** de candidatos negros.

As vagas no mencionado concurso público foram distribuídas para os cargos de Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento; Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Suporte e Rede; Analista Judiciário – Engenheiro Mecânico; Analista Judiciário – Direito; Analista Judiciário – Assistente Social; Analista Judiciário – Psicólogo; Analista Judiciário – Psiquiatra; Oficial de Justiça; Técnico Judiciário – Apoio Técnico Administrativo; Técnico Judiciário – Técnico em Contabilidade; Técnico Judiciário – Técnico em Edificações; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Hardware; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Software.

No dia 09/09/2020, foi publicado o edital EDT-GP-142020, com a convocação de candidatos aprovados e classificados no Concurso Público de Ingresso de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão – Edital EDT-GP-32019 -, em que foram **convocados 55 (cinquenta e cinco) candidatos**, sendo 15 (quinze) para o cargo de

Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento, 01 (um) para o cargo de Analista Judiciário – Psiquiatra, 01 (um) para o cargo de Analista Judiciário – Psicólogo, 01 (um) para o cargo de Analista Judiciário – Assistente Social, 15 (quinze) para Oficial de Justiça, 20 (vinte) para o cargo de Técnico Judiciário – Apoio Técnico-administrativo, 01 (um) para o cargo de Técnico Judiciário – Técnico em Contabilidade e 01 (um) para o cargo de Técnico Judiciário – Técnico em Edificações.

Foram convocados no Concurso Público de Ingresso de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, regido pelo EDT-GP-32019, no período de 24/04/2020 a 30/11/2020, o total de **82 (oitenta e dois) candidatos**, a saber:

26 (vinte e seis) Analista Judiciário	Direito;
01 (um) para Analista Judiciário	Psiquiatra
01 (um) Analista Judiciário	Psicólogo;
02 (um) Analista Judiciário	Assistente Social
08 (oito) Analista Judiciário	Analista de Sistemas/ Desenvolvimento
02 (um) Analista Judiciário	Analista de Sistemas – Suporte e Rede
01 (um) Analista Judiciário	Engenheiro Mecânico
18 (dezoito)	Oficial de Justiça
20 (vinte) Técnico Judiciário	Apoio Técnico Administrativo
01 (um) Técnico Judiciário	Técnico em Contabilidade
01 (um) Técnico Judiciário	Técnico em Informática/ Hardware
01 (um) Técnico Judiciário	Técnico em Edificações

STATUS: O concurso foi homologado e as nomeações encontram-se em andamento.

PROJETO AMBIENTAÇÃO DOS NOVOS SERVIDORES

Tem por propósito proporcionar aos recém-nomeados uma visão sistêmica da Instituição, bem como, prepará-los eficazmente para exercer

o serviço público nas unidades de trabalho, com a finalidade da contínua melhoria da prestação jurisdicional.

Até o dia 30/11/2020, foram ambientados 74 (setenta e quatro) novos servidores.

STATUS: Em andamento.

CONCURSO DE REMOÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS

O Concurso de Remoção tem por propósito a equalização da força de trabalho com foco nas unidades prioritárias, em atenção a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ n.º 194, de 26 de maio de 2014, considerando os requisitos de distribuição de casos novos e da taxa de congestionamento, definidos pela Resolução n.º 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Encontram-se em andamento os **XI, XII e XIII Concursos de Remoção de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão**, publicados por meio dos seguintes editais: **EDT-GP-72020**, que ofertou **68 vagas** para diversos cargos; **EDT-GP-152020**, o qual ofertou **155 vagas** para diversos cargos; e **EDT-GP-272020**, o qual ofertou **76 vagas** para diversos cargos.

STATUS: O XI e o XII concursos estão em andamento. O XIII concurso encontra-se em fase de inscrição preliminar.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

O Programa de Estágio tem por objetivo oferecer aos estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas conveniadas ao Tribunal de Justiça do Maranhão a oportunidade de complementarem sua formação escolar por meio de experiências profissionais e ações de desenvolvimento de futuros profissionais.

Divide-se em duas modalidades: **estágio obrigatório** (curricular e não remunerado) e **estágio não obrigatório** (extracurricular e remunerado).

• Estágio de Nível Médio

Atualmente este Tribunal conta com **11 (onze) estagiários de Nível Médio remunerados**, lotados em unidades funcionais da Comarca da Ilha de São Luís.

• Estágio de Nível Superior

Foram encaminhados **86 (oitenta e seis) estagiários** para cumprimento de **estágio obrigatório curricular** nos órgãos e unidades do Poder Judiciário, no período de 11 de julho a 30 de novembro de 2020.

Por outro lado, encontra-se em andamento processo administrativo que visa ofertar **175 (cento e setenta e cinco) vagas de estágio remunerado para Nível Superior** nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Odontologia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Ciências da Computação, Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia ou Gestão Ambiental, Biblioteconomia, Comunicação Social e História. Serão contempladas com os estagiários recrutados, as unidades jurisdicionais que apresentarem alta distribuição de casos novos ou elevada taxa de congestionamento, e que estejam no raio de até 100 km das instituições de ensino, bem como as unidades administrativas que solicitaram estagiários em resposta à consulta feita pela DRH.

STATUS: em fase de contratação da empresa especializada para realização do Processo Seletivo Virtual.

ESTÁGIO DE NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO – PROJETO RESIDÊNCIA EM PRÁTICA JURÍDICA

Instituição do Programa de Estágio para Alunos de Pós-Graduação em Direito, com previsão de **45 vagas** a serem ofertadas no próximo processo seletivo virtual. Esse projeto favorece a liberação de servidores para assumir cargo de liderança ou assessoramento sem prejuízo para unidade. Dessa forma, os servidores em destaque podem ter ascensão na carreira e melhor desempenho de suas habilidades e de seus talentos.

Unidades contempladas: unidades jurisdicionais

em que existe Analista Judiciário – Direito exercendo cargo comissionado ou função gratificada e unidades com alta taxa de congestionamento.

STATUS: em fase de contratação da empresa especializada para realizar o Processo Seletivo Virtual.

PROGRAMA VOLUNTÁRIOS DA JUSTIÇA

Instituído o Programa Voluntários da Justiça, por meio da RESOL-GP-412020, para prestação de serviços voluntários no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, a serem realizados em atividades e tarefas vinculadas às áreas de interesse deste Tribunal e compatíveis com o conhecimento e experiências profissionais.

Considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada espontaneamente ao Poder Judiciário, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou afim, por pessoa física.

Em virtude das portarias que suspenderam as atividades presenciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, em março de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), foram encaminhados **66 (sessenta e seis) voluntários** para as Unidades do Poder Judiciário, no período de 24 de abril a 30 de novembro de 2020.

STATUS: Atualmente contamos com 92 (noventa e dois) voluntários inscritos no Programa.

PROGRAMA DE GESTÃO DOS BENEFÍCIOS, INCENTIVOS E VALORIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL PROGRAMA DE DESCONTOS E VANTAGENS

Através desse programa, o Tribunal de Justiça do Maranhão, visa oferecer a magistrados, servidores, e dependentes, descontos e vantagens em estabelecimentos comerciais credenciados de variados setores.

Com o reinício gradual das atividades presenciais, foram firmadas parcerias com o Laboratório Cedro,

a Capital Corretora de Seguros, o Instituto Reviva, o Consultório de Odontologia Especializada Dr. Paulo Rabêlo Jr. e o Centro Universitário UNDB.

O Laboratório Cedro oferecerá aos magistrados, servidores, e seus dependentes, o percentual de 30% de desconto em seus serviços, exceto nas áreas de Biologia Molecular e Cicometria de Fluxo, cujo desconto será de 20%, e na área de terceirização será aplicado o desconto de 15% sobre a tabela vigente. Quanto ao exame de sorologia para COVID-19, será aplicado o percentual de 20%.

A Capital Corretora de Seguros, por sua vez, oferecerá descontos especiais, de 5% a 15%, nos produtos da corretora, tais como: seguros de vida, de automóvel, planos de previdência e saúde (Central Nacional Unimed, Sulamérica e Bradesco Saúde).

O Instituto Reviva ofertará 20% de desconto em seus serviços.

O Consultório de Odontologia Especializada Dr. Paulo Rabêlo Jr oferecerá 30% de desconto em todas as especialidades ofertadas pela clínica.

Já a UNDB dará o desconto de 5,5% para servidores, magistrados e dependentes no mestrado interinstitucional UNDB/PUC em Direito; e na a educação básica 10% desconto no turno da manhã e 20% no turno da tarde.

Atualmente, são 171 empresas parceiras.

AUXÍLIO BOLSA

Instituído por meio da RESOL-GP – 12017, publicada na Edição nº 8/2017 do Diário da Justiça Eletrônico de 19/01/2017, o Auxílio-bolsa de Estudos consiste na concessão de auxílio financeiro aos servidores para cursos de graduação e de pós-graduação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. O Auxílio é concedido, de acordo com o art. 67 do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, aos servidores efetivos do Poder Judiciário que estiverem regularmente matriculados em cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, em níveis de graduação e pós-graduação, *lato e stricto sensu*,

que se desenvolvam regularmente sob a forma de metodologia presencial no âmbito do território do Estado do Maranhão ou em cidade limítrofe pertencente a estado vizinho.

O Auxílio-bolsa de Estudos dá-se mediante Processo Seletivo aos servidores interessados em receber da Administração do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio de reembolso mensal e parcial, o valor de mensalidade e taxa de matrícula, referentes a cursos de graduação e de pós-graduação, na forma do disposto na RESOL-GP-12017. A concessão do Auxílio-bolsa é destinada aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que tenham sido regularmente aprovados no estágio probatório e que se encontrem em pleno exercício de suas atividades.

Até a data deste relatório, foram contemplados pelo Auxílio-bolsa de Estudos **107** (cento e sete) **servidores**, distribuídos **nas quatro modalidades** da seguinte forma:

- a) nível de graduação: **56**
- b) nível de pós-graduação / modalidade Especialização: **28**
- c) nível de pós-graduação / modalidade Mestrado: **20**
- d) nível de pós-graduação / modalidade Doutorado: **03**

Beneficiários atuais: 30 (trinta) servidores na Graduação, 12 (doze) na Especialização, 04 (quatro) no Mestrado e 03 (três) no Doutorado;

Concludentes: 25 (vinte e cinco) Graduados; 16 (dezesseis) Especialistas; e 03 (três) Mestres;

Valores do Auxílio: o desembolso mensal, correspondente ao teto de 50% do valor da mensalidade, limita-se a R\$ 700,00 à Graduação, R\$ 800,00 à Especialização, R\$ 1.000,00 ao Mestrado e R\$ 1.500,00 ao Doutorado.

Na oportunidade, convém informar que se encontra em fase de conclusão o 3º Processo Seletivo para a concessão de novos auxílios-bolsa de estudos,

com oferta de 20 (vinte) bolsas de Graduação, 15 (quinze) de Especialização, 15 (quinze) de Mestrado e 10 (dez) de Doutorado, mais Cadastro de Reserva em todas as modalidades. Esse processo seletivo foi lançado pelo EDT-GDG-12020, de 12 de agosto de 2020, tendo sido divulgado o resultado provisório pelo EDT-GDG-22020, de 10 de setembro de 2020. Atualmente, os servidores com inscrições deferidas encontram-se na fase de apresentação de documentação comprobatória para, posteriormente, ser realizada a divulgação de Resultado Final do certame.

A seguir, será apresentada a quantidade completa de servidores já beneficiados e daqueles que ainda serão beneficiados, com os dados especificados por unidade de lotação/exercício, em que constará SIM ou NÃO para a conclusão do curso.

GRADUAÇÃO

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Vara da Infância e Juventude de Imperatriz	1	Sim
1ª Vara Cível de Timon	1	Sim
Central de Cumprimento de Mandados do Fórum Des. Sarney Costa	2	1-Sim 1-Não
Vara Única de Riachão	1	Sim
Coordenadoria de Direitos e Registros	1	Sim
Coordenadoria de Apoio Administrativo	1	Sim
Coordenadoria de Atendimento ao Usuário	1	Sim
4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim

9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
2ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
2ª Vara de Balsas	2	Sim
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
1ª Vara de Coroatá	1	Sim
Coordenadoria de Material e Patrimônio	1	Sim
2ª Vara de Estreito	1	Sim
1ª Vara de Araiões	1	Sim
Vara da Fazenda Pública de Timon	1	Sim
3ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
1ª Vara Cível do Termo Judiciário de São José de Ribamar	1	Não
7ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
3ª Vara de Balsas	1	Não
10ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
3ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
1ª Vara Cível de Caxias	2	Não

6ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís	2	1- Sim 1- Não
Coordenadoria de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	1	Não
Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas	3	Não
13ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
2ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
4ª Vara de Balsas	1	Não
Coordenadoria das Serventias	1	Sim
Secretaria da Contadoria de Timon	1	Sim
Vara da Infância e Juventude de Timon	1	Sim
7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
11ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
13ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não

Vara Única de Montes Altos	1	Não
Turma Recursal de Presidente Dutra	1	Não
4ª Vara do Tribunal do Júri do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
8ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís	2	Não
Vara Única de Matões	1	Não
Turma Recursal de Caxias	1	Não
Secretaria da Contadoria de Imperatriz	1	Não
2ª Vara Cível de Imperatriz	1	Não
ESPECIALIZAÇÃO		
UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços	2	Sim
Divisão de Arquitetura	2	Não
1ª Vara de Presidente Dutra	1	Sim
2ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Divisão Médica	1	Sim
6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira	2	Sim
Divisão de Direitos e Deveres	1	Sim
5ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim

Divisão de Protocolo e Arquivo	1	Sim
2ª Turma Recursal Permanente do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Vara Única de Itinga do Maranhão	1	Não
Divisão de Administração Patrimonial	1	Não
Divisão de Arquitetura	1	Sim
Divisão de Expedição de Atos e Registros da CGJ	1	Sim
1ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Divisão de Serviços e Obras	1	Não
Central de Cumprimento de Mandados do Fórum Des. Sarney Costa	1	Sim
Gab. Des. Jaime Ferreira de Araújo	1	Não
Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau	1	Não
Coordenadoria de Direitos e Registros	1	Não
Coordenadoria de Recursos Constitucionais	1	Não
1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
Coordenadoria de Atendimento ao Usuário	1	Não
1ª Vara de Rosário	1	Não
MESTRADO		
UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO

Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização	1	Não
Diretoria Financeira	1	Sim
Coordenadoria de Contabilidade	2	Sim
Gab. Des. José de Ribamar Castro	1	Sim
Centro de Conciliação e Mediação da Família	2	Não
1ª Vara Criminal de Timon	1	Sim
Coordenadoria de Finanças	1	Sim
Vara Única de Itinga do Maranhão	1	Sim
3º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Vara da Infância e Juventude de Timon	1	Não
Coordenadoria de Apoio Administrativo	1	Não
Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar	1	Sim
Divisão do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais - Ferc	1	Sim
Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais	1	Sim
Gab. Des. Jaime Ferreira de Araújo	1	Sim
Assessoria Jurídica dos Juízes Corregedores	1	Não
5ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim

Central de Cumprimento de Mandados do Fórum Des. Sarney Costa	1	Não
DOUTORADO		
UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Diretoria Financeira	1	Não
Coordenadoria de Contabilidade	2	Não

No segundo semestre de 2020, foi realizado o 3º Processo Seletivo para Concessão de novos Auxílios-Bolsa de Estudos, regido pelo EDT-GDG-12020, publicado na edição nº 146/2020 DO Diário da Justiça Eletrônico de 14/08/2020. Foram ofertadas 20 (vinte) bolsas na modalidade Graduação, 15 (quinze) para Especialização, 15 (quinze) para Mestrado e 10 (dez) para Doutorado, acrescido de Cadastro de Reserva em todas as modalidades. O certame foi concluído com a publicação, na Edição nº 186/2020 do Diário de Justiça Eletrônico de 14/10/2020, da PORTARIA-TJ-37732020, que homologou o Resultado Definitivo do 3º Processo Seletivo. Também foi publicado, na mesma edição do DJE, o EDT-GDG-42020, que redistribuiu as vagas, não preenchidas, para os 11 (onze) candidatos excedentes na modalidade Graduação.

CARTILHA DO SERVIDOR

A Cartilha do Servidor é uma publicação que visa disponibilizar, de maneira clara e objetiva, aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, informações acerca das legislações que tratam sobre sua carreira funcional, direitos, deveres, benefícios e proibições. É possível, ainda, ter acesso a fluxos de tramitação de diversos assuntos. A Cartilha está na sua 2ª edição, que foi publicada em 2018. Contudo, para oferecer sempre um conteúdo sempre atualizado, a Diretoria de Recursos Humanos, na atual gestão, vem trabalhando na elaboração da 3ª edição. Para tanto, já revisou e atualizou alguns temas. Diligenciou também outros setores para revisarem

assuntos de sua competência. Estas unidades já responderam e as atualizações realizadas. Os fluxos também já foram revistos. Em breve, a 3ª edição estará disponível para consulta.

PLANO DE SAÚDE EM CONVÊNIO COM A ASSEFAZ/GEAP

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, através de convênio de patrocínio coletivo empresarial celebrado com a Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda (Assefaz), proporciona aos magistrados e servidores, ativos e inativos, seus dependentes e agregados, bem como aos pensionistas, a possibilidade de ingresso em todos os planos de saúde da Fundação Assefaz.

Os planos ofertados têm área de abrangência nacional. A inscrição de cada beneficiário é voluntária e facultativa, por meio de opção formal, através de Proposta de Adesão ao Convênio, a ser firmada com o titular, na qual ele, seus dependentes e grupo familiar aderem às regras, cláusulas e definições constantes no convênio e no regulamento do plano escolhido. Pelo convênio, em abril/2020 e maio/2020, tinham 791 vidas ativas em planos da Assefaz. Em junho/2020, houve uma redução para 789 vidas ativas. Em julho/2020, foram 825 vidas. Em agosto/2020, o convênio passou a ter 852 vidas ativas. Em setembro/2020, 845 vidas. Já em outubro/2020, passou a ter 857 vidas ativas.

Com o objetivo de ampliar a oferta de planos de saúde a seus servidores e magistrados com preços melhores, o Tribunal está trabalhando na formalização de novo convênio de patrocínio coletivo empresarial, agora com a **GEAP SAÚDE**. Atualmente, o processo para celebração do convênio está em fase final. A perspectiva é que na **segunda quinzena de janeiro/2021** o plano esteja disponível aos servidores, magistrados, e seus dependentes.

PROGRAMA DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

O Programa de Gestão por Competências (Programa GPC), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, foi instituído pela Resolução RESOL-GP – 642018, publicada na Edição nº 226/2018, do Diário da Justiça Eletrônico de 14/12/2018. Trata-se de um programa sistematizado que envolve atividades de planejamento, acompanhamento e diagnóstico, desenvolvido no sentido de definir e adequar perfis profissionais que proporcionem mais produtividade e mais satisfação, de modo a identificar os pontos de excelência e os de carência, suprir lacunas e agregar conhecimentos e experiências, tendo por base critérios objetivamente mensuráveis.

• O Programa GPC do Judiciário Maranhense tem por base as seguintes finalidades gerais:

I - aferir o desempenho dos servidores e gestores, identificando potencialidades ou deficiências;

II - instrumentalizar o gestor na gestão de desempenho dos seus servidores, visando ao desenvolvimento profissional e ao aperfeiçoamento da equipe de trabalho;

III - possibilitar aos servidores e gestores posicionamento crítico sobre o próprio desempenho e a qualidade de seus resultados para facilitar ações necessárias ao seu autodesenvolvimento;

IV - subsidiar ações de gestão de pessoas, atendendo às necessidades da Administração e a bem do serviço público;

V - prover as áreas de gestão de pessoas e de formação continuada e/ou de ações de treinamento com informações sobre as lacunas de competências por meio de trilhas de aprendizagem, visando ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores e gestores do Judiciário.

• Status do Programa GPC

a) Mapeamento das competências das Unidades da Justiça do 1º Grau: **finalizado!!!**

b) Mapeamento das Competências da Diretoria

de Informática e DRH: **finalizado!!!**

c) Mapeamento das Unidades da Corregedoria Geral de Justiça: **finalizado!!!**

d) Mapeamento das Unidades da Diretoria Judiciária: **finalizado!!!**

e) Mapeamento da Coordenadoria de Direito e Deveres: **finalizado!!!**

f) Mapeamento da Diretoria Administrativa: **finalizado!!!**

g) Mapeamento da Biblioteca Central: **finalizado!!!**

i) Realização do Diagnóstico e autodiagnóstico das Unidades do 1º Grau: **finalizado!!!!**

Próximos Passos do GPC para 2020.2

a) Mapeamento das Unidades do FERJ: **finalizado!!!**

b) Mapeamento das Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça: **em andamento, de forma remota, por meio de videoconferência**

c) Mapeamento das Unidades Judiciais do 2º Grau (área fim): **a definir**

GESTÃO DO DESEMPENHO

PROPOSTA DO NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Proposta de um modelo estruturado a todos os servidores que exercem atividade neste Tribunal objetivando instrumentalizar o gestor na gestão de desempenho dos seus servidores, estimulando práticas gerenciais baseadas no diálogo, identificando potencialidades ou défices e alinhando essas informações para subsidiar as ações de desenvolvimento.

Status: Em andamento

PROGRAMA MERITUS

Instituído pela RESOL-GP-572018, alterada pela RESOL-GP-662019, o Programa de Valorização dos Servidores – MERITUS - consiste em um “sistema de incentivos e de recompensas”, cujo objetivo é reconhecer o mérito de determinadas ações desempenhadas no ambiente organizacional, gerando o acúmulo dos créditos meritórios para

posterior utilização dos benefícios institucionais elencados, a depender da pontuação obtida pelo servidor participante.

STATUS: Composição de nova comissão para deliberação da 3ª edição do Programa.

PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DAS CLASSES DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES EFETIVOS DO TJMA

Considerando que, em média, 38% (trinta e oito por cento) dos servidores efetivos das diferentes especialidades de cargos encontram-se na última classe da carreira e que, em curto prazo - em média, daqui a três anos - estarão estagnados na carreira, considerou-se necessário realizar estudo de impacto orçamentário para a viabilidade de ampliação das classes (D e E) para a proposta no novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Poder Judiciário do Maranhão.

STATUS: Análise dos relatórios referentes ao quantitativo de servidores efetivos na última classe.

PROPOSTA PARA NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO TJMA

Foi proposto novo modelo de avaliação de desempenho, estruturado a todos os servidores que exercem atividade neste Tribunal, objetivando instrumentalizar o gestor na gestão de desempenho dos seus servidores, estimulando práticas gerenciais baseadas no diálogo, identificando potencialidades ou défices e alinhando as informações para subsidiar as ações de desenvolvimento.

STATUS: Em andamento – elaboração da minuta da resolução e desenvolvimento do sistema informatizado a ser implantado.

VISITA TÉCNICA À COMARCA DO INTERIOR – RH ITINERANTE

Foi realizada visita técnica à Comarca de Passagem Franca, no período de 24 a 26 de novembro de

2020, com objetivo de proceder ao diagnóstico do clima organizacional, realizar treinamentos, bem como tratar dos Processos Administrativos nº 16984/2020, 19299/2020 e 30023/2020.

STATUS: Em fase de conclusão.

PROGRAMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE PESSOAS AÇÕES PARA O RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO JUDICIÁRIO

No cenário da pandemia de Covid-19, coube à Diretoria de Recursos Humanos, por intermédio da CAEDNC e da Divisão Médica e Psicossocial, o desenvolvimento de ações que visaram esclarecer diversos aspectos relacionados às medidas sanitárias e de proteção à saúde dos servidores a serem adotadas para o adequado retorno às atividades presenciais no âmbito do Poder Judiciário do Maranhense, atendendo aos comandos normativos da Portaria Conjunta nº 322020.

Foram realizadas duas ações marcantes, utilizando-se de plataformas virtuais. A primeira foi uma mesa-redonda, intitulada “*Retornando ao trabalho presencial com segurança e razoabilidade*”, transmitida pelo canal do Tribunal de Justiça no YouTube (<https://www.youtube.com/tjmaoficial>) no dia 30 de junho de 2020. A segunda foi a live “Retorno às atividades presenciais no TJMA”, transmitida pelo Instagram@tjmaoficial no dia 1º de julho de 2020.

Esses eventos contemplaram ações de esclarecimentos sobre diversos aspectos relacionados às medidas sanitárias e de proteção à saúde que deveriam ser adotadas pelo Poder Judiciário para o adequado retorno às atividades presenciais. Contaram com as seguintes participações: Danielle Mesquita, Diretora de Recursos Humanos; Cristiano Simas, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador da Assessoria e Gestão Estratégica e Modernização; Máira Santos, médica do TJMA; Eliandro Rômulo Cruz Araújo e Ingrid Fernandes Costa Rodrigues, ambos Analistas Judiciários - psicólogos do TJMA.

PROJETO “FALE COM O RH”

O Projeto Fale com o RH foi planejado para ser apresentado mensalmente por meio de *lives*, transmitidas pelas plataformas virtuais utilizadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão – Youtube e Instagram -, com temas específicos de interesse dos servidores do Judiciário Maranhense. Até o momento, foram realizadas as seguintes edições:

“Gerenciando Equipes à Distância”

Live transmitida em 06/08/2020, com os psicólogos Eliandro Araújo (CRP 22/0428) e Ingrid Fernandes (CRP 22/00135), com o propósito de discutir a matéria temática e apresentar soluções às novas formas de atividades que estão sendo implementadas por meio do trabalho remoto.

“A realização de comunicações eletrônicas pelos Oficiais de Justiça (Whatsapp), Messenger (Facebook), Direct (Instagram) e InMail (Linkedin): aspectos legais, jurisprudências e sociológicos”

Live transmitida em 03/09/2020, com as Oficiais de Justiça Vanessa de Marchi, do TRF3/São Paulo, e Jaciara Rodrigues, do TJMA, além da participação do juiz Marcelo Oka, Coordenador da Central de Mandados da Comarca da Ilha de São Luís.

“GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NO JUDICIÁRIO MARANHENSE: avanços e perspectivas”

Live transmitida em 1º/10/2020, com os membros do Comitê de Implementação e Gerenciamento do Processo de Gestão por Competências no Poder Judiciário do Maranhão, Ernane Candeira e Fábio Oliveira.

“A Divisão Médica e as Demandas dos Servidores do TJMA”

Live transmitida em 05/11/2020, com os servidores lotados na Divisão Médica e Psicossocial do TJMA

Keila Lúgia Costa de Melo Santos, Chefa da Divisão Médica do TJMA; Maíra Cristina Carvalho dos Santos, Médica do TJMA; e Ingrid Fernandes, Psicóloga do TJMA.

“O Papel das Competências Socioemocionais no Cotidiano do Judiciário Maranhense”

Live transmitida em 03/12/2020, com os psicólogos lotados na Divisão Médica e Psicossocial do TJMA Eliandro Araújo, Railson Oliveira e Ingrid Rodrigues. Atuou como mediadora Danielle Mesquita, Diretora de Recursos Humanos.

SEMANA DO SERVIDOR PÚBLICO DO JUDICIÁRIO MARANHENSE – EDIÇÃO 2020

Em virtude do estado de pandemia e da necessidade de se manter o distanciamento social, atendendo-se a medidas de segurança para a preservação da saúde dos servidores do Judiciário Maranhense, em vez de eventos presenciais – como tem sido anualmente a praxe institucional nesse período comemorativo -, foram promovidas lives no Instagram oficial do Tribunal ([instagram@tjmaoficial](https://www.instagram.com/tjmaoficial)), durante o período de 26 a 29 de outubro, em comemoração ao Dia do Servidor (28 de outubro). A iniciativa visou promover o bem-estar social, a qualidade de vida e a valorização dos servidores do Judiciário Maranhense.

A abertura da Semana do Servidor foi iniciada no 26 de outubro, às 19h30, com a live **“Autorresponsabilidade no trabalho”**, apresentada por Lia Silva, master coach e diretora da FEBRACIS em São Luís.

No dia 27 de outubro, às 19h30, foi a vez da live **“O que é hipnoterapia? Como essa ferramenta pode ajudar?”**, conduzida por Danielle Mesquita Melo, coach da mente e da hipnoterapia.

O encerramento da programação ocorreu no dia 29 de outubro, às 19h30, com a live **“Alimentação e produtividade”**, comandada por Renara Leite,

nutricionista do Instituto Reviva.

SEMINÁRIOS SOBRE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Os Seminários sobre Inteligência Emocional constituíram ação integrante de um amplo programa desenvolvido pela Diretoria de Recursos Humanos, em parceria com a ESMAM, para promover a saúde mental e emocional no ambiente de trabalho, principalmente diante do cenário de pandemia que afeta a todos os servidores. Foram formadas duas turmas, iniciadas no dia 22 de outubro, com atividades presenciais e conteúdos on-line, ministrados pela plataforma de Educação a Distância da Escola Superior da Magistratura (EAD-ESMAM).

As oficinas, com duração de 16 horas, foram dirigidas pela professora e mestre em Administração, Andréa Cristina Deis Rodrigues, coaching, especialista na aplicabilidade da Programação Neurolinguística. Os servidores tiveram acesso a técnicas de gestão das emoções e a conteúdos que destacam habilidades de adaptação em momentos de crise, autoconhecimento e autogestão, empatia, gerenciamento de relacionamentos, enfrentamento das incertezas e controle do medo.

O evento foi realizado no auditório da Associação dos Magistrados. Na abertura, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, destacou benefícios do desenvolvimento de habilidades de inteligência emocional e sua relação com a saúde mental e emocional, muitos evidenciados na prática laboral ou na vida pessoal.

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR NO JUDICIÁRIO

ATIVIDADES PSICOSSOCIAIS

A Divisão Psicossocial tem por escopo cuidar da saúde mental dos servidores, magistrados no ambiente de trabalho e de seus respectivos dependentes. Na parte administrativa, as marcações de consultas ocorreram pelo e-mail institucional.

Os atendimentos por videoconferência foram bem aceitos pelos servidores.

No período compreendido entre **24 de abril a 30 de novembro**, houve o agendamento de 408 atendimentos psicológicos, dentre os quais: *a)* 267 realizados, *b)* 27 remarcados pelo servidor, *c)* 36 redefinido pela Divisão, *d)* 14 cancelados, *e)* 64 pacientes não compareceram.

ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS

2020	408 atendimentos
------	------------------

Em média, cada servidor marcou quatro sessões por mês com psicólogos.

Em relação ao Serviço Social, foram efetivados 1 projeto social, 3 atendimentos sociais, 2 visitas domiciliares e 01 readaptação em acompanhamento.

ATENDIMENTOS SERVIÇO SOCIAL

1 Projeto social	3 Atendimentos sociais 2 Visitas domiciliares	01 Readaptação em acompanhamento
------------------	--	----------------------------------

Nessa fase, a Divisão Psicossocial efetuou tramitações em processos do Digidoc referentes às sessões de atendimento, prestou esclarecimentos a servidores que tem dependentes com autismo e sobre atendimentos em geral, realizou pareceres psicossociais requisitados e disponibilizou continuamente os serviços.

A Divisão participou de reunião com o Planejamento Estratégico para tratar sobre as diretrizes de retorno das atividades e executou o protocolo estruturado do eixo de Monitoramento da Saúde da Divisão.

Aconteceu uma reunião com os integrantes da Comissão Qualidade de Vida, na qual houve a discussão sobre convênio com a Universidade Federal do Maranhão.

Foram realizadas reuniões por Videoconferência com os servidores da Divisão para alinhar projetos com a equipe relacionados, em especial, ao retorno

das atividades.

Devido a esse retorno gradativo, foram disponibilizadas informações no site do Tribunal de Justiça.

A Divisão participou do Programa de Boas-Vindas e Ambientações de novos servidores, explanando as funcionalidades do setor aos servidores que ingressaram nos quadros da instituição.

Em relação a estrutura física da repartição (Setor Psicossocial), houve a formalização de pedidos de vistorias para a Divisão de Engenharia, em vista infiltrações e alagamentos frequentemente verificados. As obras iniciaram em 21 de outubro e o setor precisou fechar no dia 16 de novembro, conforme a Portaria nº 4189/2020.

Foi realizada a **Campanha do Setembro Amarelo** pela Divisão Psicossocial, ocorrendo a consecução da iluminação da fachada do Tribunal de Justiça na cor amarela, em alusão ao tema e a entrega de camisas com o lema “Eu escolhi viver”.

Ainda em referência às atividades, a servidora Tatiana Carvalho, Analista Judiciária- Psicóloga, publicou um texto sobre “O Sentido da Vida na Prevenção da Automutilação e do suicídio” na página eletrônica da instituição.

Foram realizadas duas “lives” no instagram @ tjma, a primeira com o moderador Railson Rodrigues (Analista- Psicólogo) e com a psicóloga convidada Raíssa Palhano com o tema Setembro Amarelo e a prevenção do suicídio e à automutilação em adolescentes: possibilidade de valorização à vida, e a segunda com o moderador Eliandro Romulo Cruz Araujo e com a psicóloga Tatiana Oliveira de Carvalho, apresentando a temática “Dialogando sobre o sentido da vida: estratégias de prevenção”.

Na Campanha de Doação de Sangue, a Dra. Tula Alves Borges Siqueira foi entrevistada, prestando informações sobre a Semana Nacional do Doador Voluntário de Sangue, ocorrida no mês de novembro.

Houve o andamento para a implantação do Salus na Divisão com dados que abordem as peculiaridades de atendimento do setor e iniciaram-se os estudos

para o projeto “Acolher para Incluir”, referente à inclusão de pessoas com deficiência pela instituição Tribunal de Justiça do Maranhão.

ATIVIDADE ODONTOLÓGICA

Durante a pandemia a Divisão Odontológica do TJMA encontrou muitas dificuldades para o retorno de suas atividades, onde os atendimentos odontológicos estão no grupo de risco da transmissão do vírus COVID-19. Abaixo mencionamos algumas atividades nesse período:

5.2.1 – Parecer Técnico do Processo 38432/2020;

Tal processo tinha por objetivo a compra de novos equipamentos odontológicos, mas na fase final resolvemos pedir a desistência em decorrência do custo para direcionamento do valor para compra de EPI's.

5.2.2 – Elaboração e veiculação de vídeo educativo sobre cuidados bucais em tempos de Pandemia da COVID-19;

5.2.3 – Estudo de medidas de biossegurança e readequações de toda a Divisão Odontológica para o retorno das atividades;

5.2.4 – Geração de conteúdo informativo e publicação de artigos na intranet, com foco na relação entre COVID e Odontologia.

5.2.5 – Treinamento interno das Auxiliares em Saúde Bucal, considerando as novas condutas de biossegurança a serem adotadas durante o atendimento clínico;

5.2.6 – Elaboração e publicação da Cartilha com as normas de funcionamento, biossegurança e adequações da Divisão Odontológica;

5.2.7 – Atendimento remoto aos servidores por meio do whatsapp institucional, fornecendo orientações nos casos de urgência, realizando anamnese pré-clínica

e procedendo os agendamentos;

5.2.8 - Análise dos pedidos de licença saúde por causas odontológicas e encaminhamento dos processos;

5.2.9 – Atendimento odontológico dos casos de urgência.

CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEMEDICINA

Ampliação do alcance de atendimento da divisão médica, devido às limitações de atendimento ocasionadas pela pandemia no atendimento de magistrados, servidores e seus dependentes via videoconferência e teleorientação com envio de prescrição médica digital através do Digidoc.

ELABORAÇÃO DE VÍDEOS EM PSICOLOGIA (SÉRIE SAÚDE MENTAL COM VÍDEO SEMANAL) - 49 VÍDEOS

OUTRAS ATIVIDADES - COORDENADORIA DE DIREITOS E REGISTROS

Reunião presencial com os servidores cedidos e requisitados na Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM sobre a Resolução 55/2019:

Atividade desenvolvida

No dia 19 de fevereiro de 2020, foi realizada reunião com os servidores cedidos e requisitados para esclarecimentos acerca das alterações no regramento da cessão.

A Coordenadoria de Direitos e Registros atendendo solicitação da Diretoria de Recursos Humanos emitiu Nota sobre acúmulo de cargos que foi publicada no site do Tribunal de Justiça:

Atividade desenvolvida

Em cumprimento à recomendação da Diretoria de Controle Interno (nota de autoria nº 005/2019), a Diretoria de Recursos Humanos, por meio da Coordenadoria de Direitos e Registros, emitiu nota

sobre acúmulo de cargos, empregos e funções públicas com o fim de orientar servidores e Magistrados.

CONTROLE DAS MANIFESTAÇÕES DOS SERVIDORES REFERENTE AO ACÚMULO DE CARGO

Atividade desenvolvida

Para que haja um monitoramento das manifestações de todos os servidores que se encontram em situação de acúmulo de cargo, a Coordenadoria de Direitos e Registros solicitou que fosse criada no sistema Digidoc a requisição Manifestação/acúmulo de cargo como forma viável para as respostas. Assim, de forma efetiva, monitorou as respostas dos servidores que foram notificados por meio do processo nº 11719/2020 (identificando servidor/matrícula e processo correspondente), até o seu desfecho final: decisão da Presidência, envio do processo à Coordenadoria de Pagamento para que a mesma informe ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão por meio do sistema SAAP, e, encaminhamento à Coordenadoria de Processos Administrativos e Sindicância, quando se tratar de instauração de PAD.

SERVIDORES REQUISITADOS PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO NESTE PODER

Atividade desenvolvida

A Coordenadoria de Direitos e Registros criou modelo de Declaração para opção do auxílio-alimentação, a fim de que o servidor não receba em duplicidade referido benefício no seu órgão de origem e neste órgão cessionário.

A COORDENADORIA DE DIREITOS E REGISTROS JUNTAMENTE COM AS DIVISÕES PARTICIPOU DO PROJETO DE AMBIENTAÇÕES PARA NOVOS SERVIDORES

Atividade desenvolvida

Na ocasião foram relatados os principais processos de competência da Coordenadoria de Direitos e Registros, bem como os servidores foram orientados de todos os direitos, deveres e benefícios que tramitam nesta Coordenadoria.

PROCESSOS DE RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO, CONFORME PORTARIA-GP- 512020

Atividade desenvolvida

Considerando a necessidade de implementar o controle dos processos de restituição ao erário, a Coordenadoria de Direitos e Registros solicitou providências junto à Diretoria de Recursos Humanos no sentido de permitir o acesso ao módulo constante no Sistema Mentorh referente à anotação do valor a ser restituído, bem como que seja efetivada a capacitação ao servidor responsável pela referida anotação.

A COORDENADORIA DE DIREITOS E REGISTROS PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DA CARTILHA DO SERVIDOR:

Atividade desenvolvida

A Coordenadoria de Direitos e Registros elaborou texto a ser inserido na Cartilha do Servidor quanto à parte relacionada a cessão de servidores e acúmulo de cargos.

REVISÃO E ADEQUAÇÃO DAS CESSÕES DE SERVIDORES ANTERIORES À RESOLUÇÃO-GP-55/2019:

Atividade desenvolvida:

A Coordenadoria de Direitos e Registros, deu início à revisão e adequação de todas as cessões de servidores anteriores à Resolução-GP-55/2019, com a finalidade de verificar a modalidade de cessão, bem como o prazo e as cessões deferidas sem prazo determinado.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

QUANTITATIVO POR ASSUNTO - ANO 2020

PERÍODO DE APURAÇÃO: 07.01.2020 a 30.11.2020

ASSUNTO	QUANT.
ABONO DE PERMANÊNCIA	63
APOSENTADORIA	103
ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	30
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	74
AUXÍLIO SAÚDE	2.182
AUXÍLIO BOLSA	87
AUXÍLIO NATALIDADE	18
CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/ DECLARAÇÃO FUNCIONAL	41
CESSÃO DE SERVIDOR COM ÔNUS RESSARCIDO/DISPOSIÇÃO DE SERVIDOR	1.363
COMPROVAÇÃO DE CUSTEIO DE DILIGÊNCIAS	907
CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	34
CUMPRIMENTO DE DECISÃO	98
CUMPRIMENTO DE DECISÃO/PAD	84
DEVOLUÇÃO DE VALORES	973

FICHA FINANCEIRA/INFORMAÇÃO FINANCEIRA	119
FISCALIZAÇÃO/INFORMATIVO	644
IMPLANTAÇÃO DE PERCENTUAL/ REVISÃO DE PROVENTOS	1.266
INCORPORAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	174
INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS	247
INFORMAÇÃO FUNCIONAL	390
LICENÇA PRÊMIO DE MAGISTRADO/ SERVIDOR	356
LICENÇA PATERNIDADE	44
RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO/ RECURSO ADMINISTRATIVO	525
RELOTAÇÃO DE SERVIDOR/ REMOÇÃO DE SERVIDOR	103
RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO - CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS / REST. AO ERÁRIO- TJ	370
RESSARCIMENTO AO ERÁRIO - AUXÍLIO SAÚDE	2.222
RESSARCIMENTO DE CESSÃO	792
VERBAS RESCISÓRIAS	1.333
MANIFESTAÇÃO/ACUMULO DE CARGO	235
AFASTAMENTO P/EXERCER ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA/ MANDATO ELETIVO	220
PENSÃO ALIMENTÍCIA	84
TOTAL	15.181

• **2021**

PROGRAMAS E PROJETOS

PROGRAMA DE EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DINAMISMO DA PRODUTIVIDADE

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

• **Concurso de Ingresso**

O Concurso Público para Ingresso no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão foi regulamentado pelo edital EDT-GP-32019, publicado na Edição nº 140/2019 do Diário da Justiça Eletrônico de 02/08/2019, que dispõe sobre a Abertura de Inscrições no concurso público para provimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O concurso, que foi realizado pela Fundação Carlos Chagas, recebeu o total de 65.221 inscrições, das quais 812 foram de candidatos com deficiência e 13.560 de candidatos negros.

As vagas no mencionado concurso público foram distribuídas para os cargos de Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento; Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Suporte e Rede; Analista Judiciário – Engenheiro Mecânico; Analista Judiciário – Direito; Analista Judiciário – Assistente Social; Analista Judiciário – Psicólogo; Analista Judiciário – Psiquiatra; Oficial de Justiça; Técnico Judiciário – Apoio Técnico Administrativo; Técnico Judiciário – Técnico em Contabilidade; Técnico Judiciário – Técnico em Edificações; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Hardware; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Software.

Foram convocados no Concurso Público de Ingresso de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, regido pelo EDT-GP-32019, no período de janeiro a março de 2021, o total de 26 (vinte e seis) candidatos, a saber:

06 (seis) para o cargo de Analista Judiciário – Direito;

01 (um) para o cargo de Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento;

15 (quinze) para o cargo de Oficial de Justiça;

04 (quatro) para o cargo de Técnico Judiciário – Apoio Técnico Administrativo;

STATUS: O concurso foi homologado e as nomeações encontram-se em andamento.

• **Projeto Ambientação dos Novos Servidores**

Tem por propósito proporcionar aos recém-nomeados uma visão sistêmica da Instituição, bem como, prepará-los eficazmente para exercer o serviço público nas unidades de trabalho, com a finalidade da contínua melhoria da prestação jurisdicional.

Até o dia 20/04/2021, foram ambientados 23 (vinte e três) novos servidores.

STATUS: Em andamento.

• **Concurso de Remoção de Servidores Efetivos**

O Concurso de Remoção tem por propósito a equalização da força de trabalho com foco nas unidades prioritárias, em atenção a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ n.º 194, de 26 de maio de 2014, considerando os requisitos de distribuição de casos novos e da taxa de congestionamento, definidos pela Resolução n.º 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Encontram-se em andamento os XII, XIII e XIV Concursos de Remoção de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, publicados por meio dos seguintes editais: EDT-GP-152020, o qual ofertou 155 vagas para diversos cargos; EDT-GP-272020, o qual ofertou 76 vagas para diversos cargos; e EDT-GP-82021, o qual ofertou 38 vagas para diversos cargos.

STATUS: Os três concursos encontram-se em andamento.

• **Programa de Estágio**

O Programa de Estágio tem por objetivo oferecer aos estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas conveniadas ao Tribunal de Justiça do Maranhão a oportunidade de complementarem sua formação escolar por meio de experiências profissionais e ações de desenvolvimento de futuros profissionais.

Divide-se em duas modalidades: estágio obrigatório (curricular e não remunerado) e estágio não obrigatório (extracurricular e remunerado).

• **Estágio de Nível Médio**

Atualmente, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conta com 04 (quatro) estagiários de Nível Médio remunerados, lotados em unidades funcionais da Comarca da Ilha de São Luís.

• **Estágio de Nível Superior**

Em virtude das portarias que suspenderam as atividades presenciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), foram encaminhados 17 (dezesete) estagiários para cumprimento de estágio obrigatório curricular nos órgãos e unidades do Poder Judiciário Maranhense, no período de janeiro a março de 2021.

Por outro lado, encontra-se em andamento processo seletivo que ofertou 175 (cento e setenta e cinco) vagas de estágio remunerado para Nível Superior nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Odontologia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Ciências da Computação, Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia ou Gestão Ambiental, Biblioteconomia, Comunicação Social e História.

Foram contempladas com os estagiários recrutados as unidades jurisdicionais que apresentam alta distribuição de casos novos ou elevada taxa de

congestionamento e que estejam no raio de até 100 km das instituições de ensino, bem como as unidades administrativas que solicitaram estagiários em resposta à consulta feita pela DRH.

STATUS: O processo encontra-se em fase de convocação dos candidatos classificados.

• **Estágio de Nível Pós-Graduação – Projeto Residência em Prática Jurídica**

Instituição do Programa de Estágio para Alunos de Pós-Graduação em Direito, com previsão de 45 vagas a serem ofertadas por meio de processo seletivo.

Esse projeto favorece a liberação de servidores para assumir cargo de liderança ou assessoramento sem prejuízo para unidade. Dessa forma, os servidores em destaque poderão ter ascensão na carreira e melhor desempenho de suas habilidades e de seus talentos.

Unidades contempladas: unidades jurisdicionais em que existe Analista Judiciário – Direito exercendo cargo comissionado ou função gratificada e unidades com alta taxa de congestionamento.

STATUS: O processo encontra-se em fase de convocação dos candidatos selecionados.

• **Programa Voluntários da Justiça**

Instituído o Programa Voluntários da Justiça, por meio da RESOL-GP-412020, para a prestação de serviços voluntários no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, a serem realizados em atividades e tarefas vinculadas às áreas de interesse deste Tribunal e compatíveis com o conhecimento e experiências profissionais.

Considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada espontaneamente ao Poder Judiciário, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou afim, por pessoa física.

Em virtude das portarias que suspenderam as

atividades presenciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, em março de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), foram encaminhados 09 (novo) voluntários para as Unidades do Poder Judiciário, no período de janeiro a março de 2021.

Principal Vantagem Estratégica: promover a melhoria do clima organizacional, desenvolver e acentuar a noção de trabalho em equipe e gera maior comprometimento e aumento de produtividade.

PROGRAMA DE GESTÃO DOS BENEFÍCIOS, INCENTIVOS E VALORIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

• PROGRAMA DE DESCONTOS E VANTAGENS

Através desse programa, o Tribunal de Justiça do Maranhão, visa oferecer a magistrados, servidores, e dependentes, descontos e vantagens em estabelecimentos comerciais credenciados de variados setores.

No primeiro trimestre de 2021 foram firmadas parcerias com a Urge – Clínica Médico-Odontológico, Colégio Adventista de Imperatriz, Centro Educacional Educare, Selfit Academias, Clínica Otomed, Ipog e Immuno Group Vacinas.

Atualmente, são 176 empresas parceiras.

A relação com todas as empresas e os descontos e vantagens oferecidos pode ser encontrada no portal do RH, dentro do site do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

• AUXÍLIO BOLSA

Instituído por meio da RESOL-GP-12017, publicada na Edição nº 8/2017 do Diário da Justiça Eletrônico de 19/01/2017, o Auxílio-bolsa de Estudos consiste na concessão de auxílio financeiro aos servidores para cursos de graduação e de pós-graduação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. O Auxílio é concedido, de acordo

com o art. 67 do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, aos servidores efetivos do Poder Judiciário que estiverem regularmente matriculados em cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, em níveis de graduação e pós-graduação, lato e stricto sensu, que se desenvolvam regularmente sob a forma de metodologia presencial, semipresencial ou a distância, no âmbito do território do Estado do Maranhão ou em cidade pertencente a outra Unidade da Federação, desde que comprovada a possibilidade de realização dos estudos sem prejuízo das atividades desenvolvidas pelo servidor. (Redação alterada pelo art. 1º da RESOL-GP-182021).

O Auxílio-bolsa de Estudos dá-se mediante Processo Seletivo aos servidores interessados em receber da Administração do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio de reembolso mensal e parcial, o valor de mensalidade e taxa de matrícula, referentes a cursos de graduação e de pós-graduação, na forma do disposto na RESOL-GP-182021. A concessão do Auxílio-bolsa é destinada aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que tenham sido regularmente aprovados no estágio probatório e que se encontrarem em pleno exercício de suas atividades.

Em 16/03/2021, na Edição nº 46/2021 do Diário de Justiça Eletrônico, foi publicada a RESOL-GP-182021, que dispõe sobre a concessão de Auxílio-bolsa de Estudos aos servidores para cursos de graduação e de pós-graduação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Trata-se, pois, da nova resolução sobre esse benefício, ficando revogada, conseqüentemente, a RESOL-GP-12017. O novo regramento decorreu da necessidade de serem feitos ajustes pontuais na concessão do benefício aos servidores, considerando, dentre outros aspectos, a extensão da abrangência a todas as modalidades de ensino, o contexto da pandemia do Covid-19 e a análise de aspectos que reiteradamente careciam

de mudanças burocráticas.

Até a data deste relatório, foram contemplados pelo Auxílio-bolsa de Estudos 107 (cento e sete) servidores, distribuídos nas quatro modalidades da seguinte forma:

a) nível de graduação: 56

b) nível de pós-graduação / modalidade Especialização: 28

c) nível de pós-graduação / modalidade Mestrado: 20

d) nível de pós-graduação / modalidade Doutorado: 03

Beneficiários atuais: 30 (trinta) servidores na Graduação, 12 (doze) na Especialização, 04 (quatro) no Mestrado e 03 (três) no Doutorado;

Concludentes: 25 (vinte e cinco) Graduados; 16 (dezesesseis) Especialistas; e 03 (três) Mestres;

Valores do Auxílio: o desembolso mensal, correspondente ao teto de 50% do valor da mensalidade, limita-se a R\$ 700,00 à Graduação, R\$ 800,00 à Especialização, R\$ 1.000,00 ao Mestrado e R\$ 1.500,00 ao Doutorado.

No segundo semestre de 2020, foi realizado o 3º Processo Seletivo para Concessão de novos Auxílios-Bolsa de Estudos, regido pelo EDT-GDG-12020, publicado na edição nº 146/2020 DO Diário da Justiça Eletrônico de 14/08/2020. Foram ofertadas 20 (vinte) bolsas na modalidade Graduação, 15 (quinze) para Especialização, 15 (quinze) para Mestrado e 10 (dez) para Doutorado, acrescido de Cadastro de Reserva em todas as modalidades. O certame foi concluído com a publicação, na Edição nº 186/2020 do Diário de Justiça Eletrônico de 14/10/2020, da PORTARIA-TJ-37732020, que homologou o Resultado Definitivo do 3º Processo Seletivo. Também foi publicado, na mesma edição do DJE, o EDT-GDG-42020, que redistribuiu as vagas, não preenchidas, para os 11 (onze) candidatos excedentes na modalidade Graduação.

A seguir, será apresentada a quantidade completa de servidores já beneficiados e daqueles que ainda serão beneficiados, com os dados especificados por unidade de lotação/exercício, em que constará SIM ou NÃO para a conclusão do curso.

CARTILHA DO SERVIDOR

GRADUAÇÃO

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Vara da Infância e Juventude de Imperatriz	1	Sim
1ª Vara Cível de Timon	1	Sim
Central de Cumprimento de Mandados do Fórum Des. Sarney Costa	2	1-Sim 1-Não
Vara Única de Riachão	1	Sim
Coordenadoria de Direitos e Registros	1	Sim
Coordenadoria de Apoio Administrativo	1	Sim
Coordenadoria de Atendimento ao Usuário	1	Sim
4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
2ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
2ª Vara de Balsas	2	Sim
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
1ª Vara de Coroatá	1	Sim
Coordenadoria de Material e Patrimônio	1	Sim

2ª Vara de Estreito	1	Sim
1ª Vara de Araiões	1	Sim
Vara da Fazenda Pública de Timon	1	Sim
3ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
1ª Vara Cível do Termo Judiciário de São José de Ribamar	1	Não
7ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
3ª Vara de Balsas	1	Não
10ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
3ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
1ª Vara Cível de Caxias	2	Não
6ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís	2	1- Sim 1- Não
Coordenadoria de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	1	Não
Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas	3	Não
13ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
2ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
4ª Vara de Balsas	1	Não
Coordenadoria das Serventias	1	Sim
Secretaria da Contadoria de Timon	1	Sim
Vara da Infância e Juventude de Timon	1	Sim
7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
11ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
13ª Vara Cível do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
Vara Única de Montes Altos	1	Não
Turma Recursal de Presidente Dutra	1	Não
4ª Vara do Tribunal do Júri do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
8ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís	2	Não
Vara Única de Matões	1	Não
Turma Recursal de Caxias	1	Não
Secretaria da Contadoria de Imperatriz	1	Não
2ª Vara Cível de Imperatriz	1	Não

ESPECIALIZAÇÃO

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços	2	Sim
Divisão de Arquitetura	2	Não
1ª Vara de Presidente Dutra	1	Sim
2ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Divisão Médica	1	Sim

MESTRADO

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização	1	Não
Diretoria Financeira	1	Sim
Coordenadoria de Contabilidade	2	Sim
Gab. Des. José de Ribamar Castro	1	Sim
Centro de Conciliação e Mediação da Família	2	Não
1ª Vara Criminal de Timon	1	Sim
Coordenadoria de Finanças	1	Sim
Vara Única de Itinga do Maranhão	1	Sim
3º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Vara da Infância e Juventude de Timon	1	Não
Coordenadoria de Apoio Administrativo	1	Não
Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar	1	Sim
Divisão do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais - Ferc	1	Sim
Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais	1	Sim
Gab. Des. Jaime Ferreira de Araújo	1	Sim
Assessoria Jurídica dos Juízes Corregedores	1	Não
5ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Central de Cumprimento de Mandados do Fórum Des. Sarney Costa	1	Não

DOUTORADO

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Diretoria Financeira	1	Não
Coordenadoria de Contabilidade	2	Não

A Cartilha do Servidor é uma publicação que visa disponibilizar, de maneira clara e objetiva, aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, informações acerca das legislações que tratam sobre sua carreira funcional, direitos, deveres, benefícios e proibições. É possível, ainda, ter acesso a fluxos de tramitação de diversos assuntos. A Cartilha está na sua 2ª edição, que foi publicada em 2018.

Contudo, para oferecer sempre um conteúdo sempre atualizado, a Diretoria de Recursos Humanos, na atual gestão, vem trabalhando na elaboração da 3ª edição. Para tanto, já revisou e atualizou alguns

temas. Diligenciou também outros setores para revisarem assuntos de sua competência. Estas unidades já responderam e as atualizações realizadas. Os fluxos também já foram revistos.

Atualmente, a Cartilha está na fase final de normalização. Após, irá para a diagramação.

Em breve, a 3ª edição estará disponível para consulta.

PLANO DE SAÚDE EM CONVÊNIO COM A ASSEFAZ

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, através de convênio de patrocínio coletivo empresarial

celebrado com a Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda (Assefaz), proporciona aos magistrados e servidores, ativos e inativos, seus dependentes e agregados, bem como aos pensionistas, a possibilidade de ingresso em todos os planos de saúde da Fundação Assefaz.

Os planos ofertados têm área de abrangência nacional. A inscrição de cada beneficiário é voluntária e facultativa, por meio de opção formal, através de Proposta de Adesão ao Convênio, a ser firmada com o titular, na qual ele, seus dependentes e grupo familiar aderem às regras, cláusulas e definições constantes no convênio e no regulamento do plano escolhido.

Pelo convênio, em janeiro/2021, tinham 813 vidas ativas em planos da Assefaz. Em fevereiro/2021, houve uma redução para 787 vidas. E o mês de março/2021 fechou com 764 vidas ativas

Em decorrência dos efeitos da Pandemia do Covid 19, o Tribunal de Justiça do Maranhão não aprovou a celebração do convênio com a Geap Saúde, por ter avaliado não ser oportuno e razoável o direcionamento de recursos para áreas do órgão já suficientemente guarnecidas, como é o caso das políticas de proteção à saúde dos magistrados, servidores e seus dependentes.

PROGRAMA MERITUS

Instituído pela RESOL-GP-572018, alterada pela RESOL-GP-662019, o Programa de Valorização dos Servidores – MERITUS - consiste em um “sistema de incentivos e de recompensas”, cujo objetivo é reconhecer o mérito de determinadas ações desempenhadas no ambiente organizacional, gerando o acúmulo dos créditos meritórios para posterior utilização dos benefícios institucionais elencados, a depender da pontuação obtida pelo servidor participante.

STATUS: Em andamento, com a execução do Plano de Ações para a 3ª edição do Programa.

PROGRAMA DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

O Programa de Gestão por Competências (Programa GPC), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, foi instituído pela Resolução RESOL-GP – 642018, publicada na Edição nº 226/2018, do Diário da Justiça Eletrônico de 14/12/2018. Trata-se de um programa sistematizado que envolve atividades de planejamento, acompanhamento e diagnóstico, desenvolvido no sentido de definir e adequar perfis profissionais que proporcionem mais produtividade e mais satisfação, de modo a identificar os pontos de excelência e os de carência, suprir lacunas e agregar conhecimentos e experiências, tendo por base critérios objetivamente mensuráveis.

O Programa GPC do Judiciário Maranhense tem por base as seguintes finalidades gerais:

I - aferir o desempenho dos servidores e gestores, identificando potencialidades ou deficiências;

II - instrumentalizar o gestor na gestão de desempenho dos seus servidores, visando ao desenvolvimento profissional e ao aperfeiçoamento da equipe de trabalho;

III - possibilitar aos servidores e gestores posicionamento crítico sobre o próprio desempenho e a qualidade de seus resultados para facilitar ações necessárias ao seu autodesenvolvimento;

IV - subsidiar ações de gestão de pessoas, atendendo às necessidades da Administração e a bem do serviço público;

V - prover as áreas de gestão de pessoas e de formação continuada e/ou de ações de treinamento com informações sobre as lacunas de competências por meio de trilhas de aprendizagem, visando ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores e gestores do Judiciário.

STATUS DO PROGRAMA GPC

a) Mapeamento das Unidades Jud. e Adm. da

Justiça do 1º Grau: finalizado!!!

b) Realização do Diagnóstico e Autodiagnóstico das Unidades do 1º Grau: finalizado!!!!

c) Mapeamento das Unidades da Diretoria de Informática: finalizado!!!

d) Mapeamento das Unidades da Corregedoria Geral de Justiça: finalizado!!!

e) Mapeamento das Unidades da Diretoria Judiciária: finalizado!!!

f) Mapeamento das Unidades da Coordenadoria de Direito e Deveres: finalizado!!!

g) Mapeamento das Unidades da Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira: finalizado!!!

h) Mapeamento das Unidades da Diretoria de Recursos Humanos: finalizado!!!

i) Mapeamento das Unidades da Diretoria Administrativa: finalizado!!!

j) Mapeamento da Biblioteca Central: finalizado!!!

l) Mapeamento das Unidades do FERJ: finalizado!!!

m) Mapeamento das Unidades da Diretoria de Auditoria Interna: finalizado!!!

n) Mapeamento das Unidades da Assessoria de Gestão Estratégia e Modernização: finalizado!!!

o) Mapeamento das Unidades da Coordenadoria da Folha de Pagamento: finalizado!!!

PRÓXIMOS PASSOS DO GPC PARA 2020.2

a) Mapeamento das Unidades da Diretoria

Financeira: em andamento

b) Mapeamento das Unidades da Diretoria de Segurança Institucional: a definir

c) Mapeamento das Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça (continuidade): a definir

d) Mapeamento das Unidades Judiciais do 2º Grau (área fim): a definir

e) Mapeamento das Unidades da Coordenadoria de Material e Patrimônio: a definir

f) Mapeamento das Unidades da ESMAM: a definir

GESTÃO DO DESEMPENHO

• PROPOSTA DO NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Foi proposto novo modelo de avaliação de desempenho, estruturado a todos os servidores que exercem atividade no TJMA, objetivando instrumentalizar o gestor na gestão de desempenho dos seus servidores, estimulando práticas gerenciais baseadas no diálogo, identificando potencialidades ou défices e alinhando as informações para subsidiar as ações de desenvolvimento.

STATUS: Em andamento – elaboração da minuta da resolução e desenvolvimento do sistema informatizado a ser implantado.

• PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MODELO DE FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Decorrente da necessidade de revisão do instrumento de mensuração do desempenho atualmente adotado, a Divisão de Avaliação de Desempenho elaborou novo Formulário de Avaliação de Desempenho com o objetivo de minimizar a subjetividade empregada nos processos de avaliação, evitando distorções e adequando-o ao novo formato

de realização das atividades pelos servidores – o teletrabalho –, adotado pelo Judiciário Maranhense a partir do contexto da pandemia.

STATUS: Formulário implantados por meio do Ato da Presidência nº 11/2021.

• PROJETO “FALE COM O RH”

O Projeto Fale com o RH foi planejado para ser apresentado mensalmente por meio de lives, transmitidas pelas plataformas virtuais utilizadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão – Youtube e Instagram -, com temas específicos de interesse dos servidores do Judiciário Maranhense.

Até o momento, foram realizadas as seguintes edições:

“Desafios e Produtividade em tempos de Pandemia” – live transmitida em 07/04/2021, com a psicóloga Ingrid Fernandes (CRP 23/00135) e Talga Rylla Araújo, Secretária Judicial, com o propósito de discutir o conteúdo temático e apresentar soluções às novas formas de atividades que estão sendo implementadas por meio do trabalho remoto.

Card da live no Instagram, no dia 07/04/2021.

“Bate-papo sobre Merecimento Feminino” – live transmitida em 09/03/2021, como parte da programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Teve como palestrante Danielle Mesquita Melo e mediadora Renata Desterro. Após a transmissão da live, foi realizado sorteio no qual foram contempladas 30 (trinta) mulheres, dentre servidoras e magistradas. A relação completa das sorteadas foi divulgada no dia 11/03/21, no Portal do Judiciário Maranhense.

“O atendimento às Mulheres em Situação de Violência” - live promovida pela Diretoria de Recursos Humanos e Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA). Foi transmitida em 11/03/2021, como parte da programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Contou com a

palestrante Maria José Sousa Alves, Assistente Social da 2ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís e foi mediada pela psicóloga da equipe multidisciplinar da CEMULHER, Edla Ferreira.

Card das lives no Instagram, nos dias 09 e 11/03/2021.

• PROJETO RODA DE CONVERSA

Iniciado em 2018, o Projeto Roda de Conversa integra o Programa Gestão por Resultados no TJMA, envolvendo servidores e magistrados na discussão de temas de interesse comum em suas rotinas de trabalho, visando desenvolver as competências necessárias das equipes de trabalhos e alinhar esforços para o alcance dos objetivos organizacionais. Trata-se de um projeto que consiste na troca de experiências entre unidades de trabalho de funcionamento e/ou de atribuições correlatas visando aprimorar e/ou uniformizar práticas positivas nas rotinas de trabalho. A partir dessas trocas, espera-se que os servidores possam otimizar os procedimentos e os resultados em suas unidades funcionais.

“Trocando Experiências com Secretários Judiciais” – Encontro realizado no dia 23/03/2021, por meio de videoconferência, na plataforma Zoom. Participaram do evento 33 secretários judiciais das diversas unidades funcionais da Justiça de 1º Grau da capital e do interior do estado. O encontro contou, também, com a participação da diretora de RH, Danielle Mesquita, da coordenadora de acompanhamento e desenvolvimento na carreira, Rita Nóvoa. Essa edição da Roda de Conversa virtual foi mediada pela psicóloga Ingrid Fernandes, analista judiciária lotada na Divisão Médica do TJMA, que já vem desenvolvendo esse projeto desde 2018.

“Produtividade no Judiciário Maranhense por meio do Teletrabalho” – Encontro realizado no dia 20/04/2021, por meio de videoconferência,

na plataforma Zoom. Participaram do evento 21 secretários judiciais das diversas unidades funcionais da Justiça de 1º Grau da capital e do interior do estado. O encontro contou, também, com a participação da diretora de RH, Danielle Mesquita, da coordenadora de acompanhamento e desenvolvimento na carreira, Rita Nóvoa e com a presença do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo. A edição da Roda de Conversa virtual foi mediada pela psicóloga Ingrid Fernandes, analista judiciária lotada na Divisão Médica do TJMA, que já vem desenvolvendo esse projeto desde 2018.

• PROJETO “FALE COM PSI”

Projeto que consiste em realizar encontros virtuais com magistrados, magistradas, servidores e servidoras que necessitam de apoio psicológico. De acordo com o plano de ações, os encontros serão realizados quinzenalmente, às quintas-feiras, de 10h30 às 12h, pela plataforma Zoom. A mediação dos encontros será realizada pela psicóloga Ingrid Fernandes (CRP 23/00135), analista judiciária lotada na Divisão Médica do TJMA. A primeira edição desse projeto foi realizada em 14/04/2021.

A ideia de concretização desse projeto surgiu em virtude da crescente demanda de atendimentos de servidores/servidoras e magistrados/magistradas observados pela Divisão Médica e pela Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira deste Tribunal.

PROGRAMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE PESSOAS

• MÓDULO DE SUBSTITUIÇÃO – MENTORH

Módulo criado pela empresa OSM, a pedido da Diretoria de Recursos Humanos, para possibilitar o pagamento de substituição de maneira automática. Em havendo afastamento do servidor titular do cargo em comissão ou função gratificada, com a anotação no sistema, o pagamento ao substituto é automaticamente implantado, sem a necessidade

de qualquer anotação por parte da Coordenadoria de Pagamento, tornando mais célere a tramitação do processo.

O módulo já foi homologado e está em fase de testes.

DIGITALIZAÇÃO DAS PASTAS FUNCIONAIS

Paralelamente às atividades de rotina da Divisão de Cadastro, existe o planejamento do Projeto de Digitalização das pastas funcionais, onde a Analista Judiciária – Bibliotecária, Vanessa Gomes, lotada na DRH, está no comando do projeto.

O projeto consiste em digitalizar todos os documentos das pastas funcionais de magistrados e servidores, armazenar em um sistema próprio de gestão de arquivo e fazer a devida alimentação.

Alinhado a isso, começamos a alimentar a pasta do servidor no Digidoc, iniciando um processo para que todos os documentos do servidor estejam digitalizados.

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR NO JUDICIÁRIO

• ATIVIDADES PSICOSSOCIAIS

No início do ano, a Divisão Psicossocial recebeu obra iniciada no ano anterior pela Engenharia, na qual houve o implemento de diversas melhorias materiais no ambiente de serviço, tais como pintura, instalação de banheiro, deslocamento de bomba hidráulica instalada em área interna do setor e remoção de goteiras a fim de sanar constantes alagamentos no local.

Realizamos a Campanha Janeiro Branco que promoveu a discussão da relevância da saúde mental, realizando uma live no Instagram oficial @tjma com tema “Janeiro Branco: Saúde Mental, Criatividade e Sentido da Vida”, que teve a participação da médica psiquiatra Sâmia Jamile Damous Dualibe e a moderação da psicóloga Tatiana Oliveira de Carvalho, lotada nesta divisão.

Em continuidade da nossa programação,

disponibilizamos na mídia da instituição, um e-book sobre saúde mental contendo informações básicas a respeito da disponibilização dos nossos serviços.

No mês de janeiro, providenciamos encontros de análises com a Coordenadora de Acompanhamento e Desenvolvimento de Carreira, acerca de nova versão do Projeto RHI – Recursos Humanos Itinerante.

Desenvolvemos reuniões por videoconferência com os professores da Universidade Federal do Maranhão e do Núcleo Sustentável do Tribunal de Justiça para tratarmos do Programa TJMA – Sustentável/Qualidade de Vida no Trabalho – Eixo Saúde e a efetividade em meio ao cenário da pandemia em curso.

Efetivamos reunião com a Diretora de Recursos Humanos sobre convênio entre o TJMA e a UFMA e, considerando o cenário da Covid, acertamos pela provisória suspensão do referido expediente até a melhoria do cenário, com condições mínimas de assegurar promoção da saúde dos servidores, magistrados e demais profissionais envolvidos.

Efetuamos tramitações em processos no Digidoc, referentes a acompanhamentos psicossociais de servidores, prestando as devidas informações e declarações.

Realizamos reunião com a Diretoria de Informática para tratarmos de melhorias no Sistema Salus, já em fase de finalização de testes para a homologação.

Com a suspensão das atividades pela Portaria nº 195/2021, Portaria 223/2021 e Portaria nº 281/2021, os atendimentos continuaram sendo prestados por videoconferência para melhor atender os servidores, dependentes e magistrados.

Publicamos texto da psicóloga Tatiana Oliveira de Carvalho intitulado “Saúde Mental, Criatividade e Sentido da Vida”, no intuito de despertar reflexão dos servidores dos desafios enfrentados no contexto da atual pandemia.

Entre os contatos com a rede de parcerias, destacamos intervenções junto ao HEMOMAR

– Hemocentro do Maranhão quanto ações do nosso projeto Doe Sangue, que busca desenvolver atitudes solidárias e de altruísmo dentro da instituição, e com representante da Defensoria Pública sobre programa de saúde institucional.

REUNIÕES INTERNAS	REUNIÕES EXTERNAS	LIVE	PUBLICAÇÕES
CADC DRH DI PSICO	UFMA DP	“Janeiro Branco: Saúde Mental, Criatividade e Sentido da Vida”	1 Ebook Saúde Mental; 1 Texto “Saúde Mental, Criatividade e Sentido da Vida”

No período compreendido entre 07 de janeiro e 31 de março, registramos 256 agendamentos de atendimentos psicológicos, sendo que 168 atendimentos foram realizados, 46 não efetivados devido não comparecimento do usuário do serviço, 12 cancelados pelos servidores, 9 remarcados pelos servidores e 21 remarcados pela divisão.

ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS – 1º TRIMESTRE

256 agendamentos

A assistente social promoveu atividades a fim de readaptação de servidores e realizou contatos telefônicos prestando atendimentos e orientações para os servidores em licença médica, extensivos aos dependentes que estão de luto e/ou doentes, nos seguintes quantitativos:

ATENDIMENTOS SERVIÇO SOCIAL – 1º TRIMESTRE

12 Atendimentos sociais e contatos telefônicos	3 Processos de Readaptação em acompanhamento
--	--

PROGRAMA DE SAÚDE INTEGRAL NO JUDICIÁRIO

• ATIVIDADE ODONTOLÓGICA

Considerando que a atividade principal da divisão odontológica é o atendimento aos Magistrados

Servidores e seus dependentes e terceirizados e que o contato direto ou indireto frequente de um profissional de odontologia com fluidos humanos, materiais dos pacientes e instrumentos odontológicos contaminados ou superfícies do ambiente poderiam propagar o vírus, tão logo houve a definição de Pandemia no Estado, mais especificamente na cidade de São Luís, os atendimentos odontológicos foram suspensos seguindo as orientações contidas na Portaria nº 148/2020 da Secretaria Estadual do Maranhão. Desde então os servidores foram colocados em Home Office e posteriormente trabalho presencial, executando as seguintes tarefas:

1- Elaboração de parecer técnico no processo licitatório nº 38432/2019 de equipamentos odontológicos.

2- Produção de vídeos de orientação de saúde bucal e cuidados em época de pandemia.

3 – Reuniões remotas para definir métodos e novos protocolos a serem adotados na rotina de atendimentos odontológicos

4 – Elaboração de novos protocolos para agendamento e atendimento dos pacientes.

5 – Reorganização física da Divisão Odontológica seguindo os protocolos definidos pela organização mundial de saúde.

6 – Atendimento remoto aos pacientes via whatsapp web para prestar orientações de como proceder neste momento de Pandemia.

7 – Elaboração de termo de referência de compra emergencial de material odontológico para suprir as necessidades das Divisões odontológicas do Fórum e TJ/MA.

8 – Movimentação de processos de licença de

saúde via Digidoc.

COMPOSIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

SEGMENTO	QUANTIDADE
Magistratura de Segundo Grau	30
Magistratura de Primeiro Grau	311
Servidores Efetivos	3.657
Servidores Estáveis	158
Servidores Comissionados	1.043
Servidores Reintegrados	35
Servidores Requisitados	30

AValiação DE DESEMPENHO

AVAlIAÇÕES REALIZADAS

MÊS	CONCEITO			
	INSUFICIENTE	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
JAN	1	1	8	154
FEV	0	3	7	197
MAR	0	3	3	224
TOTAL	1	7	18	575

AVAlIAÇÕES

MÊS	ABERTAS	REALIZADAS
JANEIRO	418	164
FEVEREIRO	436	207
MARÇO	517	230
TOTAL	1371	601



■ INSUFICIENTE
■ SATISFATÓRIO
■ BOM
■ EXCELENTE

NÚMERO DE AVAlIAÇÕES JANEIRO - MARÇO 2021

CONCEITO	QUANTIDADE
	601
INSUFICIENTE	1
SATISFATÓRIO	7
BOM	18

EXCELENTE	575
-----------	-----

RELATÓRIO DAS PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

PROGRESSÃO

MÊS	QUANTIDADE
JANEIRO	134
FEVEREIRO	246
MARÇO	222
TOTAL	602

PROMOÇÃO

MÊS	QUANTIDADE
JANEIRO	26
FEVEREIRO	31
MARÇO	20
TOTAL	77

RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

DISTRIBUÍDOS	83
GRADUAÇÃO	19
MESTRADO	2
ESPECIALIZAÇÃO	36
INDEFERIDOS	23
DILIGÊNCIA	3

CONSULTAS MÉDICAS

Presenciais (Pediatria e Psiquiatria), serviço de Teleorientação em Psiquiatria (Dra Graça e Dr Luiz Eduardo), serviço de consultas por webconferência em Cardiologia (Dra Gardênia), serviço por webconferência para Clínico Geral e Cardiologia (Dra Léa).

Jan	113
Fev	107
Mar	89
Total	309

SERVIÇO DE TELEORIENTAÇÃO PARA PACIENTES COM COVID-19 (DRA EDNA):

58 atendimentos

PERÍCIAS MÉDICAS

Continuamente a Junta médica realiza avaliações para os processos de licença e indica perícia presencial ou por webconferência para servidores que se fizerem necessários para dias de licença estimados como superiores a 30 dias.

Relatório de acompanhamento de processos:

De Janeiro a Março

Total: 1592 processos

Total de Documentos:

De Janeiro a Março

Total: 1019

Avaliação Anual de Saúde 2021 finalizadas:

Total: 381

VÍDEOS DO SAÚDE NO JUDICIÁRIO:

Tem o objetivo de combater o adoecimento por doenças preveníveis de servidores e magistrados e colaborar para a gestão do absenteísmo em relação à saúde mental;

- **Instagram**

5 vídeos com 2852 visualizações

- **Youtube**

4 vídeos com 213 visualizações

- **Facebook**

5 vídeos: 19 curtidas

FUNCIONAMENTO DO WHATSAPP INSTITUCIONAL

Criação de um canal rápido de comunicação da Divisão Médica para servidores e magistrados;

FUNCIONAMENTO DO PORTAL DA SAÚDE

Criação de um canal de informações da Divisão Médica para servidores e magistrados, combatendo as principais doenças preveníveis encontradas nas licenças médicas e exames periódicos.

**DIRETORIA DE
SEGURANÇA
INSTITUCIONAL
E GABINETE
MILITAR**

A Diretoria articula todas as ações a cargo da Segurança Institucional, distribuindo as frentes de trabalho. No presente ano, as seguintes atividades foram executadas diretamente pela direção da DSIGM:

- **Diligências para a Comissão Permanente de Segurança Institucional;**
- **Visitas técnicas de inspeções na Central de Custódia;**
- **Participação e apresentação de relatórios técnicos nas reuniões da Comissão Permanente de Segurança Institucional – CPSI como membro efetivo;**
- **Elaboração do Quadro de Dotação de Armamento do Poder Judiciário do MA junto ao Exército Brasileiro;**
- **Atualização de Protocolo de Segurança de Magistrado, sob coordenação da Divisão de Inteligência;**
- **Gravação de vídeo institucional para apresentação das atribuições da DSIGM no curso de Ambientação de novos servidores do TJMA;**
- **Elaboração do Manual de Procedimentos de Abordagem.**

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – CPSI

A DSIGM possui assento na Comissão Permanente de Segurança Institucional, cujo presidente é o Desembargador Raimundo José Barros de Sousa, conforme Ato da Presidência 14/2020. No período de apuração do presente relatório foram tratados em reuniões ordinárias e extraordinárias, diversos assuntos afeitos à órbita de deliberação da CPSI. Além disso, expedidos documentos para diligências, bem como a elaboração da Portaria-TJ 2503/2020, a qual trata da composição da CPSI para o biênio 2020-2022.

COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

A Coordenação, vincula duas Divisões sob sua responsabilidade: *Proteção ao Magistrado e Inteligência*, e congrega em sua linha de subordinações outras **9 (nove) Supervisões**, incumbida da *Segurança Eletrônica; Prevenção e Combate a Incêndio; Segurança do Palácio Clóvis Bevilacqua, Segurança da Corregedoria Geral de Justiça; Segurança Patrimonial; Segurança do Fórum Sarney Costa; Segurança dos Pólos Judiciais; Segurança da Comarca de Imperatriz e Segurança de Apoio Operacional e Eventos*.

Nesse sentido, pontua-se que permanece sob sua incumbência diuturnamente:

Fiscalização do contrato de segurança e vigilância privada: Processo 4292.2015.

DIVISÃO DE PROTEÇÃO AO MAGISTRADO Escoltas

Realização de escolta dos Coordenadores Geral e Executivo da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Poder Judiciário – UMF, em visita oficial à Cidade de São Luís/MA, conforme ORDEM DE SERVIÇO Nº 13/2020 – DSI/GM.

Realização de escolta durante Reunião do Tribunal do Júri no dia 25 de novembro de 2020, a ser realizada no prédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Campus São José de Ribamar/MA, conforme ORDEM DE SERVIÇO Nº 14/2020 – DSI/GM.

Instruções/Cursos

Ao longo do ano foram realizados dentro das normas estabelecidas de distanciamento, instrução e treinamento de tiro para Magistrados que atuam em unidades sensíveis na área criminal;

Instrução interna com os oficiais militares, objetivando repassar todas as atribuições decorrentes da Portaria – GP – 4122020, respeitando todos os protocolos contidos na Portaria – Conjunta – 342020, e observadas as ações necessárias para prevenir o contágio do Covid19;

A supervisão de Combate a incêndio ministrou instrução aos oficiais da DSIGM, com tema voltado para Precauções e Combate a Incêndio; Participação do público interno da DSIGM, no Curso Proteção e Privacidade online, organizado pela Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMA.

Processos Administrativos / Contratos

Processo 20306/2020 – contratação de empresa especializada para prestar serviços de vigilância armada, supervisão de vigilância e operador de monitoramento CFTV;

Processo Formalização do 5º Aditivo Contratual. 4ª prorrogação de prazo do contrato de prestação de serviços nº.124/2016. Alteração de cláusula contratual, conforme MEMO-DIVSEGUR – 52020.

Encaminhamento de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência para a aquisição de 100 (cem) armas do tipo pistola, marca Glock. Inexigibilidade.

Supervisão Administrativa e Operacional

RECOLHIMENTO DE ARMAS

Capital e Região Metropolitana

A Divisão de Proteção a Magistrado realizou o recolhimento de armamentos durante os meses em referência, em cumprimento às requisições cadastradas no Sistema DIGIDOC:

RECOLHIMENTO ARMAS - CAPITAL

FOGO	BRANCAS	TOTAL GERAL
322	203	525

Interior do Estado

Em conformidade as Notas de Serviço expedidas pela referida divisão, foram recolhidas as seguintes quantidades de armamentos:

RECOLHIMENTO ARMAS - INTERIOR

FOGO	BRANCAS	TOTAL GERAL
2.664	1.603	4.267

Encaminhamento de armas e munições ao

Exército Brasileiro

Em consonância ao que estabelece o disposto na Resolução 134.2011 do CNJ e na Resolução 24.2018 da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, foram encaminhadas ao 24º BIL, para fins de destruição ao longo do presente ano:

ARMAS ENCAMINHADAS PARA DESTRUIÇÃO NO EXERCITO - CAPITAL/INTERIOR

FOGO	BRANCAS	TOTAL GERAL
1.237	802	2.039

CRACHÁS

Durante o ano em estudo foram confeccionados em conformidade a política de acesso de pessoal autorizado às instalações do Poder Judiciário:

TIPO	QUANTIDADE
CRACHÁS SERVIDORES	51
2ª VIA DE CRACHÁ	11

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA

Em cumprimento às atribuições constitucionais e legais voltadas para a construção das políticas de segurança dos magistrados e servidores do Poder Judiciário, a Divisão de Inteligência realizou no período em comento as seguintes ações:

Tipo	Quantidade
Ameaça a (magistrados)	02
Roubo / furto	04
Ocorrências	11
Atendimentos	94
Relint	19
Escoltas	01
Análise de risco	02
Relatório técnico	03
P. De segurança orgânica	02
Acompanhamento aquisição de armas magistrados	10
Total	148

Supervisão de segurança eletrônica

Conforme quadro abaixo, verifica-se que foram

realizados os seguintes atendimentos pela Supervisão de Segurança Eletrônica:

TIPO	QUANTIDADE
ATENDIMENTO VIDEOMONITORAMENTO	176
ATENDIMENTO EQUIPAMENTO SEGURANÇA	120
PROJETOS	40
TOTAL	336

Supervisão de prevenção e combate a incêndio

As ações descritas abaixo, definem os trabalhos realizados no período em estudo pela Supervisão de Prevenção e Combate a Incêndio.

Tipo	Quantidade
Vistoria técnica em edificações	34
Relatórios técnicos de vistoria	07
Teste em hidrante	06
Orientação preventiva aos servidores	91
Palestras	04
Elaboração de plano de abandono	01
Orientações em projetos técnicos	04
Acompanhamento e orientações do serviço	Verificação diária
Total de ações	147

Acrescenta-se aos trabalhos da referida Supervisão os atendimentos as 23 comarcas do interior do Estado, (Barão de Grajaú, Buriti Bravo, Colinas, Loreto, Matões, Mirador, Paraibano, Parnarama, Passagem Franca, Pastos Bons, São João dos Patos, São Domingos do Azeitão, São Raimundo das Mangabeiras, Caxias, Coelho Neto, Codó, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon), em cumprimento ao contrato nº 145.2017, referente ao Processo 34398.2019 que atualmente encontra-se finalizado.

Foram realizadas nas referidas comarca: 189

extintores, e 94 demarcações, sinalizações e fixação de placas.

Supervisão segurança do palácio clóvis bevilacqua

No período em estudo foram desenvolvidas atividades de cunho administrativo e operacional, dentre elas:

Reorganização das atividades do Plantão da DSIGM, com vistas a reduzir o consumo de combustível, conforme Plano de contingência do TJMA;

Implantação de rotina diária de fiscalização nos postos de serviço da DSIGM localizados na Rua do Egito e Praça Pedro II;

Orientação aos militares responsáveis por aferir a temperatura dos servidores/usuários dos prédios do Poder Judiciários, conforme Portaria Conjunta39/2020;

Reorganização das escalas de serviço do prédio sede do TJMA com vistas à adequação do protocolo de retorno das atividades presenciais das unidades do Poder Judiciário;

Implantação de Terminal para visualização do sistema de videomonitoramento pela Guarda do TJMA.

Supervisão segurança do fórum sarney costa

Ações desencadeadas pela Supervisão Segurança do Fórum Sarney Costa:

Tipo	Total
Cumprimento da ordem de missão (prisão cível)	33
Atuação em sessões do tribunal do júri	174
Acesso permitido	194.214

• 2021

Para atingir a meta estipulada, desenvolveu-se o projeto de Difusão da Cultura de Segurança

Institucional – prevendo atividades itinerantes da Segurança, como por exemplo, palestras preventivas dirigidas aos servidores e magistrados e o levantamento de vulnerabilidades *in loco* em cada unidade visitada. Foram feitas reuniões junto à Diretoria de Recursos Humanos que estaria também integrada a esta ação.

Além disso, foi planejado instituir ato normativo que discipline a emissão de atestado de capacidade técnica e psicológica para magistrados interessados em adquirir arma de fogo, e com foco na segurança eletrônica foi planejado também:

Incrementar a central de videomonitoramento com a tramitação do processo 1040/2020;

Ampliar quadro de pessoal para videomonitoramento com a finalização do processo 20306/2020;

Desenvolver o software de controle de acesso, incluindo esta ação em meta do Plano de Logística Sustentável (PLS), segundo a qual em 2021 o referido software deverá contemplar 25% das unidades judiciais/administrativas;

Realizar estudo técnico para solução mais vantajosa quanto aos equipamentos de raio -x adquiridos pelo Funseg;

Formalizar processo para licitação necessária à renovação de crachás – parte da política de controle de acesso.

Destas ações planejadas, apenas o projeto de Difusão da Cultura de Segurança Institucional não foi efetivado, pois diante do quadro de agravamento da pandemia, o projeto precisou ser suspenso para ser realizado em momento seguro a todos

os envolvidos.

• **Gestão de contratos e novas aquisições:**

A partir da gestão dos recursos advindos do FERJ e do FUNSEG, por meio das deliberações entabuladas no âmbito da Comissão Permanente de Segurança Institucional e do Conselho de Administração do Funseg, que têm como seu presidente o Des. Raimundo José Barros de Sousa, a DSIGM instrui e acompanha processos administrativos e fiscaliza os contratos celebrados para aquisição de serviços e demais ferramentas que sejam necessárias à segurança institucional.

Abaixo, os principais processos em tramitação para aquisição desses serviços e equipamentos:

**ARQUIVO: GESTÃO DE CONTRATOS

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

• **Recolhimento de armas**

Sob a responsabilidade da Divisão de Proteção ao Magistrado, a ação de recolhimento de armas é regida pela Resolução-GP 69/2020, e constitui-se em uma política de segurança institucional que busca a retirada sistemática de armas de fogo vinculadas a processos judiciais das dependências dos Fóruns.

Os artefatos bélicos são encaminhados para destruição, seguindo os protocolos da Lei 10.826/03, e conforme as diretrizes estabelecidas pelo CNJ as quais são a base da nova Resolução-GP 69/2020 que trata da matéria, no âmbito do TJMA.

**ARQUIVO RECOLHIMENTO DE ARMAS E EB

• **Vacinação dos militares da reserva remunerada contra covid-19**

Com a preocupação de oferecer segurança aos militares da reserva remunerada que prestam serviço por meio de convênio ao TJMA, a DSIGM dirigiu o OFC-DSI 62021 ao Comandante da Polícia Militar solicitando a ampliação da vacinação, outrora

iniciada apenas aos militares da ativa, uma vez que, mesmo em situação de reserva, são mantidos em efetivo serviço de vigilância e segurança dos edifícios das Comarcas do Estado do Maranhão.

- **Treinamento em Hospitalidade aos agentes da segurança institucional**

Com a intenção de fornecer o necessário aperfeiçoamento aos agentes da segurança institucional, o curso foi realizado na modalidade EaD, no período de 15 a 29 de março, e buscou fomentar reflexões acerca do acolhimento, da tratativa cordial e posturas de hospitalidade para o atendimento ao público com eficiência e qualidade.

- **Supervisão de Segurança Eletrônica**

A Supervisão está responsável pelos atendimentos presenciais e remotos, fiscalização das manutenções preventivas e inspeções nos equipamentos sob sua guarda, extração de imagens, além das questões administrativas que envolvem a elaboração de projetos, termos de referência na área e a tramitação do processo administrativo que busca a reestruturação da central de videomonitoramento do TJMA.

**ARQUIVO SUPERVISÃO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA

- **Supervisão de Prevenção e Combate a Incêndio**

A Supervisão integra a Coordenação de Segurança Institucional, tendo realizado o rol de ações, abaixo:

**ARQUIVO SUPERVISÃO DE COMBATE A INCÊNDIO

- **Supervisão de Segurança do Fórum**

Sarney Costa

Mesmo em tempos de pandemia, a segurança institucional do TJMA, como serviço essencial ao Poder Judiciário, manteve diariamente todos os seus postos ativos, com as devidas cautelas sanitárias exigidas para o momento.

O Fórum Sarney Costa, uma das maiores instalações de unidades judiciais do Tribunal, em São Luís, recebeu mais de 77 mil pessoas no período, demonstrando que em meio a esta crise pandêmica, o Judiciário continua sendo demandado e a segurança institucional deve estar preparada para a contingência.

**ARQUIVO SUPERVISÃO DE SEGURANÇA DO FÓRUM SARNEY COSTA

- **Supervisão de Segurança Patrimonial**

Como parte da política de controle de acesso, a supervisão realiza emissão de crachás (1º e 2º vias) aos servidores e magistrados do Poder Judiciário, tendo em vista ser este um item de porte ostensivo obrigatório nas unidades judiciais e administrativas.

- **Divisão de Inteligência**

As ações desempenhadas por este setor são as mais variadas, e incluem, em grande medida, as tratativas técnico-operacionais diante de ocorrências de segurança institucional.

No período apurado, foram feitos 30 atendimentos; 05 (cinco) relatórios de inteligência; além de visita técnica; levantamentos; análise de risco e escolta.

Devido esta atuação envolver o levantamento de informações e dados de caráter reservado, não se fará detalhamento dos casos atendidos.

ESMAM

Como órgão principal de aperfeiçoamento dos magistrados e demais profissionais que atuam no Judiciário Estadual, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) apresentou no início da atual gestão plano de trabalho alinhado às metas da mesa diretora para o biênio de 2020 a 2022. No planejamento, o diretor da escola, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, elencou ações de formação continuada para magistrados, capacitação de servidores e outras iniciativas que incentivam a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes, desenvolvimento da ciência do direito, aperfeiçoamento na elaboração, interpretação e aplicação das leis, bem como a efetivação da justiça.

FORMAÇÃO SUPERA INDICADORES EM 2020

Apesar do distanciamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus, a partir de abril, um regime diferenciado de trabalho incluiu a readequação do calendário de cursos ofertados pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão em 2020.

A escola judicial ofertou 2.642 horas-aulas distribuídas em 123 ações - cursos de formação para magistrados e capacitação para profissionais do Tribunal de Justiça do Maranhão. Desse total, 845 horas foram aplicadas em atividades formativas para os juízes, o equivalente a 101,3% da meta anual definida no planejamento estratégico. A capacitação e aperfeiçoamento dos servidores demandou 1.797 horas de aulas, com a oferta de 5.984 vagas - 3% a mais que a meta estipulada.

SEM DISTÂNCIA

Das ações realizadas, 98% aconteceram na plataforma de educação a distância (EAD-ESMAM). O esforço resultou na contratação de tutores e formadores locais e externos que atuaram na realização, de novas atividades realizadas com o apoio de ferramentas e plataformas digitais.

As aulas online foram coordenadas pela equipe do Núcleo de Ensino a Distância, responsável pela concepção de salas virtuais que abrigaram, em média, 10 cursos por mês - a maior faixa de oferta formativa já alcançada na história da escola.

MAGISTRADOS

Para os juízes, foram abertas 1.662 vagas em 20 cursos de formação continuada com duração de, no mínimo, 20 horas - conforme determina a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (Enfam)-, além de 18 atividades de extensão, 6 seminários, cursos de curta duração e palestras online, que totalizaram 845 horas-aula ao ano. Parcerias com escolas dos tribunais estaduais e com a própria Enfam viabilizaram o compartilhamento de dezenas de cursos para os magistrados maranhenses, além da participação em webinários e congressos virtuais.

SERVIDORES

Os servidores do TJMA tiveram acesso a 5.984 vagas, distribuídas em 101 atividades de capacitação e aperfeiçoamento, presenciais e a distância, totalizando 1.797 horas-aula. Estão em andamento três cursos de pós-graduação lato sensu: Direito Público, Gestão Judiciária e Perícia e Avaliação de Bens e Direitos. As atividades organizadas pela Divisão de Extensão e Desenvolvimento Institucional totalizaram 26 ações - entre cursos, webinários e seminários presenciais.

AO VIVO

Cerca de 40 palestras lives e webinários foram transmitidos pelo perfil oficial do ESMAM no Instagram (@esmam_tjma) e no You Tube (@esmam ead), aos mais de cinco mil seguidores da escola judicial maranhense. A ESMAM apoiou ainda a realização de eventos digitais de outros órgãos do Judiciário. As mídias estão disponíveis na plataforma EAD-ESMAM, assim como mais de 60 opções de videoaulas, seminários e cursos com

palestrantes que são referência na área jurídica e de administração pública.

GT PARA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE GOVERNO

Dentro dessa nova proposta, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) que está gerenciando o processo de preparação da entidade para credenciamento, junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), como Escola de Governo. Com a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) foi celebrado acordo de cooperação que garante maior estrutura para implantação de uma escola de governo, a ser credenciada pelo Ministério da Educação, para oferta de cursos acadêmicos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) aos juízes e outros profissionais que atuam no Judiciário.

MESTRADO

Convênio em fase final de tramitação no âmbito do TJMA, permitirá a abertura de 30 vagas para o Mestrado Interinstitucional em Direito (Minter), em São Luís, junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). A parceria está em fase de submissão para avaliação da CAPES.

DOCTORADO

Outro acordo de cooperação entre ESMAM, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e AMMA, prevê a abertura de uma turma regular de Doutorado em Direito, com 15 vagas, com aulas presenciais em Chapecó (SC), aulas online e seminários de pesquisa em São Luís. A expectativa de estabelecimento do termo de contrato, publicação de edital de seleção e aula inaugural é para 2021.

ESPECIALIZAÇÃO

Foram efetivadas as turmas de especialização em Gestão Judiciária, Direito Público (em parceria com a UEMA, ALEMA e FAPEAD) e Perícias e Avaliação de Bens e Direitos (parceria com a

Unileya Educacional).

REVISTA CIENTÍFICA

Outro avanço é a concepção da Revista Sistemas de Justiça e Sociedade, que reunirá a produção científica relevante sobre o tema em todo o país. Com lançamento previsto para o ano de 2021.

NOVO REGIMENTO INTERNO

Dirigidas pelos desembargadores Froz Sobrinho e José Jorge Figueiredo, na atual gestão, a instituição passou a contar com novas regras de funcionamento, aprovadas pelo Pleno do Tribunal de Justiça, na Resolução GP 212020, que reorganiza a estrutura e administração da entidade, impulsionando as atividades de estudo e aprimorando a pesquisa e comunicação técnica e científica no âmbito do Judiciário. Para atender à nova proposta educacional, o novo Regimento Interno ampliou a composição organizacional e a ESMAM passou a contar com Conselhos Administrativo e Pedagógico, Técnico-Científico de Pós-Graduação e Pesquisa, além de Comitê de Ética em Pesquisa, todos com atribuições bem definidas e voltadas ao aprimoramento técnico e científico dos magistrados e demais profissionais do TJMA. Foram criadas, ainda, a Divisão de Projetos e Desenvolvimento Institucional, Supervisão de Educação a Distância e a Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Por meio da Portaria nº 09/2020, foi constituída Comissão Própria de Avaliação (CPA) - parte integrante do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa (PPGP-ESMAM) e responsável por coordenar a auto avaliação institucional. A comissão atuará na implementação e coordenação dos processos de avaliação, especificamente em cursos e atividades correlatas à pós-graduação e, oportunamente, à Escola de Governo do Judiciário, em processo de credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC).

NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

MIGRAÇÃO DO SISTEMA ATTENDE PARA O PJE (PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO)

Em meados de Maio do ano de 2020, ocorreu a migração do “antigo” Sistema Attende, para outro sistema largamente utilizado e rotineiramente utilizado nas atividades jurisdicionais por todos aqueles que compõe o Sistema de Justiça brasileiro.

Vale ressaltar que o “antigo” Sistema Attende era um sistema informatizado que vinha sido utilizado desde o ano de 2000, de forma bem sucedida, no gerenciamento das reclamações, das dúvidas, dos elogios e das sugestões dos clientes internos e externos das diferentes unidades, administrativas e jurisdicionais, integrantes do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Por intermédio do referido sistema, as informações prestadas pelo cidadão, quer pelo sítio eletrônico da mencionada Corte de Justiça (na seção “Fale Conosco”), quer por meio do Telejudiciário (0800-707-1581) ou, ainda, da Ouvidoria, eram registradas e convertidas em uma requisição administrativa, à qual é atribuída uma numeração própria, permitindo que se acompanhe desde o encaminhamento do requerimento ao setor competente até a prestação da informação, por este último, acerca da providência adotada em cada caso concreto.

Destaca-se ainda, que durante quase estes 20 (vinte) anos de existência e de quase 09 (anos) de utilização por parte do NUPEMEC-MA do Sistema Attende, verificou-se que este sempre esteve alinhado e foi um importante instrumento para a operacionalização da Política Estadual de Tratamento Adequado de Conflitos no âmbito do Poder Judiciário estadual.

Entretanto, algumas adaptações foram necessárias por parte dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos no ano de 2020, em relação aos sistemas utilizados, uma delas, fora, quanto a necessidade de comunicação processual e o envio dos termos de entendimento e atas de audiência de conciliação das demandas processuais realizadas nos CEJUSC’s para as unidades jurisdicionais, bem como da

possibilidade de um maior gerenciamento por parte dos Advogados quanto às demandas que tramitam no âmbito dos Centros.

Sabendo disto, ocorreu a substituição gradativa e a migração das demandas outrora agendadas, realizadas e operacionalizadas no Sistema Attende para o PJE (Processo Judicial Eletrônico), sistema este já amplamente utilizado pelos operadores do Sistema de Justiça, o que proporcionou um acesso direito destes, além da publicização das demandas, o peticionamento eletrônico, dentre outras vantagens.

A mudança já vinha acontecendo desde o início do ano em meados de janeiro, inicialmente apenas com as demandas pré-processuais, ou seja, aquelas em que ainda não existe um conflito judicializado, mas aconteceu de forma definitiva no mês de julho de 2020, quando além das demandas pré-processuais foram iniciadas a realização das demandas processuais, que tramitam no Judiciário maranhense.

INTENSIFICAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE WEBCONFERÊNCIA

O ano de 2020 fora um ano de mudanças significativas em vários campos da história humanidade, ainda estamos atônitos com a pandemia do COVID-19, que assolou o mundo e ressignificou a forma de como lhe damos com o outro e nas estruturas laborais.

O Judiciário em si nunca foi tão demandado, os conflitos se mostraram cada vez mais latentes e como forma de dirimir e continuar prestando um serviço de qualidade e contínuo, a justiça brasileira teve que buscar uma nova forma de intensificar alternativas remotas de solução dos conflitos e que não podem esperar.

Diante deste cenário é que o Judiciário maranhense e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais intensificaram a utilização das audiências por videoconferência, que já eram utilizadas e que se consolidaram durante a pandemia.

Frisa-se ainda, que tais audiências foram realizadas em um sistema próprio desenvolvido pela Coordenadoria de Informática do Tribunal, chamado de Webconferência e que facilitaram e possibilitaram o acesso dos jurisdicionados de forma ampla, bem como dos mediadores e conciliadores nas tratativas dos conflitos.

LEVANTAMENTO

O levantamento feito nesse relatório leva em conta dados colhidos no Sistema Sentinela do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, nas suas versões ATTENDE que coleta os dados de todos os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs em atividade no Maranhão, TERMOJURIS, que informa o total de decisões de Julgamento e Homologações nos Juizados Cíveis e de Trânsito, das Varas Cíveis e de Família de São Luís e Imperatriz, pois nas demais comarcas as multiplicidades de competência poderia levar a informações imprecisas.

Por integrar uma política de estímulo ao uso dos meios digitais de solução de conflitos, foi feito levantamento sobre número de reclamações registradas e avaliadas como resolvidas no sistema consumidor.gov, site mantido pela Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

RESULTADOS APRESENTADOS

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos foi instituído desde 12/11/2012, composto por 04 Centros Judiciários de Solução de Conflitos vinculados ao Tribunal de Justiça do Maranhão e 15 Centros, vinculados a Instituições de Ensino parceiras.

As demandas processuais e pré processuais, cadastradas através do Sistema Attende. No ano 2020, até a presente data, totalizamos 7021 agendamentos,

1199 acordos, com **índice de resolutividade de 52,56%** no ambiente dos Centros de Conciliação.

CEJUSC'S

O relatório abaixo reflete o levantamento das demandas apresentadas em todos os Centros em atividade no Estado, inclusive nas ações de itinerância, com os seguintes resultados.

Resultado das conciliações ocorridas em todos os CEJUSC'S nos anos de 2020

GERAL

RESULTADO DA CONCILIAÇÃO - MARANHÃO

Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos	17.877
02	Audiências Realizadas	9.650
03	Audiências Realizadas com Acordo	3.932
05	Audiências Realizadas sem Acordo	5.718
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	59,25%
07	Audiências não realizadas	8.277
08	TOTAL EM VALORES	R\$ 28.074.113,15

PROCESSUAIS

Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos	10.862
02	Audiências Realizadas	7.198
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	1.715
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	5.483
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	76,16%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	3.664
08	Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)	R\$ 10.100.227,07

PRÉ-PROCESSUAL

Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos	7.015
02	Audiências Realizadas	2,452
03	Audiências Realizadas com Acordo (absoluto)	2.217
05	Audiências Realizadas sem Acordo (absoluto)	235
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	65,04%
07	Audiências não realizadas (absoluto)	4.563
08	Total em valores (de 01/01/2019 a 11/12/2019)	R\$ 17.973.886,10

apresentados em audiência de conciliação e comunicaram formalmente às partes que criaram o litígio;

2 - As empresas indicaram processos com propostas reais de acordo. Dentre estes, os que tramitavam em Varas Cíveis e foram realizadas audiências nos Centros de conciliação do Estado.

3 - Os cidadãos que manifestaram interesse em resolver seu caso via conciliação, e solicitaram a inclusão em pauta.

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

Na Semana Nacional de Conciliação, ocorrida em 2020, o Judiciário Maranhense atuou das seguintes formas, na organização das pautas de audiências:

1 - As unidades judiciais escolheram os processos passíveis de serem

NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	8522
PARTICIPANTES (MAGISTRADOS)	210
PARTICIPANTES (JUÍZES LEIGOS)	6
PARTICIPANTES (CONCILIADORES)	444
PARTICIPANTES (COLABORADORES)	1003

AÇÕES DESENVOLVIDAS - SEMANA DA CONCILIAÇÃO

TIPO	PRÉ-PROCESSUAIS	PROCESSUAIS (ART. 334 CPC)	OUTRAS FASES DO PROCESSO	2º GRAU	CRIMINAIS	TOTAL
Audiências de conciliação designadas	1837	2532	1098	106	353	5926
Audiências de conciliação realizadas	1295	2218	1008	43	317	4881
Total de acordos homologados	608	360	272	41	0	1281
Soma total dos valores homologados	R\$ 1.898.460,16	R\$ 713.822,38	R\$ 900.585,54	R\$ 0,00	0	R\$ 3.512.868,08
Sentenças homologatórias de transação penal					101	101
Composição civil					88	88

MUTIRÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Em virtude de parceria firmada entre a PGE/MA e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foi realizado mutirão, no período da Semana Nacional de Conciliação, com uma pauta composta por 427 audiências, todas envolvendo processos cuja discussão central foi o concurso da Polícia Militar do

Estado do Maranhão, ou seja, processos envolvendo candidatos ao concurso que estavam *sub judice*, e onde muitos já se encontravam, inclusive, atuando em seus campos de trabalho. Importante ressaltar que o sucesso do mutirão foi notável, dado o número baixo de ausências das partes, bem como o número acentuado de acordos, cerca de 80% (oitenta) por cento das demandas envolvidas.

MUTIRÃO PGE/MA – REALIZADO NO PERÍODO DE 30/11 A 04/12/2020

Audiências designadas	Audiências realizadas	Total de acordos homologados	Audiências sem acordo	Ausências	Redesignações
427	373	343	04	48	16

• 2021

No primeiro trimestre do corrente ano, os servidores dos centros de conciliação do estado, bem como do Núcleo de métodos consensuais de solução de conflitos realizaram suas atividades presencialmente até 05 de março de 2021. Após a suspensão das atividades presenciais, a partir de 08 de março de 2021, as audiências passaram a ocorrer totalmente na modalidade virtual, através da plataforma *webconferência* do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, e, excepcionalmente pelo aplicativo *whatsapp*.

Durante a suspensão das atividades presenciais, foi disponibilizado atendimento ao público por parte dos centros e do Núcleo de métodos consensuais de solução e conflitos, através de números de telefones aptos para o recebimento de ligações convencionais e pelo aplicativo *whatsapp business*, pelos quais foram recebidas, durante esse período de home Office diversas mensagens versando sobre os serviços prestados e informações quanto à realização de audiências designadas.

Também foi disponibilizado o acesso ao público por parte dos centros através do endereço de e-mail de cada um deles, bem como através do e-mail conciliar@tjma.jus.br, pertencente ao Núcleo.

INTENSIFICAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE *WEBCONFERÊNCIA*

Os 03 (três) primeiros meses do ano de 2021 deram continuidade à intensificação das audiências realizadas por videoconferência, haja vista a paralisação das atividades presenciais em virtude da gravidade apresentada por uma “segunda onda” da pandemia do COVID-19, que assolou o mundo e ressignificou a forma de como lidamos com o outro e com as estruturas laborais.

O Judiciário em si nunca foi tão demandado, os conflitos se mostraram cada vez mais latentes e como forma de dirimir e continuar prestando um serviço de qualidade e contínuo, a justiça brasileira teve que buscar uma nova forma de intensificar alternativas remotas de solução dos conflitos e que não podem esperar.

Diante deste cenário, o Judiciário maranhense e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais intensificaram a utilização das audiências por videoconferência, que já eram utilizadas e que se consolidaram durante a pandemia.

Frisa-se ainda, que tais audiências foram realizadas em um sistema próprio desenvolvido pela Coordenadoria de Informática do Tribunal, chamado de *Webconferência* e que facilitaram e

possibilitaram o acesso dos jurisdicionados de forma ampla, bem como dos mediadores e conciliadores nas tratativas dos conflitos. Em casos excepcionais, quando as partes não conseguiram, por motivos particulares, acessar a referida plataforma, foi utilizado o aplicativo mundialmente popularizado *whatsapp*.

LEVANTAMENTO

O levantamento realizado no presente relatório leva em consideração dados colhidos no Sistema PJE – Processo Judicial Eletrônico, bem como no Sistema Sentinela, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, nas suas versões ATTENDE, que coletava, anteriormente ao PJE os dados de todos os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs em atividade no Maranhão, TERMOJURIS, que informa o total de decisões de Julgamento e Homologações nos Juizados Cíveis e de Trânsito, das Varas Cíveis e de Família de São Luís e Imperatriz, pois nas demais comarcas as multiplicidades de competência poderia levar a informações imprecisas.

Por integrar uma política de estímulo ao uso dos meios digitais de solução de conflitos, também foi feito levantamento sobre número de reclamações registradas e avaliadas como resolvidas no sistema consumidor.gov, site mantido pela Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

RESULTADOS APRESENTADOS

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos foi instituído desde 12/11/2012, composto por 06 (seis) Centros Judiciários de Solução de Conflitos vinculados ao Tribunal de Justiça do Maranhão e 11 (onze) Centros, vinculados a Instituições de Ensino parceiras.

As demandas processuais e pré processuais são cadastradas através dos Sistemas Attende e PJE – Processo Judicial Eletrônico. No primeiro trimestre do ano de 2021 totalizamos 4.020 agendamentos, sendo realizados 1.043 acordos, de um total de

1.639 audiências realizadas. Assim o índice de resolatividade é de 63,6% (sessenta e três vírgula seis por cento) nos centros de conciliação no primeiro trimestre.

O relatório abaixo reflete o levantamento das demandas apresentadas em todos os Centros em atividade no Estado, nos 03 (três) primeiros meses de 2021, com os seguintes resultados.

Resultado das conciliações ocorridas em todos os CEJUSC'S no primeiro trimestre de 2021:

GERAL

RESULTADO DA CONCILIAÇÃO - MARANHÃO

Nº	DADO	TOTAL
01	Total de Agendamentos	4.020
02	Audiências Realizadas	1.639
03	Audiências Realizadas com Acordo	1.043
05	Audiências Realizadas sem Acordo	880
06	Audiências Realizadas sem Acordo (proporcional)	53,6%
07	Audiências não realizadas	1.825
08	Total em valores	R\$ 1.332.854,20

CONCLUSÃO

Como se observa pela análise da tabela acima, apesar de todos os transtornos causados pela 2ª onda da Pandemia por Covid-19, e, a maioria das audiências nesse período se realizarem por videoconferência, onde nem todos possuem acesso à internet móvel, bem como a aparelhos que possibilitem o acesso à plataforma, o número de audiências com acordo superou o número de audiências sem acordo, bem como o número de audiências realizadas superou o de audiências não realizadas por quaisquer motivos.

O percentual de audiências realizadas sem acordo foi de 53,6%, porém o índice de efetividade das audiências realizadas foi de 63,6%, ou seja, isso implica em afirmar que a efetividade da conciliação é considerada alta, demonstrando, dessa forma, ser um método facilitador e de grande efetividade no

deslinde de demandas de diversas naturezas, e que evita a prolatação de centenas de novos processos judiciais a cada trimestre. Por fim, consideramos os números do primeiro trimestre do corrente ano

animadores diante de tantos obstáculos enfrentados em meio a uma pandemia, o que nos incentiva ainda mais a dar continuidade no trabalho desenvolvido, com eficiência e comprometimento.

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria Jurídica da Presidência atua, diretamente, em processos judiciais de competência do Presidente desta Corte, com trâmite nos sistemas THEMIS e PJE, em sua grande maioria, conclusos para decisões de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, decisões de suspensões de segurança e decisões monocráticas e/ou colegiadas em agravos internos e embargos de declaração.

Atua, também, no âmbito administrativo, com a análise de processos, em sua grande maioria, envolvendo interesses de servidores ou cuja finalidade seja a realização de contratações por este eg. Tribunal de Justiça.

Sendo assim, no período de 24 de abril a 30 de novembro do ano em curso, entre despachos, decisões monocráticas e colegiadas em feitos judiciais, esta Assessoria Jurídica movimentou 3523 (três mil quinhentos e vinte e três) processos.

Quanto aos processos em trâmite no sistema DIGIDOC, entre despachos, pareceres, decisões monocráticas e colegiadas, foram elaborados 1906 (mil novecentos e seis) documentos.

Dessa forma, conforme os números apresentados, verifica-se que, durante o período solicitado por meio do MEMO-ACP-922020, tramitou junto à Assessoria Jurídica da Presidência mais de 5429 (cinco mil quatrocentos e vinte e nove) processos.

RELATÓRIOS DE PARECERES/DESPACHOS/DECISÕES (ADMINISTRATIVO - DIGIDOC)

ANUAL (JANEIRO A DEZEMBRO)

Meses	Quantidade	Meses	Quantidade	Total	Média Mensal
Janeiro	0	Julho	247	1906	238,25
Fevereiro	0	Agosto	254		
Março	0	Setembro	256		
Abril	73	Outubro	2600		
Maio	199	Novembro	378		
Junho	239	Dezembro	0		

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO	
Semanas	Quantidade	Semanas	Quantidade	Semanas	Quantidade
1ª Semana	0	1ª Semana	0	1ª Semana	0
2ª Semana	0	2ª Semana	0	2ª Semana	0
3ª Semana	0	3ª Semana	0	3ª Semana	0
4ª Semana	0	4ª Semana	0	4ª Semana	0
5ª Semana	0	5ª Semana	0	5ª Semana	0
Dados		Dados		Dados	
TOTAL	466	TOTAL	359	TOTAL	499
Média Semanal	93,20	Média Semanal	71,8	Média Semanal	99,8

ABRIL		MAIO		JUNHO	
Semanas	Quantidade	Semanas	Quantidade	Semanas	Quantidade
1ª Semana	0	1ª Semana	0	1ª Semana	53
2ª Semana	0	2ª Semana	55	2ª Semana	30
3ª Semana	0	3ª Semana	48	3ª Semana	58
4ª Semana	1	4ª Semana	50	4ª Semana	54
5ª Semana	73	5ª Semana	46	5ª Semana	44
Dados		Dados		Dados	

TOTAL	73	TOTAL	199	TOTAL	239
Média Semanal	36,50	Média Semanal	49,75	Média Semanal	47,8

JULHO		AGOSTO		SETEMBRO	
Semanas	Quantidade	Semanas	Quantidade	Semanas	Quantidade
1ª Semana	0	1ª Semana	53	1ª Semana	0
2ª Semana	72	2ª Semana	50	2ª Semana	48
3ª Semana	50	3ª Semana	60	3ª Semana	49
4ª Semana	70	4ª Semana	42	4ª Semana	80
5ª Semana	55	5ª Semana	49	5ª Semana	79
Dados		Dados		Dados	
TOTAL	247	TOTAL	254	TOTAL	256
Média Semanal	67,75	Média Semanal	50,8	Média Semanal	64

OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
Semanas	Quantidade	Semanas	Quantidade	Semanas	Quantidade
1ª Semana	0	1ª Semana	48	1ª Semana	0
2ª Semana	78	2ª Semana	68	2ª Semana	0
3ª Semana	68	3ª Semana	82	3ª Semana	0
4ª Semana	55	4ª Semana	89	4ª Semana	0
5ª Semana	59	5ª Semana	91	5ª Semana	0
Dados		Dados		Dados	
TOTAL	260	TOTAL	378	TOTAL	0
Média Semanal	65,00	Média Semanal	75,6	Média Semanal	0

• 2021

No período de 01 de janeiro a 31 de março do ano de 2021, entre despachos, decisões monocráticas e colegiadas em feitos judiciais em trâmite no Sistema PJE, esta Assessoria Jurídica movimentou 966 (novecentos e sessenta e seis) processos.

Destaca-se que não foram contabilizados, tão somente, processos eletrônicos, uma vez que os processos físicos, cuja tramitação é realizada por meio do Sistema Themis encontravam-se, na maior parte do período, com seus prazos suspensos em razão das medidas protetivas adotadas por este

Tribunal de Justiça visando diminuir a transmissão do novo Coronavírus (COVID-19).

Quanto aos feitos em trâmite no sistema DIGIDOC (administrativos), entre despachos, pareceres, decisões monocráticas e colegiadas, foram movimentados 861 (oitocentos e sessenta e um) processos.

Dessa forma, com base nos números apresentados, verifica-se que, durante o período solicitado por meio do MEMO-ACP-282021, tramitou junto à Assessoria Jurídica da Presidência mais de 1827 (um mil oitocentos e vinte e sete) processos.

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E ARQUIVO

A Biblioteca encontra-se instalada no Solar das Veras, prédio do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís, MA. Possui quatro Divisões vinculadas à Coordenadoria que são: Divisão de Acervo e Divisão de Legislação, Divisão de Acervo Administrativo e Divisão de Arquivos e Documentos Históricos todas subordinadas diretamente à Presidência.

Possui como Missão “Disponibilizar ao usuário o acesso às fontes de informação jurídica através da aquisição, organização e disseminação de conhecimentos, contribuindo para a eficiência na prestação jurisdicional” e como Visão “Alcançar a excelência no atendimento visando garantir a satisfação das necessidades informacionais dos usuários”. Funcionando como setor de apoio no desenvolvimento das atividades deste Tribunal, tem suas atribuições definidas por meio da Resolução nº60/2010, que regulamenta a estrutura dos serviços auxiliares do Poder Judiciário do Maranhão. Desde sua implantação, que remete à criação da Corte, vem oferecendo a seus usuários produtos e serviços que facilitam o processo de disseminação da informação jurídica e que atendam aos interesses institucionais e da comunidade em geral.

Funciona diariamente no horário das 08:00 às 18:00h, de segunda a sexta-feira, disponibilizando seus produtos e serviços a servidores, magistrados, advogados e público em geral. Para entrar em contato, o interessado pode ligar nos telefones: (98)32616146/6147/6230/6259, ou comparecer ao endereço mencionado acima.

A Biblioteca também possui link no site do Tribunal de Justiça do Maranhão www.tjma.jus.br, na seção institucional/Biblioteca, onde os usuários podem consultar todas as informações referentes ao atendimento oferecido, bem como acessar os produtos disponíveis.

O usuário também pode utilizar o correio eletrônico por meio do e-mail institucional: biblioteca@tjma.jus.br, e pela seção “fale conosco” da Presidência.

Além disso, a Biblioteca disponibiliza por meio do SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas) diversas vantagens, tais como: consulta ao acervo, reserva de publicações, renovação de empréstimos e disseminação seletiva da informação.

O Acesso ao SIABI está disponível nos terminais de atendimento na Biblioteca, ou em links na intranet e internet do Tribunal de Justiça do Maranhão.

DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO

Ações desenvolvidas pela Divisão de Legislação desta Coordenadoria no ano de 2020:

- **Foram catalogados e indexados 1.187 atos, de jan ate 10.12, dentre os quais Atos da Presidencia, Resoluções, Portarias, Leis, etc;**
- **Até o mês de dezembro do corrente ano a Divisão de Legislação atendeu um total de 58 pesquisas, abrangendo base de dados, telefone, e-mail, etc;**
- **Revisão da minuta de 20 Atos, aplicando a técnica legislativa;**
- **A base de dados da legislação está sendo atualizada regularmente.**

• 2021

DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO

Ações desenvolvidas pela Divisão de Legislação desta Coordenadoria no primeiro trimestre de 2021

- **Foram catalogados e indexados no SIABI - Sistema de Automação de Biblioteca 277 Atos Administrativos, dentre os quais Atos da Presidencia, Resoluções, Portarias, Leis, etc;**

- **Atendemos um total de 55 pesquisas, abrangendo base de dados, telefone, e-mail, etc;**
- **Foram revisados 15 minutas de Atos administrativos, aplicando a técnica legislativa;**
- **A legislação do Tribunal de Justiça no Portal está sendo atualizada com a ordenação e assuntos, num total de 1.030 atualizados até a presente data**
- **A nossa base de dados da legislação está sendo atualizada regularmente.**

**COORDENADORIA
ESTADUAL DA
MULHER EM
SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E
FAMILIAR**

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – CEMULHER/TJMA, órgão permanente de assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça, é presidida pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha, tendo como juízes assessores Lidiane Melo de Sousa e Júlio César Lima Praseres.

Dispõe de equipe técnica multidisciplinar própria, coordenada administrativamente por Danyelle Bitencourt Athayde Ribeiro e formada pela Analista Judiciária Assistente Social Josemary Andrade de Almeida, pelas Analistas Judiciárias Psicólogas Ericka Janne Silva Nascimento e Edla Maria Batista Ferreira, pela Analista Judiciária Bacharel em Direito Amanda Dourado Rolim Sampaio, pelo Técnico Judiciário Francisco Júlio Gomes, pela Assistente de Informação Vitoria Azevedo de Barros Sousa e pelo Assessor Especial de Conciliação Plynio Monteles Silva.

Foi instituída pela Resolução nº 30/2011, em atendimento aos termos da Resolução nº 128/2011, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, atuando sob as diretrizes da Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/2006) e da Resolução nº 254/2018 – CNJ, que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A CEMULHER/TJMA visa atender todo o estado do Maranhão, oferecendo um conjunto de ferramentas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar através de políticas institucionais e em articulação com a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

O ano de 2020, em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), trouxe grandes desafios para a continuidade das ações de prevenção à violência doméstica e familiar desenvolvidas permanentemente pela CEMULHER, já que estas acontecem, na maioria das vezes, junto à comunidade, com a distribuição de materiais informativos impressos, como cartilhas e *folders*,

nos mais diversos espaços, públicos e privados, com palestras e orientações presenciais realizadas por sua equipe técnica multidisciplinar.

Por outro lado, a violência contra as mulheres se intensificou durante a pandemia, agravando-se devido ao isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, que dificultou ainda mais o acesso ao atendimento pelos órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Diante desse cenário, a partir de março de 2020, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – CEMULHER/TJMA – buscou metodologias criativas e inovadoras para continuar desenvolvendo seus projetos e ações.

Visto que foram suspensas as atividades externas e que envolvem aglomerações de pessoas – conforme Ato da Presidência nº 32020 e a Portaria Conjunta 142020 – novas atividades foram propostas e executadas pela CEMULHER, em adequação às demandas crescentes de violência doméstica e à necessidade de comunicação com o público por meios digitais.

MAIO

No dia 29 de maio foi realizada a *live* “O papel da Coordenadoria da Mulher no enfrentamento da violência de gênero no Maranhão”, no *instagram* da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), @esmam_tjma, tendo como palestrante o desembargador Cleones Cunha, presidente da CEMULHER/TJMA e mediadora a juíza titular da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís, Lúcia Helena Heluy.

JUNHO

Em 10 de junho a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uniram forças para lançar a campanha “Sinal Vermelho contra a violência doméstica”. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA),

através da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEMULHER, passou a executar as ações da campanha em todo o estado.

O objetivo da campanha “Sinal Vermelho contra a violência doméstica” é incentivar denúncias por meio de um símbolo: ao desenhar um “X” na mão e exibi-lo ao farmacêutico ou ao atendente da farmácia, a vítima poderá receber auxílio e acionar as autoridades. Após a denúncia, os profissionais das farmácias seguem um protocolo para acolher a vítima e comunicar a polícia. Balconistas e farmacêuticos não são conduzidos à delegacia e nem, necessariamente, chamados a testemunhar.

Dando seguimento às atividades de conscientização da CEMULHER, foi realizada, no dia 18 de junho, a live “Masculinidades na pandemia: autocuidado, sexualidades e violências”, com o doutor em psicologia e estudos psicanalíticos Felipe Lattanzio, coordenador geral do Instituto Albam, que desenvolve projetos ligados às questões de gênero. A *live*, transmitida pelo *instagram* @esmam_tjma, foi mediada pela assistente social Danyelle Bitencourt, coordenadora administrativa da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA.

Para o alinhamento das ações da campanha “Sinal Vermelho contra a violência doméstica”, o presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Cunha, promoveu, no dia 30 de junho, reunião com representantes do Conselho Regional de Farmácia do Maranhão (CRF/MA), polícias civil e militar.

Estiveram presentes os juízes assessores da CEMULHER, Lidiane Melo e Júlio Praseres; a juíza Lúcia Helena Heluy (titular da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís); a presidente do CRF/MA, Giselli Coutinho; a coordenadora das Delegacias de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher (CODEVIM), delegada Kazumi Tanaka; o diretor do Centro Integrado de Operações de

Segurança (CIOPS), coronel Jorge Luongo e a coordenadora administrativa da CEMULHER, Danyelle Bitencourt.

JULHO

No âmbito da campanha “Sinal Vermelho contra a violência doméstica”, a CEMULHER realizou ainda, em parceria com o Conselho Regional de Farmácia, *live*, no dia 08 de julho, com a participação da major Roberta Pereira (coordenadora do setor 190-CIOPS), no *instagram* @crfmaranhão e o curso de capacitação *on line* “Campanha Sinal Vermelho contra a violência doméstica e o papel das farmácias na proteção às mulheres”, no dia 11 de julho, voltado para farmacêuticos e atendentes de farmácias e ministrado pela coordenadora administrativa da CEMULHER, Danyelle Bitencourt, com os temas gênero, Lei Maria da Penha, além dos objetivos, fluxos e metodologia da campanha.

Além disso, foram produzidos *cards* com imagens de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, manifestando apoio à campanha “Sinal Vermelho contra a violência doméstica”, os quais foram compartilhados nas mídias sociais do Judiciário, nos perfis do *instagram* @esmam_tjma e @tjmaoficial. Foram também confeccionados e distribuídos cartazes para as farmácias que aderiram à Campanha, em todo o estado.

No dia 09 de julho a CEMULHER, sob a coordenação do desembargador Cleones Cunha, apresentou, em seu *hotsite*, novo Banco de Enunciados e Jurisprudência sobre a Lei Maria da Penha, com a finalidade primordial de fornecer orientações para magistrados e servidores que trabalhem diretamente com processos que versam sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, servindo também como guia para membros de instituições que integram a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no Maranhão, estudantes de direito,

pesquisadores e demais interessados. O banco de enunciados e jurisprudência foi reestruturado e ampliado pela analista judiciária bacharel em Direito Amanda Sampaio, membro da equipe técnica da CEMULHER e está disponível no endereço eletrônico <http://hsite.tjma.jus.br/mulher/>

AGOSTO

Em alusão ao aniversário de 14 anos da Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/2006), comemorado no dia 07 de agosto de 2020, a CEMULHER promoveu uma programação especial:

No dia 03 de agosto, os desembargadores Lourival Serejo, presidente do TJMA e Cleones Cunha, presidente da CEMULHER, participaram de uma reunião virtual com 116 juízes competentes para o julgamento dos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher no estado do Maranhão. Foi apresentado aos magistrados um balanço das ações da Coordenadoria, com diversas reuniões realizadas, campanhas, *lives*, capacitações e projetos implementados. Em seguida, aconteceu o lançamento do livro “Lei Maria da Penha na Prática”, de autoria de Adriana Ramos de Mello e Lívia de Meira Lima Paiva; e a palestra “14 anos de Lei Maria da Penha: avanços e desafios no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher”, proferida pela juíza Adriana Ramos de Mello (TJRJ).

No dia 04 de agosto foi realizado o webinar “Participação Institucional Feminina e os desafios para a Equidade de Gênero no Poder Judiciário”, com abertura pelos desembargadores Lourival Serejo, presidente do TJMA; Cleones Cunha, presidente da CEMULHER; e Froz Sobrinho, diretor da ESMAM. As palestrantes foram as juízas Maria Domitila Manssur (TJSP), diretora nacional da AMB Mulheres e conselheira APAMAGIS; e Lavínia Coelho, membro da Corte Eleitoral - MA, diretora da Escola Judiciária Eleitoral e coordenadora da Comissão TRE Mulheres.

Ambos os eventos foram transmitidos ao

vivo pelo canal www.youtube.com/eadesmam.

No dia 7 de agosto, os desembargadores Lourival Serejo, presidente do TJMA; Cleones Cunha, presidente da CEMULHER; e Jorge Rachid, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, realizaram o lançamento do projeto “Violência Doméstica contra a Mulher: prevenção sustentável”, que tem por objetivo integrar órgãos públicos e empresas privadas que disponham de plataformas digitais de comunicação com seus clientes, para a disseminação de conteúdos preventivos à violência doméstica e familiar contra a mulher. Participaram, na ocasião, representantes dos órgãos públicos que compõem a ECOLIGA – Sustentabilidade no Setor Público Maranhense, da qual o Tribunal de Justiça do Maranhão faz parte. O evento foi transmitido pelo canal www.youtube.com/tjmaoficial.

Ainda no mês de agosto, no dia 27, a CEMULHER publicou o primeiro “Relatório da Participação Feminina no Tribunal de Justiça do Maranhão”, fruto de pesquisa realizada pelo Grupo Especial de Trabalho (instituído pelo Ato da Presidência nº 62019, tendo sua composição alterada pelo Ato nº 232020) e disponível no endereço eletrônico <http://hsite.tjma.jus.br/mulher/>, mapeando o atual cenário da ocupação feminina nos diversos cargos e funções da magistratura e da administração judiciária maranhense.

O TJMA criou o Grupo Especial de Trabalho em cumprimento à Resolução nº 255/2018 CNJ que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, adotando medidas voltadas à garantia da paridade de gênero no âmbito institucional.

Finalizando as atividades alusivas ao mês de aniversário da Lei Maria da Penha, a CEMULHER realizou visita técnica à Vara da Infância e Juventude e Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Infância e Juventude, da Comarca de São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha de São Luís. Estiveram presentes os juízes

assessores da CEMULHER, Júlio Praseres e Lidiane Melo; a coordenadora administrativa Danyelle Bittencourt; a analista judiciária bacharel em Direito Amanda Sampaio e a assistente de informação Vitória Sousa.

A unidade foi apresentada aos membros da CEMULHER pela juíza titular Samira Heluy, que os informou sobre as medidas de organização e gestão já implementadas. A experiência da Vara da Infância e Juventude e Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São José de Ribamar servirá como piloto/referência para um novo programa da CEMULHER, em fase de planejamento, com vistas à Implementação e Acompanhamento de Fluxos e Rotinas nas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, assim como nas demais unidades judiciais com competência, ainda que de forma mista e Plantão Judicial Criminal, no que tange às questões afins, de acordo com parâmetros definidos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

SETEMBRO

Em 25 de setembro a CEMULHER promoveu, como atividade do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, em parceria com o Conselho da Mulher Empresária, na Faculdade ISL/Wyden, uma “Roda de Diálogo sobre Gênero, Violência Doméstica e Lei Maria da Penha”, buscando firmar parcerias com vistas a uma participação mais ativa das empresas na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no Maranhão.

A abertura do evento foi feita pelo desembargador Cleones Cunha, com a participação do juiz assessor da CEMULHER, Júlio Praseres, que abordou a história, as experiências e o desenvolvimento dos principais projetos da Coordenadoria no combate à violência contra a mulher, destacando a importância do engajamento de toda a sociedade. A “Roda de Diálogo” foi conduzida pela coordenadora administrativa da CEMULHER, Danyelle

Bittencourt, pela analista judiciária bacharel em Direito Amanda Sampaio e pela psicóloga Edla Ferreira, integrantes da equipe multidisciplinar.

OUTUBRO

No dia 14 de outubro o presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Cunha, conduziu, na abertura da sessão plenária realizada por videoconferência, o lançamento oficial da campanha “Condomínio Responsável, Mulheres Seguras!”, que tem como objetivo divulgar a lei nº 11.292/2020 – de iniciativa da deputada estadual Daniella Tema – e informações sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar. De acordo com o artigo 1º da lei supracitada “os condomínios residenciais, localizados no Estado do Maranhão, por meio de seus síndicos e/ou administradores devidamente constituídos, ficam obrigados a encaminhar comunicação à Polícia Civil ou à Brigada Militar, quando houver, em suas unidades condominiais ou nas áreas comuns, a ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos”.

A Cartilha “Condomínio Responsável, Mulheres Seguras!”, material de divulgação da Campanha, traz informações sobre os tipos de violência doméstica e familiar, como denunciar crimes dessa natureza, as medidas protetivas de urgência, além de orientar funcionários, síndicos e condôminos sobre os procedimentos que devem ser adotados em caso de violência contra a mulher.

No dia 19 de outubro, o presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, participou, por videoconferência, da reunião ordinária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid), do qual é membro da Comissão Executiva no cargo de 2º secretário.

No encontro, que também teve a participação da juíza assessora da CEMULHER, Lidiane Melo e da coordenadora administrativa Danyelle Bitencourt, foi exibido um vídeo com várias ações realizadas pela Coordenadoria a fim de informar sobre medidas protetivas de urgência, canais de atendimento e denúncia durante o período da pandemia, como campanhas, projetos, capacitações, *lives* e webinários.

Entre os dias 19 e 23 de outubro foi realizado, de forma inteiramente virtual, o XII Fonavid – Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que teve como tema, este ano, “Violência de Gênero e Covid-19: desafios no enfrentamento de duas pandemias do Século XXI.

O evento contou com a participação de representantes do Judiciário maranhense, dentre eles, o presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Cunha; os juizes assessores do órgão, Lidiane Melo e Júlio Praseres; a juíza titular da 2ª Vara Especial de Violência Doméstica de São Luís, Lúcia Helena Heluy, representando a Região Nordeste na Diretoria Executiva do XII Fonavid e toda a equipe multidisciplinar da CEMULHER.

O Fórum, que congrega magistradas, magistrados e membros das equipes multidisciplinares de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, com atuação na área da violência doméstica e familiar, tem como objetivo propiciar a discussão permanente das questões relacionadas à aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Também visa compartilhar experiências e uniformizar procedimentos pertinentes à temática, além de proporcionar a compreensão, com profundidade, dos aspectos jurídicos da legislação e de outros que envolvem disciplinas relacionadas, sob a perspectiva da efetividade jurídica e aperfeiçoamento das equipes multidisciplinares.

O Programa Nacional “Justiça pela Paz em Casa”, implementado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com o intuito de dar maior celeridade à prestação jurisdicional nos casos de violência

doméstica e familiar contra a mulher, é executado no estado do Maranhão pela CEMULHER, em três edições anuais, nos meses de março, agosto e novembro.

Este ano, em razão da pandemia do novo coronavírus, a 17ª e a 18ª Semanas da Justiça pela Paz em Casa, promovidas pelo CNJ em parceria com as Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, integraram a programação de atividades virtuais do XII Fonavid.

NOVEMBRO

No dia 19 de novembro a CEMULHER promoveu a “2ª Roda de Diálogo com o Conselho da Mulher Empresária e Associação Comercial do Maranhão”, na Faculdade ISL/Wyden. Na ocasião, a juíza Marcela Lobo, titular da 3ª Vara de Caxias, ministrou palestra sobre “Os Direitos Humanos das Mulheres”. Estiveram presentes na abertura do evento o corregedor geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; os juizes assessores da CEMULHER, Júlio Praseres e Lidiane Melo; o Procurador da República, Marcelo Correa; a diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena; a diretora da Faculdade ISL/Wyden, Lourdes Marques; empresários, dentre outros parceiros da Justiça.

No dia 27 de novembro a equipe multidisciplinar da CEMULHER promoveu, como parte das atividades do projeto “Violência Doméstica contra a Mulher: prevenção sustentável”, “Roda de Diálogo” com mulheres atendidas pelo Instituto Dignidade Humana e Solidariedade – HUMASOL, no encerramento do curso de corte e costura realizado pela entidade em parceria com o SENAC. Danyelle Bitencourt, coordenadora administrativa da CEMULHER, e a psicóloga Ericka Nascimento dialogaram com as participantes sobre questões relacionadas à igualdade de gênero, promoção dos direitos das mulheres, prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar. Estiveram presentes

o juiz assessor da CEMULHER, Júlio Prazeres e a coordenadora do HUMASOL, Alice Praseres.

Ainda em novembro, no dia 28, a CEMULHER realizou, integrando o projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, uma “Roda de Diálogo” com mulheres participantes do projeto Wonder Woman, da Faculdade ISL/Wyden. O projeto Wonder Woman trabalha conteúdos de cidadania, habilidades para o mundo do trabalho e fomenta o empreendedorismo feminino.

A assistente social Josemary Almeida e a bacharel em Direito Amanda Sampaio, integrantes da equipe multidisciplinar da CEMULHER, abordaram questões relacionadas à igualdade de gênero, promoção dos direitos das mulheres, prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar. Também foram trazidas reflexões sobre os desafios à participação feminina no mercado de trabalho, tendo em vista as desigualdades de gênero em nossa sociedade, as quais colocam as mulheres em situações de desvantagem e vulnerabilidade.

No ano de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – CEMULHER/TJMA realizou adequações em suas estratégias de trabalho a fim de dar cumprimento ao Plano de Ação – 2020.

Os programas, projetos e ações desenvolvidos pela CEMULHER tiveram continuidade, com grande parte das suas atividades sendo realizadas por meios digitais, como *lives*, webinários, cursos *on line*, produção e compartilhamento de conteúdo pelas mídias institucionais do TJMA e da Escola Superior da Magistratura Maranhense – ESMAM.

O Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão - “Desperta, Maria!” – instituído por meio do Ato da Presidência 7/2019, compartilhou ao longo do ano cartilhas informativas digitais, com foco na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher,

através da lista geral de e-mails dos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foram realizadas, também, panfletagens nas dependências do Fórum Desembargador Sarney Costa, anteriormente ao período crítico da pandemia.

O projeto “Valoriza Mulher”, que objetiva premiar, em cerimônia, as empresas que investem em ações de prevenção à violência doméstica e familiar e garantia dos direitos das mulheres junto aos seus colaboradores e colaboradoras, promoveu, em 2020, reuniões *on line* para o planejamento de diversas ações educativas virtuais junto a empresas mobilizadas. A premiação das empresas participantes, com a entrega de certificado emitido pela CEMULHER, devido ao isolamento social exigido no contexto da pandemia, está previsto para acontecer ainda em dezembro.

A grande inovação apresentada pela CEMULHER no ano de 2020 foi o projeto “Violência Doméstica contra a Mulher: prevenção sustentável”. Em formato inteiramente digital, o projeto difundiu informações sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, canais oficiais de denúncias e os serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência. A cartilha digital e boletins informativos do projeto “Prevenção Sustentável” foram compartilhados virtualmente com diversos órgãos públicos parceiros, alcançando um grande público.

A CEMULHER também é responsável pela gestão da Casa Abrigo, serviço pioneiro de acolhimento institucional destinado às mulheres em situação de risco de morte em decorrência de violência doméstica e familiar, mantido pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O relatório completo de todas as atividades realizadas no ano de 2020 pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – CEMULHER/TJMA, estará disponível em breve no endereço eletrônico <http://hsite.tjma.jus.br/mulher/>

• 2021

Em razão da necessidade de isolamento social como medida preventiva à propagação do novo coronavírus (COVID – 19), parte das ações ficou com a sua execução comprometida. Todavia, a equipe da CEMULHER – TJMA tem se utilizado de variadas estratégias para alcançar o cumprimento integral do Plano de Ação – 2021, atuando em regime de teletrabalho e realizando os ajustes necessários para a continuidade das atividades planejadas. A seguir, apresentamos as ações realizadas pela CEMULHER no primeiro trimestre de 2021:

1. Organização e coordenação das semanas de esforço concentrado do Programa Nacional “Justiça pela Paz em Casa”, conforme art. 7^a da Resolução nº 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. (Anexo - 1)

O Programa Nacional “Justiça pela Paz em Casa” objetiva aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de esforços concentrados de julgamento e ações multidisciplinares de enfrentamento à violência contra as mulheres.

A CEMULHER coordenou, no período de 08 a 12 de março de 2021, a 17^ª edição do Programa no estado do Maranhão. As próximas edições deste ano estão previstas para os períodos de 16 a 20/08/2021 e 22 a 26/11/2021, de acordo com o cronograma estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

2. Promoção do I Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis”.

Com o objetivo de incentivar a produção literária acerca da temática da violência doméstica e familiar contra a mulher, a CEMULHER lançou o Edital Nº 12021, promovendo o I Concurso Literário

“Maria Firmina dos Reis”, que vai premiar contos, crônicas e poemas sobre o tema.

O Concurso Literário foi denominado “Maria Firmina dos Reis” em homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do Brasil.

A ilustração usada na arte do Concurso Literário é de autoria do designer Wal Paixão, resultado de uma pesquisa sobre as características físicas de Maria Firmina dos Reis - o direito de uso da imagem foi cedido ao Poder Judiciário.

3. Execução dos Programas e projetos PROGRAMA “DESPERTA, MARIA!”

Objetivo: Instituído pelo Ato da Presidência-GP - Nº 72019, objetiva incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas a denunciarem situações de violência doméstica e familiar que estejam vivenciando ou que tenham conhecimento.

A primeira atividade trimestral do Programa foi realizada no dia 11 de março de 2021, por meio de Live com o tema “o atendimento às mulheres em situação de violência”. A live foi mediada pela psicóloga da equipe multidisciplinar da CEMULHER Edla Ferreira, que teve como convidada Maria José Sousa Alves, assistente social da 2^a Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís.

PROGRAMA “APRENDENDO COM MARIA DA PENHA NO COTIDIANO”

Objetivo: difundir a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em todo o estado do Maranhão, com foco especial para os autores e potenciais autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme dados levantados pelas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, visando contribuir para a mudança de atitudes e comportamentos sexistas, enfatizando a responsabilidade de autores de violência e de mulheres em situação de violência, na erradicação

desse fenômeno.

A primeira atividade bimestral do projeto aconteceu no dia 09 de março. Foram realizadas palestras voltadas para os alunos do Ensino Médio do CE Cidade Operária II, nos turnos matutino e vespertino.

PROJETO “VALORIZA MULHER”

Objetivo: promover o reconhecimento às empresas que investem em ações e projetos de prevenção à violência doméstica e familiar e garantia dos direitos das mulheres.

No primeiro trimestre, foram realizadas, por meio digital, mobilização das empresas que fizeram adesão ao projeto, para sensibilização e alinhamento das ações a serem realizadas em 2021.

PROJETO “PREVENÇÃO SUSTENTÁVEL”

Objetivo: Integrar órgãos públicos e empresas privadas que disponham de plataformas digitais de comunicação com seus clientes, para a disseminação de conteúdos preventivos à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O projeto prevê como parceiros, órgãos públicos integrantes da Ecoliga, empresas privadas, conselhos de representação de classes, dentre outros. São órgãos públicos que compõem a Ecoliga – Sustentabilidade no Setor Público Maranhense: Universidade Estadual do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região, Justiça Federal – Seção Judiciária do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, Ministério Público do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Procuradoria Geral do Estado do Maranhão e Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Em 2021, a equipe multidisciplinar da CEMULHER compartilhou conteúdos preventivos de violência doméstica e familiar contra a mulher com os parceiros do projeto nos meses de janeiro, fevereiro e março.

4. Reuniões para a implementação do Termo de Adesão do Tribunal de Justiça

do Estado do Maranhão ao Protocolo de Intenções 011/2018, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Federal de Psicologia.

Objetivo: Firmar parceria com os serviços-escolas de psicologia vinculados a instituições de ensino superior, em cumprimento ao art. 16 da Lei n. 4.119/1962, para promover assistência psicológica às mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar.

Foram realizadas reuniões de mobilização, por videoconferência, com os Cursos de Psicologia da Faculdade Pitágoras e Universidade CEUMA, nos dias 18 e 25 de março, respectivamente, com o objetivo de definir as capacitações sobre a temática de gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher, voltada para o corpo técnico dos serviços-escolas dessas instituições de ensino.

5. Lançamento do Banco de Boas Práticas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Lançado no dia 24 de março, o Banco de Boas Práticas possui o objetivo de reconhecer e disseminar iniciativas exitosas de enfrentamento à violência doméstica e familiar desenvolvidas por magistrados e servidores do Poder Judiciário do Maranhão.

As iniciativas aprovadas serão divulgadas no hotsite da CEMULHER e, a cada trimestre, será produzido informativo das boas práticas para divulgação das ações nas mídias sociais do TJMA. Servidores e magistrados que tiverem suas ações publicadas receberão certificado de reconhecimento, pelas suas contribuições no enfrentamento à violência doméstica e consequente alcance social.

Além de reconhecer e dar visibilidade às práticas de sucesso, o Banco de Boas práticas lançado pela CEMULHER possui a intenção de sensibilizar e incentivar o desenvolvimento de iniciativas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no estado do Maranhão.

6. Elaboração e execução de Programa

com Foco no Público Masculino.

Com o objetivo de sensibilizar e divulgar conteúdos sobre masculinidades e grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, visando a prevenção de atos violentos nas relações íntimas de afeto, domésticas e familiares, o Programa “Homem Consciente” foi lançado no dia 26 de março.

Estão previstas ações educativas (palestras e rodas de diálogos, presenciais ou online) com foco no público masculino em diversos espaços

(escolas, igrejas, empresas, instituições), bem como, ações formativas para servidores e magistrados, nas temáticas de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher.

Com o intuito de mobilizar e sensibilizar os homens do Poder Judiciário do Maranhão a participarem dessa iniciativa, a equipe da CEMULHER vem incentivando servidores e magistrados a se engajarem no Programa, unindo forças pelo fim da violência contra as mulheres.

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO

Elaboração de documentos no sistema DIGIDOC de assuntos relacionados ao setor

No período do presente relatório foram expedidos 303 (trezentos e três) despachos, 157 (cento e cinquenta e sete) pareceres, 35 (trinta e cinco) decisões, 152 (cento e cinquenta e dois) ofícios e 22 (vinte e dois) memorandos.

Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de alta complexidade, grande impacto e repercussão, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Desde o dia 03 de abril do ano em curso estão sendo encaminhados ao Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de alta complexidade, grande impacto e repercussão, do Conselho Nacional de Justiça, os atos normativos e decisões concessivas de liminares em razão da pandemia da Covid-19 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Disponibilização de Painel sobre a Covid-19 no Portal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Em atendimento à Resolução do CNJ que regulamenta a matéria foram disponibilizados os dados necessários à publicação de um painel estatístico com informações relativas ao impacto da pandemia no âmbito do Sistema de Justiça maranhense. O painel pode ser acessado por meio do link <https://termojuris.tjma.jus.br/covid> no Portal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Apoio técnico na elaboração da Resolução que disciplina a destinação dos documentos elaborados durante a pandemia da Covid-19

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM prestou auxílio, à Divisão de Arquivos Judiciais e Documentos Históricos, na confecção da minuta que resultou na publicação da Resolução

do TJMA nº 372020, que disciplinou a destinação final dos documentos judiciais e administrativos, relativos ao assunto Covid-19, elaborados pelo Poder Judiciário do Maranhão, garantindo assim sua conservação histórica.

Guia de Condutas para o retorno do trabalho presencial

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM desenvolveu, por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, o Guia de Retorno às atividades presenciais, que dispõe sobre orientações a serem seguidas por magistrados, servidores, colaboradores, profissionais da área jurídica, bem como público em geral, que frequentam os prédios do Poder Judiciário Estadual.

O referido documento teve por objetivo estabelecer regras e condutas de retorno gradual às atividades presenciais, garantindo assim a manutenção da segurança de todos e sua elaboração observou os resultados de uma consulta pública realizada, bem como as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, as orientações da Coordenadoria de Serviços Médico, Odontológico e Psicossocial do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Apoio técnico aos setores do Tribunal de Justiça do Maranhão

Ao longo de todo período, a Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM prestou auxílio técnico a diversos setores do Tribunal de Justiça do Maranhão na elaboração de normativos e fluxos de trabalho, tais como minutas de Portarias e Resoluções (teletrabalho, condição especial de trabalho, GAJ, fluxo de recolhimento de armas, ajustes na normatização do FERJ, dentre outros) que resultaram em uma maior eficiência administrativa na atividade-meio com reflexos produtivos na atividade-fim.

Participação nas reuniões para a

construção das Metas Nacionais para o ano de 2021

A Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, coordenada pelo CNJ e com representação de todos os segmentos de justiça, foi instituída por meio da Resolução do CNJ nº 198/2014. Compete à Rede Colaborativa apresentar propostas de aperfeiçoamento da Estratégia do Judiciário, assim como auxiliar na execução, no monitoramento dos trabalhos e na divulgação dos resultados, sem prejuízo de outras atribuições definidas em ato normativo expedido pela Presidência do Conselho.

O Juiz Coordenador de Gestão Estratégica e Modernização, Cristiano Simas de Sousa, representante do Poder Judiciário do Maranhão participou, no dia 29 de julho, do Encontro de Metas da Justiça Estadual, promovido pelo Coordenador Nacional da Rede Colaborativa do CNJ.

Participou, ainda, das duas Reuniões Preparatórias para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, que foram realizadas nos dias 25 de maio e 25 e 26 de agosto, respectivamente, bem como do XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário promovido pelo CNJ realizado nos dias 25 e 26 de novembro, com vistas a deliberar sobre o processo participativo de elaboração das Metas Nacionais para o ano de 2021 e assuntos relacionados à estratégia nacional e local do Poder Judiciário.

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

Acompanhamento do trâmite relativo à homologação de resultado e elaboração da lista de pagamento referente à GPJ/2019

Com a finalização da etapa recursal e homologação do resultado final, pela Comissão de Apuração e Avaliação da GPJ – CAAP e a Presidência desta Corte de Justiça, a Divisão de Planejamento elaborou a lista com os percentuais devidos aos servidores lotados em unidades vencedoras que detinham o direito à GPJ, considerando os critérios estabelecidos pela Resolução do TJMA nº 10/2019.

Para a confecção da lista de pagamento utilizou-se planilha enviada pela Diretoria de Informática e Automação, que entabulou automaticamente os percentuais devidos aos servidores, para efeito de cálculo, os afastamentos e substituições efetivados durante o período de apuração. Verificou-se, ainda, outros critérios instituídos para pagamento da gratificação, tais como o envio da informação acerca do recolhimento das armas acauteladas, realização do curso de nivelamento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça e a obtenção da pontuação mínima na avaliação da Contribuição Individual para GPJ – CIG.

O pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária ocorreu no dia 04 de setembro de 2020, conforme calendário aprovado pela Presidência deste Tribunal.

Realização da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE

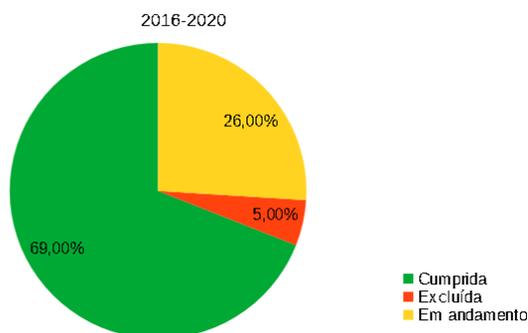
Com o Planejamento Estratégico institucionalizado, por meio da Resolução do TJMA nº 45/2015, de 30 de dezembro de 2015 foi iniciada no ano de 2016 a sua execução pelas áreas responsáveis, restando necessário o monitoramento sistemático das ações, projetos e iniciativas, assim como do nível de cumprimento das metas estratégicas estabelecidas.

Assim, em cumprimento ao cronograma de acompanhamento da estratégia no ano de 2020, a Divisão de Planejamento realizou a II Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, no período de 22 a 30 de junho. A edição foi realizada por videoconferência, em virtude das restrições ocasionadas pela pandemia da Covid-19, com a participação do Juiz Coordenador de Gestão Estratégica e Modernização, Dr. Cristiano Simas de Sousa e do Juiz Membro do Comitê de Inovação, Dr. Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa, que acompanharam as apresentações dos gestores responsáveis por metas estratégicas e os resultados das ações e projetos do período que impactaram no alcance das metas, bem como na incidência

de possíveis desvios que poderiam dificultar o desempenho desejado.

O gráfico a seguir demonstra o cumprimento das metas estratégicas após análise das informações apresentadas pelos Gestores na II RAE de 2020, retratando os resultados obtidos até aquele momento (junho de 2020):

METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Registra-se ainda que as reuniões de avaliação da estratégia são realizadas quadrimestralmente, nos termos do disciplinamento estabelecido pelo CNJ por meio da Resolução nº 198/2014. Desse modo, após a finalização do último quadrimestre do ano 2020, será realizada nova Reunião de Avaliação da Estratégia para avaliação do cumprimento total do Planejamento Estratégico referente ao ciclo 2016-2021. Na oportunidade, os gestores responsáveis por metas estratégicas apresentarão o desempenho final e será discutido os novos macrodesafios e os indicadores do próximo ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2026, cuja proposta já se encontra em estudo e elaboração.

Elaboração do novo ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2026

De acordo com a Resolução nº 325/2021 do Conselho Nacional de Justiça, até o dia 30 de junho de 2020, os Tribunais deverão elaborar o Planejamento Estratégico para o período 2021-2026. Dessa forma, foi elaborado o plano do projeto para a construção do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026 alinhado aos normativos

e aos macrodesafios do Poder Judiciário, estes já preestabelecidos pelo CNJ ao longo do ciclo em vigor. Em cumprimento a etapa descrita no cronograma do plano do projeto, a Divisão de Planejamento, em parceria com a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos elaborou questionário a ser aplicado cujo objetivo é realizar consulta pública destinada aos advogados, promotores, procuradores e aos cidadãos em geral, para avaliação do Poder Judiciário Estadual.

O resultado da consulta pública servirá de insumo para elaboração de diagnóstico institucional, que por sua vez, será a base para a construção dos novos Objetivos e Metas Estratégicas do Poder Judiciário maranhense.

Apoio na revisão do Plano de Logística Sustentável – PLS

A Divisão de Planejamento prestou apoio técnico ao Núcleo Socioambiental para a revisão do Plano de Logística Sustentável – PLS no que cerne ao desenvolvimento e aplicação da metodologia, com realização de reuniões com todos os setores participantes do Comitê Executivo do PLS, com análise das metas, indicadores e Planos de Ação apresentados para certificação do seu alinhamento com a metodologia proposta e com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual vigente.

Reuniões de Monitoramento – Prêmio CNJ de Qualidade

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ expediu, em 08 de junho do corrente ano, a Portaria nº 88/2020, que regulamenta a concessão do Prêmio CNJ de Qualidade para o ano de 2020.

Diante disso, a AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, estabeleceu metodologia de identificação dos setores responsáveis pelo cumprimento dos critérios para concessão do Prêmio CNJ de Qualidade por meio da elaboração de planilhas individualizadas por setor responsável contendo todas as informações relativas ao cumprimento dos

critérios, tais como: o período de referência, formas de comprovação, identificação de intervenientes e responsabilidades compartilhadas, as quais foram disponibilizadas por e-mail e apresentadas aos respectivos setores em reuniões realizadas entre os dias 07 a 17 de julho de 2020, em sua maioria por meio de videoconferência, devido às restrições ocasionadas pela pandemia da Covid-19.

Cabe ressaltar, que a Divisão de Planejamento atuou na elaboração dos relatórios referente ao “Eixo Governança”, seguindo padrão estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em conjunto com as Coordenadorias e Comissões responsáveis pelos critérios estabelecidos naquele eixo, realizando o seu correto envio por meio do preenchimento do formulário de envio de documentos comprobatórios disponibilizado pelo CNJ.

Metas da Gestão para o Biênio 2020-2021

A AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, está realizando o acompanhamento dos projetos que impactam diretamente no cumprimento das metas estabelecidas para o biênio 2020-2021. As reuniões iniciais tiveram o objetivo de apresentar e reforçar a responsabilidade de cada Diretoria no desenvolvimento de programas, projetos e iniciativas que viabilizem o cumprimento das metas de gestão da Presidência para o biênio 2020-2021.

Na oportunidade, foi apresentada ferramenta de gestão para inserção de todas as informações para o acompanhamento mais efetivo dos resultados e dotar a Presidência do Tribunal de Justiça com informações centralizadas e consistentes sobre o cumprimento das metas.

Monitoramento da Meta Nacional nº 9 do CNJ

A AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, ficou responsável pela elaboração e apresentação do plano de ação e elaboração do painel estatístico referente à Meta 9 do CNJ que tem como alvo da agenda 2030 às ações prioritárias do judiciário,

conforme parâmetros estabelecidos no Glossário de Metas do ano de 2020.

Para cumprimento da Meta, a Divisão de Planejamento elaborou o plano de ação, em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC, a partir da escolha do ODS 16, que visa promover “*sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis*”, bem como estabeleceu os parâmetros para a construção do painel estatístico, que busca apresentar informações referentes aos processos de indenização por danos morais, pela Diretoria de Informática e Automação, que está disponível no link: <https://termojuris.tjma.jus.br/indemnity-moral-damage>.

Cabe ressaltar, que a Divisão de Planejamento participou de reuniões quinzenais promovidas pelo CNJ e conduzida pela Conselheira Gestora da Meta 9, junto ao CNJ, Maria Tereza Uille Gomes, onde foram disponibilizadas orientações e a metodologia para elaboração do plano de ação e do painel estatístico.

O Plano de Ação do Tribunal de Justiça do Maranhão foi apresentado pelo Juiz Coordenador da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, Cristiano Simas de Sousa, e pelo Juiz Coordenador do NUPEMEC, Alexandre Lopes de Abreu, na 7ª reunião da Meta 9 promovida pelo CNJ e conduzida pela Conselheira mencionada, via videoconferência.

Instituído o plano de ação e iniciada a fase de execução, a Divisão de Planejamento vem realizando o monitoramento sistemático do cumprimento das ações definidas, por meio de reuniões com o NUPEMEC e demais responsáveis.

Comitê da Inovação

A AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, participou do desenvolvimento da Resolução do TJMA nº 312020, que criou o Comitê da Inovação para elaboração e implementação do Programa de

Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Atualmente, presta apoio técnico às atividades desenvolvidas pelo Comitê, com destaque para o acompanhamento do processo de contratação da consultoria para estruturação do programa de inovação do Poder Judiciário maranhense. Cabe destacar, que a Divisão de Planejamento é a unidade administrativa responsável pela fiscalização do referido contrato e vem realizando acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas pela Consultoria.

Laboratório de Inovação

A Divisão de Planejamento presta apoio técnico direto ao Comitê de Inovação para implantação do projeto do Laboratório de Inovação do Poder Judiciário do Maranhão.

O Laboratório de Inovação é um espaço para fomento da cultura da inovação e ideação de novos projetos, com colaboração e coparticipação dos indivíduos envolvidos no processo, visando proporcionar melhorias incrementais ou disruptivas, por meio da criação de soluções inovadoras que impactem nos processos de trabalho, processos tecnológicos, serviços e governança, resultando na eficiência e qualidade dos serviços prestados no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Para o desenvolvimento do projeto, a Divisão de Planejamento elaborou o plano do projeto de implantação do laboratório de inovação do Poder Judiciário e vem atuando no cumprimento de várias atividades, tais como: a realização de benchmarking e visitas técnicas aos laboratórios implantados para identificar as melhores práticas; solicitação junto à Diretoria de Engenharia para elaboração do projeto básico de arquitetura com realização de reuniões para repasse das informações necessárias para elaboração do projeto até a sua aprovação pelo Comitê; promoção de reuniões entre a Diretoria de Engenharia, Diretoria Administrativa e Coordenadoria de Material e Patrimônio para identificação dos contratos existentes com a finalidade de tornar

mais célere a aquisição dos itens necessários para o funcionamento do laboratório; solicitação, junto à Assessoria de Comunicação, para elaboração de Plano de Comunicação visando promover o fomento do conhecimento e interesse do público interno e externo acerca da temática da inovação, assim como o desenvolvimento da identidade visual do laboratório; acompanhamento de todo o processo de execução dos treinamentos para formação de laboratoristas que atuarão como facilitadores do laboratório. Por fim, cabe destacar que a Divisão de Planejamento vem realizando o acompanhamento do cumprimento de todas as etapas definidas no projeto até a sua implantação.

Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho

Trata-se de atividade desenvolvida relacionada ao Objetivo Estratégico nº 15 “*Garantir a agilidade dos trâmites processuais administrativos e judiciais e padronização das rotinas*”, que consiste na análise dos processos das unidades administrativas, na identificação das oportunidades de melhoria e na definição de um fluxo racional, eliminando possíveis retrabalhos e erros.

Para tanto, são realizadas reuniões com as áreas envolvidas no processo e nas atividades a serem redesenhadas. Na oportunidade, elaborase o mapeamento do fluxo do processo atual e identifica-se as oportunidades de melhoria, para posterior redesenho do fluxo.

Durante o período relativo ao presente relatório foram mapeados e redesenhados os seguintes fluxos processuais: processo de elaboração do Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual, processo de concessão de adiantamento de cartão corporativo, processo de concessão de adicional noturno, processo de concessão de adicional de insalubridade e periculosidade, processo de teletrabalho, processo de elaboração de atos normativos, processo de prestação de contas pelos interinos/interventores das serventias extrajudiciais.

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS.

Gratificação por Produtividade Judiciária

Durante o período de referência, a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos realizou a mensuração das parciais da Gratificação por Produtividade Judiciária – GPJ 2020, disponibilizada no sítio do Tribunal de Justiça.

A mensuração da 3ª (terceira) parcial, referente ao 3º (terceiro) trimestre de 2020, iniciou-se a partir do dia 01 de outubro com a extração dos dados das 97 (noventa e sete) metas pertencentes à produtividade das unidades administrativas e 31 (trinta e uma) metas pertencentes às 349 (trezentas e quarenta e nove) unidades judiciais. Os dados são coletados de acordo com as regras descritas nos Anexos II e III que regulamentam a gratificação e foram divulgados no dia 10 de novembro de 2020, conforme regulamento.

Ainda no contexto da gratificação, a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos produziu documentos de informações técnicas no sentido de subsidiar processos analisados pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM alusivos tanto ao resultado parcial quanto à solicitação de participação de novas unidades na GPJ de 2021.

Participou também da reunião da Comissão de Avaliação e Apuração da Produtividade – CAAP realizada no dia 3 de novembro que deliberou acerca de ajustes nos critérios de apuração de 6 (seis) unidades, entre judiciais e administrativas, nas metas de 2020 e decidiu também pela inclusão de 3 (três) novas unidades na GPJ 2021, a saber, Diretoria do Fórum de Ribamar, Diretoria do Fórum de Timon e Coordenadoria da Infância e Juventude.

Justiça em Números – CNJ

O Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário esteve disponível entre os dias 10 de julho e 31 de

agosto de 2020 para preenchimento de informações relativas ao 1º semestre de 2020. Nesta etapa os relatórios abrangeram três grupos de informações relacionadas ao desempenho dos Tribunais, quais sejam: Litigiosidade (quantidade de processos, acesso à justiça, processos reativados e tempo do processo); Resolução do CNJ nº 254/2018 que trata de Violência Doméstica e Resolução do CNJ nº 219/2016 que trata da Priorização do 1º Grau.

Para informação das variáveis citadas acima, a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos solicitou os dados cabíveis à Diretoria de Informática e Automação, Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e Diretoria de Recursos Humanos respectivamente através de documentos administrativos via Sistema *Digidoc*.

Módulo de Produtividade Mensal – CNJ

Compreende as variáveis da Resolução do CNJ nº 76/2009 (Justiça em Números) que são repassados mensalmente ao CNJ com dados das serventias e magistrados. Ressalta-se que esta Divisão informou os dados do 2º grau de jurisdição até o mês de novembro de 2020. O mês de dezembro deverá ser informado até o dia 10 de janeiro conforme prazo estabelecido pelo Conselho.

Produtividade Semanal do Poder Judiciário – CNJ

Estabelecida pela Resolução do CNJ nº 313/2020, a Produtividade Semanal do Poder Judiciário detalha a produção do Poder Judiciário no que diz respeito a julgamentos, decisões, despachos e atos elaborados por servidores da área judicial em regime de teletrabalho, assim como, os valores liberados para combate à pandemia Covid-19. A informação é prestada ao CNJ semanalmente.

Mapa Estatístico

O Mapa Estatístico abrange informações alusivas a produtividade do 2º grau contendo dados dos

sistemas *ThemisSG e Pje*. É produzido mensalmente e encaminhado por e-mail aos Gabinetes dos Desembargadores para fins de acompanhamento.

Consulta Pública

A Divisão realizou a análise dos dados resultantes da consulta pública ocorrida no mês de maio que visou coletar opiniões e sugestões de magistrados, servidores e sociedade em geral sobre o plano de retorno gradual das atividades. A interpretação do resultado foi utilizada como auxílio na elaboração dos protocolos, normas e procedimentos adotados pelo Poder Judiciário no retorno das atividades presenciais partir do mês de julho.

• 2021

Elaboração de documentos no sistema DIGIDOC de assuntos relacionados ao setor.

No período do presente relatório foram expedidos 60 (sessenta) despachos, 6 (seis) pareceres, 23 (vinte e três) decisões, 09 (nove) ofícios e 36 (trinta e seis) memorandos.

Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de alta complexidade, grande impacto e repercussão, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Desde o dia 03 de abril do ano de 2020 estão sendo encaminhados ao Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de alta complexidade, grande impacto e repercussão, do Conselho Nacional de Justiça, os atos normativos expedidos em razão da pandemia da Covid-19 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Reunião com o Comitê Gestor Regional/ Comitê Orçamentário de 1º Grau

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM, por meio do Juiz Coordenador, Dr. Angelo Santos, convidou os membros do Comitê

Gestor Regional/ Comitê Orçamentário de 1º Grau, instituído por meio da Resolução nº 43/2014, para a participação de reunião que foi realizada no dia 22/03/2021, por videoconferência, cujo objetivo foi a deliberação sobre assuntos relativos à adequação da força de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Participaram da reunião todos os membros do Comitê instituído pela Portaria nº 1075/2021 e a Diretora de Recursos Humanos e sua equipe técnica.

Realização de Reunião com a Comissão de Apuração e Avaliação da Produtividade – CAAP para homologar o resultado da GPJ/2020.

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM promoveu a reunião, no dia 05/03/2021, com a Comissão de Apuração e Avaliação da Produtividade – CAAP, instituída pela Resolução nº 10/2019, para homologar o resultado da GPJ/2020, com a apresentação do desempenho das unidades no 1º e 2º graus nas áreas judiciais e administrativas.

Apreciação dos Recursos Interpostos contra o Resultado da GPJ/2020

Após a divulgação do resultado da GPJ/2020 foi aberto o prazo para as unidades interporem recurso com prazo até o dia 12/03/2021. Todos os recursos interpostos até a referida data foram apreciados pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM, totalizando 21 recursos e 06 justificativas de suspensão, sendo 16 recursos deferidos, 15 recursos indeferidos e 06 justificativas deferidas.

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

Apoio na disponibilização da Contribuição Individual para a GPJ relativa à Gratificação Por Produtividade Judiciária – GPJ para o ano de 2020.

A CIG trata-se de um formulário para preenchimento eletrônico pelo gestor da unidade, juiz ou secretário, quando judicial, chefe, coordenador ou diretor, quando administrativa, que deverá ser preenchido semestralmente, para avaliação dos servidores para fins de recebimento da GPJ 2020.

A Divisão de Planejamento solicitou que a Diretoria de Informática e Automação providenciasse a disponibilização do sistema CIG para preenchimento, pelos gestores de unidade, no dia 22 de março de 2021, bem como atuou junto à Assessoria de Comunicação da Presidência para a divulgação da notícia no Portal do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O sistema CIG ficará disponível até o dia 21 de maio de 2021, sendo a Divisão de Planejamento o setor responsável pelo saneamento de dúvidas dos servidores e gestores e o encaminhamento de possíveis problemas técnicos à Diretoria de Informática e Automação e Diretoria de Recursos Humanos.

Realização da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE.

Com o Planejamento Estratégico institucionalizado para o ciclo 2016 a 2020, por meio da Resolução do TJMA nº 45/2015, de 30 de dezembro de 2015 foi iniciada no ano de 2016 a sua execução pelas áreas responsáveis, restando necessário o monitoramento sistemático das ações, projetos e

iniciativas, assim como do nível de cumprimento das metas estratégicas estabelecidas por meio da realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE's.

Assim, com o encerramento do ciclo em 31 de dezembro de 2020, em cumprimento ao cronograma de acompanhamento da estratégia no ano de 2021 a Divisão de Planejamento realizou a I Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE do ano de 2021, no período de 18 a 22 de fevereiro. A edição foi realizada por videoconferência, em virtude das restrições ocasionadas pela pandemia da Covid-19, com a participação do Juiz Coordenador de Gestão Estratégica e Modernização e da equipe da Divisão de Planejamento, que acompanharam as apresentações dos gestores responsáveis por metas estratégicas, os quais prestaram informações sobre o cumprimento integral das metas estratégicas ou apresentação de justificativa, no caso de não cumprimento integral da meta.

Após a realização das reuniões com todos os setores responsáveis por metas estratégicas, a Divisão de Planejamento elaborou a ata da reunião da I RAE de 2021, contendo o consolidado das apresentações realizadas pelos gestores, bem como realizou, em conjunto com a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos, estudo sobre o grau de cumprimento total do Planejamento Estratégico referente ao ciclo 2016-2020 pelo Poder Judiciário do Maranhão.

Construção do novo ciclo de Planejamento Estratégico para o período 2021-2026.

De acordo com a Resolução nº 325/2021 do Conselho Nacional de Justiça, até o dia 30 de junho de 2020, os Tribunais deverão elaborar o Planejamento Estratégico para o período 2021-2026. Dessa forma, foi elaborado o plano do projeto para a construção do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026 alinhado aos normativos e aos macrodesafios do Poder Judiciário, estes já preestabelecidos pelo CNJ ao longo do ciclo em vigor. A Divisão de Planejamento é responsável pela conclusão das etapas contidas no cronograma, sendo que no 1º trimestre do ano de 2021 foram cumpridas as que seguem:

Consulta Pública com o Público Externo

Em cumprimento a etapa relativa à realização de Consulta Pública com o público externo estabelecida no cronograma do plano do projeto de construção do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026, a Divisão de Planejamento, em parceria com a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos elaborou questionário, cujo objetivo foi realizar consulta pública destinada aos advogados, promotores, procuradores e aos cidadãos em geral, para avaliação do Poder Judiciário Estadual no que se refere a várias áreas de atuação e disponibilização de serviços.

O questionário ficou disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão no período de 15/12/2020 a 31/01/2021, obtendo 101 (cento e uma) respostas, que foram analisadas pela Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos e gerou relatório estatístico que servirá de insumo para elaboração de diagnóstico institucional, que por sua vez, será a base para a construção dos novos Objetivos e Metas Estratégicas do Poder Judiciário maranhense.

Realização do Webinar: Kick off da construção participativa do Planejamento

Estratégico do Poder Judiciário – Estratégia Nacional 2021-2026.

A realização do Webinar: Kick off da construção participativa do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário – Estratégia Nacional 2021-2026, realizado no dia 04 de março de 2021, foi a mais uma etapa cumprida do projeto de elaboração do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026, cujo objetivo foi a realização de um evento 100% on-line, transmitido pelo canal do Tribunal de Justiça do Maranhão na plataforma youtube, visando divulgar e incentivar a participação de todos os servidores, magistrados e público em geral na construção das diretrizes da Estratégia Nacional 2021-2026, nos termos da Resolução CNJ nº 325/2020, bem como apresentar os resultados alcançados pelo Poder Judiciário após o encerramento do ciclo 2016-2020 do Poder Judiciário do Estado Maranhão e as iniciativas promovidas para a construção do novo Planejamento Estratégico para o período de 2021-2026.

O evento teve na sua programação a realização das palestras: “Estratégia Nacional do Poder Judiciário, ministrada pelo Juiz do Poder Judiciário do Mato Grosso, Dr. Jeverson Quinteiro e da palestra “Planejamento Estratégico no Poder Judiciário do Maranhão”, ministrada pela Analista Judiciária, Káty Maria Nogueira Morais.

Pesquisa com o Público Interno

A Divisão de Planejamento em conjunto com a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos elaborou formulário destinado à realização de pesquisa voltada ao público interno (magistrados e servidores) para avaliação do Poder Judiciário do Maranhão no que se refere a várias áreas de atuação e aspectos de interesse de magistrados e servidores.

O questionário ficou disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão no período de 15/03/2021 a 15/04/2021, obtendo 122 (cento e vinte dois) respostas, cujo os dados foram

encaminhados à Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos para posterior elaboração de relatório estatístico que servirá de insumo para elaboração de diagnóstico institucional, que por sua vez, será a base para a construção dos novos Objetivos e Metas Estratégicas do Poder Judiciário maranhense.

Pesquisa sobre a Revisão das Diretrizes Estratégicas

A Divisão de Planejamento elaborou formulário destinado à realização de pesquisa voltada ao público interno (magistrados e servidores) para análise desse público no que se refere às diretrizes estratégicas do Poder Judiciário do Maranhão, podendo avaliar sobre sua manutenção ou atualização, com a possibilidade de apresentar sugestões e críticas.

O questionário ficou disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão no período de 15/03/2021 a 15/04/2021, obtendo 40 (quarenta) respostas cujo os dados foram encaminhados à Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos para posterior elaboração de relatório que será utilizado na Revisão das Diretrizes Estratégicas do Poder Judiciário do Maranhão para o ciclo 2021-2026.

Monitoramento do cumprimento dos critérios relativos ao Prêmio CNJ de Qualidade.

O Prêmio CNJ de Qualidade é um projeto do Conselho Nacional de Justiça – CNJ regulamentado por portaria específica expedida anualmente que regulamenta a concessão do Prêmio CNJ de Qualidade para o ano vigente.

Diante disso, a AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, estabeleceu metodologia para monitoramento do cumprimento dos critérios relativos ao Prêmio CNJ de Qualidade pelos setores responsáveis, a qual consiste na elaboração de planilhas individualizadas por setor responsável contendo todas as informações relativas ao

cumprimento dos critérios, tais como: o período de referência, formas de comprovação, identificação de intervenientes e responsabilidades compartilhadas; realização de reuniões de monitoramento com todos os setores com a definição de ações que viabilizem o cumprimento integral de cada item, cujo monitoramento é realizado formalmente por meio da abertura de processo administrativo específico no sistema Digidoc; e elaboração de relatórios à Presidência do Tribunal de Justiça informando sobre as atividades desenvolvidas e as dificuldades que necessitam de intervenção da Alta Administração.

Durante o 1º trimestre de 2021 foram realizadas 12 (doze) reuniões, que geraram 11 (onze) atas de reuniões, 50 (cinquenta) ações a serem cumpridas pelos setores e 11 (onze) processos administrativos abertos.

Monitoramento da Meta Nacional nº 9 do CNJ.

A AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, é responsável pelo monitoramento do cumprimento da Meta Nacional nº 9 “Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030” pelo Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

De acordo com o Glossário de Metas Nacionais do ano de 2021, para cumprimento da Meta Nacional nº 9, os tribunais devem escolher um dos ODS, identificar na Tabela Processual Unificada - TPU os três assuntos mais demandados vinculados ao ODS escolhido, escolher um desses assuntos, elaborar Plano de Ação contendo ações voltadas para prevenção ou desjudicialização de litígios relativos ao assunto escolhido e executar o Plano de Ação até 31 de dezembro de 2021.

O ODS escolhido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão foi o ODS nº 5 “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” e o assunto foi 10949 - DIREITO PENAL | Violência Doméstica Contra a Mulher.

Comitê da Inovação.

A AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, participou do desenvolvimento da Resolução do TJMA nº 312020, que criou o Comitê da Inovação para elaboração e implementação do Programa de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Atualmente, presta apoio técnico às atividades desenvolvidas pelo Comitê no que se refere a participação de reuniões, apoio técnico da realização de projetos e iniciativas.

Laboratório de Inovação.

A Divisão de Planejamento presta apoio técnico direto ao Comitê de Inovação para implantação do projeto do Laboratório de Inovação do Poder Judiciário do Maranhão, bem como na elaboração de instrumentos que viabilizem a sua operacionalização e elaboração de projetos e iniciativas.

O Laboratório de Inovação é um espaço para fomento da cultura da inovação e ideação de novos projetos, com colaboração e coparticipação dos indivíduos envolvidos no processo, visando proporcionar melhorias incrementais ou disruptivas, por meio da criação de soluções inovadoras que impactem nos processos de trabalho, processos tecnológicos, serviços e governança, resultando na eficiência e qualidade dos serviços prestados no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Por fim, cabe destacar que a Divisão de Planejamento vem realizando o acompanhamento do cumprimento de todas as etapas definidas no projeto até a sua implantação.

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS

Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ)

A Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos apurou e publicou o resultado final da Gratificação por Produtividade Judiciária referente

ao ano de 2020, divulgando os resultados das 97 metas referentes à produtividade das unidades administrativas e 31 metas pertencentes às 349 unidades judiciais participantes da Gratificação.

Foram produzidas ainda 41 informações técnicas, através do sistema Digidoc, para subsidiar a elaboração de pareceres técnicos da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização (AGEM) acerca dos recursos administrativos impetrados pelas unidades inicialmente consideradas como inaptas à percepção da GPJ de 2020

Por fim, a Divisão revisou a parametrização dos critérios de aferição das metas judiciais e administrativas para o ano de 2021, em alinhamento às Metas Nacionais do CNJ, encaminhando-as em seguida para a Coordenadoria de Sistemas de Informação para disponibilização dos relatórios de acompanhamento no sistema Jurisconsult.

Justiça em Números - CNJ

O Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário foi disponibilizado entre os períodos de 10 de janeiro e 28 de fevereiro para preenchimento e 17 de março a 15 de abril para retificação das informações relativas ao ano-base de 2020.

O relatório abrange três grandes grupos de informações relacionadas ao desempenho dos Tribunais, quais sejam: Insumos, dotações e graus de utilização de recursos financeiros, humanos e físicos; Informações sobre Litigiosidade (quantidade de processos, acesso à justiça, processos reativados e tempo do processo); e Estrutura do Tribunal.

Dados sobre Insumos, isto é, recursos financeiros, humanos e físicos foram solicitados às Diretorias Financeiras, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria de Engenharia, Diretoria de Informática e Automação, Diretoria Administrativa e Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, por meio de documentos administrativos via sistema Digidoc para as Diretorias e Coordenadorias citadas e suas divisões.

Ainda sobre Insumos, devem ser informados

ao CNJ dados acerca das receitas transferidas aos cofres públicos em decorrência da atividade de execução fiscal, assim como a quantidade de magistrados e servidores inativos oriundos do quadro de pessoal do Tribunal. Tais informações são de competência do Governo do Estado, motivo pelo qual foram solicitadas através de documentos administrativos enviados a órgãos externos, a saber: Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão, Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, Secretaria Municipal da Fazenda e Tribunal de Contas do Estado quanto às receitas oriundas de execução fiscal; e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão quanto ao número de magistrados e servidores inativos e instituidores de pensão.

Módulo de Produtividade Mensal

Compreende as variáveis da Resolução nº 76/2009 (Justiça em Números) que são repassados mensalmente com dados das serventias e magistrados.

Ressalta-se que a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos é responsável por informar os dados do 2º Grau, realizando até o momento as informações relativas ao período de janeiro a março de 2021.

Metas Nacionais do CNJ

O Glossário de Metas Nacionais de 2021 foi disponibilizado pelo CNJ no final do mês de fevereiro e encaminhado à Informática para levantamento dos dados. Foram realizados os primeiros testes, identificadas as inconsistências e repassadas os ajustes à Coordenadoria de Sistemas de Informação.

Produtividade Semanal do Poder Judiciário

Produtividade informada semanalmente ao CNJ referente ao Regime de Teletrabalho em razão do COVID-19 envolvendo Julgamentos, Decisões, Despachos, Atos dos servidores da área judicial, assim como valores liberados pelo Judiciário para combate à pandemia do novo Coronavírus.

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

A Coordenadoria tem como atribuição atender e assessorar o Poder Judiciário na área da Infância e Juventude, elaborando sugestões para o seu aprimoramento, colaborando para a formação inicial, continuada e especializada e dando suporte aos magistrados, aos servidores e as equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional, promovendo a articulação interna e externa com outros órgãos governamentais e não-governamentais, difundir, expandir e implantar a Justiça Restaurativa, por meio de atividades de mapeamento, articulação, aplicação e sistematização de práticas restaurativas, e exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude, atualmente SNA.

Decorrente das suas atribuições, o papel a CIJ é a proposição de projetos estratégicos alinhados às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com atenção à valorização da primeira infância, atuação junto às questões de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e familiar, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, inclusive com a adoção de metodologias acolhedoras e não revitimizantes, apoio e disseminação de práticas restaurativas e cultura de paz, além da produção de relatórios técnicos, com organização, sistematização e gestão dos dados relativos à área.

A Coordenadoria da Infância e da Juventude – CIJ, no ano de 2020, elegeu como proposta de ação a observância ao princípio da prioridade absoluta do direito à convivência familiar e comunitária, por meio das ações de institucionalização do Programa de Apadrinhamento, a articulação para o I Encontro Psicossocial e Jurídico para Pretendentes à Adoção online, junto à Vara de Timon e Esmam, Curso para magistrados e servidores sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, realização de reuniões de acompanhamento da metodologia do Depoimento Especial, além de implantar o Núcleo de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder

Judiciário maranhense.

Além dos projetos, realiza-se também reuniões em âmbito interinstitucionais, com participação, em âmbito nacional, nas reuniões do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude e das equipes multiprofissionais das Coordenadorias da Infância e Juventude dos Tribunais, em âmbito local, com participação em reuniões para tratativas de ações transversais que culminem em ações efetivas visando o princípio do melhor interesse da criança.

PROJETOS

Depoimento especial

O Depoimento Especial é uma metodologia de escuta de depoimentos que minimiza a revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, evitando que ao relatarem diversas vezes, revivam o ato sofrido.

A metodologia propõe a criação de uma sala para entrevistas ligada por vídeo e áudio à sala de audiências, com depoimento gravado, para que a criança ou adolescente não precise repetir os fatos pelos órgãos de proteção por onde passar.

Em uma sala, com ambiente apropriado e acolhedor, a criança narra sua história ao profissional capacitado para a essa modalidade de escuta, e na sala de audiência, os demais participantes, podem interagir no decorrer desta, formulando perguntas durante a audiência, assim, a criança não precisa encarar o agressor, evitando constrangimento e bloqueio ao relatar os fatos.

Instalação de salas de depoimento especial

O Tribunal de Justiça do Maranhão por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ, instalou 05 (cinco) Salas Depoimento Especial em 2020, totalizando 51 (cinquenta e uma) no Estado do Maranhão, e os investimentos continuam, para que todas as Comarcas recebam a estrutura

adequada para realizar oitivas nessa modalidade.

AS SALAS DE DEPOIMENTO ESPECIAL INSTALADAS NESSE ANO FORAM

Comarca de Imperatriz – Vara da Infância e
Juventude (06/03/2020)

Comarca de Grajaú (07/08/2020)

Comarca de Vitória do Mearim
(16/11/2020)

Comarca de Açailândia (20/11/2020)

Comarca de Humberto de Campos
(27/11/2020)

Capacitação para escuta na metodologia do Depoimento Especial

Além da instalação de salas, a CIJ buscou capacitar os profissionais envolvidos na metodologia, e em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão – ESMAM articulou a promoção de cursos de Entrevista Forense Aplicada ao Depoimento Especial para magistrados e servidores, com 1 (uma) turma para magistrados: Turma I – 12 de agosto a 13 de setembro de 2020 e 03 (três) para servidores: Turma I – 18 de março a 06 de abril de 2020, Turma II – 23 de outubro a 17 de novembro de 2020 e Turma III – 23 de novembro a 14 de dezembro de 2020.

Material Informativo sobre o Depoimento Especial

Lançada a 3ª edição da cartilha de Depoimento Especial, em observância às orientações da Resolução CNJ nº 299, que dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431/17.

A Resolução determina, em seu artigo 5º, que os tribunais envidem todos os esforços para elaborar material informativo específico voltado a crianças e adolescentes sobre sua participação processual, particularmente sobre o Depoimento Especial, contendo canais de denúncia.

A Cartilha é um recurso que facilita a compreensão

de crianças e adolescentes quanto ao desenrolar do procedimento relacionado ao Depoimento Especial, com informações sobre os direitos garantidos, a dinâmica e os fluxos da investigação, os participantes do processo de entrevista, a descrição do local de entrevista e o seguimento do caso no sistema de justiça.

Acompanhamento do Funcionamento da Metodologia do Depoimento Especial

Considerando a necessidade de acompanhar o funcionamento das salas de Depoimento Especial e identificar as dificuldades que os magistrados enfrentam para aplicação da metodologia e em cumprimento a Lei nº 13.431/2017 e a Resolução nº 299/2019 – CNJ, no período de 07/07 a 14/08/2020 a Coordenadoria da Infância e Juventude realizou um levantamento junto à Comarcas que possuem Sala de Depoimento Especial instalada.

Inicialmente, através de contato telefônico as Comarcas/Varas foram ouvidas e responderam ao instrumental constando questões referentes ao funcionamento e utilização das salas.

A etapa seguinte do levantamento foi a reunião com o Presidente da Coordenadoria, Desembargador José de Ribamar Castro, com magistrados que atuam em Varas que possuem Salas de Depoimento Especial, a fim de dialogar sobre as questões atinentes ao uso da metodologia e ocorreram nos dias 23 de julho de 2020, 30 de julho de 2020, 06 de agosto de 2020 e 20 de agosto de 2020.

Durante as discussões os juízes relataram a utilização do Depoimento Especial, e apontaram os aspectos positivos e os pontos de fragilidade, para que a Coordenadoria da Infância e da Juventude possa dar o suporte necessário ao aprimoramento da metodologia, tornando a operacionalização mais efetiva, para oferecer mais segurança a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Do levantamento realizado concluiu-se que 31 (trinta e um) salas de Depoimento Especial estão em funcionamento e sendo devidamente

utilizadas, e as demais precisam de intervenção da Diretoria de Informática e Engenharia para reparos de equipamentos e reestruturação de espaços.

Projeto de apoio à realização de cursos preparatórios para pretendentes à adoção na modalidade online

A Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, instituiu, por meio da Portaria CIJ nº 01/2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 14 de setembro de 2019, o Projeto de Apoio à Realização de Cursos Preparatórios para Pretendentes à Adoção na modalidade online no Poder Judiciário do Maranhão, a fim de articular em âmbito interinstitucional ações que viabilizem a operacionalização dos cursos, conforme planejamento apresentado pelas varas com competência na área da Infância e Juventude interessadas.

O projeto conta com a parceria com a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) e as varas judiciais com competência em infância e juventude, que manifestarem desejo em participar, sendo priorizados os recursos e ferramentas virtuais para a realização dos projetos nas comarcas.

A ideia do projeto surgiu a partir da iniciativa pioneira da Comarca de Timon, que com o apoio da Coordenadoria da Infância e Juventude, promoveu durante o mês de outubro de 2020, o I Encontro Preparatório Psicossocial e Jurídico Online para Pretendentes à Adoção, possibilitando estender o curso, às demais comarcas do Estado do Maranhão.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Resolução nº 55/2020 criou o Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa, que visa cumprir a Política Nacional de Justiça Restaurativa, a fim de firmar o compromisso de promover o acesso a soluções efetivas de conflitos por meio de uma ordem jurídica justa e que compreenda o uso de meios consensuais voluntários e mais adequados a alcançar

a pacificação da disputa, conforme estabelece a Resolução CNJ nº 225/2016 que tem por objetivo a consolidação da identidade e da qualidade da Justiça Restaurativa.

Criação do Núcleo de Justiça Restaurativa no TJMA

O Núcleo de Justiça Restaurativa, vinculado à Coordenadoria da Infância e Juventude, foi criado por meio da Resolução nº 55/2020-TJMA, de 17 de julho de 2020, em observância às Resoluções CNJ nº 225/2016 e 300/2019, com objetivo de planejamento de difusão, expansão e implantação da Justiça Restaurativa, por meio de atividades de mapeamento, articulação, aplicação e sistematização de práticas restaurativas.

A composição do Núcleo é formada pelo juiz coordenador Jorge Antônio Sales Leite (titular da Vara da Família da Comarca de Bacabal), pelos juízes José dos Santos Costa (titular da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís), Simeão Pereira e Silva (titular da Vara da Infância e da Juventude de Timon), Joseane Araújo Farias Braga (titular da 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire) e pelas servidoras Ana Letícia Barbosa Lima (Analista Judiciária – Psicóloga) e Samira dos Santos de Jesus (Comissária da Infância e Juventude).

Conforme a Resolução nº 225/2016-CNJ, as práticas restaurativas terão como foco a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade da reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo conflito e as suas implicações para o futuro.

Ações desenvolvidas pelo Núcleo de Justiça Restaurativa

2.3.2.1 Estruturação do Núcleo

O Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa criou uma aba na página da Coordenadoria da Infância e

Juventude, sediada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão para inserção de informações relativas à Justiça Restaurativa, onde postou legislações, projetos desenvolvidos por outros tribunais, bem como informações sobre como entrar em contato com o Núcleo, o qual será alimentado de forma gradativa a respeito das ações que serão desenvolvidas em Justiça Restaurativa no âmbito do tribunal de justiça.

O setor iniciou trabalho na criação da logomarca do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa durante esse período, realizando 4 (quatro) reuniões, na modalidade de webconferência, com os designers indicados pela Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça.

A logomarca foi apresentada durante o Webinário “Panorama da Justiça Restaurativa no Judiciário Brasileiro.

O NEJUR iniciou o Planejamento de suas ações para 2021, que foram organizadas em cinco eixos: Estruturação, Mapeamento, Articulação, Aplicação e Sistematização que serão implantados nas Comarcas do Estado.

Participação em capacitação: Curso Fundamentos para Implementação da Justiça Restaurativa nos Tribunais

Membros e servidores do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa participaram do Curso Fundamentos para Implementação da Justiça Restaurativa nos Tribunais, pelo CNJ/Enfam no período de 08 de setembro a 19 de outubro. O objetivo do curso era de promover o desenvolvimento de competências para a implantação e expansão da Justiça Restaurativa, com a finalidade de inserir a magistratura em um movimento global, com novos paradigmas e abordagens transformadoras de resolução de conflitos. As aulas ocorreram de forma síncrona por meio da plataforma Zoom e assíncronas por meio da plataforma Moodle-Enfam.

Mapeamento de ações em Justiça

Restaurativa no Tribunal de Justiça

O Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (NEJUR/TJMA) promove pesquisa para todos os magistrados, a fim de mapear ações em desenvolvimento nas comarcas do Estado envolvendo Justiça Restaurativa, bem como identificar possíveis interesses na implementação de ações dessa natureza. O questionário foi lançado no dia 23 de novembro e ficará ativo até o dia 10 de dezembro.

A pesquisa – que está sendo divulgada também pelo sistema Digidoc e pelo e-mail institucional – subsidiará os trabalhos do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa, órgão gestor de práticas restaurativas no âmbito do Poder Judiciário maranhense, vinculado à Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA e criado por meio da Resolução nº 55/2020, obedecendo à Resolução nº 255/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

CAMPANHAS

Prioridade Absoluta: Nosso Fundamento

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), lançaram no mês de outubro de 2020, em alusão ao dia das crianças, comemorado dia 12, a campanha “Prioridade Absoluta: Nosso Fundamento”, em observância ao Princípio da Prioridade Absoluta, conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

O artigo estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A iniciativa da campanha teve como objetivo a conscientização e sensibilização da sociedade sobre a relevância máxima dos direitos

da criança e do adolescente. A campanha trabalhou a temática nas redes sociais oficiais do TJMA, publicando depoimentos de magistrados que atuam nessa seara, os quais, abordaram como o Poder Judiciário do Maranhão tem trabalhado para a garantia desses direitos, a exemplo do combate às principais ocorrências do Estado, que dizem respeito ao trabalho infantil e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Os juízes Clécia Pereira Monteiro - Juíza Titular da 2ª Vara de Família de Açailândia, Marcela Santana Lobo - Juíz Titular da 3ª Vara Criminal de Caxias, Bruno Barbosa Pinheiro - Juiz Titular da Vara Única de Bom Jardim, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva - Juiz Titular da Vara Única de Dom Pedro, Delvan Tavares Oliveira - Juiz Titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz e Douglas Lima da Guia - Juiz da Vara Única de Cururupu compartilharam conhecimentos e experiências sobre a aplicação do Direito da Criança e do Adolescente como prioridade absoluta.

CURSOS

Entrevista Forense aplicada ao Depoimento Especial para magistrados

Promovido pela Escola Superior de Magistratura (ESMAM) com apoio da Coordenadoria da Infância e Juventude, o curso, com duração de 40 horas, na modalidade de Educação a Distância (EAD) foi ministrado pela juíza Sara Fernanda Gama (TJMA) e o Analista Judiciário - Psicólogo Lucas Dannilo Aragão e teve por objetivo capacitar e qualificar magistrados com técnicas e práticas específicas para o depoimento especial – oitiva de crianças e adolescentes vítimas de violência ou testemunhas de violência doméstica ou crimes.

O curso realizado no período de 12 de agosto a 13 de setembro de 2020, abordou temas como, doutrina, princípios, peculiaridades, noções gerais, objetivos e finalidades do depoimento especial; além da convenção internacional e normas nacionais que regulam a temática da escuta protegida de

crianças e adolescentes. Também foi tratado o atendimento protetivo em rede, procedimento e produção antecipada de provas, protocolos, entrevista cognitiva e protocolo brasileiro de entrevista forense. Um total de 24 magistrados participaram da capacitação.

Entrevista Forense aplicada ao Depoimento Especial para servidores

Promovido pela Escola Superior de Magistratura (ESMAM) com apoio da Coordenadoria da Infância e Juventude, o curso, com duração de 20 horas, na modalidade de Educação a Distância (EAD) foi ministrado pelo Analista Judiciário - Psicólogo Lucas Dannilo Aragão e teve por objetivo capacitar e qualificar servidores para atuarem como facilitadores no depoimento especial - oitiva de crianças e adolescentes vítimas de violência ou testemunhas de violência doméstica ou crimes.

No ano de 2020 foram realizadas duas turmas, a primeira no período de 21 de outubro a 08 de novembro, com a participação de 35 (trinta e cinco) servidores e a segunda no período de 18 de novembro a 06 de dezembro, para 30 (trinta) servidores.

Encontro de Preparação Psicossocial e Jurídico Online para Pretendentes à Adoção

O curso, que aconteceu no período de 06 a 29 de outubro de 2020, foi promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Coordenadoria de Infância e Juventude (CIJ), em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) e teve por objetivo promover orientação e preparação às pessoas e/ou casais postulantes à adoção de crianças e adolescentes, que formalizaram perante a Vara da Infância e Juventude de Timon (MA) pedido de habilitação no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), de modo a cumprir o que determina o art. 50, caput, do ECA, fornecendo-lhes as informações

necessárias para uma decisão segura e para sua efetiva preparação para a superação das dificuldades inerentes ao processo de adoção, sejam elas de caráter burocrático/legal ou da adaptação social, psicológica e emocional. O conteúdo e as atividades do Encontro de Preparação Psicossocial e Jurídico para Pretendentes à Adoção foram coordenados pela equipe técnica multidisciplinar da Vara da Infância e Juventude da comarca de Timon e pela Coordenadoria da Infância e Juventude.

O curso contou com a participação de 70 (setenta) pessoas, entre pretendentes à adoção, comunidade em geral e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foi realizado na plataforma digital EAD-ESMAM, desenvolvido através de palestras temáticas e relatos de experiências, com carga horária de 16 horas/aulas, distribuídas em 8 dias, com duração de 2 horas para cada encontro, organizados para promover uma reflexão sobre o tema adoção, seus mitos e preconceitos e a quebra de antigos paradigmas para o surgimento de uma nova cultura de adoção na sociedade.

Fizeram a abertura do curso, o desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria de Infância e Juventude, e a juíza Katy Braun, Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso de Campo Grande – TJMS, que é referência no Estado do Mato Grosso do Sul e alcançou repercussão em âmbito nacional na referida área.

O SNA e suas funcionalidades

O curso sobre o Sistema Nacional de Adoção – SNA aconteceu nos dias 10 e 11 de novembro de 2020 e teve por objetivo promover a disseminação dos recursos e funcionalidades do SNA a magistrados e servidores de modo a cumprir o que determina o art. 50, caput, do ECA; permitindo que estes obtenham as informações necessárias para a utilização do sistema e a correta alimentação dos cadastros. O treinamento online foi realizado na plataforma de Educação a Distância da Escola Superior da Magistratura (ESMAM) por meio

de ação formativa em meio virtual.

Participou como tutora da capacitação a pesquisadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias e Subcoordenadora do GT de gestão dos Cadastros Nacionais, Isabely Fontana da Mota, que nas 06 horas/aulas de treinamento trabalhou temas como o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA); O sistema de proteção da infância e juventude; Dados do SNA na pandemia; Os alertas do SNA; Cadastro de crianças e pretendentes no SNA; Acolhimento e desacolhimento; Adoção e Reintegração Familiar no sistema; além da parte prática.

Participaram do curso 30 (trinta) servidores que atuam na alimentação dos cadastros, indicados pelos juízes de diversas varas com competência em infância e juventude e que tratam da matéria de adoção e acolhimento, como as comarcas de Loreto, Paço do Lumiar, Timbiras, Montes Altos, Pedreiras, São Luís, Bacuri, Arari, Buriticupu, Santa Luzia do Paruá, Açailândia, Governador Nunes Freire, Santa Quitéria, Santa Inês, Tutóia, São Luís e Olho D'Água das Cunhãs. Além de explorar as características da plataforma, os inscritos analisaram casos reais sobre o tema da adoção e compartilharam experiências e boas práticas que se tornaram possíveis, a partir da utilização de ferramentas e tecnologias adaptadas para a efetivação dos processos.

O presidente da CIJ-TJMA, desembargador José de Ribamar Castro, visitou a sala de treinamento virtual e destacou a importância do domínio dos recursos e funcionalidades do SNA para o cumprimento da obrigatoriedade de manutenção e atualização permanente de registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados, e outro de pessoas interessadas na adoção, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

EVENTOS PROMOVIDOS

Webnário 30 anos do ECA “O

Apadrinhamento e a Efetivação de Direitos de Crianças e Adolescentes em acolhimento”

As principais modificações ocorridas na legislação infante juvenil, após 30 anos da entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990), foram discutidas durante evento digital promovido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ-TJMA) e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), com transmissão ao vivo pelo canal ESMAM EAD no Youtube.

Entre os avanços e novos desafios a serem analisados, o evento destacou a importância do apadrinhamento como alternativa para garantia dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos. A iniciativa teve o apoio da Corregedoria Geral da Justiça e Associação dos Magistrados do Maranhão.

Participou como palestrante o juiz do TJRJ Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil e Juiz titular 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca do Rio de Janeiro. O magistrado foi premiado com o *Innovare*, pela implantação, na 4ª Vara da Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro, do Programa Apadrinhamento Afetivo, que incentiva a participação de pessoas comuns na vida emocional de crianças, principalmente as que já passaram da idade mais procurada para adoção.

A interlocução foi feita pelos juízes Nirvana Maria Mourão Barroso (3ª Vara de Balsas), Josane Farias Braga (2ª Vara de Vitorino Freire), Delvan Tavares Oliveira (Vara da Infância e Juventude de Imperatriz) e a comissária de justiça da Vara da Infância e Juventude de Timon, Juliana Sales e Mendes.

O evento foi aberto ao público, e reuniu magistrados, servidores do Poder Judiciário e de outros órgãos do sistema de justiça, estudantes, profissionais que atuam em áreas de atenção integral à infância e juventude, pais, mães e cuidadores

de crianças e adolescentes.

Webinário “Panorama da Justiça Restaurativa no Judiciário Brasileiro”

O Webinário aconteceu no dia 24 de novembro de 2020, foi promovido pelo Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa (NEJUR) e Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ-TJMA), com o apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

O evento, com transmissão ao vivo pelo canal ESMAM EAD no Youtube, foi aberto pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; o vice-diretor da ESMAM, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos; e o presidente da CIJ, desembargador José de Ribamar Castro, O juiz Marcelo Salmaso, membro do Comitê Gestor Nacional da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os juízes membros no Núcleo, Jorge Antônio Sales Leite e José Santos Costa.

O juiz Marcelo Salmaso traçou um panorama do desenvolvimento da Justiça Restaurativa no país até a elaboração da Resolução 225/2016 do CNJ – que delinea a Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário –, o juiz ressaltou o percurso da institucionalização do método e sua sistematização, explicando que a proposta não se resume a uma técnica especial, voltada à resolução de conflitos – apesar de contar com um rol delas, como, por exemplo, o processo circular –, mas como verdadeiro instrumento de transformação social, que tem como foco a mudança dos paradigmas de convívio social.

No painel “Os caminhos da Justiça Restaurativa no Maranhão” o juiz José dos Santos Costa (2ª Vara da infância e Juventude de São Luís) apresentou o panorama das ações no Estado e as diversas iniciativas já implementadas com o apoio do Judiciário.

O coordenador do NEJUR-TJMA, juiz Jorge Antônio Sales Leite, falou sobre a implantação do núcleo estadual, como órgão da macro gestão da

Justiça Restaurativa, o planejamento das ações para 2021 e as diretrizes da área.

GESTÃO ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) a nível estadual, está sob a gestão da Coordenadoria da Infância e Juventude desde agosto de 2020, ocasião em que foi encaminhada circular para cientificar os magistrados sobre a importância de utilizar o sistema, orientando sobre a liberação de acesso para usuários, assim como disponibilizando o setor para dirimir dúvidas.

Como passo inicial para a gestão do Sistema Nacional de Adoção (SNA), a CIJ, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão promoveu para magistrados e servidores do TJMA curso com o tema “O SNA e suas Funcionalidades”.

Conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Autoridade Central Estadual zelará pela manutenção e correta alimentação dos cadastros, dessa forma tornou-se importante a propositura do curso para possibilitar a magistrados e servidores as informações necessárias para a utilização do Sistema Nacional de Adoção (SNA).

Com acesso integral aos dados cadastrados, a CIJ cadastra e libera o acesso ao usuário, bem como zela pela correta alimentação do sistema. O SNA foi criado em 2019 e nasceu da união do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), é regulamentado pela Resolução 289/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tem como finalidade consolidar dados fornecidos pelos Tribunais de Justiça referentes ao acolhimento institucional e familiar. Constam nesse Sistema os dados municipais, estaduais e nacional das crianças e adolescentes que aguardam o retorno à família de origem ou a sua adoção e de pretendentes habilitados à adoção, inclusive os cadastros internacionais.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E EVENTOS

EXTERNOS

05 de junho de 2020 – Reunião da Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul com Equipes Técnicas das Coordenadorias da Infância e Juventude de Estados Brasileiros

A psicóloga da Coordenadoria da Infância e Juventude, Ana Carolina Silva Costa Monteiro, participou da reunião que aconteceu por videoconferência pela plataforma Zoom, com técnicos das Coordenadorias da Infância e Juventude dos diversos Estados Brasileiros. A reunião foi presidida pela Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Corregedora Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e a Dra. Nara Cristina Neumann Cano Saraiva, Juíza-Corregedora e Coordenadora da Infância e Juventude e teve por objetivo integrar os técnicos das Coordenadorias da Infância e Juventude dos diversos Estados brasileiros, buscando a troca de informações em relação às práticas adotadas durante a pandemia.

As equipes técnicas das Coordenadorias relataram as experiências, ações e eventuais dificuldades encontradas em cada Estado. A servidora Ana Carolina, representante do Maranhão, relatou que o trabalho da Coordenadoria está acontecendo de forma remota e a prestação jurisdicional em regime de plantão extraordinário, com o uso de meios eletrônicos e virtuais, conforme preconizado pelo Conselho Nacional de Justiça. Destacou ainda, que a Coordenadoria, durante o período da pandemia, havia feito uma revisão de todas as ações que vinham ocorrendo, no sentido de avaliar o que poderia ser retomado e o que poderia ser reordenado a médio e longo prazo como processo de trabalho.

9 de junho de 2020 – Reunião Virtual do Colégio de Coordenadores do Brasil

O Desembargador José de Ribamar Castro, Presidente da Coordenadoria, participou da Reunião Virtual do Colégio de Coordenadores

do Brasil, que foi conduzida pelo Juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Sousa, Presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil. Foram discutidos os seguintes temas: Complementação da Resolução nº 94 de 27 de outubro de 2009 do CNJ, em que Fórum Nacional da Infância e Juventude (FONINJ) consultou o Colégio de Coordenadores para que contribuam com sugestões sobre o tema e Criação dos grupos para debate, ficando decidido, por votação unânime dos participantes, a escolha de quatro magistrados para auxiliar o presidente do Colégio de Coordenadores, no andamento da criação dos grupos de trabalho, pelo prazo de trinta dias, a fim de debater, propor e escolher as sugestões que serão levadas ao CNJ. Foram eleitos: Patrícia Pereira Neves (TJES), Rosa Geane Nascimento (TJSE), Maria Luiza de Moura Mello e Freitas (TJPI) e Renato Rodovalho Scussel (TJDFT).

24 julho de 2020 – Live com a equipe do CEJA-PE sobre o Projeto “Pernambuco que acolhe”

O presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude, Des. José de Ribamar Castro participou de encontro virtual promovido pela Vara da infância e Juventude de Timon-MA, proposta pelo Juiz de Direito e Membro da Coordenadoria da Infância e Juventude, Simeão Pereira e Silva, no qual a juíza Hélia Viegas Silva, do TJPE, e a equipe técnica da CEJA-PE compartilharam a experiência do Projeto “Pernambuco que Acolhe”. Estiveram presentes representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública Estaduais, além de profissionais que compõem as equipes técnicas do TJMA, inclusive de serviços de acolhimento.

O projeto “Pernambuco que acolhe” tem como objetivo proporcionar convivência comunitária às crianças e adolescentes que permanecem nas instituições de acolhimento sem a possibilidade de retornar à família de origem e com poucas perspectivas de adoção. É destinado a crianças (a

partir dos 10 anos) e adolescentes, mas também podem ser apadrinhados crianças e adolescentes de qualquer idade quando possuem alguma deficiência. O apadrinhamento não implica vínculo jurídico entre padrinho/madrinha e afilhado(s).

O encontro, realizado pela plataforma zoom, contribuiu para a análise e construção de ações de suporte a magistrados e equipes técnicas nessa área por parte da CIJ em seu planejamento estratégico, bem como contribuiu para ampliação do debate sobre o tema no âmbito do judiciário maranhense.

08 de outubro de 2020 – Reunião com o Comitê da Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão

A secretária da Coordenadoria da Infância e Juventude, Maria Teresa Feitosa Rêgo, representou o setor na reunião com o Comitê da Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão que teve por objetivo apresentação das ações, eventos e diálogos sobre oportunidade de ações conjuntas.

Instituído por meio da Resolução nº 47/2020, pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, o Comitê e visa assegurar o respeito aos direitos fundamentais dos diversos grupos da sociedade, assegurando-lhes o acesso à Justiça contra qualquer tipo de preconceito e violência, tais como racismo, sexismo, lgbtfobia, etarismo, capacitismo e gordofobia.

A reunião virtual foi conduzida pelo coordenador do Comitê de Diversidade, juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, que enfatizou o compromisso da Justiça maranhense ao promover a construção de uma política pública inclusiva, no âmbito do Poder Judiciário estadual. O magistrado explicou que a proposta do encontro foi apresentar os membros do comitê, as ações, os eventos, além de questões jurídicas e administrativas pertinentes à criação do órgão, com vistas a ações integradas das coordenadorias do TJMA.

ATIVIDADES DIVERSAS

28 de maio de 2020 – Reunião com Juízes que atuam em matéria relacionada à área da Infância e Juventude.

O Desembargador José de Ribamar Castro realizou reunião, por meio de videoconferência, com juízes que julgam processos em que crianças e adolescentes são parte, para se apresentar à frente da Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ na atual gestão, a fim de articular com estes, ações e eventos que sejam desenvolvidos nas suas respectivas Comarcas e que possam ser replicados em outras unidades jurisdicionais.

Estiveram presentes as juízas, Nirvana Maria Mourão Barroso da 3ª Vara da Comarca de Balsas, Mirella César Freitas da 2ª Vara de Itapecuru – Mirim, Larissa Rodrigues Tupinambá Castro da 3ª Vara da Comarca de Pedreiras, Glaucia Helen Maia de Almeida da 2ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal e Anelise Nogueira Reginato da 1ª Vara da Comarca de Coroatá, e o juiz Douglas Lima da Guia da Vara Única de Cururupu.

08 de junho de 2020 – Reunião do Presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude com a representante do Programa Justiça Presente do Conselho Nacional de Justiça

Participaram da reunião o Des. José de Ribamar Castro, o juiz José dos Santos Costa, titular da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca da Ilha de São Luís e a servidora Cláudia Rejane Martins Gouveia, representante do Programa Justiça Presente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ para apresentar estudos que viabilizam a criação do Núcleo de Justiça Restaurativa, a fim de dar andamento ao Projeto em âmbito Estadual.

A servidora Cláudia Gouveia explicou que o Programa Justiça Presente do CNJ, assinado pelo Ministro Dias Toffoli, está dividido em quatro eixos de atuação: sistemas eletrônicos; propostas e alternativas ao superencarceramento; políticas de cidadania; e sistema socioeducativo. Cada eixo se

desdobra em diversas ações e produtos, que serão desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 Unidades da Federação. Destacou ainda, a necessidade urgente de criação do Núcleo, pois o prazo de 180 dias dados aos Tribunais extrapolou, e reafirmou a importância em investir na equipe, trazendo servidores de outros setores do TJMA para atuar na Justiça Restaurativa.

O Juiz José dos Santos Costa ressaltou que é importante verificar o que pode ser feito para iniciar os trabalhos, pois no que diz respeito à Justiça Restaurativa, o tema é muito amplo e precisa de articulação de pessoas para compor a equipe, tanto de fora como de dentro do TJMA.

27 de julho de 2020 – Reunião sobre implantação de curso preparatório de adoção

O presidente da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), desembargador José de Ribamar Castro, reuniu-se com o juiz Simeão Pereira e Silva, titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Timon e membro da CIJ e com a equipe psicossocial da comarca, para discutirem a implantação do I Encontro Preparatório Psicossocial e Jurídico Online para pretendentes à adoção, assim como, discutir as estratégias para disseminar o curso para outras Comarcas.

Tendo como objetivo principal promover orientação e preparação às pessoas e/ou casais postulantes à adoção de crianças e adolescentes, mas oportunizar também um espaço de interlocução sobre a temática, para que os pretendentes possam tomar a decisão de forma segura.

Estiveram presentes, Eduardo Borges Oliveira (Promotor de Justiça da Comarca de Timon), Fabrina da Silva Meireles (Analista Judiciário – Assistente Social), Kelles Ane Martins de Carvalho Ponte (Analista Judiciário – Assistente Social), Joniel Gomes do Vale (Analista Judiciário - Psicólogo) e Lucas Dannilo Aragão Guimarães (Analista

Judiciário – Psicólogo).

30 de julho de 2020 – Reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão sobre a implantação da Justiça Restaurativa no Estado.

O presidente da Coordenadoria da Infância e da Juventude, desembargador José de Ribamar Castro, reuniu-se com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival de Jesus Serejo e juízes membros do Núcleo de Justiça Restaurativa, para tratar do processo de implementação da nova unidade, responsável por implantar a Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

Durante a reunião por videoconferência, os juízes apresentaram ao presidente do Tribunal de Justiça, os elementos básicos para que o Núcleo – criado por meio da Resolução nº 55/2020 – inicie suas atividades, colocando como prioridade a composição da equipe multidisciplinar, que junto aos juízes, fará o planejamento de difusão, expansão e implantação da Justiça Restaurativa, por meio de atividades de mapeamento, articulação, aplicação e sistematização de práticas restaurativas, em observância às Resoluções CNJ nº 225/2016 e nº 300/2019.

03 de agosto de 2020 – Reunião com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP)

O Presidente da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), José de Ribamar Castro e a Secretária, Maria Teresa Feitosa Rêgo, reuniram-se com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), por meio da Secretária Adjunta da Criança e do Adolescente (SAdAC), para discutir as ações atinentes aos direitos de crianças e adolescentes.

A SEDIHPOP foi representada por Lissandra Leite, Secretária Adjunta dos Direitos da Criança e do Adolescente – SadCA, mas também, participaram

Patrícia Lindoso, Coordenação de Promoção da Criança, Graça Moreira, Coordenadora de Promoção do Registro Civil de Nascimento da SEDIHPOP e Mari Silva Maia, do Núcleo de Proteção da Coordenadora Adjunta do Pacto pela paz – SEDIHPOP.

O debate ocorreu em torno do fortalecimento de estratégias para o combate à violência contra crianças e adolescentes, e como essa temática pode ser trabalhada, a nível estadual, para diminuir os índices de violação de direitos, principalmente no que se refere ao abuso sexual. Outras questões discutidas foram a importância de ampliar as ações voltadas à erradicação do sub-registro civil de nascimento e a relevância da consolidação de práticas de Justiça Restaurativa no Estado e de momentos formativos para circulação do assunto em outros espaços, objetivando dar amplitude e visibilidade à questão.

04 de setembro de 2020 – Reunião do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa com a Secretaria de Estado e Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP)

O Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Maranhão participou de uma reunião interinstitucional, com a Secretaria de Estado e Direitos Humanos e Participação Popular. O encontro por videoconferência aconteceu no dia 04 de setembro de 2020 e teve por objetivo apresentar as ações que a SEDIHPOP tem realizado relacionadas a Justiça Restaurativa.

Participaram da reunião, o coordenador do Núcleo de Justiça Restaurativa, o juiz Jorge Sales Leite, a equipe técnico-científica do Núcleo, a coordenadora do Programa Justiça Presente no Maranhão, Cláudia Gouveia, a secretária da Secretária Adjunta de Direitos da Criança e do Adolescente, Lissandra Leite, a presidente do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos e coordenadora adjunta do programa Pacto pela Paz, Mari-Silva

Maia, a coordenadora de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Klécia Patrícia de Melo e a coordenadora de Promoção da Política de Pessoa Idosa, Débora Jatahy.

Durante as discussões a Secretaria de Estado e Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) manifestou interesse em colaborar com futuras atividades a serem desenvolvidas pelo Núcleo de Justiça Restaurativa, também foram apresentadas as ações do Programa Justiça Presente e as ações que estão sendo realizadas para estruturação do Núcleo.

Os pontos principais da reunião versaram sobre a possibilidade de utilização de metodologias da Justiça Restaurativa para as práticas de mediação comunitária, a necessidade de investir na formação de facilitadores e na sensibilização de magistrados para que haja a difusão de ações de Justiça Restaurativa no Estado do Maranhão.

14 de outubro de 2020 – Reunião para apresentação da proposta de formação em Justiça Restaurativa pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP

O Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Maranhão participou de uma reunião com o Diretor Geral da Esmam, Des. Froz Sobrinho, a coordenadora do Projeto Fazendo Justiça no Maranhão, Cláudia Gouveia e a representante do CDHEP, Petronela Boonen. O encontro por videoconferência aconteceu no dia 14 de outubro de 2020 e teve por objetivo apresentar a proposta do curso de formação e discutir sobre a viabilidade de sua realização.

Foi feita a indicação de que o curso pudesse ser realizado ainda esse ano, na 2ª quinzena de novembro. Mas para isso deveriam ser observados os prazos regimentais da Esmam para a abertura de um processo de realização de curso. Os participantes da reunião comprometeram-se em serem diligentes para que o curso pudesse acontecer no prazo inicialmente indicado.

• 2021

DEPOIMENTO ESPECIAL

Implantação e Reestruturação de Salas de Depoimento Especial

Com o objetivo de dar andamento a implantação de novas Salas de Depoimento Especial nas Comarcas do Estado do Maranhão, conforme dispõe o artigo 7º da Resolução 299 do CNJ, a Coordenadoria da Infância e Juventude realizou no mês de fevereiro a catalogação das Comarcas que não possuem em sua estrutura física a sala de depoimento especial.

A partir da catalogação juntos às Comarcas, foi feito cruzamento das informações com a lista de magistrados capacitados para essa metodologia de escuta, encaminhando à Diretoria de Informática, em resposta ao Processo nº 40692/2020, a lista de Comarcas aptas a receberem a sala, reforçando ainda quanto a importância de dar continuidade à reestruturação das Salas de Depoimento Especial que encontram-se com problemas técnicos e necessitam de reparos e equipamentos novos.

Capacitação para Entrevista Cognitiva aplicada ao Depoimento Especial

Visando capacitar mais profissionais envolvidos na metodologia do Depoimento Especial, a Coordenadoria da Infância e Juventude, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão – ESMAM promoverá Curso de Entrevista Forense Aplicada ao Depoimento Especial, no período de 12 de maio a 13 de julho deste ano, e para tanto, está selecionando servidores para Turma Fechada, priorizando os servidores que atuam em Comarcas que já possuem a Sala de Depoimento Especial.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Núcleo de Justiça Restaurativa no TJMA

O Núcleo de Justiça Restaurativa, vinculado

à Coordenadoria da Infância e Juventude deste Tribunal de Justiça, foi criado em observância às Resoluções CNJ nº 225/2016 e 300/2019, com o escopo de planejar a difusão, expansão e implantação da Justiça Restaurativa, por meio de atividades de mapeamento, articulação, aplicação e sistematização de práticas restaurativas.

O Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa em meio as suas atividades realizou no primeiro trimestre deste ano, a atualização do hot site com legislações e publicações para consulta de juízes e interessados na temática, uma pesquisa junto ao Projeto “Restauração” de São José de Ribamar a fim de identificar falhas na articulação da rede e formas de participação do judiciário na potencialização das atividades em Justiça Restaurativa, e pesquisa através da plataforma do Google Forms referente ao Projeto Justiça Restaurativa nas Escolas (Bacabal) para atualização de dados de voluntários ainda interessados na continuidade do projeto, finalizado em 055 de março.

Ademais, o NEJUR realizou levantamento de dados dos participantes indicados para Curso de Formação em Justiça Restaurativa (ESMAM e CDHEP) junto ao projeto Fazendo Justiça (CNJ), e juízes de Bacabal (Jorge Sales Leite), Timon (Simeao Pereira e Silva), Vitorino Freire (Josane Araújo Farias Braga), São José de Ribamar (Samira Barros Heluy), São Luís (José dos Santos Costa) e Balsas (Douglas Lima da Guia), bem como estabeleceu contato com a comarca de Zé Doca para compreensão dos projetos desenvolvidos por ela e sua relação com as atividades do NEJUR.

PROGRAMA DE APADRINHAMENTO

A implantação do Programa de Apadrinhamento no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão deu-se com o Ato Normativo Conjunto nº 2/2021, assinado pelo Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, Presidente do Tribunal de Justiça e Desembargador Paulo Sérgio Velten

Pereira, Corregedor-Geral da Justiça, objetivando incentivar a participação das comarcas nos projetos de apadrinhamento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional estabelecida pelas Varas com competência em Infância e Juventude do Estado do Maranhão, observados os requisitos mínimos referentes às modalidades de apadrinhamento; ao perfil de quem pode ser apadrinhado e aos procedimentos necessários para o requerimento e exercício do apadrinhamento.

O projeto veio dar efetividade ao disposto no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), preconizando o Direito a Convivência Familiar e Comunitária e, dando uma atenção àquelas crianças que estão na idade em que a adoção é mais difícil, como forma de minimizar os efeitos negativos decorrentes de uma institucionalização de longo prazo.

De iniciativa e coordenação da CIJ/TJ-MA, o próximo passo do programa de apadrinhamento será a divulgação de uma cartilha e a realização de campanha institucional, trabalhada junto às comarcas, juízes e juízas e equipes, buscando o reconhecimento de todos que desenvolvem projetos dessa natureza, assim como os que se interessam em desenvolver.

GESTÃO ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) a nível estadual, está sob a gestão da Coordenadoria da Infância e Juventude desde agosto de 2020, e desde então, as gestoras estaduais vem trabalhando na orientação sobre o acesso ao sistema para magistrados e servidores, oferecendo ainda, suporte para o uso adequado das ferramentas do sistema.

E nesse sentido, a CIJ elaborou Instrução Normativa nº 01/2020 seguindo a proposta do Anexo II da Resolução – CNJ nº 289, em cumprimento ao art. 8º, dando ampla publicidade às finalidades

do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA aos pretendentes a adoção e criou canal de comunicação, e-mail: sna.coinfancia@tjma.jus.br, exclusivo para suporte direto aos magistrados e servidores, nos assuntos pertinentes ao Sistema Nacional de Adoção de Acolhimento- SNA no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

E, de forma preliminar, em 05 de abril de 2021 foi encaminhado à Presidência, relatório da gestão estadual do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, com os dados referentes ao período de setembro de 2020 a março de 2021.

No relatório apresentado pelas gestoras estaduais, as servidoras Maria Teresa Feitosa Rêgo e Ana Carolina Silva Costa Monteiro, foi apresentado as ações desenvolvidas e as diretrizes adotadas na gestão, tendo sido feita a análise da situação dos dados do SNA referentes ao estado do Maranhão, especialmente quanto ao quantitativo de magistrados e Comarcas que ainda não acessam o sistema, mesmo tendo competência para julgar ações de adoção e acolhimento, finalizando a análise situacional com indicação à presidência deste egrégio Tribunal de quais passos serão importantes seguir para alcançar todos as Comarcas que trabalham com a matéria, assim como a necessária articulação entre CIJ, por meio da gestão estadual do SNA e da CGJ, com o intuito de fazer o acompanhamento sistemático das ações que disciplinem fluxos referentes ao acolhimento e à adoção.

CONVÊNIOS

Protocolo de Intenções TJMA e UNICEF – 2021 a 2025

Com o objetivo de garantir a proteção e o direito da criança e do adolescente ao acesso à Justiça de forma igualitária, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), firmaram protocolo de intenções, até o ano de 2025.

Para formalizar a parceria entre as instituições, o

desembargador Lourival Serejo e a chefe do escritório do Unicef no Maranhão, Ofélia Santos, se reuniram no dia 22 de fevereiro de 2021 e comprometem-se em desenvolver ações conjuntas orientadas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes do Maranhão, nas agendas definidas pelos principais programas do Unicef e do TJMA, vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. E que as ações do TJMA, definidas em conjunto com o Unicef, serão planejadas e organizadas por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, coordenada pelo desembargador José de Ribamar Castro.

O protocolo de intenções também estabelece a organização de processos e eventos de mobilização, intercâmbio, produção de material informativo e de sensibilização e desenvolvimento de capacidades de atores do sistema de Justiça. Além de realizar campanhas de conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente perante a sociedade maranhense.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E EVENTOS EXTERNOS

15 e 16 de Abril – Participação no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Nordeste.

O evento ocorrido nos dias 15 e 16 de abril de 2021, com transmissão ao vivo no canal do YouTube do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), permitiu o diálogo entre pessoas e organizações responsáveis pela primeira infância nos estados nordestinos, sensibilizando os operadores do Direito, as equipes técnicas e demais profissionais da rede de atenção sobre essa importante fase do desenvolvimento humano, que vai desde a gestação até os primeiros seis anos de vida.

O desembargador José de Ribamar Castro – presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – participou da solenidade de abertura,

representando o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

A equipe da CIJ/TJMA, participou do Seminário da região Nordeste sobre o Pacto Nacional pela Primeira Infância, “Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e financiado com recursos do Fundo dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CFDD), a fim de acompanhar as discussões referentes atenção à primeira infância dos estados da Região Nordeste, visando conhecer a realidade da região, para contribuir com a formulação de ações da CIJ com enfoque no Marco Legal da Primeira Infância, fomentando a implementação da prioridade absoluta prevista no artigo 227 da Constituição Federal.

ATIVIDADES DIVERSAS

Reuniões de Trabalho

14 de janeiro de 2021 - Reunião com a Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização (Núcleo de Planejamento Estratégico)

As servidoras Cacilda Maria da Cruz Oliveira, Técnico Judiciário e Secretária da Coordenadoria, em exercício e Elaine Gabrielle de Carvalho Sousa, Secretária Administrativa, participaram da reunião que aconteceu por videoconferência, via meeting, e teve por objetivo apresentar os resultados do Prêmio CNJ de Qualidade do ano de 2020 e o monitoramento do cumprimento dos critérios do Prêmio para o ano de 2021 relativos à Coordenadoria da Infância e Juventude, sugerindo na oportunidade, medidas a serem adotadas pela Coordenadoria para melhoria dos pontos de fragilidade identificados.

28/01/2021 - Reunião presencial do NEJUR com a juíza auxiliar do NEJUR

Reunião da equipe do NEJUR com a juíza Josane Araújo Farias Braga, membro do referido Núcleo, a

fim de estabelecer estratégias para desenvolvimento de projetos em Justiça Restaurativa na Comarca de Vitorino Freire.

17/02/2021 - Visita técnica ao Núcleo de Justiça Restaurativa do Centro Integrado de Justiça Juvenil em São Luís.

05/03/2021 - Reunião do NEJUR com parceiros do Ceará

Nessa data, o Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa do TJ/MA (NEJUR), vinculado à Coordenadoria da Infância e Juventude, participou de reunião com parceiros do Ceará a convite da ONG Terre des Hommes Brasil (TDH Brasil) para estudo de caso em que a vítima é uma criança, em que o caso, já judicializado, foi encaminhado para uma prática restaurativa. A reunião, que tinha como objetivo discutir a melhor intervenção, contou com a participação das equipes do Centro de Justiça Restaurativa da Defensoria Pública, do Núcleo Judicial de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Ceará, da TDH e do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Maranhão.

16/03/2021 - Reunião com a equipe do Projeto Restauração de SJR

A juíza de São José de Ribamar, Samira Barros Heluy, promotora de São José de Ribamar, Secretária de Assistência Social, Trabalho e Renda de SJR e representantes do NEJUR reuniram-se a fim de compreender o trabalho desenvolvido pelo projeto e formas de articulação com o judiciário.

22/03/2021 - Reunião com o Juiz Coordenador do NEJUR

Juiz Coordenador do NEJUR. Dr. Jorge Sales e equipe técnica, reuniram-se para atualização do resultado das atividades desenvolvidas no ano de 2020, e traçaram novas deliberações para o ano de 2021.

Reunião com o Unicef

Após a assinatura do Protocolo de Intenções TJMA e UNICEF, a Coordenadoria da Infância e Juventude reuniu-se com a chefe do escritório do *Unicef no Maranhão*, *Ofélia Santos*, com o intuito de discutir ações em conjunto e traçar planos de trabalho em prol dos direitos das crianças e adolescentes do Estado do Maranhão. Nesta primeira reunião, articulou-se acerca da promoção de eventos, seminários e campanhas em uma ação conjunta, visando aprimorar o diálogo com a rede de proteção do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e dos adolescentes.

03/04/2021 – Reunião com a equipe multidisciplinar da Comarca de São José de Ribamar

Tendo como objetivo principal promover orientação e preparação às pessoas e/ou casais postulantes à adoção de crianças e adolescentes, mas oportunizar também um espaço de interlocução sobre a temática, para que os pretendentes possam tomar a decisão de forma segura. Estiveram presentes, integrantes da equipe da CIJ e da equipe técnica de São José de Ribamar.

Reunião do NEJUR com o Centro de Justiça Restaurativa do Ceará (CJR)

O NEJUR, reuniu no dia 12 de abril, com a coordenadora do Centro de Justiça Restaurativa do Ceará (CJR), defensora pública Érica Albuquerque e com parte da sua equipe, para trocar experiências e aprender o fluxo e procedimentos adotados pela Defensoria Pública do Ceará nas práticas restaurativas realizados no CJR em processos que envolvam crianças e adolescentes.

O Estado do Ceará tem sido referência no Brasil na disseminação da temática e desenvolvimento de projetos de Justiça Restaurativa nos sistemas de Justiça, e nesse sentido, a reunião proposta faz parte de uma sequência de articulações do NEJUR para trabalhar em parceria nesse ano de 2021, observando os caminhos e possibilidades que a Justiça Restaurativa tem tomado no Brasil, aprimorando assim a metodologia utilizada.

20/04/2021 - Reunião final com NEJUR, Esmam e CDHEP.

Reunião realizada entre, NEJUR, Esmam e Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP) para oferta de Curso de Formação em Justiça Restaurativa com início previsto para 04 de maio de 2021. A turma será formada por magistrados e servidores indicados para a capacitação, em continuidade ao processo de implantação dos projetos em Justiça Restaurativa nas respectivas Comarcas.

GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Durante o período em epígrafe foram produzidos pelo Gabinete dos Juizes Auxiliares da Presidência, no sistema Digidoc, **808 (oitocentos e oito) documentos** com o fim de diligenciar, realizar comunicações internas e externas junto ao Conselho Nacional de Justiça, entre outras providências, conforme abaixo discriminado:

- **235 (duzentos e trinta e cinco) memorandos;**
- **77 (setenta e sete) ofícios expedidos pelo Juiz Auxiliar da Presidência;**
- **29 (vinte e nove) circulares expedidas pelo Juiz Auxiliar da Presidência;**
- **22 (vinte e dois) despachos expedidos pelo Juiz Auxiliar da Presidência;**
- **409 (quatrocentos e nove) ofícios expedidos pelo Presidente;**
- **29 (vinte e nove) circulares expedidas pelo Presidente;**
- **02 (dois) despachos expedidos pelo Presidente; e**
- **05 (cinco) decisões expedidas pelo Presidente.**

E-MAILS RECEBIDOS

No período especificado, este Gabinete recebeu um total de **251 (duzentos e cinquenta e um) e-mails**, sendo **205 (duzentos e cinco)** provenientes do Conselho Nacional de Justiça e **46 (quarenta e seis)** e-mails referentes à Cooperação Judiciária entre as Justiças Estaduais, informações e comunicações internas, aos quais foram dados os tratamentos e as diligências cabíveis e enviadas as respostas necessárias.

MALOTES RECEBIDOS

Foram recebidos via malote digital **33 (trinta e três) malotes**, todos devidamente diligenciados.

INTIMAÇÕES RECEBIDAS POR MEIO DO PJE CNJ

No período foram recebidas aproximadamente **185 (cento e oitenta e cinco)** intimações via Sistema PJe CNJ, dentre Pedidos de Providências, Procedimentos de Controle Administrativos, Reclamações Disciplinares, Acompanhamentos de Cumprimento de Decisões, Atos Normativos.

PROCESSOS CRIADOS NO DIGIDOC

Foram criados **270 (duzentos e setenta)** processos no sistema Digidoc, entre os quais, Solicitações de Informações pelo CNJ, Carta de Ordem CNJ, Normativo CNJ, Comunicação de Decisão CNJ, Informativo CNJ e Cooperação Judiciária, com o objetivo de dar cumprimento às diligências e intimações recebidas.

- **2021**

DOCUMENTOS PRODUZIDOS

Durante o período em epígrafe foram produzidos pelo Gabinete dos Juizes Auxiliares da Presidência, no sistema Digidoc, **326 (trezentos e vinte e seis) documentos** com o fim de diligenciar, realizar comunicações internas e externas junto ao Conselho Nacional de Justiça, entre outras providências, conforme abaixo discriminado:

- **117 (cento e dezessete) memorandos;**
- **19 (dezenove) ofícios expedidos pelo Juiz Auxiliar da Presidência;**
- **01 (uma) circular expedida pelo Juiz Auxiliar da Presidência;**
- **14 (catorze) despachos expedidos pelo Juiz Auxiliar da Presidência;**
- **04 (quatro) pareceres expedidos pelo Juiz Auxiliar da Presidência;**
- **149 (cento e quarenta e nove) ofícios expedidos pelo Presidente;**
- **20 (vinte) circulares expedidas pelo Presidente;**
- **01 (um) despacho expedido pelo Presidente; e**
- **01 (uma) decisão expedida pelo**

Presidente.

• 2. Intimações recebidas por meio do PJe CNJ

No período foram recebidas aproximadamente **88 (oitenta e oito)** intimações via Sistema PJe CNJ, dentre Pedidos de Providências, Procedimentos de Controle Administrativos, Reclamações Disciplinares, Acompanhamentos de Cumprimento de Decisões, Atos Normativos.

PROCESSOS CRIADOS NO DIGIDOC

Foram criados **127 (cento e vinte e sete)** processos no sistema Digidoc, entre os quais, Solicitações de Informações pelo CNJ, Carta de Ordem CNJ, Normativo CNJ, Comunicação de Decisão CNJ, Informativo CNJ e Cooperação Judiciária, com

o objetivo de dar cumprimento às diligências e intimações recebidas.

E-MAILS RECEBIDOS

No período especificado, este Gabinete recebeu um total de **70 (setenta) e-mails**, sendo **19 (dezenove)** e-mails referentes à Cooperação Judiciária entre as Justiças Estaduais e **51 (cinquenta e um)** provenientes do Conselho Nacional de Justiça, de informações e comunicações internas, aos quais foram dados os tratamentos e as diligências cabíveis e enviadas as respostas necessárias.

MALOTES RECEBIDOS

Foram recebidos via malote digital **14 (catorze) malotes**, todos devidamente diligenciados.



**NÚCLEO
DE GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL**

REVISÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

Continuidade do processo de revisão do PLS, que está em fase da etapa de validação dos novos indicadores e metas pelos diretores e setores estratégicos envolvidos na metodologia de trabalho. O PLS é uma ferramenta de gestão que permite ao Judiciário ter um planejamento e acompanhamento do consumo de bens e serviços de forma racional e com economicidade dentro de parâmetros sustentáveis, conforme o Planejamento Estratégico do órgão.

USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS

Alinhamento com a Diretoria de Informática sobre a nova formatação do sistema Monitor que integrará o Business Intelligence (BI) do TJMA, por meio do sistema de material usado pela Divisão de Administração de Material do TJMA. O BI permitirá o acompanhamento em tempo real do consumo de materiais, conforme previsto no projeto-piloto.

O novo formato do Monitor ocorre pela mudança do sistema de material Emat, que está em fase de substituição.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Mesmo no período da quarentena, o Núcleo continuou acompanhando a coleta de resíduos na sede do TJMA e Centro Administrativo com o apoio da equipe da empresa Gestor. De abril a novembro foram coletados 30 toneladas de resíduos sólidos (papel, papelão (incluindo processos judiciais e administrativos descartados pelo Arquivo do Fórum), plástico, pet e metal; 140 kg de resíduos de saúde encaminhados pela Casa da Criança e divisões médicas do TJMA e 24 kg de pilhas e baterias descartadas pelos servidores descartados pelos servidores.

A Campanha “Resíduo e Lixo no lugar certo – Saúde para todos e renda para os catadores” foi criada pelo Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal

de Justiça do Maranhão (TJMA) e pela juíza da comarca de Itapecuru Mirim, Mirela Freitas (Projeto Teia de Sustentabilidade) para incentivar o descarte de materiais recicláveis por condomínios e gerar renda para os agentes ambientais da Cooperativa de Reciclagem de São Luís (Coopresl) no período em que os ecopontos ficaram desativados devido a pandemia. A mobilização alcançou de abril a junho deste ano, 9,2 toneladas, entre plástico, papel, papelão e latas de alumínio, coletados em residências de diversos bairros de São Luís.

Os cuidados com a saúde dos catadores durante a coleta do lixo contaminante gerado pela pandemia, como luvas, máscaras, e lenços também foi outro mote da campanha. Medidas que contribuem para a saúde de todos, por meio de ações que ajudam a evitar a proliferação da Covid-19, evidenciando orientações para o tratamento do lixo e resíduos.

Por meio da campanha, a Coopresl também ampliou os locais de coleta com a adesão de 17 condomínios que continuarão separando os recicláveis depois da quarentena e abertura dos ecopontos de São Luís.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Foram realizadas videoconferências e estudos com a presidência do TJMA para definir estratégias referentes a implantação da usina de energia fotovoltaica do Judiciário maranhense.

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Núcleo de Gestão Socioambiental, em parceria com a Equatorial Maranhão, promoveu nos dias 4 e 5 de novembro a campanha “troca de lâmpadas comuns por de LED” para funcionários do Fórum e população de Paço do Lumiar - Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís.

SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Realização de duas edições do curso EAD “Introdução à Gestão Socioambiental” em parceria com a Esmam. Lançamento do Prêmio TJMA

Sustentável no dia 5 de junho, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Entre os dias 5 e 12 de junho, o presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, desembargador Jorge Rachid, coordenou uma sequência de ‘lives’ para a discussão de temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade, com especialistas convidados, em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho).

Realização da Campanha “Destralhe” que, em 2020, diante do atual cenário causado pela pandemia da Covid-19 e considerando as medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, a ação institucional foi realizada por meio de videoconferências, voltada à informação e à sensibilização dos servidores sobre o uso racional e inteligente dos materiais e bens permanentes, bem como à capacitação para devolução do que não estiver sendo usado pelos setores e descarte de processos antigos para fins de reciclagem. Foram contemplados representantes das comarcas dos 11 polos judiciais.

A Campanha “Um cuidando do outro – doe máscaras reutilizáveis para a Casa da Criança e Casa Abrigo”, realizada entre os dias 5 e 20 de outubro, arrecadou mais de 12 mil máscaras reutilizáveis, doadas inicialmente para a Casa da Criança e Casa Abrigo e distribuídas para diversas instituições, a exemplo de hospitais e casas de apoio.

• 2021

REVISÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

Continuidade do processo de revisão do PLS, que está em fase de adequação das indicadores e metas ao Plano de Gestão Estratégica do TJMA, considerando o período de 2021 a 2026. O PLS é uma ferramenta de gestão que permite ao Judiciário ter um planejamento e acompanhamento do consumo de bens e serviços de forma racional e com economicidade dentro de parâmetros sustentáveis, conforme o Planejamento Estratégico do órgão.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Mesmo durante o trabalho remoto, em razão da pandemia, o Núcleo continua acompanhando a coleta de resíduos na sede do TJMA, Centro Administrativo e CGJ com a parceria da Coordenadoria de Apoio e funcionários terceirizados. De janeiro a março foram coletados 1.840 kg de resíduos sólidos (papel, papelão, plástico, pet e metal] e 7,5 kg de resíduos de saúde encaminhados pela Casa da Criança, divisões médicas, odontológicas e Laboratório de DNA do TJMA.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A área onde será instalada a Usina de Energia Solar do TJMA foi visitada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, acompanhado do presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, do secretário estadual de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, do diretor-geral do Tribunal, Mário Lobão, do engenheiro Patryckson Santos e assessores do Judiciário. A usina será instalada em uma área cedida pelo Governo do Estado do Maranhão, na estrada que liga a cidade de São Luís ao município de São José de Ribamar. A extensão da área é de 70 mil metros quadrados. Com foco sustentável, o funcionamento da Usina vai garantir economia com a redução significativa dos custos com energia elétrica, proporcionando maior eficiência na utilização de recursos públicos.

SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

No dia 12 de fevereiro, foi realizada Videoconferência com os chefes de gabinete de desembargadores, tendo como tema “A importância conferida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao cumprimento dos indicadores de sustentabilidade previstos na Resolução CNJ nº 201/2015”, além de fomento à práticas que promovam a sustentabilidade no ambiente de trabalho, especialmente na redução de consumo de papel A4.

Com o apoio da Ascom, o Núcleo de Gestão Socioambiental, celebrou o Dia Mundial da Água, 22 de março, promovendo a palestra virtual “Um chamado à valorização da água”, proferida pela professora e mestre em Saúde e Ambiente, Luzenice Macedo, sócio fundadora do Instituto Maranhão Sustentável, tendo como mediador o Des. Jorge Rachid. Além da live, durante a semana foi realizada sensibilização nas redes sociais do TJMA, por meio

de postagens de cards informativos com dicas para economizar água e evitar o desperdício.

Em alusão ao Dia Mundial da Água (22 de março), com o apoio da ASCOM foi realizada sensibilização por meio de postagens nas redes sociais do TJMA ainda, no dia 22 de março, uma live com o tema: “Um chamado à valorização da água”, com a palestrante Luzenice Macedo e mediador o Des. Jorge Rachid.



NÚCLEO DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO

A Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF), tem como uma de suas principais diretrizes de trabalho a promoção da articulação das diversas instituições governamentais e não governamentais que atuam nas mais diferentes áreas que compõem o conjunto

de ações na área da execução penal. A realização de reuniões interinstitucionais, como a do Grupo de Monitoramento Carcerário (GMF), campanhas, audiências públicas, eventos e constituem parte do planejamento estratégico elaborado pela UMF afim de que, junto aos Poderes Públicos e sociedade civil organizada, possa atuar na busca pelo aprimoramento do sistema carcerário maranhense.

PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES

ABRIL

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
08/04/2020	Videoconferencia para alinhamento da Resolução 307 do CNJ (Politica de Atenção ao Egresso)	Começar de Novo (UMF) e Claudia Gouveia (PNUD/CNJ)	Webconferência
20/04/2020	1ª Reunião do Comitê - Prisões	Murilo Andrade (Sec. Da SEAP), Promotor de Justiça Pedro Lino (Pres. do Conselho Penite.), Defensor Público Bruno Dixon, Claudia Couveia (Coordenadora Estadual do Justiça Presente.	Webconferência
28/04/2020	2ª Reunião do Comitê - Prisões	Murilo Andrade (Sec. Da SEAP), Promotor de Justiça Pedro Lino (Pres. do Conselho Penite.), Defensor Público Bruno Dixon, Claudia Couveia (Coordenadora Estadual do Justiça Presente e Dr. Gladiston Cutrim (Juiz Corregedor) e Servidores da UMF	Webconferência
29/04/2020	1ª Reunião Comitê Socioeducativo	Juiz José dos Santos Costa, Coordenadora do Programa Justiça Presente Cláudia Gouvía, Secretário de Estado Francisco Gonçalves, Lissandra Leite. Secretária Adjunta dos Direitos da Criança e do Adolescente na Sec. de Direitos Humanos e Participação Popular- SEDIHPOP, Presidente da Funac Sorimar Sabóia, Thais Guterres (Representante da SEMCAS), servidores da UMF, TJMA e FUNAC.	Webconferência

30/04/2020	3ª Reunião do Comitê - Prisões	Sec. Murilo Andrade, Juiz da 1ª Vara de Execuções Criminais Márcio Brandão, Juiz Auxiliar Rommel Cruz, Promotor de Justiça Willer Gomes, Coordenador do Núcleo de Execução Penal, Defensor Público Bruno Dixon, Coordenadora Estadual do Justiça Presente CNJ, Cláudia Gouveia, Consultora Estadual de Audiência de Custódia, Programa Justiça Presente, CNJ, Maressa de Proença e Servidores da UMF	Webconferência
------------	--------------------------------	--	----------------

MAIO

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
05/05/2020	1ª Reunião CNJ Justiça Presente, UMF, TJMA e CGJ	Des Froz Sobrinho, Juiz Fernando Mendonça, Juiz José dos Santos Costa, Juiz Corregedor Gladiston Cutrim,, Coordenadora do Programa Justiça Presente Cláudia Gouveia, Consultora do Justiça Presente Maressa Proença, Servidor UMF.	Webconferência
06/05/2020	Reunião CNJ com a UMF e CGJ	Juiz Fernando Mendonça, Juiz José dos Santos Costa, Juiz Corregedor Gladiston Cutrim, Coordenadora Estadual do Justiça Presente CNJ, Cláudia Gouveia, Consultora do CNJ Maressa Proença e servidor UMF	Webconferência
07/05/2020	Reunião com servidores da UMF	Ariston Apoliano, Larissa Soares, Carlos Vilar, Victor de Lima e EPJ SEAP Geovana Hernandez	Webconferência
07/05/2020	Reunião com o Comitê de Prisões	Presentes: Secretário Murilo Andrade, Juiz Fernando Mendonça, Promotor Pedro Lino e servidor da UMF	Webconferência
07/05/2020	Reunião DEPEN com servidores da UMF	Presentes: Ariston Apoliano e Flávia Miranda.	Webconferência

JUNHO

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
15/06/2020	1ª Reunião GMF 2020	Membros do TJMA, Defensoria Publica, MPMA, Equipe da UMF	Webconferência
23/06/2020	Palestra sobre o papel do Estado no combate à tortura no sistema prisional	Dr. Murilo Andrade (SEAP) Dr. Marcelo Moreira (Coordenador da UMF)	Webconferência

JULHO

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
03/07/2020	Posse do Des. Marcelo Carvalho como Conselheiro Titular do Conselho Penitenciário do Maranhão (Copen) e Posse do Juiz Marcelo Moreira como Conselheiro Suplente do Copen	Membros do TJMA e membros do Copen	Webconferência
08/07/2020	Reunião para tratar sobre a pandemia no sistema socioeducativo	Juizes das Comarcas de Timon, Imperatriz e São Luis e membros da UMF	Webconferência
15/07/2020	Webnário Regional sobre o enfrentamento à Covid-19 no sistema penal e socioeducativo	Juiz Marcelo Moreira (UMF) e Juiz José dos Santos Costa (2ª Vara da Infancia da capital)	Webconferência
22/07/2020	Inspeção na Unidade Prisional São Luis 4	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Juiz da 1ª VEP, Marcio Brandão, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF) e Maiara (Sec. Da 1ª VEP).	UPSL4

AGOSTO

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
04/08/2020	Visita do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) à 2ª VEP	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira; Coord. Executiva da UMF, Thais Muniz, a chefe da Divisão de Assistência Jurídica, Nery Paiva; a secretária administrativa da UMF, Luciana Braga; a supervisora de Reintegração Social, Maíra Dutra; e o supervisor de Monitoração Eletrônica, Márcio Reis	2ª VEP de São Luis
06/08/2020	Visita do PCN ao Fórum José Sarney - Projeto Digitalizar Já - Fiscalização de Convênio	Chefe do PCN Perla Milhomem, Flavia Miranda e Jercenilde Cunha	Fórum José Sarney - São Luis
24/08/2020	Inspeção na Unidade Prisional de Rosário - UPROS	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Unidade Prisional de Rosário - UPROS
24/08/2020	Inspeção na Unidade Prisional de Itapecuru-Mirim - UPITP	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Juíza Mirella Cezar, 2ª Vara de Itapecuru, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Unidade Prisional de Itapecuru-Mirim - UPITP
25/08/2020	Inspeção na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Itapecuru Mirim (APAC)	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Juíza Mirella Cezar, 2ª Vara de Itapecuru, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Itapecuru Mirim (APAC)

26/08/2020	Inspeção na Unidade Prisional de Chapadinha - UPCA	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Unidade Prisional de Chapadinha - UPCA
27/08/2020	Inspeção na Unidade Prisional de Tutoia - UPTTA	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Unidade Prisional de Tutoia - UPTTA

SETEMBRO

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
01/09/2020	Reunião para tratar sobre a implantação do escritório social	Thais Muniz (Coord. Executiva da UMF), Claudia Gouveia (Coordenado Estadual do Fazendo Justiça) e Equipe da Divisão Começar de Novo da UMF	UMF
03/09/2020	Reunião do Programa Fazendo Justiça do CNJ. Pauta: Documentação	Equipe do Programa Fazendo justiça, Membros da Divisão Começar de Novo e agentes envolvidos com o tema	Webconferência
10/09/2020	Visita da Divisão Começar de Novo (UMF) na fábrica de colchões e na Lavanderia, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas	Equipe da Divisão Começar de Novo (UMF), Coordenadora Executiva da UMF e representantes de Trabalho e renda da SEAP	Complexo Penitenciário de Pedrinhas
14/09/2020	Inspeção na FUNAC - Centro Socioeducativo de Internação Região dos Cocais - TIMON	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Centro Socioeducativo de Internação Região dos Cocais de Timon
14/09/2020	Inspeção na FUNAC- Centro Socioeducativo de Semiliberdade - TIMON	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Timon
15/09/2020	Inspeção na Penitenciaria Regional de Timon	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Penitenciaria Regional de Timon
16/09/2020	Inspeção na Unidade Prisional de Timon	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Unidade Prisional de Timon
16/09/2020	Inspeção na Unidade Prisional de Caxias - UPCAX	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Unidade Prisional de Caxias - UPCAX
17/09/2020	Inspeção na Unidade Prisional de Codó - UPCDO	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Juridica UMF)	Unidade Prisional de Codó - UPCDO

18/09/2020	Inspeção na Unidade Prisional de Coroatá - UPCRA	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Juíza da 1ª Vara de Coroatá, Anelise Reginato, Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Jurídica UMF)	Unidade Prisional de Coroatá - UPCRA
------------	--	--	--------------------------------------

OUTUBRO

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
01/10/2020	Reunião na CIAPIS	Equipe do Programa Começar de Novo - UMF/TJMA, supervisoras do setor Psicossocial e Reintegração Social da SEAP e Assistentes Sociais da Defensoria Pública	CIAPS
01/10/2020	Visita à SEAP	Thais Muniz (UMF), Luciana Braga (UMF), Claudia Gouveis (CNJ), Kelly Carvalho (SEAP), e Murilo Andrade (SEAP)	SEAP
06/10/2020	Organização para a implantação da Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Penitenciário - RAESP	Equipe da Divisão Começar de Novo, Supervisora da Reintegração Social e Claudia Goveia, (Coordenado Estadual do Fazendo Justiça)	SEAP
08/10/2020	Reunião interinstitucional do Comitê da Diversidade	Desembargadores do TJMA, Coord. do Comitê de Diversidade, juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, Juíza Elaile Silva Carvalho (Coord. Adjunta do Comitê de Diversidade do TJMA), Membros do Comitê de Diversidade do TJMA. Coord. Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEMULHER/TJMA, representada pela Juíza Auxiliar Lidiane Melo; Coordenadora Executiva da UMF Thaís Muniz; Coord. da Infância e Juventude, representada pela Secretária da Coordenadoria, Teresa Feitosa.	Webconferência
08/10/2020	Visita na Unidade Prisional Feminina para acompanhar as internas inseridas no Projeto Digitalizar Já e acompanhar as internas na produção da Cooperativa Cuxá.	Thais Muniz (UMF), Perla Rocha (UMF), Luciana Braga (UMF), Claudia Gouveis (CNJ), Kelly Carvalho (SEAP), Karla Dutra (SEAP), Anderson Gomes (SEAP) e Wilma Diniz (SEAP)	Unidade Prisional Feminina
13/10/2020	Visita à Funac	Equipe da UMF	FUNAC

14/10/2020	2ª Reunião GMF 2020	Membros do TJMA, Defensoria Pública, Representantes do CNJ, MPMA, Equipe da UMF	Webconferência
19/10/2020	Inspeção na Unidade Prisional de Porto Franco	Juiz Coord. Subst. da UMF, Marcelo Moreira, Thais Muniz (Coord. Executiva da UMF) Dalton Melo (Div. Tec. UMF), Wendel Rodrigues (Div. Jurídica UMF) e equipe da Unidade Prisional	Unidade Prisional de Porto Franco
21 a 23/10/2020	Reuniões preparatórias para pactuação do Programa Fazendo Justiça (CNJ),	Agentes no âmbito Estadual envolvidos no Programa Fazendo Justiça, do CNJ	Webconferência
26/10/2020	Reunião do Comitê Interinstitucional de Combate ao Covid-19	Membros do TJMA, Representantes do CNJ, Defensoria Pública, MPMA, OAB, Seap e Equipe da UMF	Webconferência
27/10/2020	Reunião para discutir sobre documentação de pessoas presas	Equipe da Divisão Começar de Novo (UMF/TJMA), Supervisora e Assessora do Setor Psicossocial da SEAP	UMF

NOVEMBRO

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
05/11/2020	Reunião de Articulação da Rede de Atenção ao Egresso do Sistema Prisional do Estado do Maranhão - RAESP MA	Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça/CNJ, Membros da UMF, representantes da RAESP e diversos atores do Poder Público e sociedade civil.	Webconferência
12/11/2020	Reunião Humanitas 360	UMF, SEAP e a Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça/CNJ	SEAP
17/11/2020	Reunião GT PAI	Juiz Fernando Mendonça, Coordenadora Executiva da UMF, Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça/CNJ, Membros da UMF e da SEAP	SEAP

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

DADOS DOS PRESOS

Dentre as atribuições realizadas na Divisão de Assistência Jurídica está a monitoração dos presos nas unidades prisionais no Maranhão.

Essa monitoração é realizada mensalmente com o intuito de colher dados quantitativos de pessoas privadas de liberdade, e por regime prisional, nas 14 Unidades Prisionais situadas na grande ilha de

São Luis e nas 31 Unidades Prisionais espalhadas nas Comarcas do Maranhão.

ABRIL

Nesse mês, houve 11.912 presos no Maranhão, sendo 11.516 nas Unidades Prisionais e 396 nas Apac's, com uma população carcerária de 167,43 presos para cada 100 mil habitantes, taxa de superlotação de 124,5% e deficit de 2.346 vagas.

MAIO

Nesse mês, houve 12.031 presos, sendo 11.630 nas Unidades Prisionais e 401 nas Apac's, com uma população carcerária de 169,10 presos para cada 100 mil habitantes, taxa de superlotação de 125,77% e deficit de 2.465 vagas.

JUNHO

Nesse mês, o quantitativo foi de 2.219 presos no Maranhão, sendo 11.818 nas Unidades Prisionais e 401 nas Apac's, com uma população carcerária de 171,75 presos para cada 100 mil habitantes, taxa de superlotação de 126,23% e deficit de 2.539 vagas.

JULHO

Nesse mês, o quantitativo foi de 12.262 presos, sendo 11.855 nas Unidades Prisionais e 407 nas Apac's, com uma população carcerária de 172,35 presos para cada 100 mil habitantes, taxa de superlotação de 126,09% e deficit de vagas de 2.537.

AGOSTO

No mês de agosto, foram registrados 12.257 presos, sendo 11.851 nas Unidades Prisionais e 406 nas Apac's, com uma população carcerária de 172,28 presos para cada 100 mil habitantes, taxa de superlotação de 126,04% e deficit de 2.532 vagas.

SETEMBRO

No mês de setembro, foram registrados 12.368 presos, sendo 11.957 nas Unidades Prisionais e 411 nas Apac's, com uma população carcerária de 173,84 presos para cada 100 mil habitantes, taxa de superlotação de 126,63% e deficit de 2.601 vagas.

OUTUBRO

No mês de outubro, foram registrados 12.322 presos, sendo 11.908 nas Unidades Prisionais e 414 nas Apac's, com uma população carcerária de 173,19 presos para cada 100 mil habitantes, taxa de superlotação de 125,97% e deficit de vagas de 2.540.

NOVEMBRO

No mês de novembro, foram registrados 12.284 presos, sendo 11.853 nas Unidades Prisionais e 431 nas Apac's, com uma população carcerária de 172,66 presos para cada 100 mil habitantes, taxa de superlotação de 125,97% e deficit de 2.469 vagas.

Com o intuito de obter maior produtividade e melhor qualidade dos serviços, a UMF através do Programa NAV (Núcleo de Assistência Voluntária), desenvolve seus trabalhos de acordo com os tópicos a seguir:

- Mutirão Carcerário Permanente;
- Atendimento Jurídico;
- Guias Provisórias e Definitivas;
- Inspeções;
- Saídas Temporárias;
- Mandados de Prisão.

ATENDIMENTO JURÍDICO

A UMF recebe demandas presencialmente e através do SisUMF, estas oriundas da DPE, de egressos e de familiares de presos. Essas demandas incluem informações processuais e denúncias, conforme se observa abaixo.

ABRIL

Na Divisão Jurídica foram atendidos 11 egressos e/ou seus familiares solicitando informações processuais, 19 denúncias, 19 baixas de mandado de prisão, além de registrar 01 preso provisórios há mais de 100 dias.

MAIO

Nesse mês foram atendidos 03 egressos e/ou seus familiares solicitando informações processuais, 24 baixas de mandado de prisão, além de registrar 03 presos provisórios há mais de 100 dias.

JUNHO

Foram atendidos 39 egressos e/ou seus familiares solicitando informações processuais, 13 denúncias, 55 baixas de mandado de prisão, além de registrar

01 presos provisórios há mais de 100 dias.

JULHO

Foram atendidos 07 egressos e/ou seus familiares solicitando informações processuais, 02 denúncias, 177 baixas de mandado de prisão, além de registrar 01 presos provisório há mais de 100 dias.

AGOSTO

Foram atendidos 06 egressos e/ou seus familiares solicitando informações processuais, 39 baixas de mandado de prisão, além de registrar 01 presos provisórios há mais de 100 dias.

SETEMBRO

Na Divisão Jurídica foram atendidos 16 egressos e/ou seus familiares solicitando informações processuais, 01 denúncia, 51 baixas de mandado de prisão, além de registrar 02 presos provisórios há mais de 100 dias.

OUTUBRO

Nesse mês foram solicitados 06 Informações Processuais, 44 baixas de mandado de prisão, além de registrar 01 preso provisório há mais de 100 dias.

NOVEMBRO

Na Divisão Jurídica foram atendidos 20 egressos e/ou seus familiares solicitando informações processuais, 01 denúncia e 163 baixas de mandado de prisão.

GUIAS DE EXECUÇÃO

Informações Gerais

A UMF realiza desde o ano de 2013 a cobrança de guias de execução de réus presos, com o acompanhamento processual dos réus, fazendo análise individualizada pelos sistemas SisUMF, SEEU/CNJ, SIISP/MA, JURISCONSULT, SIGO e THEMIS PG. A movimentação processual é acompanhada tanto na vara de conhecimento, através das cobranças de confecção de guia de

execução penal eletrônica, quanto na vara de execução, através das cobranças de recebimento de guia nas varas de execução.

INSPEÇÕES

As inspeções são realizadas pela UMF, no intuito de fiscalizar o cumprimento de pena dos presos definitivos e provisórios, reunindo informações estatísticas acerca das Unidades Prisionais, verificando pendências processuais dos internos, averiguando problemas de saúde e saúde mental, examinando a estrutura e a administração de cada UPR/Delegacia.

As inspeções, em 2020, foram realizadas na UPR de Coroatá, UPR de Itapecuru-Mirim, APAC de Itapecuru-Mirim, UPR de Rosário, UPR de Chapadinha, UPR de Tutoia, UPR de Caxias, UPR de Codó, CAAE Caxias, Apac de Timon, UPR de Timon, Penitenciária Regional de Timon, Centro Socioeducativo de Internação Provisória da Região dos Cocais, UPR de Acaílandia, Penitenciária Regional de Imperatriz, UPR de Imperatriz, UPR de Davinópolis, UPR de Porto Franco, UPR de Santa Inês, Centro Socioeducativo de Internação Provisória da Região Tocantina, UPR de Pinheiro, Penitenciária Regional de Pinheiro, UPR de Cururupu, UPR de Viana. (Anexo 3 – Fotos2)

TEMPORADAS 2020 – COMPLEXO SÃO LUÍS

Devido a pandemia, foram suspensos todos benefícios de saída temporária, por recomendação Sanitária.

A saída temporária ocorre nas seguintes datas:

Natal/Ano Novo;

Páscoa;

Dia das Crianças;

Dia das Mães;

Dia dos Pais

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Conforme Recomendação nº 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as Audiências

de Custódia não estão sendo realizadas desde o mês de março do corrente ano, em razão de risco de infecção pela Covid-19, conforme:

Art. 8º Recomendar aos Tribunais e aos magistrados, em caráter excepcional e exclusivamente durante o período de restrição sanitária, como forma de reduzir os riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerar a pandemia de Covid-19 como motivação idônea, na forma prevista pelo art. 310, parágrafos 3º e 4º, do Código de Processo Penal, para a não realização de audiências de custódia.

MONITORAÇÃO ELETRÔNICA

Com o objetivo de cumprir a referida Lei, a UMF/TJMA acompanha e disponibiliza mensalmente os números da monitoração por tornozeleira eletrônica fornecidos pela Supervisão de Monitoramento Eletrônico da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SME/SEAP). Este relatório é um instrumento de coleta de informações de interesse da sociedade em geral e, em especial, de órgãos que exercem atividades jurídicas, com a finalidade de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização do Sistema de Monitoramento Eletrônico, além de subsidiar ações governamentais de gestão do programa de vigilância monitorada.

ATIVAÇÕES DE TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS (ESTADO DO MARANHÃO).

ABRIL

Foram ativadas 140 tornozeleiras, sendo 56 na capital e 84 no interior. Nesse mesmo mês haviam 1.288 tornozeleiras ativas e um saldo de 4.712 no estoque, além de 89 monitorados próximo a 100 dias de uso de tornozeleira eletrônica.

MAIO

Foram ativadas 100 tornozeleiras, sendo 50 na capital e 50 no interior. Nesse mesmo mês haviam 1.268 tornozeleiras ativas e um saldo de 4.735 no

estoque, além de 92 monitorados próximo a 100 dias de uso de tornozeleira eletrônica.

JUNHO

Foram ativadas 168 tornozeleiras, sendo 85 na capital e 83 no interior. Nesse mesmo mês haviam 1.359 tornozeleiras ativas e um saldo de 4.641 no estoque, além de 89 monitorados próximo a 100 dias de uso de tornozeleira eletrônica.

JULHO

Foram ativadas 115 tornozeleiras, sendo 55 na capital e 60 no interior. Nesse mesmo mês haviam 1.192 tornozeleiras ativas e um saldo de 4.808 no estoque, além de 59 monitorados próximo a 100 dias de uso de tornozeleira eletrônica.

AGOSTO

Foram ativadas 914 tornozeleiras, sendo 367 na capital e 547 no interior. Nesse mesmo mês haviam 1.207 tornozeleiras ativas e um saldo de 8.793 no estoque, além de 132 monitorados próximo a 100 dias de uso de tornozeleira eletrônica.

SETEMBRO

Foram ativadas 519 tornozeleiras, sendo 222 na capital e 297 no interior. Nesse mesmo mês haviam 1.281 tornozeleiras ativas e um saldo de 8.719 no estoque, além de 35 monitorados próximo a 100 dias de uso de tornozeleira eletrônica.

OUTUBRO

Foram ativadas 339 tornozeleiras, sendo 198 na capital e 141 no interior. Nesse mesmo mês haviam 1.630 tornozeleiras ativas e um saldo de 8.370 no estoque, além de 24 monitorados próximo a 100 dias de uso de tornozeleira eletrônica.

NOVEMBRO

Foram ativadas 235 tornozeleiras, sendo 77 na capital e 158 no interior. Nesse mesmo mês haviam 1.491 tornozeleiras ativas e um saldo de 8.509 no

estoque, além de 55 monitorados próximo a 100 dias de uso de tornozeleira eletrônica.

APAC

A UMF possui, dentre seus principais objetivos, o de articular a criação e instalação de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac's) em todo o Estado do Maranhão, além de acompanhar e monitorar os recuperandos nas Apac's mensalmente.

No Maranhão há atualmente 7 Apac's localizadas nos municípios de Imperatriz, Pedreiras, São Luis, Timon, Viana, Itapecuru-Mirim e Bacabal.

ABRIL

Nesse mês foram registrados 396 recuperandos nas Apac's do Maranhão, sendo que 48 estavam na Apac de Imperatriz, 105 estavam na Apac de Pedreiras, 57 estavam na Apac de São Luis, 82 estavam na Apac de Timon, 42 estavam na Apac de Viana, 35 estavam na Apac de Itapecuru-Mirim e 27 estavam na Apac de Bacabal.

MAIO

Foram registrados 401 recuperandos nas Apac's do Maranhão, sendo que 37 estavam na Apac de Imperatriz, 123 estavam na Apac de Pedreiras, 56 estavam na Apac de São Luis, 89 estavam na Apac de Timon, 38 estavam na Apac de Viana, 34 estavam na Apac de Itapecuru-Mirim e 24 estavam na Apac de Bacabal.

JUNHO

Foram registrados 401 recuperandos nas Apac's do Maranhão, sendo que 48 estavam na Apac de Imperatriz, 122 estavam na Apac de Pedreiras, 56 estavam na Apac de São Luis, 88 estavam na Apac de Timon, 31 estavam na Apac de Viana, 33 estavam na Apac de Itapecuru-Mirim e 23 estavam na Apac de Bacabal.

JULHO

Foram registrados 407 recuperandos nas Apac's

do Maranhão, sendo que 49 estavam na Apac de Imperatriz, 122 estavam na Apac de Pedreiras, 64 estavam na Apac de São Luis, 85 estavam na Apac de Timon, 33 estavam na Apac de Viana, 33 estavam na Apac de Itapecuru-Mirim e 21 estavam na Apac de Bacabal.

AGOSTO

Foram registrados 406 recuperandos nas Apac's do Maranhão, sendo que 49 estavam na Apac de Imperatriz, 122 estavam na Apac de Pedreiras, 66 estavam na Apac de São Luis, 83 estavam na Apac de Timon, 33 estavam na Apac de Viana, 32 estavam na Apac de Itapecuru-Mirim e 21 estavam na Apac de Bacabal.

SETEMBRO

Foram registrados 411 recuperandos nas Apac's do Maranhão, sendo que 48 estavam na Apac de Imperatriz, 121 estavam na Apac de Pedreiras, 70 estavam na Apac de São Luis, 82 estavam na Apac de Timon, 35 estavam na Apac de Viana, 34 estavam na Apac de Itapecuru-Mirim e 21 estavam na Apac de Bacabal.

OUTUBRO

Foram registrados 414 recuperandos nas Apac's do Maranhão, sendo que 52 estavam na Apac de Imperatriz, 122 estavam na Apac de Pedreiras, 59 estavam na Apac de São Luis, 81 estavam na Apac de Timon, 42 estavam na Apac de Viana, 34 estavam na Apac de Itapecuru-Mirim e 24 estavam na Apac de Bacabal.

NOVEMBRO

Foram registrados 431 recuperandos nas Apac's do Maranhão, sendo que 52 estavam na Apac de Imperatriz, 134 estavam na Apac de Pedreiras, 61 estavam na Apac de São Luis, 79 estavam na Apac de Timon, 44 estavam na Apac de Viana, 39 estavam na Apac de Itapecuru-Mirim e 22 estavam na Apac de Bacabal.

DIVISÃO ESTRUTURAL TÉCNICA

SAÚDE PRISIONAL

ABRIL E MAIO

Foram realizadas reuniões dos Grupos de Trabalho GT-Nina e GT-PAI/MA, com representantes do Poder Judiciário, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Defensoria Pública Estadual com o intuito de analisar, discutir e propor soluções a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis à pessoa com transtorno mental (PTM) ou suspeita, sob custódia do Estado do Maranhão.

Resta esclarecer que, em decorrência das medidas necessárias para a prevenção do contágio pelo novo Coronavírus (Covid-19), as inspeções presenciais às unidades prisionais e ao Hospital Nina Rodrigues estão suspensas.

JUNHO

Realizaram-se reuniões dos grupos de trabalho GT-Nina e GT-PAIMA, com representantes do Poder Judiciário, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Defensoria Pública Estadual com o intuito de analisar, discutir e propor soluções a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis à pessoa com transtorno mental (PTM) ou suspeita, sob custódia do Estado do Maranhão.

Foram pautadas a situação de pacientes judiciários com o Plano Terapêutico de Acompanhamento (PTA) protocolados, sendo solicitado a intermediação da UMF junto às unidades judiciais; relacionou-se as providências a serem tomadas para a desinstitucionalização de alguns pacientes; discutiu-se a mobilização necessária a manutenção das Equipes de Atenção Psicossociais (EAP), face a portaria do Ministério da Saúde para a extinção desse serviço, o que fragiliza a política antimanicomial e debateu-se sobre outros assuntos que tem como

finalidade garantir assistência a essa população.

A UMF encaminhou expediente a todas as comarcas do Estado solicitando informações acerca do número de processos criminais em trâmite nas unidades jurisdicionais com réus presos/internados, portadores de doença mental comprovada ou sob verificação, sendo também enviado à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, ofício solicitando a relação nominal de todos os pacientes judiciários mantidos em unidades de atendimento hospitalar e prisional do Estado, com indicação daqueles que contam com mais de 180 (cento e oitenta) dias de internação, para fins de controle estatístico e planejamento de ações a serem desenvolvidas.

No dia 04/06/2020, o chefe da Divisão Estrutural Técnica realizou visita à equipe técnica do Hospital Nina Rodrigues para apresentar a nova gestão do setor e obter informações relativas à estrutura física (restaurante, ala feminina, ala masculina, enfermaria), obras daquele hospital que se encontram paralisadas e verificação de atendimento às recomendações de prevenção ao Covid-19.

JULHO

Realizaram-se reuniões dos grupos de trabalho GT-Nina e GT-PAIMA, com representantes do Poder Judiciário, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Defensoria Pública Estadual com o intuito de analisar, discutir e propor soluções a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis à pessoa com transtorno mental (PTM) ou suspeita, sob custódia do Estado do Maranhão.

Foram pautadas a situação de pacientes judiciários com PTAs protocolados, sendo solicitado a intermediação da UMF junto às unidades judiciais; relacionou-se as providências a serem tomadas para a desinstitucionalização de alguns pacientes; colaboração da UMF na elaboração da identidade visual da cartilha PAIMA, por meio da assessoria

de comunicação do TJ/MA.

Ressalta-se que foi realizada inspeção na Unidade Prisional de Ressocialização 4 (UPSL 4), em conjunto com a 1ª Vara de Execuções Penais (1ª VEP), onde foram prestados esclarecimentos acerca da assistência à saúde das pessoas custodiadas naquela Unidade, relatando que os mesmos são atendidos no núcleo de saúde, que abrange o público da UPSL 4 e UPSL 5. O referido núcleo conta com atendimento médico, clínico e psiquiátrico, odontológico e de enfermagem. Quando questionado acerca do atendimento psicossocial, foi referenciado que os reeducados recebem essa assistência no próprio estabelecimento penal.

AGOSTO

Realizou-se reunião do grupo de trabalho e GT-PAIMA, com representantes do Poder Judiciário, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Defensoria Pública Estadual com o intuito de analisar, discutir e propor soluções a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis à pessoa com transtorno mental (PTM) ou suspeita, sob custódia do Estado do Maranhão.

Foi pautado a necessidade de fortalecimento do PAIMA, em virtude da ausência de algumas Instituições nas reuniões; faz-se mister o agendamento de reuniões com as instituições que assinaram o TAC em 2017 e a possibilidade desta Unidade de Monitoramento secretariar, em conjunto com a EAP, o PAIMA averiguando, ainda, a possibilidade de organização do sistema integrado.

Vale ressaltar que esta divisão técnica realizou o levantamento, via sistema SEEU, do quantitativo de medidas de segurança instauradas no Estado do Maranhão, a saber 242 medidas, das quais 120 são medidas de segurança detentiva e 122 medidas de segurança restritiva.

No referido mês, foi realizado, ainda, inspeção em quatro estabelecimentos penais, a saber: Rosário,

Itapecuru, Chapadinha e Tutóia.

Em relação ao presídio de Rosário, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e uma técnica de enfermagem, não há médico no quadro funcional, sendo demandado do município de Rosário. Ressalta-se que, não há prioridade de atendimento ao presídio, quando surge algum tipo de demanda. Não obtivemos informações acerca das assistências prestadas no âmbito psicológico, nem social, bem como, não nos foi informado o quantitativo de internos que fazem uso de psicotrópicos.

No que tange ao presídio de Itapecuru, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e uma técnica de enfermagem, embora não haja médico no quadro funcional, o clínico geral do município realiza atendimento semanalmente na Unidade. Não obtivemos informações acerca das assistências social e psicológica. Neste estabelecimento, 07 (sete) reeducandos fazem uso de psicotrópico.

No que se refere ao presídio de Chapadinha, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e uma técnica de enfermagem, não há médico no quadro funcional. Quando necessário, utiliza-se o profissional do município, entretanto, não há periodicidade deste atendimento. A UPR conta com uma profissional de Serviço Social e uma de Psicologia que realizam atendimentos diários. Ressalta-se que 20 (vinte) reeducandos fazem uso de psicotrópicos.

Quanto ao presídio de Tutóia, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e uma técnica de enfermagem, não há médico no quadro funcional, sendo demandado do município de Tutóia, entretanto, sem regularidade. Não obtivemos informações acerca da assistência psicossocial. Neste estabelecimento, um reeducando faz uso de psicotrópico.

SETEMBRO

No mês de setembro, foram realizadas as reuniões dos grupos de trabalho GT-Nina e GT-

PAIMA, com representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Defensoria Pública Estadual com o intuito de analisar, discutir e propor soluções a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis à pessoa com transtorno mental (PTM) ou suspeita, sob custódia do Estado do Maranhão.

No GT-PAIMA, foi pautado a necessidade de sensibilização do judiciário quanto ao fluxo do PAIMA, visto que, faz-se mister a efetividade do provimento nº 24/2020 CGJMA, criação de um boletim bimêstral referente aos meses de julho e agosto/2020, divulgando os quantitativos de ações de cada parceira em relação ao PAIMA e a elaboração da cartilha de orientação, contendo histórico do programa, principais atores e fluxo de atendimento de cada instituição.

No GT-Nina, discutiu-se a situação de sete pacientes judiciais, bem como, as providências da UMF em cada caso, a necessidade de informação da situação jurídica dos mesmos para posterior elaboração de PTA, possibilidade de realização de força tarefa, pela SEAP, em relação à situação jurídica dos pacientes, ampliação de vagas dos Serviços de Residências Terapêuticas – SRT em Imperatriz e agendamento de audiência de desinternação de cinco pacientes.

No referido mês, foi realizado, ainda, inspeção em cinco estabelecimentos penais nas cidades de Caxias, Codó, Coroatá e Timon.

Em relação ao presídio de Caxias, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e três técnicas de enfermagem, não há médico no quadro funcional, sendo demandado do município de Caxias. Ressalta-se que, não há prioridade de atendimento ao presídio, quando surge algum tipo de demanda. A unidade dispõe de uma profissional de serviço social e outra de psicologia que realizam atendimento diário aos reeducandos. Naquela UPR, fomos informados que 35 internos fazem uso de

psicotrópicos.

No que tange ao presídio de Codó, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e três técnicas de enfermagem, embora não haja médico no quadro funcional, o clínico geral do município realiza atendimento semanalmente na Unidade. A equipe psicossocial é composta por uma assistente social e uma psicóloga que realizam atendimento diário aos internos. Naquele estabelecimento, 24 (vinte e quatro) reeducandos fazem uso de psicotrópico.

No que se refere ao presídio de Coroatá, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e uma técnica de enfermagem, embora não haja médico no quadro funcional, o município cede esse profissional para que realize atendimento duas vezes por semana na Unidade. A UPR conta com uma profissional de Serviço Social, que está afastada por integrar o grupo de risco à Covid-19, e uma Psicóloga que realiza atendimento diário aos internos. Ressalta-se que 19 (dezenove) reeducandos fazem uso de psicotrópicos.

Quanto a UPR Timon, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem, não há médico no quadro funcional, entretanto, o médico da rede pública realiza atendimento na UPR duas vezes por semana. A Unidade dispõe de duas assistentes sociais e uma psicóloga. Naquele estabelecimento, 26 (vinte e seis) reeducandos fazem uso de medicação psicotrópica.

Com relação a Penitenciária Regional de Timon, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem, não há médico no quadro funcional, entretanto, o médico da rede pública realiza atendimento naquela Penitenciária duas vezes por semana. A Unidade ainda dispõe de uma assistente social que realiza atendimento diariamente aos internos, não obtivemos informações acerca do atendimento psicológico. Naquela Unidade, 90 (noventa) reeducandos fazem uso de psicotrópico.

OUTUBRO

No mês de outubro, foram realizadas reuniões dos grupos de trabalho GT-Nina e GT-PAIMA, com a participação dos representantes acima citados, dando continuidade ao planejamento e execução de políticas públicas a fim de garantirmos assistência aos pacientes judiciários em conflito com a lei.

Procedemos com o mapeamento, via sistema Themis PG, de todos os incidentes de insanidade mental instaurados no Estado do Maranhão, a saber 1097, dos quais 334 nas Comarcas da Ilha de São Luís e 763 nas Comarcas do interior do Estado.

No referido mês, foi realizado, ainda, inspeção em seis estabelecimentos penais nas cidades de Açailândia, Davinópolis, Imperatriz, Porto Franco e Santa Inês.

Em relação ao presídio de Açailândia, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira, que está afastada em virtude de compor o grupo de risco da Covi-19, e duas técnicas de enfermagem, não há médico no quadro funcional, sendo demandado do município de Caxias. A unidade dispõe de uma profissional de serviço social e outra de psicologia que realizam atendimento diário aos reeducandos. Naquela UPR, fomos informados que 16 (dezesesseis) internos que fazem uso de psicotrópicos.

No que tange ao presídio de Davinópolis, a equipe de saúde é composta por uma três enfermeiras, sendo uma do quadro funcional e duas por meio de parceria celebrada com o município que aderiu a Política Nacional de Atenção Integrada a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP, três técnicas de enfermagem, sendo duas do quadro funcional e uma da PNAISP, embora não haja médico no quadro funcional, o clínico geral do PNAISP realiza atendimento semanalmente na Unidade. A equipe psicossocial é composta por duas assistentes sociais, uma do quadro funcional e outra da PNAISP e uma psicóloga que realizam atendimento diário aos internos. Não obtivemos informação acerca do quantitativo de pessoas privadas de liberdade que

fazem uso de medicação psicotrópica.

No que se refere a UPR de Imperatriz a equipe de saúde é composta por duas enfermeiras e quatro técnicas de enfermagem, embora não haja médico no quadro funcional, o município cede esse profissional para que realize atendimento duas vezes por semana na Unidade, em virtude do convênio da PNAISP. A UPR dispõe de uma profissional de Serviço Social e uma Psicóloga que realizam atendimento diário aos internos. Ressalta-se que 38 (trinta e oito) reeducandos fazem uso de psicotrópicos.

Quanto a Penitenciária Regional de Imperatriz, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira, do quadro da SEAP e duas do PNAISP, quatro técnicas de enfermagem e o médico da PNAISP que atende semanalmente no presídio. A Unidade dispõe de uma assistente social e uma psicóloga. Não obtivemos informação acerca do quantitativo de pessoas privadas de liberdade que fazem uso de medicação psicotrópica.

Com relação ao presídio de Porto Franco, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem, não há médico no quadro funcional, quando necessitam de atendimento, os internos são encaminhados para a rede pública. A Unidade ainda dispõe de uma assistente social e uma psicóloga que realizam atendimento rotineiro aos privados de liberdade. Ressalta-se que, consoante relato em inspeção, 10 (dez) pessoas fazem uso de medicação psicotrópica.

No que diz respeito ao presídio de Santa Inês, integram a equipe de saúde uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem, não há médico no quadro funcional, sendo este atendimento prestado pela rede pública quando o reeducando necessita. A equipe psicossocial é composta por uma assistente social e uma psicóloga que realizam atendimento diário aos custodiados. Naquele presídio, 08 (oito) reclusos fazem uso de psicotrópico.

NOVEMBRO

Realizaram-se reuniões dos grupos de trabalho GT-Nina e GT-PAIMA, com representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Defensoria Pública Estadual com o intuito de analisar, discutir e propor soluções a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis à pessoa com transtorno mental (PTM) ou suspeita, sob custódia do Estado do Maranhão.

No GT-Nina, discutiu-se a situação de doze pacientes judiciais, bem como, as providências da UMF em cada caso, principalmente, no que diz respeito ao encaminhamento dos processos que tramitam nas Varas do interior, cujo paciente encontra-se cumprindo medida de segurança no Hospital Nina Rodrigues - HNR. Discutiu-se a situação de seis pacientes que estão com o Plano Terapêutico de Acompanhamento - PTA protocolado, entretanto, sem decisão judicial; A necessidade de transferência para o HNR de dois pacientes que estão cumprindo medida de segurança em um presídio da capital; A atualização de PTA de um paciente que teve a decisão de desinternação revogada e a sugestão, pela 2VEP, de duas datas para realização de audiência de desinternação.

No GT-PAIMA, foi pautado questões críticas relativas às internações provisórias e definitivas de pessoas com transtorno mental custodiadas em estabelecimentos prisionais, bem como, apontados pela UMF, a situação de onze pacientes que estão privados de liberdade nas penitenciárias do Estado, dos quais, oito com medida de segurança e três com internações provisórias; tratou-se das peculiaridades relativas as decisões judiciais e suas determinações acerca dos encaminhamentos ao HNR; discutiu-se a situação dos dados referentes aos pacientes judiciais em conflito com a lei no cenário nacional e no âmbito estadual, sendo destacado pela UMF os quantitativos de incidentes de insanidade mental instaurados no Estado, a saber, 1097, bem como,

os que dispõem de medida de segurança no Estado que são 241. Durante a reunião do GT-PAIMA, a UMF apresentou uma proposta de fluxograma do provimento 24/2020, para apreciação e discussão do grupo. Restou assentado prazo para a elaboração de sugestões por todos os autores do GT.

Realizou-se ainda, visita técnica ao Hospital Nina Rodrigues objetivando conhecer a estrutura e instalações dos pacientes judiciais por parte da equipe da divisão técnica desta UMF. Na ocasião, fomos recebidos pelo assessor jurídico do HNR e pela diretora da equipe da SEAP. Durante a visita, conversamos com alguns pacientes judiciais, que manifestaram o desejo de participar de oficinas terapêuticas e apontaram questões referentes a processo judicial e contato com a família, conversamos, ainda, com o setor de saúde, a saber, médico, enfermeira e técnica de enfermagem, que informaram sobre a rotina de atendimento aos pacientes.

No referido mês, foi realizado, ainda, inspeção em quatro estabelecimentos penais nas cidades de Cururupu, Pinheiro e Viana.

Em relação ao presídio de Cururupu, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem, não há médico no quadro funcional, sendo demandado do município de Cururupu. A unidade dispõe de uma profissional de serviço social e outra de psicologia que realizam atendimento diário aos reeducandos. Ressalta-se que nenhum interno faz uso de psicotrópico, naquele presídio.

No que se refere UPR Pinheiro, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e duas técnicas de enfermagem. O município aderiu a Política Nacional de Atenção Integrada a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP, e há médico realizando atendimento, duas vezes por semana, naquela Unidade. A equipe psicossocial é composta por uma assistente social e uma psicóloga que realizam atendimento diário aos internos. Naquele estabelecimento penal, três internos fazem uso de medicação psicotrópica.

Quanto a Penitenciária Regional de Pinheiro, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem e o médico da PNAISP que atende duas vezes por semana no presídio. A Unidade dispõe de uma assistente social e uma psicóloga. Naquela penitenciária, quatorze reeducandos fazem uso de psicotrópico.

Com relação ao presídio de Viana, a equipe de saúde é composta por uma enfermeira e uma técnica de enfermagem, não há médico no quadro funcional, quando necessitam de atendimento, os internos são encaminhados para a rede pública do município. A Unidade ainda dispõe de uma assistente social e uma psicóloga que realizam atendimento rotineiro aos privados de liberdade. Ressalta-se que, consoante relato em inspeção, quatorze reeducandos fazem uso de medicação psicotrópica.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A UMF, através da Divisão Estrutural Técnica monitora e fiscaliza a execução das medidas socioeducativas de adolescentes em conflito com a lei, visando garantir o exercício de direitos individuais e sociais, a que se propõe tais medidas.

ATIVIDADES REALIZADAS - REUNIÕES/ EVENTOS/VISITAS INSTITUCIONAIS

Conforme solicitação constante no MEMO-ACP – 922020, seguem abaixo, de forma objetiva, as atividades desenvolvidas em 2020, relativo ao período de 24 de abril a 30 de novembro, referentes às medidas socioeducativas.

Ressalta-se que são elaborados os relatórios mensais das medidas socioeducativas (Programa 12), que contém os dados informados pelas unidades de internação da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC, no Estado do Maranhão. Tais informações subsidiam as ações da UMF em seu compromisso de acompanhar, monitorar, aperfeiçoar e fiscalizar o sistema de execução das medidas socioeducativas.

BRIL

Em virtude da declaração pública de situação de pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS, foi dada continuidade as ações traçadas no plano de trabalho contingencial, pautadas nas orientações contidas nos diversos atos normativos com medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19), com o intuito de prestar os atendimentos necessários, compatibilizando-os com a preservação da saúde.

MAIO

No mês de maio, com o início da nova gestão na Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, a chefia da Divisão Estrutural Técnica realizou contatos com as instituições envolvidas no sistema socioeducativo, respeitando as medidas sanitárias em prevenção à infecção pelo Covid 19.

JUNHO

Em junho, em atendimento à determinação oriunda da Corregedoria Geral da Justiça, a UMF prestou esclarecimentos acerca das medidas tomadas para assegurar os direitos de adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional em período de pandemia pela COVID-19, subsidiando assim, resposta a ser encaminhada ao Instituto Alana - Programa Prioridade Absoluta.

Realizaram-se reuniões sistemáticas entre a UMF e demais atores envolvidos com o sistema socioeducativo para acompanhar e propor práticas preventivas à propagação da infecção pelo Covid-19.

JULHO

No referido mês, realizou-se reunião, em ambiente virtual, entre UMF, as Varas da Infância e Juventude (2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca da Ilha, Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz e Vara da Infância e Juventude da Comarca de Timon) e a coordenadora estadual do programa “Justiça Presente” – CNJ, tendo como pauta

a pandemia no sistema socioeducativo, situação das unidades socioeducativas que estão previstas e em construção e destaques para a reunião dos GMF da Região Nordeste com o DMF.

AGOSTO

Nesse mês, a UMF solicitou à presidência da FUNAC, o cronograma de execução da obra da Unidade de Imperatriz com possível previsão de conclusão de toda ou de parte da citada obra, com o intuito de subsidiar o diálogo com o juízo da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz sobre a possibilidade de reconsideração da decisão de recâmbio dos 06 (seis) adolescentes da referida Comarca. Ocorreu reunião presencial da Divisão Estrutural Técnica-UMF com membros da FUNAC, para tratar, dentre outros assuntos, o instrumental a ser encaminhado ao mencionado setor com os dados necessários para a construção de relatórios.

SETEMBRO

Na data de 14/09/20, a UMF realizou inspeções *in loco* no Centro Socioeducativo de Internação Provisória da Região dos Cocais – CSIPRC e Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Timon – CSST, foram verificadas a conjuntura física e estrutural desses centros, o acesso à água, limpeza dos prédios, higiene, alimentação disponibilizada, a capacidade de lotação, o corpo de funcionários, as condições de segurança, à assistência à saúde, psicossocial, pedagógica e religiosa, atividades recreativas, conduta dos agentes em relação aos adolescentes e o cumprimento dos protocolos relativos às medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19), (Anexo 7 – Foto4).

Nesse mesmo mês, nos dias 15 e 16, aconteceu o seminário “Fortalecendo a Intersetorialidade da Socioeducação na Região Sul do Maranhão” realizado pela FUNAC, com o objetivo de fortalecer a rede intersetorial de políticas públicas do atendimento socioeducativo na referida região. A UMF auxiliou na mobilização dos juizes das comarcas da região

Tocantina e Sul do Maranhão para participação no mencionado seminário, assim como participação de servidora desta Unidade no evento.

OUTUBRO

No dia 13/10/2020, realizou-se reunião entre a UMF, a FUNAC e a Coordenação Estadual do Programa Fazendo Justiça (CNJ), com o intuito de estreitar os laços entre as instituições e tratar a respeito dos números atuais do sistema socioeducativo, do protocolo utilizado para os casos de Covid-19 em todo Estado; da retomada das atividades educacionais e profissionalizantes; da retomada das visitas dos familiares; do tratamento para os casos de saúde mental e da instituição da Comissão Estadual Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE.

Na data de 20/10/20, a UMF realizou inspeções *in loco* no Centro Socioeducativo Semear - CSS em Imperatriz, com o objetivo de averiguar as condições gerais das unidades fiscalizadas, assim como as ações e desdobramentos relativos ao enfrentamento decorrente da pandemia. (Anexo 8 - Fotos5 e 6).

A UMF participou da reunião virtual realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 21/10/20, quando foi apresentado o programa “Fazendo Justiça” para o sistema socioeducativo. Foram destacados os seguintes projetos: Central de Vagas - Ocupação Taxativa de Vagas, Aperfeiçoamento dos Sistemas de Informação do Socioeducativo, Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa, Implementação, Qualificação e Difusão dos Núcleos de Atendimento Integrado (NAI), Disseminação das Audiências Concentradas no Sistema Socioeducativo, Fortalecimento e Acesso a Programas de Profissionalização e Aprendizagem no Socioeducativo, Plano Nacional de Fomento à Leitura.

NOVEMBRO

Atendendo a uma solicitação do Centro

Socioeducativo de Internação Provisória da Região dos Cocais – CSIPRC, a UMF encaminhou ao setor responsável pela gestão de Material e Patrimônio do TJMA, o pedido de doação de armários ao referido Centro, resultando na alienação dos referidos bens àquela Instituição, evidenciando o compromisso desse Tribunal em fortalecer os projetos pedagógicos, incentivar a leitura e estimular a aprendizagem dos socioeducandos, sendo a entrega realizada à representante da FUNAC no dia 03/11/2020.

DIVISÃO DO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO INTRODUÇÃO

O Programa Começar de Novo trabalha com três eixos de atuação: documentação civil básica, inserção no mercado de trabalho e qualificação profissional. Cabe destacar que este último eixo ocorre mais no nível da articulação com as instituições capacitadoras, no sentido de inserir o público do Programa Começar de Novo e que não apresenta uma demanda significativa, visto que a busca pelo Programa é primeiro pela ausência de algum documento, senão de todos e a necessidade de uma oportunidade de trabalho.

O Programa Começar de Novo vem redefinindo suas ações, a partir do que indica o Eixo 3 do Programa Justiça Presente do CNJ, para a adoção da metodologia dos Escritórios Sociais e da Resolução Nº 307 do mesmo órgão, que trata da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas no âmbito do Poder Judiciário.

ABRIL

08/04 – Reunião por vídeo conferência com a Coordenadora Estadual do Justiça Presente para tratar sobre a Resolução Nº 307/19, do Conselho Nacional de Justiça que versa sobre a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas no âmbito do Poder Judiciário.

16/04 – Participação da equipe do Programa juntamente com a Coordenadora Estadual do

Justiça Presente no Maranhão, no Webinar – Qualificação dos Escritórios Sociais, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça através do Programa Justiça Presente, para tratar da implementação da Metodologia dos Escritórios Sociais, da execução dos Planos de Trabalhos elaborados, da gestão dos Escritórios Sociais e do Monitoramento das atividades.

23/04 – Participação da equipe do Programa no Webinar sobre o Eixo 3 do Programa Justiça Presente, que objetivou discutir estratégias de integração entre o Começar de Novo e a Política Nacional de Atenção às pessoas egressas no âmbito do Poder Judiciário, conforme previsto na Resolução Nº 307/19 do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse mês foram localizados 11 CPF's na Base da Receita Federal através do acesso ao e-CAC, sendo esse o documento acessado através da Ação do Programa Começar de Novo no mês de abril.

MAIO

07/05 – Participação da equipe do Programa e o Coordenador executivo da UMF, na Apresentação online de Diretores e Gestores do Sistema Prisional, organizada pelo Departamento Penitenciário.

27/05 – Reunião por vídeo conferência para apresentação do Programa Justiça Presente pela Coordenadora estadual à nova chefe do Programa Começar de Novo. Na ocasião tratou-se também sobre a redefinição do Começar de Novo e da formação da Rede de Apoio à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.

28/05 – Reunião por vídeo conferência de apresentação do trabalho da Supervisão de Reintegração Social da SEAP, realizada pela chefe da supervisão que tratou ainda da Política de Atenção ao Egresso, para a nova chefe do Programa Começar de Novo.

29/05 – Reunião por vídeo conferência da equipe do Começar de Novo com a Coordenadora estadual do Justiça Presente, para tratar sobre o novo direcionamento do Programa, a partir da Resolução

Nº 307 do Conselho Nacional de Justiça, além de tratar sobre o trabalho em rede e documentação aos apenados e da retomada de discussão sobre incentivo fiscal aos empresários que empregarem mão de obra de pessoas apenadas e egressas do sistema carcerário.

Por Intermédio da ação do Programa Começar de Novo 03 documentos foram emitidos/avessados no mês de maio, sendo 02 Certidões (01 de nascimento e 01 de casamento) e 01 CPF – consulta realizada ao site da Receita Federal.

JUNHO

02/06 – Participação da equipe do Programa na videoconferência que tratou do Decreto da Lei Estadual Nº 10.182/14 e do Fluxo, com a representante do Programa Justiça Presente e representantes da SEAP.

10/06 – Participação na reunião por videoconferência que tratou sobre o Projeto de Biometria do Programa Justiça Presente que será realizada nos presídios do Maranhão.

15/06 – Participação na 1ª reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do ano, realizada por videoconferência, que teve como pauta os aspectos relacionados à Covid-19 nas unidades prisionais, inspeções virtuais e monitoramento eletrônico.

24/06 – Discussão em videoconferência com a representante do Programa Justiça Presente no Maranhão e a supervisora da Reintegração Social da SEAP, sobre a construção da Rede de Apoio as Pessoas Egressas – RAESP no Estado.

25/06 – Realização de videoconferência com a supervisora do Psicossocial da SEAP, para tratar sobre documentação e registro de filhos de pessoas presas.

30/06 – Reunião em videoconferência com a representante estadual do Programa Justiça Presente e a supervisora da Reintegração Social da SEAP, objetivando tratar do levantamento de Ativos para a RAESP

JULHO

03/07 – Reunião, por videoconferência, realizada pela representante do Programa Justiça Presente no Maranhão, tendo como participantes a equipe do Começar de Novo e a supervisora da Reintegração Social da SEAP (Secretaria de Administração Penitenciária), para tratar sobre o levantamento do mapa de ativos (possíveis parceiros) para a RAESP.

07/07 – Reunião por videoconferência com a representante do Programa Justiça Presente e a supervisora da Reintegração Social da SEAP, objetivando alinhar sobre o fluxo para aplicação da lei e tratar sobre as famílias de apenados cadastradas no CadÚnico.

Nesse período, realizou-se visitas aos cartórios de São Luís-MA, objetivando a entrega de ofícios para a busca e emissão da segunda via da certidão de nascimento e casamento de apenados, egressos e seus familiares, além do recebimento de certidões emitidas. Dessa forma, foram recebidas 05 Certidões de Nascimento, sendo que 01 fora enviada pela Corregedoria do Estado do Piauí e 11 Certidões Negativas recebidas dos Cartórios acerca de documentos não localizados.

AGOSTO

27/08 – Reunião por videoconferência, para tratar sobre a implantação dos Escritórios Sociais em municípios maranhenses: Itapecuru-Mirim, Bacabal e Timon, com a articulação do Tribunal de Justiça e a Secretaria de Administração Penitenciária.

No período, realizou-se visitas aos cartórios de São Luís-MA, objetivando a entrega de ofícios para a busca e emissão da segunda via da certidão de nascimento e casamento de apenados, egressos e seus familiares, além do recebimento de certidões emitidas. Dessa forma, foram recebidas 03 Certidões de Nascimento, sendo que 01 fora enviada pela Corregedoria do Estado de São Paulo, além de 01 Certidão Negativa recebida da Corregedoria do Estado do Piauí acerca de registro de nascimento não localizado.

SETEMBRO

01/09 – reunião realizada por videoconferência, pela coordenadora estadual do Justiça Presente, para tratar sobre a implantação de Escritórios Sociais no interior do Estado, dessa forma participaram as juízas de Itapecuru-mirim e Bacabal que pretendem implantar os Escritórios nos municípios em que atuam, além da equipe do Começar de Novo que participou para apoiar a ação.

15/09 – participação no webinar: Intercâmbio entre redes, em que tratou-se sobre a importância da construção de redes de atenção à pessoa egressa os desafios de controle social e a garantia de direitos durante e após a pandemia.

As demandas de documentação recebidas no SisUMF, foram tratadas, alimentando o sistema com informações acerca do pedido ou arquivando conforme o caso, além disso, foram encaminhadas solicitações de busca e emissão de certidão de nascimento e casamento aos cartórios do Maranhão e às Corregedorias da Justiça dos demais Estados do país e foram recebidas um total de 04 Certidões de Nascimento, emitidas pelos cartórios de São Luís-MA e 01 Certidão Negativa enviada pela Corregedoria do Estado do Pará, acerca de registro de nascimento não localizado.

OUTUBRO

01/10 – reunião realizada na Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPIS), com a supervisora do Psicossocial e da Reintegração Social da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) e Defensoria Pública, para tratar sobre acesso a documentação aos apenados.

06/10 – reunião com a coordenadora estadual do Programa Fazendo Justiça e a supervisora da Reintegração Social da SEAP, para discutir e organizar a 1ª reunião com diversos atores do setor público e da sociedade civil para a implantação da Rede de Atenção a Pessoa Egressa do Sistema Penitenciário (RAESP).

4/10 – participação na reunião com a

coordenadora estadual do Programa Fazendo Justiça, a coordenadora executiva da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) e as juízas das comarcas de Itapecuru-Mirim e Bacabal, objetivando discutir sobre a implantação dos Escritórios Sociais nesses municípios. Na ocasião, foi decidido sobre a elaboração de uma Carta Compromisso, para os candidatos às prefeituras dos respectivos municípios, no sentido de obter apoio do executivo local no que se refere a implementação de ações previstas na Resolução 307/2019 do Conselho Nacional de Justiça, que trata da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional.

15/10 – realização de reunião com o Superintendente da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia do Maranhão, para tratar sobre a possibilidade de vaga de trabalho para apenados e egressos do sistema carcerário, considerando que várias empresas recebem incentivos fiscais do Estado e como contrapartida devem cumprir acordo ligado a responsabilidade social.

21/10 – participação na reunião de trabalho do Programa Fazendo Justiça com o Maranhão, que tratou de colher subsídios para a atualização do Plano Executivo Estadual para o biênio 2020-2022.

22/10 – visita a empresa Consórcio da ilha, que está construindo o Hospital da Ilha de São Luís, para tratar sobre egresso encaminhado pelo Programa Começar de Novo há um ano efetivado na empresa.

29/10 – reunião na coordenação de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, para tratar sobre a Lei 10.182/14.

Acerca da documentação foram enviadas solicitações de busca e emissão de certidão de nascimento e casamento aos cartórios do Maranhão e às Corregedorias da Justiça dos demais Estados do país e foram recebidas um total de 02 Certidões de Nascimento, emitidas pelos cartórios do Maranhão.

NOVEMBRO

Nesse mês, o Programa Começar de Novo, no sentido de contribuir para a construção da rede de atenção a pessoa egressa participou ou realizou as seguintes reuniões:

03/11 – reunião com a Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça/CNJ, para alinhamento da reunião virtual de apresentação da Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional – RAESP/MA.

10/11 – Realização da reunião virtual de apresentação da RAESP/MA, com a participação da Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça, a Coordenadora Executiva da UMF, representantes da RAESP/RJ e diversos atores do Poder Público e sociedade civil.

Acerca da documentação foram enviadas solicitações de busca e emissão de certidão de nascimento e casamento aos cartórios do Maranhão e às Corregedorias da Justiça de outros Estados do país, sendo recebidas um total de 03 Certidões de Nascimento, das quais 02 foram emitidas por

cartórios de registro civil do Maranhão e 01 do Estado do Pará e 01 Certidão de Casamento emitida por cartório do interior do Maranhão.

• 2021

A Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF), tem como uma de suas principais diretrizes de trabalho a promoção da articulação das diversas instituições governamentais e não governamentais que atuam nas mais diferentes áreas que compõem o conjunto de ações na área da execução penal. A realização de reuniões interinstitucionais, como a do Grupo de Monitoramento Carcerário (GMF), campanhas, audiências públicas, eventos e constituem parte do planejamento estratégico elaborado pela UMF afim de que, junto aos Poderes Públicos e sociedade civil organizada, possa atuar na busca pelo aprimoramento do sistema carcerário maranhense (fotos em anexo).

PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES

JANEIRO

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
01	18	Planejamento de atividades da UMF para 2021.	Gestores da UMF	UMF
02	19	Divulgação do Chatbot Sisumf.	Equipe da UMF e Equipe da SEAP	SEAP
03	20	Reunião para tratar do Projeto de presos provisórios.	Equipe da UMF, Informática TJMA e SEAP	UMF
04	21	Reunião com a CIAPIS para construir o trabalho de atenção a pessoa pré-egressa e suas famílias (saída humanizada).	Equipe do Programa Começar de Novo	CIAPS
05	21	Divulgação Chatbot na Apac.	Equipe da UMF e membros da APAC	Apac de São Luis
06	21	Reunião para alinhar possíveis distorções do fluxo que trata da implementação da Lei 10.182/2024.	Luciana (SAF), Perla (Div. Começar de Novo), Claudia Gouveia (Assessoria CNJ), Monica (SRS), Simone (SRS) e Giselia (AEF)	Sala de reunião da 2ª VEP

FEVEREIRO

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
-----	------	---------	---------------	-------

07	04	Reunião com o Dr. Roberto Abreu para tratar sobre o PJE Criminal.	Dr. Roberto Abreu e equipe da UMF	Videoconferência
08	05	Divulgação do Chatbot, no período de 01.02 a 05.02 nas Unidades Prisionais de Itapecuru-Mirim, Rosário, Chapadinha e Tutóia	Equipe da UMF	Unidades Prisionais de Itapecuru-Mirim, Rosário, Chapadinha e Tutóia
09	08	Reunião virtual como Dr. Elismar (Juiz de Timon) para discutir sobre os escritórios sociais	Dr. Elismar e equipe da UMF	Videoconferência
10	11	Reunião na Unidade feminina para tratar sobre a saúde mental, situação das mulheres encarceradas e dia internacional da mulher	Equipe da UMF e SEAP	SEAP
11	12	Divulgação do Chatbot no período 08 a 12/02 nas Comarcas de Coroatá, Codó, Caxias e Timon	Equipe da UMF	Comarcas de Coroatá, Codó, Caxias e Timon

MARÇO

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
12	03	Reunião com a equipe da Divisão Jurídica da UMF para tratar dos projetos 2021	Membros da Divisão Jurídica da UMF	Videoconferência
13	09	Reunião com o Dr. Francisco (Juiz da VEP) para tratar sobre Guias de Recolhimento	Dr. Francisco (Juiz da VEP), membros da UMF e da VEP	Videoconferência
14	16	Reunião com a FEBAC para discutir as Apac's no Maranhão	FEBAC e Thaís Muniz (Coordenadora da UMF) e Luciana Braga (Chefe da Divisão Jurídica)	Videoconferência
15	17	Reunião para discutir com a equipe da UMF para discutir alterações do Hotsite	Equipe da UMF	UMF
16	18	Reunião com os Juizes que receberão os escritórios sociais	Claudia Gouveia, Perla Diniz, Dra. Mirela, Dra. Glauca e Dr. Erismar	Videoconferência
17	22	Reunião para tratar sobre o fortalecimento das audiências de custódia e a realização de eventos pelo CNJ sobre a temática	Dr. Marcelo Moreira (UMF), Luciana Braga (UMF), Thaís Muniz (UMF), Claudia Gouveia e Maressia (Consultoras do CNJ)	Videoconferência
18	24	Reunião para integração de sistemas- Projeto Data UMF e Mapa interativo	Equipe da UMF e SEAP	Videoconferência
19	24	Reunião com o presidente do Conselho da Comunidade para alinhamento das atividades	Presidente do Conselho da Comunidade, Thaís Muniz (Coordenadora da UMF) e Luciana Braga (Chefe da Divisão Jurídica)	Videoconferência
20	29	Reunião para alinhar trabalhos da rede socioeducativa	Membros da divisão Estrutural Técnica da UMF	Videoconferência

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MONITORAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL

Dados do sistema prisional estadual, referentes a 31 de março de 2021, encaminhados pela SEAP demonstram que a população carcerária do Maranhão compreende 11.787 presos para um total de 10.077 vagas, o que representa um déficit de 1.710 vagas e uma taxa de ocupação de 117%.

Deste total de presos, 4.403 (35,35%) são presos provisórios e 7.384 (62,65%) são presos sentenciados. E, em relação aos presos sentenciados, 4.882 presos estão no regime fechado; 2.112 presos no regime semi-aberto; 331 presos no regime aberto; 55 presos em medida de segurança (internação) e 4 presos em medida dessegurança (tratamento ambulatorial).

MONITORAMENTO DOS PRESOS PROVISÓRIOS

Buscando reduzir o número de presos provisórios no Estado, a Divisão de Assistência Jurídica da UMF realiza acompanhamento, trimestral, dos processos de presos provisórios há mais de 100 dias, com o objetivo de qualificar a prisão, assim como descongestionar o sistema carcerário maranhense.

Nesse sentido, foi enviado às unidades judiciais a CIRC-CMAAFSC 42021, a fim de que os juízes de direito reavaliem as prisões cautelares de réus presos com possível excesso de prazo.

Outrossim, esta Divisão realizou consulta aos juízes de direito com competência criminal, mediante CIRC-CMAAFSC – 52021, sobre a existência de processos com réus presos, paralisados há mais de 30 (trinta) dias, por ausência de prova técnica nos autos. Em seguida, o resultado da consulta realizada foi encaminhado ao Secretário de Segurança Pública, por intermédio do OFC-CMAAFSC – 4632021, para conhecimento e providências junto ao órgão competente.

SAÍDA TEMPORÁRIA – COMPLEXO SÃO LUÍS

A saída temporária é um direito individual do preso que cumpre pena em regime semiaberto, concedida por ato motivado do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a Administração Penitenciária (SEAP), tendo como requisito para a saída o cumprimento de, no mínimo, 1/6 (um sexto) da pena total, se primário, e 1/4 (um quarto) da pena total, se reincidente, além de ter boa conduta carcerária, em conformidade com o Art. 123 da Lei de Execução Penal. O juiz ao conceder a autorização para a saída temporária determina os critérios a serem cumpridos pelo preso. Caso desobedeça, perde o direito à futura saída e poderá sofrer a regressão do regime prisional. A saída temporária da Páscoa beneficiou 628 custodiados do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no período de 31/03 a 06/04, por decisão da 1ª Vara de Execuções Penais. Destes, 31 não retornaram aos estabelecimentos prisionais da Capital.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A Divisão de Assistência Jurídica da UMF recebe demandas presencialmente e por intermédio do sistema SisUMF. Estas oriundas da DPE, de egressos, de familiares de presos e da SEAP. Tais demandas incluem informações processuais e denúncias.

Em relação aos atendimentos cadastrados no 1º trimestre foram: 62 referentes a situação jurídica/informação processual; 01 sobre denúncia/reclamação; 404 solicitações para baixa em mandado de prisão; 08 sobre presos provisório + 100 dias e 04 solicitações para inspeção em estabelecimentos penais. Do total de demandas recebidas no Sisumf houve no 1º trimestre o arquivamento de 546 fiscalizações, sendo 533 resolvidas e 13 não resolvidas.

GUIAS DE EXECUÇÃO

A Divisão de Assistência Jurídica da UMF realiza, desde o ano de 2013, a cobrança de guias de execução de réus presos, com o acompanhamento processual dos réus, fazendo análise individualizada pelos sistemas

SisUMF, SEEU/CNJ, SIISP/MA, JURISCONSULT, SIGO e THEMIS PG. A movimentação processual é acompanhada tanto na vara de conhecimento, por intermédio das cobranças de confecção de guia de execução penal eletrônica, quanto na vara de execução, a partir das cobranças de recebimento de guia nas varas de execução, em conformidade com a Portaria Conjunta 09/2019.

Quanto às solicitações de regularização de guias de execução cadastradas no SisUMF, no 1º trimestre, do total de 281 fiscalizações recebidas: 101 foram distribuídas; 92 estão pendentes de movimentação e 87 foram arquivadas. Das fiscalizações arquivadas, 84 foram resolvidas e 03 costumam como não resolvidas. Assim, considerando que a solicitação de regularização de guia de execução penal representa a 2ª maior demanda do Sisumf, foi enviado aos juízes de direito com competência criminal/execução penal o OFC- CMAAFSC – 2862021, com o objetivo de padronizar o envio das peças/informações que compõe a guia de execução ao juízo de execução penal, em observância a Portaria Conjunta 09/2019.

INSPEÇÕES

As inspeções são realizadas pela UMF com o intuito de fiscalizar o cumprimento de pena dos presos provisórios e definitivos, reunindo informações estatísticas acerca das Unidades Prisionais, verificando pendências processuais dos internos, averiguando problemas de saúde e saúde mental, examinando a estrutura e a administração de cada estabelecimento prisional/delegacia.

No ano de 2021, considerando o período de 08 a 11 de fevereiro, a UMF realizou inspeções nos estabelecimentos prisionais de Barra do Corda, Grajaú, Presidente Dutra e Pedreiras.

Após esse período, em razão do agravamento da pandemia da Covid-19 e suas variantes, as inspeções presenciais foram suspensas.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

O art. 19 da Resolução CNJ nº 329/2020, alterado pela Resolução CNJ nº 357/2020, passou a admitir a realização de audiências de custódia na modalidade videoconferência durante a pandemia de Covid-19, quando não for possível a realização, em 24 horas, de forma presencial.

Nesse sentido, por intermédio da CIRC-CMAAFSC – 62021, os juízes de direito com competência criminal foram consultados acerca da identificação dos modelos de audiência de custódia realizadas no Estado com o objetivo de aperfeiçoamento.

A consulta foi motivada em razão da suspensão das audiências de custódia, desde 17 de março de 2020, por determinação da Recomendação nº 62/2020 do CNJ, considerando o risco de infecção pela Covid-19, sendo indicado para o controle da prisão a análise qualificada do auto de prisão em flagrante.

E, com o intuito de identificar as comarcas que realizam audiência de custódia, seja de forma presencial ou por videoconferência, ou ainda, aquelas que realizam a análise qualificada dos autos de prisão em flagrante, em virtude da suspensão das audiências de custódia, que tal levantamento foi necessário, cujo prazo findará no dia 30/04/2021.

Dados da Central de Inquéritos de São Luis e da Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz demonstram a realização de 46 e 151 audiências de custódia, respectivamente, na modalidade videoconferência, em conformidade com a Resolução nº CNJ nº 329/2020, considerando o período de janeiro a março de 2021.

MONITORAÇÃO ELETRÔNICA

A UMF/TJMA tem como competência, segundo o disposto no artigo 1º, §1º, inciso VII da Lei Estadual nº 9.551/2012, “acompanhar a implantação e o funcionamento de sistema de gestão eletrônica da execução penal e de mecanismos de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias”.

Nesse sentido, com o objetivo de cumprir a referida Lei, a UMF acompanha e disponibiliza,

mensalmente, os números da monitoração por tornozeleira eletrônica fornecidos pela Supervisão de Monitoramento Eletrônico da SEAP. Este relatório é um instrumento de coleta de informações de interesse da sociedade em geral e, em especial, de órgãos que exercem atividades jurídicas, com a finalidade de colaborar como procedimentos de controle e fiscalização do Sistema de Monitoramento Eletrônico, além de subsidiar ações governamentais de gestão do programa de vigilância monitorada.

Assim, conforme informações prestadas pela Supervisão de Monitoração Eletrônica da SEAP, referentes a março de 2021, das 10.000 tornozeleiras eletrônicas contratadas, 1.685 foram ativadas; 249 foram desativadas pelos seguintes motivos: 18 por decisão judicial; 1 por violação; 29 por prisão; 4 por óbito e 197 pela Portaria Conjunta nº09/2017, constando em estoque 8.315 tornozeleiras eletrônicas.

Em relação ao tempo de uso de tornozeleiras eletrônicas, referente ao mês de março de 2021, informado pela Supervisão de Monitoração Eletrônica da SEAP o quantitativo de 73 monitorados em situação de provisoriedade, próximo aos 100 dias de uso de tornozeleira eletrônica, prazo máximo para o uso de tal equipamento, em conformidade com o art. 8º da Portaria Conjunta nº09/2017.

APAC

A UMF/TJMA possui, dentre seus principais objetivos, conforme artigo 1º, §1º, inciso XV da Lei Estadual nº. 9.551/2012, o de “articular a criação e instalação de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC’s) em todo o Estado do Maranhão”, nas comarcas que possuem unidades prisionais, operando como entidade auxiliar dos poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semi-aberto e aberto.

O método APAC tem como objetivo a humanização das prisões para que o preso se recupere e retorne melhor à sociedade, tendo como pilares: 1) participação da comunidade;

2) trabalho; 3) religião; 4) assistência jurídica; 5) assistência à saúde; 6) valorização humana; 7) a família; entre outros.

Ressalta-se, também, como papel da UMF o de monitoração de dados junto às APAC’s.

Nesse sentido, considerando os dados fornecidos pela SEAP, das 518 vagas disponibilizadas e distribuídas nas 7 APAC’S, 405 foram ocupadas por presos sentenciados, respectivamente, da seguinte forma: Imperatriz (60/51); Timon (90/79); Viana (60/54); São Luis (90/56); Itapecuru-Mirim (39/43); Pedreiras (140/101) e Bacabal (39/21).

Do total de vagas ocupadas por presos sentenciados, 257 presos cumprem pena em regime fechado, 94 presos em regime semi-aberto e 54 presos em regime aberto. E, em reunião realizada, no dia 20/04/2021, com o representante da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados-FBAC, Marcelo Moutinho, verificou-se a necessidade de inclusão na pauta da próxima reunião o assunto relacionado a ocupação de vagas disponibilizadas, considerando a existência de 113 vagas ociosas nas APAC’s do Estado.

CONSELHO DA COMUNIDADE

A UMF/TJMA tem por objetivo, em relação aos Conselhos da Comunidade, segundo o disposto no artigo 1º, §1º, inciso X da Lei Estadual nº. 9.551/2012, “incentivar a instalação e o funcionamento dos patronatos Conselho da Comunidade”.

A instalação do Conselho da Comunidade tem previsão expressa no art. 66, inciso IX, da Lei de Execução Penal como competência atribuída ao juiz da execução.

Nesse sentido, por intermédio do OFC-CMAAFSC - 2812021, os juízes de direito com competência criminal/execução penal foram consultados acerca da existência e regular funcionamento do Conselho da Comunidade na Comarca, bem como para a indicação dos contatos atualizados dos seus representantes.

A consulta foi motivada em decorrência da

desatualização das informações contidas no último relatório publicado no site da UMF, em julho de 2020, uma vez que informa da existência de 37 Conselhos da Comunidade instalados na execução penal.

O levantamento ainda não foi concluído, constatado existir, atualmente, 11 (onze) Conselhos da Comunidade no Estado, sendo que 7 (sete) encontram-se ativos e 4 (quatro) estão inativos. Entretanto, deve-se considerar que muitas comarcas não responderam o Ofício 2812021, incluindo as 18 Comarcas que constavam no relatório de julho de 2020, havendo a necessidade de reiterar tal ofício para obtenção de um resultado mais preciso.

Assim, o mapeamento das comarcas que possuem e das que não possuem o Conselho da Comunidade faz necessário com o objetivo de fomentar a criação e o fortalecimento dos Conselhos da Comunidade no Estado como órgão de controle imprescindível da execução penal.

DIVISÃO ESTRUTURAL TÉCNICA

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário-UMF, criada pela Lei Estadual nº. 9551 de 4 de janeiro de 2012, traz em seu bojo, quanto as medidas socioeducativas, tais objetivos:

I - monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação penal e processual penal, e leis extravagantes, as recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e da Corregedoria-Geral da Justiça, em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes;

- propor ao Tribunal de Justiça, à Corregedoria-Geral de Justiça e ao Conselho Nacional de Justiça a uniformização de procedimentos e estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre o sistema carcerário e o sistema de execução de medidas socioeducativas;

- acompanhar e monitorar projetos relativos

à abertura de novas vagas e ao cumprimento da legislação pertinente em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas;

IX – coordenar a instalação de unidades de assistência voluntária no âmbito do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas.

Dessa forma, a UMF monitora e fiscaliza a execução das medidas socioeducativas de adolescentes em conflito com a lei, visando garantir o exercício de direitos individuais e sociais, a que se propõe tais medidas.

Pauta-se que, as informações aqui expostas referem-se ao mês de março de 2021 e estão apresentadas por meio de gráficos e tabelas, possibilitando assim, melhor visualização dos dados informados.

UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

O cumprimento das medidas socioeducativas é executado em 12 unidades, quais sejam: 1 (um) Núcleo de Atendimento Inicial (São Luís), 3 (três) Unidades de Internação Provisória masculina (São Luís, Imperatriz e Timon), 5 (cinco) de Internação Masculina (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Imperatriz); 1 (uma) Unidade para o público feminino (São Luís) com atendimento inicial, internação provisória e internação definitiva e 2 (duas) Unidades de Semiliberdade (Imperatriz e Timon).

Tais unidades são atendidas pela Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC, que é um órgão do Poder Executivo Estadual, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e tem por finalidade garantir o atendimento integral aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade e medida cautelar de internação provisória, em consonância com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.069/1990 (ECA), na Lei 12.594/2012

– (SINASE), além de normativas internacionais das quais o Brasil é signatário.

Nos documentos anexos, conforme dados da FUNAC, encontram-se os monitoramentos das medidas socioeducativas, referente ao mês de março de 2021, no Estado do Maranhão.

ATIVIDADE DE PROFISSIONALIZAÇÃO

A capacitação profissional é direito fundamental dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pois possibilita a eles oportunidades e perspectivas, auxiliando em sua inserção no mercado de trabalho.

Ressalta-se que, no referido mês, de acordo com dados da FUNAC, 25 (vinte e cinco) socioeducandos participaram de atividades profissionalizantes nas unidades socioeducativas, sendo 17 (dezessete) do Centro Socioeducativo de Internação do São Cristóvão – CSISC, 6 (seis) do Centro Socioeducativo de Internação Provisória da Região dos Cocais – CSIPRC e 2 (dois) do Centro Socioeducativo Semear – CSS.

ATIVIDADES REALIZADAS

Na data de 04/03/2021, realizou-se reunião em ambiente virtual, por meio do sistema de videoconferência do TJMA, a qual foi presidida pela Exmo. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, Dr. José dos Santos Costa, com a participação de representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública Estadual, Coordenação Regional do Programa Fazendo Justiça – CNJ, Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão – FUNAC, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS e o Núcleo da Justiça Restaurativa, tendo como pauta as medidas de prevenção da COVID e segurança – limpeza, máscara, câmera de monitoramento; audiências semipresenciais e pauta em tempos de pandemia; NAI e presença de socioeducando de

unidade de internação; planta de prédio do CIJJUV; famílias de socioeducandos envolvidos em tráfico de drogas; Justiça Restaurativa – NEJUR – curso SEHDEC – Indicação de participantes; MSE de internação – atividades externas (saídas para visita de familiares); Central de Vagas e Regulamentação do CIJJUV; dentre outros assuntos pertinentes, Foto 1 em anexo.

No dia 11/03/2021, ocorreu pelo canal da FUNAC na plataforma do YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=JRBmnSJtv0s&ab_channel=FunacMA), o encontro de apresentação e debate do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Maranhão – 2021-2030, que contou com a participação de servidora desta Divisão no eixo 3, que tem como tema “Qualificação dos Sistemas de Segurança e Justiça para a efetivação do SINASE no Maranhão” e como objetivo principal aprimorar o atendimento do sistema de justiça e segurança de modo a consolidar a integração destes com o serviço de atendimento socioeducativo.

SAÚDE PRISIONAL

ATIVIDADES REALIZADAS - REUNIÕES/ EVENTOS/VISITAS INSTITUCIONAIS

Conforme solicitação constante no MEMO-ACP - 282021, seguem abaixo, de forma objetiva, as atividades referentes à saúde mental, desenvolvidas no período de janeiro a março de 2021.

Destaca-se que são elaborados os relatórios mensais relativos à Saúde Prisional - Saúde Mental (Programa 11), que contém os dados informados pelas supervisões da saúde, assistência psicossocial e jurídica da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP, assistência jurídica do Hospital Nina Rodrigues, coordenação do Núcleo de Perícias Psiquiátricas e da coordenação da Equipe do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicadas a Pessoas com Transtornos Mentais em Conflito com a Lei.

As supracitadas informações contribuem para o delineamento de ações da UMF em seu

compromisso de colaborar com a implantação, no Estado do Maranhão, da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa em Situação de Prisão, que esteja com suspeita de transtorno mental.

• JANEIRO

No mês de janeiro, foi realizado o planejamento anual das atividades concernentes à saúde mental a serem efetivadas por esta Divisão Estrutural Técnica. Procedeu-se com as visitas técnicas para divulgação da ferramenta Chatbot/UMF, com o objetivo de melhoria no atendimento e desburocratização do acesso à plataforma SisUMF. Foram visitadas as Unidades Prisionais da capital, a saber: UPR Feminina, UPSL 1, UPSL 2, UPSL 3, UPSL 4, UPSL 5, UPSL 6, Centro de Observação, Classificação e Triagem de São Luís -COCTS, UPR Olho d'água, UPR Anil, UPR Monte Castelo, UPR Paço do Lumiar e Casa de Assistência ao Albergado e Egresso de São Luís - CAAE, bem como, a Supervisão da Assistência Psicossocial, Supervisão de Assistência à Família – SAF e APAC Paço do Lumiar. Estendeu-se também a publicidade do citado instrumento a alguns presídios do interior do Estado como a UPR Rosário, UPR Itapecuru, APAC Itapecuru, UPR Chapadinha e UPR Tutóia.

Nesse mês, esta divisão participou de atividade na UPR Anil em alusão ao Janeiro Branco, campanha que proporciona a reflexão e os cuidados com a saúde mental no sistema prisional.

• FEVEREIRO

Realizou-se reunião do grupo de trabalho GT-PAIMA com representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Defensoria Pública Estadual com o intuito de analisar, discutir e propor soluções a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis à pessoa com transtorno mental (PTM)

ou suspeita, sob custódia do Estado do Maranhão.

A reunião do GT-Nina foi prejudicada, em virtude de ausência dos representantes do Hospital Nina Rodrigues, porém, na oportunidade, a UMF procedeu com as providências adotadas nos casos de pacientes judiciais cujos processos tramitam em outras comarcas do Estado, diversa da Ilha de São Luís.

No referido mês, esta Unidade de Monitoramento encaminhou a relação de processos para recebimento e/ou cadastramento, pela 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de São Luís, no sistema SEEU, solicitando, ainda, que fosse definida, de acordo com as demandas daquele juízo, possível data para a realização de audiência de desinternação.

Foi dada continuidade às visitas técnicas para divulgação da ferramenta Chatbot/UMF nas Unidades Prisionais do interior do Estado, a saber: UPR Coroatá, UPR Codó, UPR Caxias, UPR Timon, PR Timon e APACTimon, bem como, ao juízo da Vara de Execuções Penais de Timon.

• MARÇO

Ocorreu em março, por meio de plataforma virtual, reunião de alinhamento do fluxo do Provimento 24/2020-CGJ/TJMA, com representantes da 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de São Luís, Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Coordenação Regional do Programa “Fazendo Justiça” – CNJ.

Atuou-se também nos acompanhamentos e resolutividade das demandas relativas à saúde mental, enviadas à Divisão Estrutural Técnica.

Realizou-se análise do fluxo do Núcleo de Perícias Psiquiátricas - NPP e da Equipe do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicadas a Pessoas com Transtornos Mentais em Conflito com a Lei – EAP, concernentes aos laudos periciais e avaliações biopsicossociais.

Ressalta-se que restaram prejudicadas a

realização das inspeções às unidades prisionais e visitas técnicas à rede de atenção em saúde mental, anteriormente planejadas, em virtude da elevação de casos de Covid-19, sendo necessárias medidas restritivas adicionais à disseminação do contágio do coronavírus (COVID-19) no Poder Judiciário do Maranhão, conforme atos normativos expedidos (PORTARIA-GP – 195/2021 e PORTARIA-GP – 223/2021), com o intuito de resguardar a saúde de todos os magistrados, servidores, estagiários, colaboradores e demais usuários dos serviços judiciários.

INSPEÇÕES / VISITAS INSTITUCIONAIS

• JANEIRO

Em janeiro, foi produzido o planejamento anual das inspeções e visitas técnicas aos estabelecimentos penais, de custódia e de unidades socioeducativas a serem realizadas no ano 2021.

Ocorreram, ainda, visitas técnicas para divulgação da ferramenta Chatbot/UMF nas Unidades Prisionais da Comarca da Ilha (UPR Feminina, UPSL 1, UPSL 2, UPSL 3, UPSL 4, UPSL 5, UPSL 6, Centro de Observação, Classificação e Triagem de São Luís UPR Olho d'água, UPR Anil, UPR Monte Castelo, UPR Paço do Lumiar e Casa de Assistência ao Albergado e Egresso de São Luís, APAC Paço do Lumiar), na Supervisão da Assistência Psicossocial, Supervisão de Assistência à Família – SAF e nas unidades socioeducativas como o Centro Socioeducativo Florescer – CSE, Centro Socioeducativo de Internação do Vinhais – CSIV e Centro Socioeducativo de Internação de São José de Ribamar – CSISJR.

• FEVEREIRO

Nesse mês, foi dada continuidade ao trabalho de divulgação da ferramenta Chatbot/UMF alcançando algumas unidades do interior do Estado como UPR Rosário, UPR Itapecuru, APAC Itapecuru, UPR Chapadinha, UPR Tutóia, UPR Coroatá, UPR Codó, UPR Caxias, UPR Timon, PR Timon e APAC

Timon, bem como a Varade Execuções Penais da comarca de Timon.

• MARÇO

No referido mês, em virtude da elevação de casos de Covid-19 e a alta ocupação de leitos de UTI no Estado do Maranhão, conforme evidenciam os Informes Epidemiológicos divulgados pelas Autoridades Estaduais de Saúde, ocorreu a necessidade de medidas restritivas adicionais à disseminação do contágio do coronavírus (COVID-19) no Poder Judiciário do Maranhão, sendo expedidas as PORTARIA-GP – 195/2021 e PORTARIA-GP – 223/2021, com o intuito de resguardar a saúde de todos os magistrados, servidores, estagiários, colaboradores e demais usuários dos serviços judiciários.

Dessa forma, o cronograma de inspeções presenciais previamente planejado para o mês em questão foi impactado, sendo esse período utilizado para a elaboração dos relatórios das unidades prisionais anteriormente inspecionadas.

Ocorreu também, em ambiente virtual, participação de reunião com integrantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA, para tratar de assuntos relativos ao projeto aCOLHER, proposto após visita fiscalizatória ao sistema prisional do interior do Estado, em convênio com aquela instituição de ensino.

DIVISÃO COMEÇAR DE NOVO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO

A Divisão Começar de Novo, seguindo as novas orientações de redimensionamento das suas competências, construiu o seu Plano de Ação para o exercício 2021 com foco em 05 (cinco) eixos conforme segue abaixo. Trata-se de uma divisão metodológica para facilitar a organização e sistematização das informações e estruturação das atividades, entretanto, algumas se efetivam de forma articuladas.

Eixo I - Rede de Atenção às Pessoas Egressas

do Sistema Prisional – RAESP;

Eixo II - Implementação da Lei Estadual Nº 10.182/2014 (trata da inserção de pessoas egressas do sistema prisional no mercado de trabalho) e atividades afins;

Eixo III - Apoio à implantação dos Escritórios Sociais (estruturas públicas especializadas para atendimento às Pessoas Egressas do Sistema Prisional);

Eixo IV - Apoio à construção da Política Estadual de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional;

Eixo V - Documentação Civil Básica - Certidão de Nascimento e Casamento - de apenados e seus familiares, cadastradas no Sistema da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema carcerário - SisUMF.

Dessa forma, segue a síntese das atividades realizadas/desenvolvidas no período de janeiro a março de 2021:

• **Eixo I – REDE DE ATENÇÃO A PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL – RAESP**

Reuniões com a Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para discussão de agenda e alinhamento de ações voltadas à criação da Rede no Maranhão;

Contato via endereço eletrônico com os possíveis parceiros/instituições que contribuirão para construção da RAESP; Encaminhamento de documentos e informativos aos órgãos ou instituições que poderão compor a RAESP.

• **Eixo II – IMPLEMENTAÇÃO DA LEI ESTADUAL 10.182/2014 E ATIVIDADES AFINS**

Participação em videoconferência com a Coordenação Nacional do Fazendo Justiça, tratando da Política Nacional de Trabalho (PNAT) para apenados e egressos do sistema prisional;

Discussão para alinhamento de ações de acompanhamento e fiscalização da inserção da

Lei nos editais de licitação de obras e serviços no Estado do Maranhão.

Contato via ofício com a Casa Civil, solicitando informações acerca das licitações de obras e serviços realizados pelas Secretarias Estaduais, referente ao primeiro bimestre de 2021. Com essa solicitação obtivemos informações de cerca de 08 órgãos públicos (Secretarias e PGE)

Realização de contatos e envios de ofícios aos gestores dos municípios que compõem a Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), para agendamento de reuniões, objetivando discutir sobre a pessoa egressa do sistema prisional e sua inserção nas políticas públicas.

Reunião com a gestora do Município de Paço do Lumiar, os secretários de saúde, educação, assistência social, procurador e a Coordenadora Estadual do Fazendo Justiça, tratando sobre a pessoa egressa do sistema prisional domiciliada nesse município e a necessidade de inserção desse grupo nas políticas públicas.

Reuniões com a Coordenadora Estadual do Fazendo Justiça e a Secretaria de Administração Penitenciária, para discutir sobre o Fluxo e a Minuta do Decreto da Lei;

Participação em reuniões com a Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP, para tratar sobre ações de humanização voltadas ao pré-egresso, visando a sua preparação para a saída do sistema prisional, sobretudo no que se refere a sua inserção no conjunto das políticas públicas, incluindo trabalho e renda;

Articulação com a Supervisão de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP, para o encaminhamento de egressos para oportunidade de trabalho;

Acompanhamento dos Convênios de inclusão de mão de obra carcerária em ciclos produtivos dos quais o Começar de Novo é parte integrante com a SEAP.

• **Eixo III – APOIO À IMPLANTAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS**

Discussão acerca da implementação e estruturação dos Escritórios Sociais e sua integração com o Começar de Novo;

Participação nas reuniões de discussão com a Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça, juízes, defensores públicos e alguns gestores dos municípios onde serão implantados os Escritórios Sociais: Itapecuru-Mirim, Bacabal e Timon.

• Eixo IV – DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

No período foram tratadas (alimentação ou encerramento de demandas) 186 solicitações de emissão de 2ª via de Certidão de Nascimento ou Casamento demandadas pelas unidades prisionais do Maranhão e unidades de Medidas Socioeducativas da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC, com os seguintes desdobramentos para atendimento à demanda:

Envio de ofícios aos cartórios de registro civil do

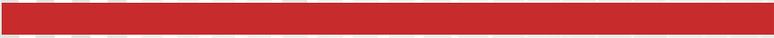
Estado do Maranhão por meio eletrônico ou entrega direta aos cartórios de São Luís-MA, solicitando a busca e encaminhamento de 2ª via de Certidão;

Envio de ofícios via Malote Digital ou endereço eletrônico às Corregedorias de Justiça dos Estados, solicitando apoio para busca e emissão de certidão de nascimento/casamento de apenados ou egressos de outra Unidade da Federação.

Monitoramento das solicitações através de contatos telefônicos com cartórios, para obter resposta sobre ofícios enviados;

Orientação, via contato telefônico, às assistentes sociais das unidades prisionais do Estado, sobre como realizar a solicitação de 2ª via de Certidão de Nascimento ou Casamento no SisUMF;

Realização de contatos eletrônico ou telefônico com as assistentes sociais das unidades prisionais para busca de informações acerca dos documentos solicitados.



CERIMONIAL

ATIVIDADES REALIZADAS

ABRIL

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
24	SOLENIIDADE VIRTUAL DE POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES (VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	CONVITE/ SCRIPT/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL (HIBRIDO)

MAIO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
18 A 28	LANCHES PARA OS MILITARES RESPONSÁVEIS PELA DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS	FÓRUM DE SÃO LUÍS	FORNECIMENTO DE KIT DE LANCHE
19	ENTREGA DO KIT DE HIGIENIZAÇÃO PARA EVITAR CONTÁGIO PELO COVID-19 AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA		APOIO LOGÍSTICO (ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM)
19	POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO/ CONVITE AOS
21	1ª REUNIÃO COM OS DIRETORES JUÍZES AUXILIARES E ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA	VIDEOCONFERÊNCIA	
24	FALECIMENTO DO SR. TELMO MENDES SILVA, PAI DA DESA. NELMA SARNEY		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
26	FALECIMENTO DA SRA. ALDEIDE FIGUEIREDO DOS ANJOS, MÃE DOS DESEMBARGADORES JOSÉ JOAQUIM E JOSÉ JORGE.		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
26	MISSA DA ESPERANÇA EM MEMÓRIA DOS FALECIDOS	VIRTUAL - IGREJA DO SANTUÁRIO DA CONCEIÇÃO	

JUNHO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
09	FALECIMENTO DO SUBTENENTE WALBER NÉLIO COSTA PEREIRA		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
12	FALECIMENTO SENHORA ZULIMA, MÃE DO DES. TYRONE		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
15	SOLENIIDADE DE POSSE DO NOVO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO HELUY NICOLAU	VIDEOCONFERÊNCIA	CONVITE AOS DESEMBARGADORES E JUÍZES
19	POSSE DO OUVIDOR-GERAL, DES. KLEBER	VIDEOCONFERÊNCIA	SCRIPT E PROTOCOLOS DE CERIMONIAL VIRTUAL
19	ENTREGA DO KIT DE HIGIENIZAÇÃO PARA EVITAR CONTÁGIO PELO COVID-19 AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA		APOIO LOGÍSTICO (ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM)

19	POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	VIDEOCONFERÊNCIA	CONVITE AOS DESEMBARGADORES E JUÍZES
20	SOLEINIDADE VIRTUAL DE INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE VIANA	VÍDEOCONFERÊNCIA	ASSISTÊNCIA À PRESIDÊNCIA
21	1ª REUNIÃO COM OS DIRETORES JUÍZES AUXILIARES E ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO E PRESENÇA
24	FALECIMENTO DO SR. TELMO MENDES SILVA, PAI DA DESA. NELMA SARNEY		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
26	CONGRESSO NACIONAL DO DIREITO ELEITORAL - TRE	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO E CONVITE AOS DESEMBARGADORES E JUÍZES
26	PALESTRA "COMO GERENCIAR A ANSIEDADE E O STRESS EM TEMPO DE DIFICÉIS", MINISTRADA PELO PROF. CIDINHO MARQUES	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO E PARTICIPAÇÃO
27	FALECIMENTO DE RAFAEL SEABRA, FILHO DO PREFEITO DE TUNTUM E SOBRINHO DO DES. CLEONES CARVALHO.		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS

JULHO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
05	LANÇAMENTO DO PRÊMIO TJMA - SUSTENTÁVEL	VIDEOCONFERÊNCIA	PARTICIPAÇÃO NA CERIMÔNIA
06	INSTALAÇÃO DO COMITÊ DE DIVERSIDADE NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	VIDEOCONFERÊNCIA	SCRIPT E PROTOCOLOS DE CERIMONIAL VIRTUAL
08	INSTALAÇÃO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO FÓRUM DE SÃO LUÍS DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, TERMO JUDICIÁRIO DA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS.	VIDEOCONFERÊNCIA	CONFECÇÃO DA PLACA/ SCLIP
15	INSTALAÇÃO DA VARA DA SAÚDE PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	VIDEOCONFERÊNCIA	CONFECÇÃO DA PLACA/ SCLIP

AGOSTO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
01	SOLENIIDADE DE INSTALAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO JUDICIÁRIO DO MARANHÃO E PALESTRA DO JUIZ SADRAQUE OLIVEIRA RIOS	VIDEO CONFERÊNCIA	CONVITE/ SCRIPT/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL VIRTUAL
03	LANÇAMENTO DO PROGRAMAÇÃO EM ALUSÃO AOS 14 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA	VIDEO CONFERÊNCIA	CONVITE/ SCRIPT/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL VIRTUAL
19	INSTALAÇÃO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA	VIDEOCONFERÊNCIA	CONFECÇÃO DA PLACA/ SCLIPT

SETEMBRO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
01	INSTALAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO JUDICIÁRIO DO MARANHÃO	VIDEOCONFERÊNCIA	CONFECÇÃO DA PLACA/ SCLIPT
14	PLANTAÇÃO DE IPÊ AMARELO	EM FRENTE AO TJMA - PRAÇA DOM PEDRO II	AQUISIÇÃO DO PÉ DE IPÊ/ ACOMPANHAMENTO DA PLANTAÇÃO
	CAMPANHA SETEMBRO AMARELO - COMBATE AO SUICÍDIO		CONFECÇÃO DE CAMISAS
16	REVITALIZAÇÃO DO FÓRUM DES. MILSON DE SOUZA COUTINHO DA COMARCA DE VARGEM GRANDE	VIDEOCONFERÊNCIA	CONFECÇÃO DA PLACA/ SCLIPT
21	ATO SIMBÓLICO DE PLANTAÇÃO DE IPÊS AMARELOS E CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE ENERGIA SOLAR NO ÂMBITO DO JUDICIÁRIO MARANHENSE	FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA	CONVITE/ NOMINATAS/SCLIPT/ ORGANIZAÇÃO DO EVENTO
21 A 25	CURSO PRÁTICO DE DIREITO NOTARIAL E REGISTROS PÚBLICOS (ESMAM)	FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA	FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK/ ORGANIZAÇÃO DA ABERTURA DO EVENTO/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL
25	ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE TJMA x CGJ x OAB	SALA DA PRESIDÊNCIA	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
27	FALECIMENTO DA JUÍZA HEVELANE COSTA ALBUQUERQUE		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
29	PLACA DE INSTALAÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE CURURUPU		CONFECÇÃO DE PLACA

30	PLACA DE INSTALAÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE GUIMARÃES		CONFECÇÃO DE PLACA
----	--	--	--------------------

OUTUBRO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
13	SOLEINIDADE DE INAUGURAÇÃO DA SALA DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO JUDICIÁRIO DO MARANHÃO.	FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA	CONVITE/ SCRIPT/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL
19	SOLEINIDADE EM HOMENAGEM AOS MÉDICOS DO MARANHÃO, COM A ENTREGA DA MEDALHA AO PRESIDENTE DO CRM/MA, ABDON MURAD.	SALÃO NOBRE/ TJMA	CONVITE/ SCRIPT/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL

NOVEMBRO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
06	CERIMÔNIA DE APRESENTAÇÃO DO PLANO EXECUTIVO DO PROGRAMA "FAZENDO JUSTIÇA" - CNJ	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	CONVITE/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL
09	SOLEINIDADE COMEMORATIVA PELOS 10 ANOS DA OUVIDORIA	SALA DA OUVIDORIA/ FÓRUM	ORGANIZAÇÃO DA SALA (PINTURA)/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL
25	ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE TJMA x ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA IGREJA DE JESUS CRISTOS DOS ÚLTIMOS DIAS	SALÃO NOBRE	PROTOCOLO DE CERIMONIAL
30	SOLEINIDADE DE ABERTURA DA XV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	VIDEOCONFERÊNCIA	CONVITE/ SCRIPT/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL

OUTRAS AÇÕES DO CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA

Gestão e Fiscalização dos contratos das empresas: EMPRESA DECOLANDO (passagens aéreas), BEM BRASIL (Garçons e Recepcionistas), VITÓRIA SERVIÇOS E EMPREENDIMIENTOS (alimentação e decoração), EMPRESA EQUIPAR (suporte logístico e operacional), além de atestar as faturas das referidas empresas, assim como preenchimento do formulário do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado Maranhão – SIGEF, as quais são enviados à Diretoria Financeira para pagamento;

Faz inscrição do Presidente em eventos

online (live e videoconferências), assim como o acompanha de forma remota;

Atendimento das solicitações da ESMAM, no tocante aos pedidos de alimentação e/ou recurso de audiovisual para seus eventos;

Atendimento das solicitações da Comarca de Imperatriz, no tocante aos pedidos de lanche;

Envio telegramas de pêsames por falecimentos e de felicitação pela passagem de aniversários (desembargadores, juízes e autoridades);

Informa os desembargadores sobre os eventos, através de mensagens e/ou whatsapp;

COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE

VARA DA SAÚDE PÚBLICA

A primeira providência tomada foi oficiar a Presidência do Tribunal para a instalação da Vara de Saúde Pública, o que foi prontamente atendido pelo Presidente Lourival Serejo, tendo sido efetivamente instalada em 15 de julho de 2020.

A nova unidade judiciária possui competência para processar e julgar as demandas de saúde pública dos municípios de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, qualquer que seja o valor da causa, ressalvada, todavia, a competência da Vara da Infância e Juventude e da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

NATJUS:

Outra ação de grande destaque realizada foi a criação do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário – NATJUS, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio da Resolução – GP 50/2020, de 14 de julho de 2020, com o objetivo de prestar apoio técnico aos magistrados de primeira e segunda instâncias nas demandas de saúde pública.

O Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NATJUS) é responsável por elaborar, mediante solicitação dos magistrados, notas técnicas, sem caráter vinculativo, visando subsidiá-los em suas decisões que envolvam a pertinência técnica de benefícios, medicamentos, procedimentos cirúrgicos, diagnósticos, internações ou afins, relativos ao Sistema Único de Saúde (SUS), à luz da medicina baseada em evidências científicas.

Tal medida atende às diretrizes estabelecidas na Resolução n.º 238/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a criação e manutenção dos Comitês Estaduais de Saúde, prevendo, ainda, a criação dos Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário.

A instalação do NATJUS ocorreu no dia 01 de setembro de 2020, em solenidade virtual, que contou com a apresentação de um Webinar ministrado pelo Dr. Sadraque Oliveira Rios, Juiz cooperador do NATJUS do Tribunal de Justiça da Bahia e

membro do Comitê Executivo Estadual baiano.

O NATJUS-MA tem, como Supervisora titular, a juíza Laysa de Jesus Paz Martins Mendes e Supervisor substituto, o juiz Anderson Sobral de Azevedo.

Desde quando entrou em funcionamento, o NATJUS já elaborou 64 Notas Técnicas.

Importante registrar que utilizamos 100% a plataforma do *E-NATJUS*. Desse modo, já foram disponibilizados pela Corregedoria Geral de Justiça a todos os juízes de direito do Maranhão, login e senha de acesso ao sistema de controle corporativo do CNJ, de forma que o magistrado pode solicitar as notas técnicas via Sistema E-NATJUS, hospedado no sítio do Tribunal de Justiça do Maranhão, na página do Comitê Estadual de Saúde, podendo tal acesso ser ainda viabilizado a servidor eventualmente indicado pelo magistrado à Corregedoria-Geral de Justiça.

Deve ser ressaltado, ainda, que o NATJUS-MA embora atenda todo o Estado do Maranhão, por ora não abrange a Justiça Federal, bem como, no formato atual, as notas técnicas são emitidas somente para as demandas relativas à saúde pública, mas a intenção é num futuro próximo expandir o NATJUS para abarcar também a saúde suplementar, razão pela qual já foi agendada uma reunião com as principais operadoras de saúde para tratar do assunto.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

Com o fim de viabilizar o funcionamento do NATJUS, em 10 de agosto de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão firmou um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde.

Em virtude do referido Termo de Cooperação, o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Estadual, disponibilizou 3 (três) médicos e 2 (dois) farmacêuticos, enquanto que a Secretaria Municipal forneceu 1 (um) médico, 1 (um) farmacêutico e 1 (uma) enfermeira, os quais compõem a equipe multiprofissional que atua no NATJUS, emitindo as

Notas Técnicas quando solicitados pelos magistrados.

Posteriormente, em 10 de setembro de 2020, foi firmado mais um Termo de Cooperação Técnica, dessa vez com a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, por meio do qual a Universidade disponibilizou 1 (uma) farmacêutica para atuar no corpo técnico do NATJUS.

Referidos profissionais receberam treinamento da equipe do NATS do Hospital Sírio-Libanês, que atua em colaboração com o Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de abordar demandas específicas do NATJUS, por meio de aulas, discussões, atividades práticas e materiais de apoio.

CEJUSC SAÚDE

Já com o foco na redução da judicialização, o Comitê Estadual apreciou e aprovou, por unanimidade, requerimento da Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA, onde restou reconhecida a importância da instalação de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania específico para a saúde (CEJUSC SAÚDE).

Considerando que a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) compete ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, nos termos da Resolução n.º 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e da Resolução -GP n.º 10/2011, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foi expedido ofício ao Presidente do NUPEMEC, que, por sua vez, não economizou esforços para o atendimento do pleito e após a elaboração do projeto, o Presidente do Tribunal de Justiça, por meio da Resolução GP- 97/2020, de 17 de dezembro de 2020, criou o Centro de Mediação das Demandas

de Saúde Pública da Comarca da Ilha de São Luís.

HOTSITE DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE

Juntamente com a Assessoria de Comunicação, foi criado um hot site específico do Comitê Estadual de Saúde, dentro do site do Tribunal de Justiça, no qual o usuário poderá obter todas as informações necessárias sobre as ações desenvolvidas, bem como a respeito do funcionamento do NATJUS.

REUNIÕES DO COMITÊ

Por derradeiro, é importante ressaltar que ao longo do ano de 2020, em virtude da pandemia ocasionada pela Covid-19, todas as reuniões realizadas pelo Comitê Estadual foram por meio de videoconferência, ao final de cada uma delas foram elaboradas as respectivas atas, as quais ficam disponibilizadas na página do Comitê no sítio do TJMA.

E no dia 03 de dezembro de 2020, o Comitê Estadual de Saúde do Maranhão, representado pelo seu Presidente, Desembargador José Jorge Figueiredo, participou da reunião promovida pelo Comitê Executivo Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Justiça, em evento por videoconferência, presidido pela Conselheira Candice Jobim, do CNJ, onde foram destacados dados e ações importantes realizadas pelo Comitê Estadual durante a sua gestão no ano de 2020.

A supervisora titular do NATJUS/MA, juíza Laysa Mendes, e o supervisor substituto, juiz Anderson Sobral, também participaram do encontro, que contou, ainda, com a presença dos Comitês Estaduais de Saúde do Tocantins, Pará e Amapá.



COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

Produtividade e retorno financeiro aos cofres públicos advindos do labor realizado no setor de Precatórios do TJMA

O trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Precatórios, por meio de toda sua equipe, adota como diretrizes o estrito cumprimento das requisições judiciais, o zelo para com os recursos públicos, a eficiência e a transparência, conforme bases constitucionais. Tal tem resultado em aproveitamento significativo da probidade administrativa, com reflexos positivos para os cofres públicos da União (INSS), Estado e municípios, notadamente no que se refere:

(a) Pagamentos de Precatórios: No ano de 2020, durante o período da gestão do Presidente Des. Lourival Serejo, foram pagos R\$ 158.609.667,88 (cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos) em precatórios, entre alimentares e comuns, prioritários e de ordem cronológica, sendo R\$ 133.670.183,97 (cento e trinta e três milhões, seiscentos e setenta mil, cento e oitenta e três reais e noventa e sete centavos) correspondente a precatórios devidos pelo Estado do Maranhão, R\$ 4.924.887,58 (quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) de precatórios do Município de São Luís e R\$ 20.014.596,33 (vinte milhões, quatorze mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos) dos demais municípios e do INSS.

(b) Ofícios de Requisição: É rotineiramente executada minuciosa análise dos requisitos normativos necessários ao processamento dos ofícios de requisição, especialmente sobre a documentação essencial à

formulação do precatório, exclusão de anatocismos e pertinência dos cálculos com os parâmetros legais estabelecidos no título judicial.

Para o orçamento do ano de 2021 (ofícios de requisição protocolados até 01/07/2020), em que pese os obstáculos advindos com a pandemia da Covid-19, foram recebidos pela Coordenadoria o total de 1.166 (um mil, cento e sessenta e seis) ofícios de requisição, dos quais 825 (oitocentos e vinte e cinco) foram devidamente deferidos, processados, cadastrados e encaminhados, no prazo constitucional, para inclusão nos orçamentos dos respectivos entes devedores. Foram devolvidos 341 (trezentos e quarenta e um) ofícios de requisição aos Juízos de origem, com as devidas justificativas, face as inconsistências/carências documentais, conflitos de dados ou cálculos de atualização das dívidas em desconformidade com a legislação invocada nos títulos judiciais.

O procedimento para processamento e formalização dos precatórios segue rigorosa triagem, que perpassa por todas as subunidades do setor: assessoria jurídica, contadoria e secretaria/tramitação, com revisões intercaladas e ao fim (antes do pagamento) pelo Juiz Gestor de Precatórios do Tribunal de Justiça.

(c) Revisão de Cálculos dos Precatórios: Na gestão de pagamento dos requisitórios, o setor de Precatórios realiza de ofício (independente de requerimento das partes), antes do pagamento ao credor, a revisão de todas as contas elaboradas para expedição e atualização dos precatórios, com base na previsão contida no art. 1.º-E

da Lei n.º 9.494/1997.

Somente no ano de 2020, na Gestão do Presidente Lourival Serejo, houve a economia aos cofres públicos, no valor de R\$ 7.626.966,20 (sete milhões, seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e seiscentos e sessenta e seis reais e vinte centavos), em razão do trabalho na Coordenadoria de Precatórios de revisão das contas de 137 precatórios, com exclusão de anatocismos e retificação dos cálculos para pertinência com os parâmetros legais e com o título executivo judicial.

(d) Cancelamento por Duplicidade: A Coordenadoria de Precatórios também realiza sistematicamente auditoria sobre os processos visando identificar eventuais ocorrências de multiplicidade de requisições idênticas. Para tanto, se utiliza de variados padrões de análise, inclusive empregando ferramenta eletrônica desenvolvida na própria Coordenadoria de Precatórios, que cruza dados das partes. Identificada a identidade indevida, o precatório é cancelado e excluído da ordem cronológica, bem como ainda comunicado o Juízo de origem. Desde o início da gestão do Presidente Des. Lourival Serejo até o final do ano de 2020, o cancelamento, de ofício, de precatórios idênticos gerou economia aos cofres públicos na ordem de R\$ 3.355.378,18 (três milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e dezoito centavos).

(e) Apuração, controle, retenção e destinação rigorosos de custas processuais devidas ao FERJ, imposto de renda e contribuições previdenciárias referentes aos valores pagos a título de precatórios.

A Coordenadoria de Precatórios desempenha não apenas os cálculos de atualização das dívidas voltados à individualização dos valores, mas também, e com mesmo rigor, a apuração dos valores devidos a título de custas judiciais devidas ao FERJ, imposto de renda e contribuição previdenciária.

No período de abril a novembro de 2020, foram apurados e recolhidos aos cofres do FERJ o valor de R\$ 88.737,00 (oitenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais). No que concerne a imposto de renda retido na fonte, somente no ano em curso, já foram transferidos ao Estado do Maranhão (art. 157, I da CF)1 R\$ 10.066.674,65 (dez milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Com relação à contribuição previdenciária, a crédito em favor do FEPA (Fundo de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão), foi repassada a quantia de R\$ 7.127.280,86 (sete milhões, cento e vinte e sete mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos).

(f) Valores cobrados, sequestrados e/ou transferidos em favor do Estado, como credor de precatórios de entes municipais diversos.

Em apenas um lote de individualizações (8º do ano - novembro/2020), a Coordenadoria de Precatórios efetuou a transferência eletrônica de R\$ 1.031.700,88 (um milhão, trinta e um mil, setecentos reais e oitenta e oito centavos) ao Estado do Maranhão, referente à cobrança e pagamento de precatórios em que figura como parte beneficiária.

(g) O quantitativo de decisões judiciais

prolatadas em sede de precatórios no período de 24/04 a 30/11/2020 foi de 2.801, dentre as quais: decisões de pedidos de pagamento prioritário constitucional (em razão de doença grave, idade ou deficiência), pareceres e decisões de sequestro de valores dos entes devedores, despachos de regularidade dos ofícios requisitórios para inclusão em orçamento do ente devedor, despachos de intimação para manifestação de valor atualizado e retenções tributárias, decisões de cessão de crédito em precatórios, dentre outros. Com relação aos trâmites administrativos dos precatórios, estes totalizaram um quantitativo de 35.735 movimentações processuais no mesmo período. 2. Produtividade e retorno financeiro aos cofres públicos advindos do labor realizado no setor de Precatórios do TJMA

O trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Precatórios, por meio de toda sua equipe, adota como diretrizes o estrito cumprimento das requisições judiciais, o zelo para com os recursos públicos, a eficiência e a transparência, conforme bases constitucionais. Tal tem resultado em aproveitamento significativo da probidade administrativa, com reflexos positivos para os cofres públicos da União (INSS), Estado e municípios, notadamente no que se refere:

(a) Pagamentos de Precatórios: No ano de 2020, durante o período da gestão do Presidente Des. Lourival Serejo, foram pagos R\$ 158.609.667,88 (cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos) em precatórios, entre alimentares e comuns, prioritários e de ordem cronológica, sendo R\$ 133.670.183,97 (cento e trinta e três milhões, seiscentos

e setenta mil, cento e oitenta e três reais e noventa e sete centavos) correspondente a precatórios devidos pelo Estado do Maranhão, R\$ 4.924.887,58 (quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) de precatórios do Município de São Luís e R\$ 20.014.596,33 (vinte milhões, quatorze mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos) dos demais municípios e do INSS.

(b) Ofícios de Requisição: É rotineiramente executada minuciosa análise dos requisitos normativos necessários ao processamento dos ofícios de requisição, especialmente sobre a documentação essencial à formulação do precatório, exclusão de anatocismos e pertinência dos cálculos com os parâmetros legais estabelecidos no título judicial.

Para o orçamento do ano de 2021 (ofícios de requisição protocolados até 01/07/2020), em que pese os obstáculos advindos com a pandemia da Covid-19, foram recebidos pela Coordenadoria o total de 1.166 (um mil, cento e sessenta e seis) ofícios de requisição, dos quais 825 (oitocentos e vinte e cinco) foram devidamente deferidos, processados, cadastrados e encaminhados, no prazo constitucional, para inclusão nos orçamentos dos respectivos entes devedores. Foram devolvidos 341 (trezentos e quarenta e um) ofícios de requisição aos Juízos de origem, com as devidas justificativas, face as inconsistências/carências documentais, conflitos de dados ou cálculos de atualização das dívidas em desconformidade com a legislação invocada nos títulos judiciais.

O procedimento para processamento e formalização dos precatórios segue rigorosa triagem, que perpassa por todas as subunidades do setor: assessoria jurídica, contadoria e secretaria/tramitação, com revisões intercaladas e ao fim (antes do pagamento) pelo Juiz Gestor de Precatórios do Tribunal de Justiça.

(c) **Revisão de Cálculos dos Precatórios:** Na gestão de pagamento dos requisitórios, o setor de Precatórios realiza de ofício (independente de requerimento das partes), antes do pagamento ao credor, a revisão de todas as contas elaboradas para expedição e atualização dos precatórios, com base na previsão contida no art. 1.º-E da Lei n.º 9.494/1997.

Somente no ano de 2020, na Gestão do Presidente Lourival Serejo, houve a economia aos cofres públicos, no valor de R\$ 7.626.966,20 (sete milhões, seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e seiscentos e sessenta e seis reais e vinte centavos), em razão do trabalho na Coordenadoria de Precatórios de revisão das contas de 137 precatórios, com exclusão de anatocismos e retificação dos cálculos para pertinência com os parâmetros legais e com o título executivo judicial.

(d) **Cancelamento por Duplicidade:** A Coordenadoria de Precatórios também realiza sistematicamente auditoria sobre os processos visando identificar eventuais ocorrências de multiplicidade de requisições idênticas. Para tanto, se utiliza de variados padrões de análise, inclusive empregando ferramenta eletrônica desenvolvida na própria Coordenadoria de Precatórios, que cruza dados das partes. Identificada a identidade indevida, o

precatório é cancelado e excluído da ordem cronológica, bem como ainda comunicado o Juízo de origem. Desde o início da gestão do Presidente Des. Lourival Serejo até o final do ano de 2020, o cancelamento, de ofício, de precatórios idênticos gerou economia aos cofres públicos na ordem de R\$ 3.355.378,18 (três milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e dezoito centavos).

(e) **Apuração, controle, retenção e destinação rigorosos de custas processuais devidas ao FERJ, imposto de renda e contribuições previdenciárias referentes aos valores pagos a título de precatórios.** A Coordenadoria de Precatórios desempenha não apenas os cálculos de atualização das dívidas voltados à individualização dos valores, mas também, e com mesmo rigor, a apuração dos valores devidos a título de custas judiciais devidas ao FERJ, imposto de renda e contribuição previdenciária.

No período de abril a novembro de 2020, foram apurados e recolhidos aos cofres do FERJ o valor de R\$ 88.737,00 (oitenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais). No que concerne a imposto de renda retido na fonte, somente no ano em curso, já foram transferidos ao Estado do Maranhão (art. 157, I da CF)1 R\$ 10.066.674,65 (dez milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Com relação à contribuição previdenciária, a crédito em favor do FEPA (Fundo de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão), foi repassada a quantia de R\$ 7.127.280,86 (sete milhões, cento e vinte e sete mil, duzentos e oitenta reais e oitenta

e seis centavos).

(f) Valores cobrados, sequestrados e/ou transferidos em favor do Estado, como credor de precatórios de entes municipais diversos.

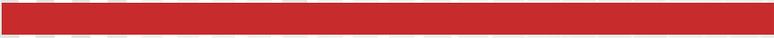
Em apenas um lote de individualizações (8º do ano - novembro/2020), a Coordenadoria de Precatórios efetuou a transferência eletrônica de R\$ 1.031.700,88 (um milhão, trinta e um mil, setecentos reais e oitenta e oito centavos) ao Estado do Maranhão, referente à cobrança e pagamento de precatórios em que figura como parte beneficiária.

(g) O quantitativo de decisões judiciais

prolatadas em sede de precatórios no período de 24/04 a 30/11/2020 foi de 2.801, dentre as quais: decisões de pedidos de pagamento prioritário constitucional (em razão de doença grave, idade ou deficiência), pareceres e decisões de sequestro de valores dos entes devedores, despachos de regularidade dos ofícios requisitórios para inclusão em orçamento do ente devedor, despachos de intimação para manifestação de valor atualizado e retenções tributárias, decisões de cessão de crédito em precatórios, dentre outros. Com relação aos trâmites administrativos dos precatórios, estes totalizaram um quantitativo de 35.735 movimentações processuais no mesmo período.

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS (24/04 a 30/11/2020)

Estado do Maranhão e Municípios (Administração Direta e Indireta)		
ENTES DEVEDORES	QUANTIDADE DE PRECATÓRIOS PAGOS	VALOR PAGO
ESTADO DO MARANHÃO	726	R\$ 133.670.183,97
MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS	38	R\$ 4.924.887,58
DEMAIS ENTES	172	R\$ 20.014.596,33
QUANTIDADE TOTAL:	936	
VALOR TOTAL:	-	R\$ 158.609.667,88



COMUNICAÇÃO

• 2020

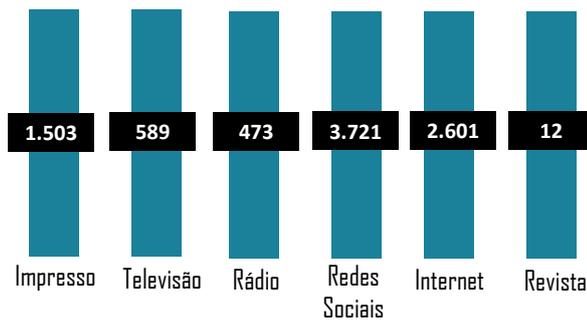
Esta análise revela o posicionamento da mídia diante dos assuntos que envolveram o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, indicando o tratamento editorial oferecido pelos meios de

comunicação entre os dias 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2020. Também inclui gráficos e detalhes estimados para a tabela de valores das notícias publicadas na mídia tradicional.

DADOS GERAIS

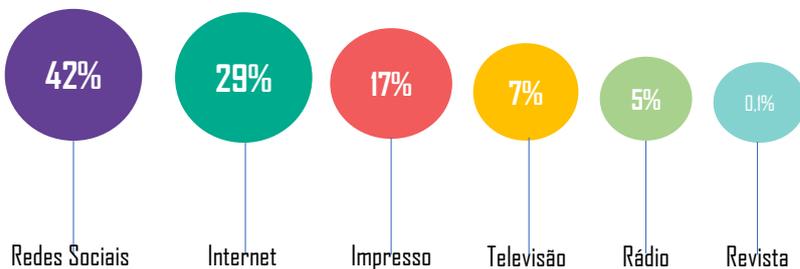
Total de Inserções

No período em análise foram monitoradas **8.899** publicações ligadas diretamente ou de interesse do Tribunal de Justiça do Maranhão nas mídias rádio, TV, impresso, revista, internet e redes sociais.



Dados Gerais

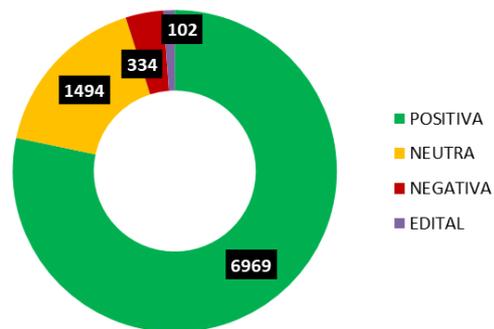
Participação percentual das mídias



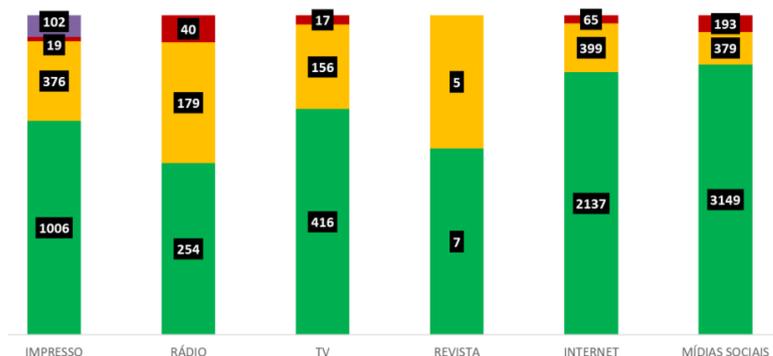
A mídia online se consolidou como a que mais repercutiu pautas. Somadas as Redes Sociais e Sites/Blogs totalizam 71% das publicações monitoradas.

Impacto das Publicações

Em 2020 as publicações ficaram divididas em **6.969** positivas, que representam 78% das informações, **1.494** neutras, que somam 17% das inserções, **334** negativas, que correspondem a 4%, e **102** publicidade/edital, que equivalem a 1% do total de informações monitoradas.



Inserções por Mídia



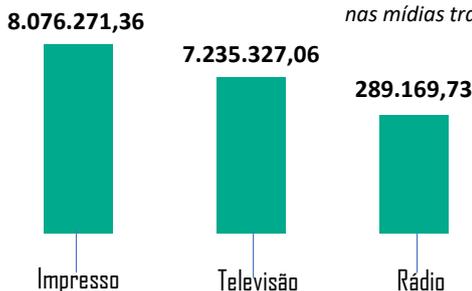
Na divisão por mídias as redes sociais acumularam 3.721 publicações, que ficaram divididas em 3.149 positivas, 379 neutras e 193 negativas; nos sites e blogs foram contabilizadas 2.601 informações, divididas em 2.137 positivas, 399 neutras e 65 negativas; nos jornais impressos foram 1.503, divididas em 1.006 positivas, 376 neutras, 19 negativas e 102 editais; na televisão totalizamos 589 vídeos, divididos em 416 positivos, 156 neutros e 17 negativos; no rádio 473 veiculações, divididas em 254 positivas, 179 neutras e 40 negativas; e nas revistas foram monitoradas 12 publicações, das quais 7 foram positivas e 5 neutras.

Tabela de Valores

As inserções geradas pela Assessoria do Tribunal de Justiça do Maranhão somaram o valor de **R\$ 15.600.768,15**.

Projeção de emissões por veículos

(Valores estimados em moeda local nas mídias tradicionais)



Ao analisar o conteúdo divulgado em 2020, bem como o cálculo das inserções geradas pela assessoria da Instituição nas mídias rádio, TV e impresso, com base em dados numéricos praticados no mercado local, é possível estimar que a divulgação atingiu um valor monetário nacional de 15.600.768,15.

DESTAQUES DO MONITORAMENTO

Em janeiro foi pauta da realização da sessão jurisdicional que marcou a abertura do Ano Judiciário 2020, presidida pelo desembargador Joaquim Figueiredo. Outro destaque nas mídias sociais, que também repercutiu nas demais mídias, foi a divulgação do relatório de gestão do Judiciário maranhense. O levantamento realizado pela Diretoria Judiciária do TJMA um aumento de 46,19% na distribuição de novos processos em 2019, se comparado a 2018. As informações foram compartilhadas de forma expressiva pelos perfis de blogs e sites locais.

Também foi divulgado que o Tribunal de Justiça do Maranhão disponibilizou o pagamento de débitos judiciais via cartão de crédito ou débito, com possibilidade de parcelamento dos valores. As publicações pontuaram que o TJMA foi o primeiro do país a disponibilizar o sistema para esse tipo de pagamento.

Em relação às visitas, em janeiro o desembargador Joaquim Figueiredo recebeu o presidente eleito da Associação Comercial do Maranhão (ACM), Cristiano Barroso Fernandes, acompanhado de membros da diretoria da associação. Na ocasião, foi entregue ao desembargador o convite para solenidade de posse da nova diretoria.

Nesse mês ainda ocorreu a primeira reunião da comissão especial para debater a implantação do Juiz de Garantias no Maranhão, em cumprimento ao que estabelece a lei sancionada no pacote anticrime, em 24 de dezembro de 2019.

Nas redes sociais foi bastante compartilhada a notícia de que o TJMA passou a transmitir no Youtube as sessões plenárias administrativas e jurisdicionais da Corte. A medida teve início no último dia 22 de fevereiro, com lives toda quarta-feira, a partir das 9h.

Nesse mês o vice-presidente e presidente eleito do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e o diretor geral, Mário Lobão, estiveram reunidos, com o

ministro do CNJ Humberto Martins, corregedor nacional para debater assuntos de interesse da magistratura maranhense.

Em fevereiro foi pauta da abertura do ano legislativo na Assembleia Legislativa do Maranhão, que contou com a presença do governador Flávio Dino e do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo.

Também foi realizada a entrega de um veículo zero km para uso exclusivo da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) da Corte. O automóvel foi entregue ao jornalista e assessor-chefe de Comunicação da Presidência do TJMA, Antônio Carlos Lua, pelo desembargador Joaquim Figueiredo, na presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

No início de março o TJMA rendeu homenagens às mulheres pelo Dia Internacional da Mulher e ressaltou o compromisso do Poder Judiciário com a defesa e o fortalecimento dos direitos das mulheres em prol do respeito e da efetiva igualdade de gêneros no País.

No mês de março a pandemia do coronavírus acendeu o alerta em todas as instituições brasileiras. Diante disso, foi publicada a Portaria nº 11/2020, estabelecendo a suspensão de visitação e atendimento presencial de partes, advogados e interessados, nos órgãos do Tribunal de Justiça. O documento determina que o atendimento seja realizado remotamente pelos meios tecnológicos disponíveis, a fim de prevenir a propagação do Covid-19. Também foi suspensa a exibição de programas inéditos do judiciário na TV Assembleia e a fachada do TJMA recebeu iluminação verde em homenagem aos profissionais de saúde que atuam no combate ao coronavírus.

No mês de abril o principal destaque nas mídias monitoradas para o Tribunal de Justiça do Maranhão foi a posse do desembargador Lourival Serejo para presidência do TJMA no biênio 2020-2022, realizada no dia 24. Em suas entrevistas o desembargador Lourival Serejo falou dos desafios de iniciar sua

gestão em meio a um momento delicado, em razão da pandemia do novo coronavírus, e apresentou as metas específicas de sua gestão.

A cerimônia de posse da nova Mesa Diretora foi transmitida ao vivo por videoconferência. Na ocasião foram empossados os desembargadores José Bernardo Rodrigues (vice-presidente) e Paulo Velten (corregedor-geral da Justiça).

Nas redes sociais foram compartilhadas informações sobre as ações do judiciário maranhense para garantir a segurança de servidores e da população durante a pandemia do coronavírus. Dando continuidade a Campanha “TJMA Contra a Covid-19”, por meio da Assessoria de Comunicação da Presidência, foi disponibilizado material publicitário para download com informações sobre a prevenção nas dependências das unidades e órgãos do Poder Judiciário estadual no trabalho presencial e atendimento ao cidadão. Em maio o Desembargador Lourival Serejo decretou luto de três dias pelas mortes por Covid-19.

Nesse período foi criado o Gabinete de Emergência para a Saúde no âmbito do Poder Judiciário Estadual, o qual tem a competência de tomar conhecimento sobre os casos confirmados ou suspeitos de Covid-19, a fim que o servidor e sua família possam receber as orientações e os auxílios necessários durante o período de contágio.

Nesse sentido, o Poder Judiciário do Maranhão publicou Portaria Conjunta estabelecendo os protocolos mínimos para retomada gradual das atividades presenciais e reabertura de todos os fóruns e demais unidades prediais que integram o Judiciário maranhense, à época prevista para iniciar no dia 1º de julho.

Após a sua posse e diante dos ataques sofridos pelas instituições democráticas do país, o desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, emitiu nota manifestando sua solidariedade aos ministros do STF pela campanha acintosa que vêm sofrendo daqueles a quem classificou como “inimigos da Democracia”. O magistrado reconheceu o STF

como o espaço constitucionalmente assegurado para defesa das conquistas democráticas e do Estado de Direito.

Em 28 de maio, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão referendaram, durante sessão plenária administrativa, a Resolução GP 332020, que dispõe sobre a suspensão e a prorrogação da validade do Concurso Público de Ingresso de Servidores, regido pelo Edital EDT-GP-32019.

Em junho o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, assinou a Resolução GP nº 412020, para instituir o Programa Voluntários da Justiça. Coordenada pela Diretoria de Recursos Humanos do TJMA, a iniciativa vai possibilitar a estudantes e/ou graduados, servidores aposentados, magistrados aposentados e servidores ativos experiência de duração de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez no Judiciário maranhense.

Em junho também foi lançada a campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de incentivar denúncias por meio de um símbolo. Ao desenhar um “X” na mão e exibi-lo ao farmacêutico ou ao atendente da farmácia, a vítima poderá receber auxílio e acionar as autoridades. A campanha ganhou forte adesão de membros do judiciário maranhense, que publicaram fotos e gravaram vídeos para campanha.

Também é importante lembrar que com o isolamento social as lives viraram ferramentas de aproximação entre a instituição e os públicos. Em junho uma live com os desembargadores Lourival Serejo e Paulo Velten debateu os desafios enfrentados na conjuntura atual e as perspectivas para o pós-pandemia. Ainda foi realizada uma programação de lives para a discussão de temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade, com especialistas convidados, em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Dentro desse contexto, o Ouvidor-Geral do TJMA, desembargador Kleber

Costa Carvalho, visando adequar as resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), anunciou a implantação da Ouvidoria Ambiental e o Palácio da Justiça foi iluminado na cor verde, em comemoração à Semana Mundial do Meio Ambiente.

Nesse período foram publicadas fotos de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça em apoio a campanha Sinal Vermelho, idealizada pelo CNJ e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), com objetivo de incentivar denúncias de violência doméstica. O TJMA ainda produziu vídeos que ajudam a esclarecer problemas e apoiar, orientar e prevenir situações emocionais surgidas a partir de isolamentos pessoais, bem como dos efeitos do trabalho a distância.

Diante da necessidade de retorno gradual das atividades, a Diretoria de Recursos Humanos, promoveu evento sobre o tema “Retornando ao trabalho presencial com segurança e razoabilidade”, com transmissão online.

Em julho, em uma reunião por videoconferência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, destacou as ações institucionais desenvolvidas pelo Judiciário maranhense em sua gestão, incluindo a instituição do Comitê de Diversidade, a instalação da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar e da Vara de Infância e Juventude, na comarca de São José de Ribamar, bem como a instalação da Vara da Saúde Pública e da Vara Especial do Idoso e de Registros Públicos. O desembargador também falou das medidas de prevenção à Covid-19, adotadas pelo Poder Judiciário do Maranhão.

Nesse mês o desembargador Lourival Serejo ainda recebeu a visita de cortesia do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), que destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário. A mídia impressa publicou fotos do

encontro, ressaltando que o chefe do Parlamento Estadual pontuou que a relação de harmonia e independência entre os poderes no Maranhão é um exemplo para o Brasil. Já o desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população.

No início de agosto o judiciário maranhense deu início a uma série de eventos alusivos aos 14 anos da Lei Maria da Penha. No fim do mês, o desembargador Lourival Serejo se reuniu no gabinete da presidência com representantes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), Ministério Público do Maranhão (MPMA) e Tribunal de Contas do Estado (TCE) para realizar discussão preparatória para o desenvolvimento das ações da Frente Estadual de Combate à Corrupção. O objetivo foi fortalecer e aumentar a eficiência das instituições no combate a práticas ilegais nas eleições municipais de 2020, atendendo aos anseios da população, que tem manifestado nas ruas, total repúdio à corrupção.

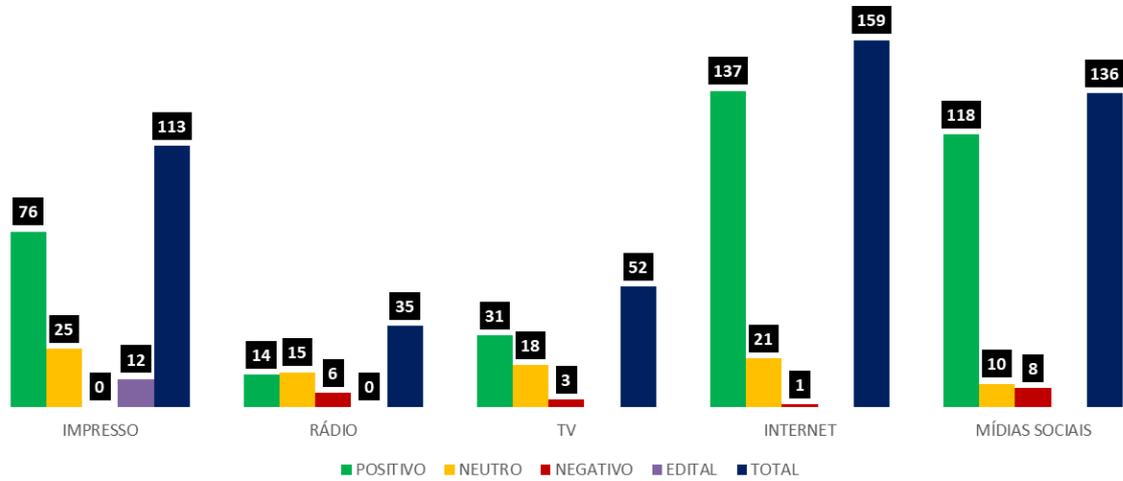
Em setembro os desembargadores do TJMA votaram a composição da lista tríplice de advogados do TRE-MA para a escolha do sucessor da advogada Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos, que encerrou no dia 21 do mês em questão.

Em comemoração do Dia da Árvore e em alusão à campanha de combate ao suicídio (Setembro Amarelo) foram plantadas mudas de ipês amarelos na área externa do Fórum de São Luís.

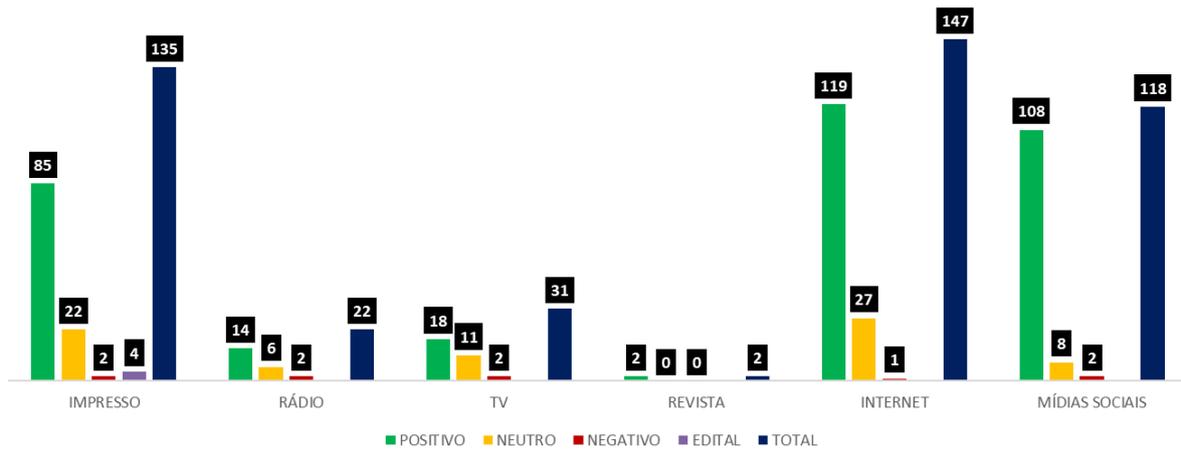
Ainda nesse mês, o site The Intercept Brasil publicou extensa reportagem sobre apuração do CNJ sobre um assessor que reprovou em concurso e conquistou vaga no interior do Maranhão por influência da magistrada Nelma Sarney.

No mês seguinte o Tribunal de Justiça do Maranhão promoveu campanha de doação de máscaras reutilizáveis para a Casa da Criança e Casa Abrigo; foram inauguradas as instalações do

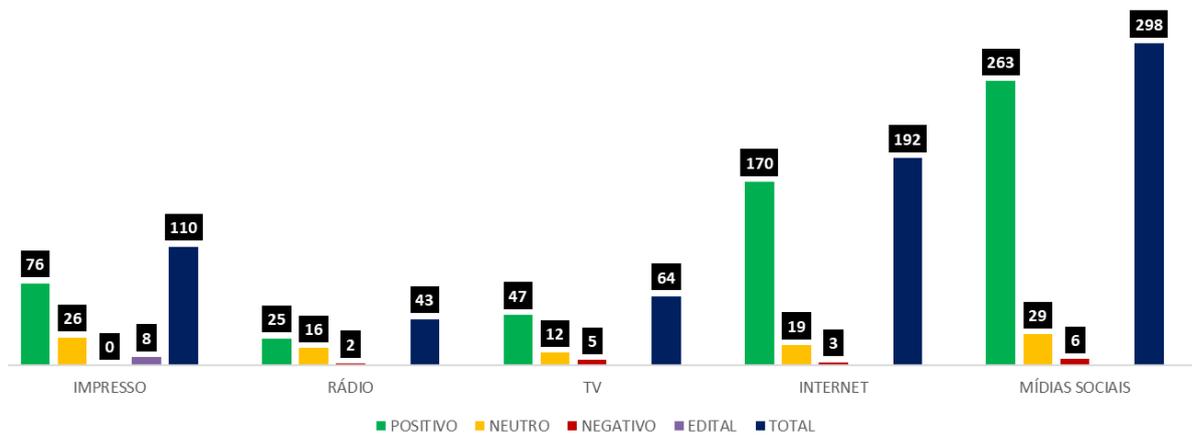
Inserções por Mídia / JANEIRO



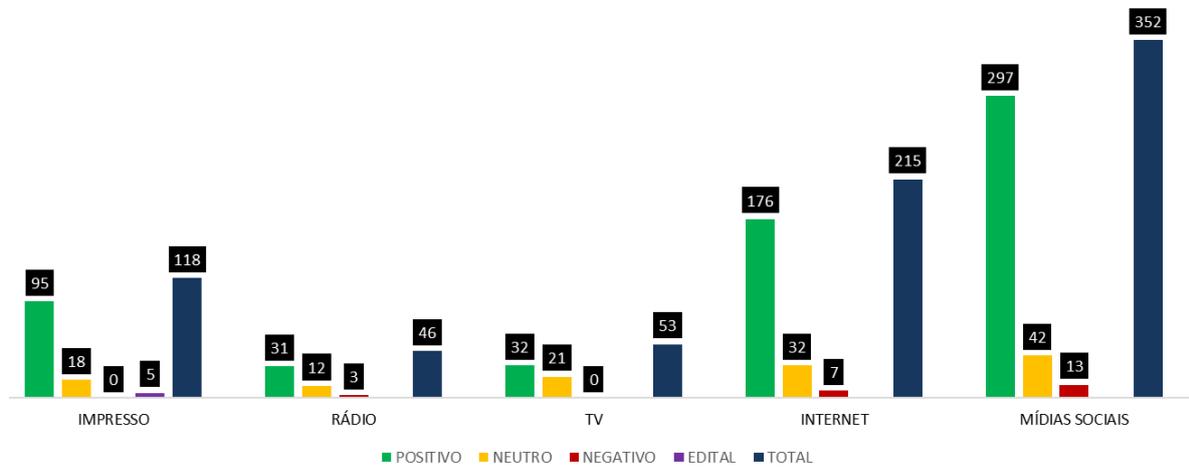
Inserções Por Mídia / FEVEREIRO



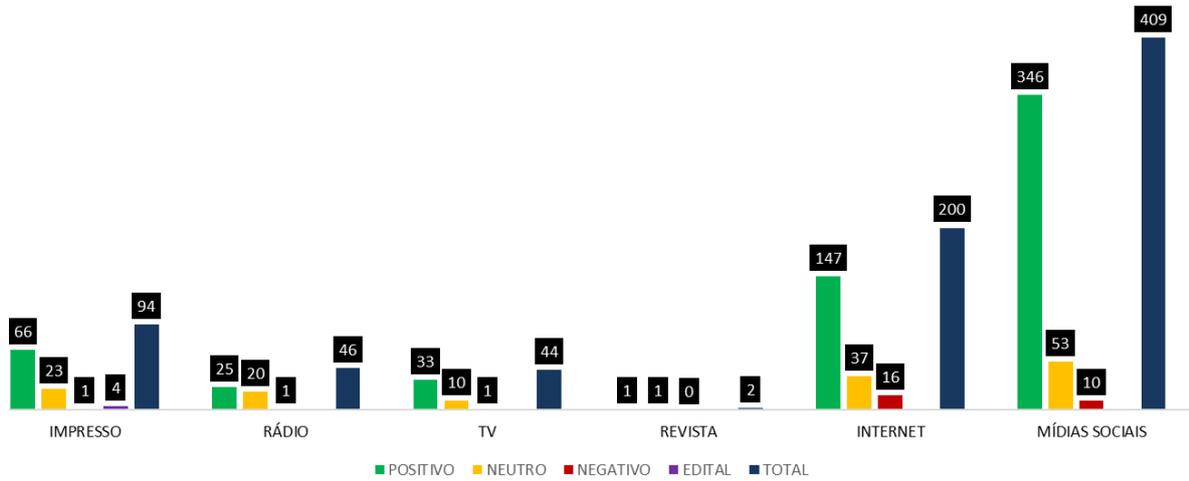
Inserções Por Mídia / MARÇO



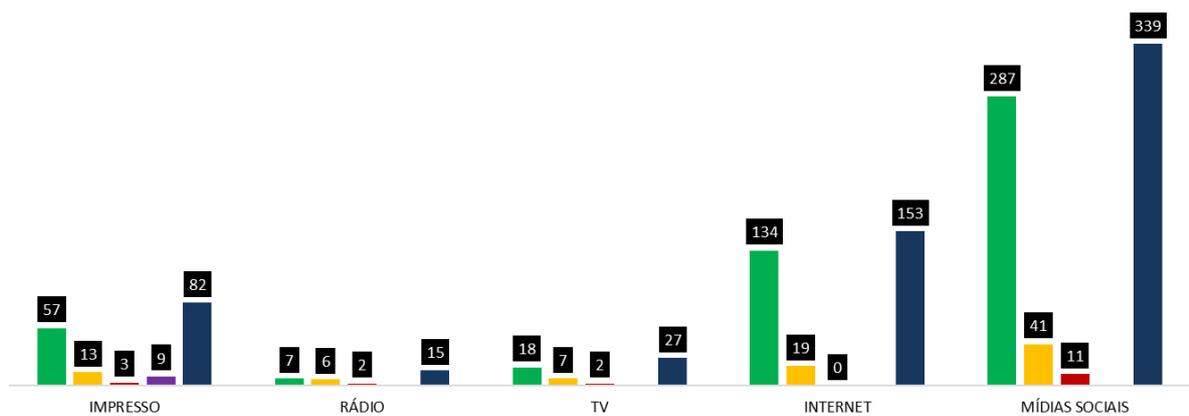
Inserções Por Mídia / ABRIL



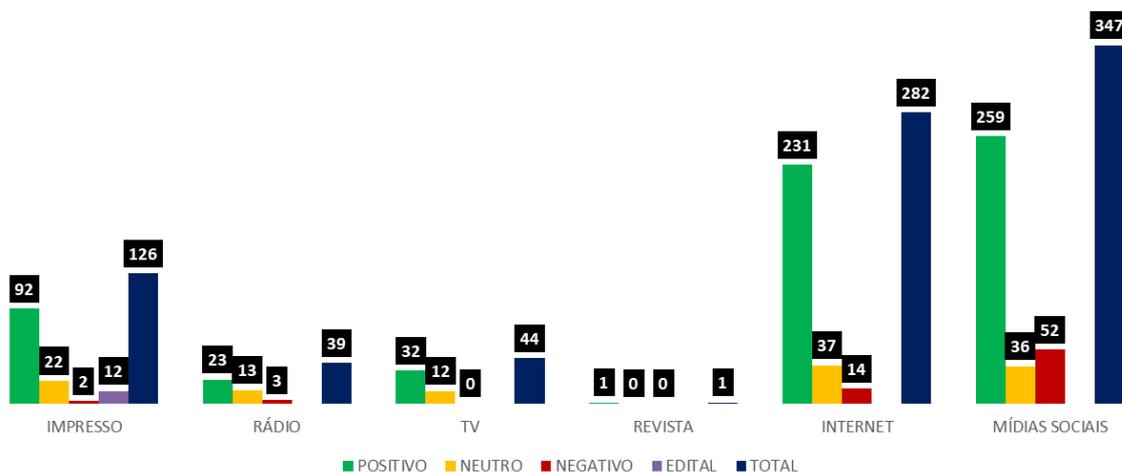
Inserções Por Mídia / MAIO



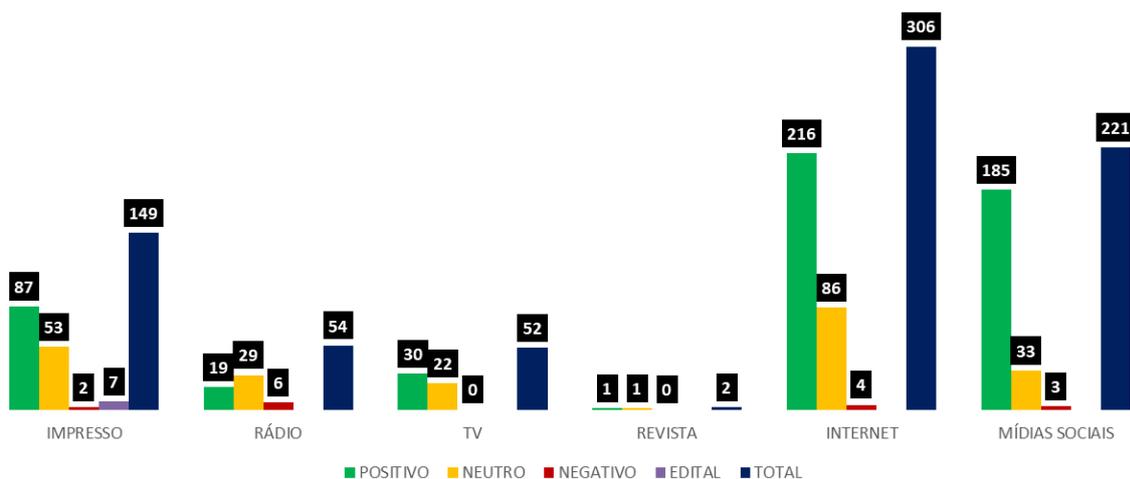
Inserções Por Mídia / JUNHO



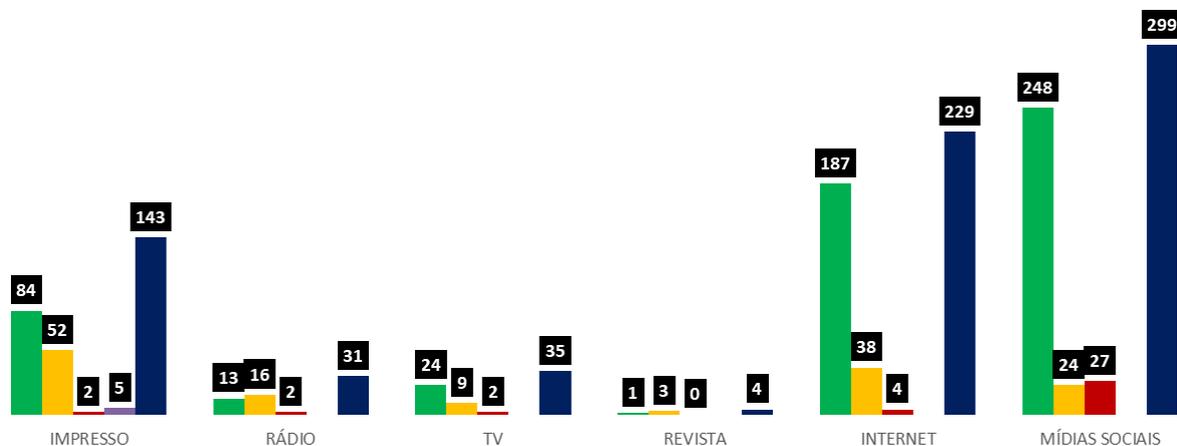
Inserções por Mídia / JULHO



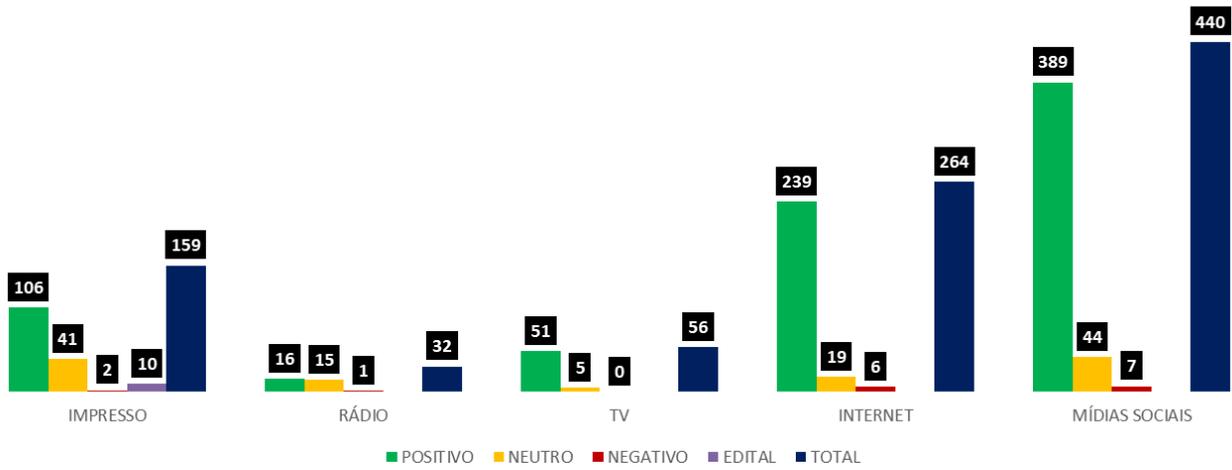
Inserções por Mídia / AGOSTO



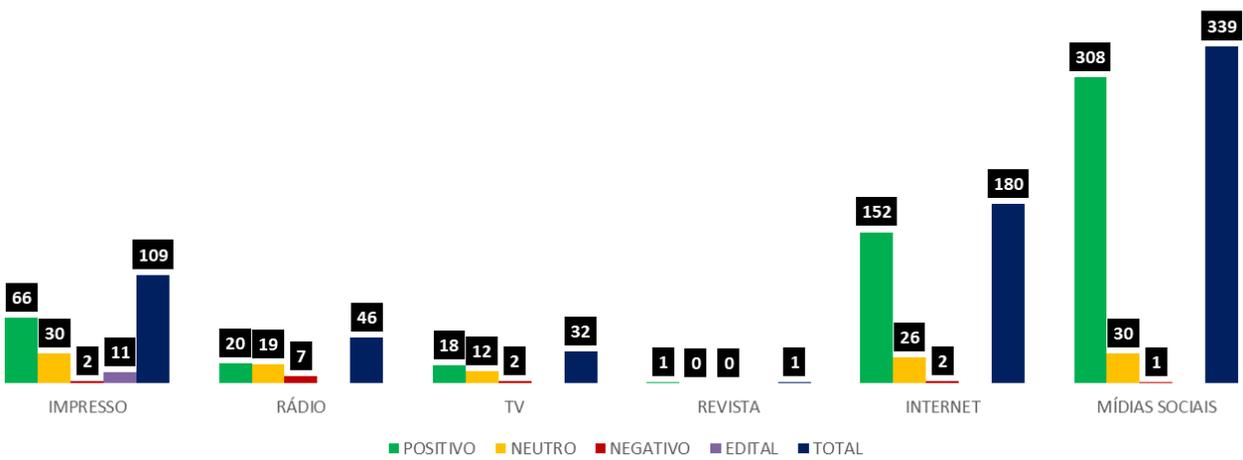
Inserções por Mídia / SETEMBRO



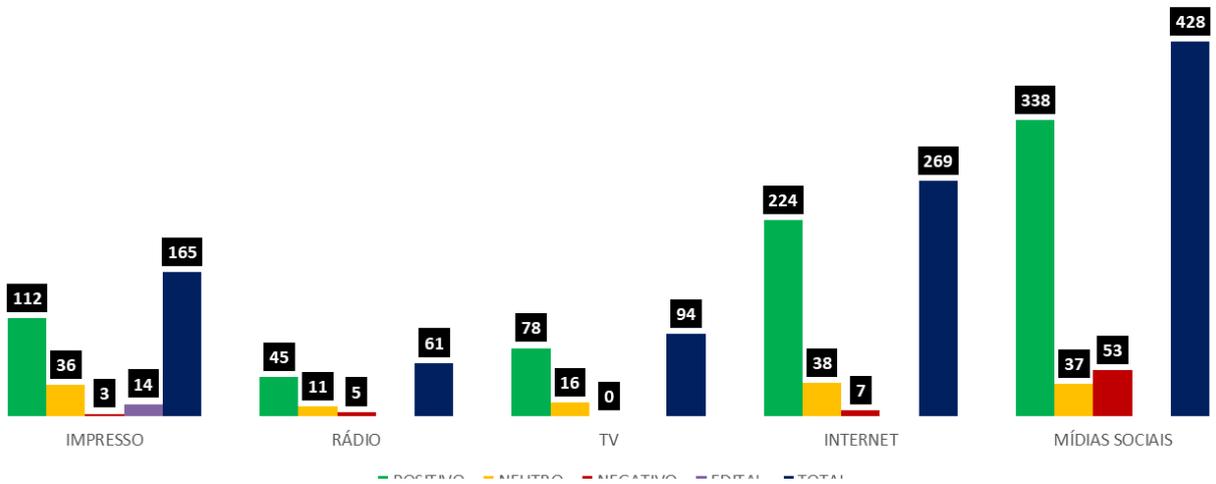
Inserções por Mídia/OUTUBRO



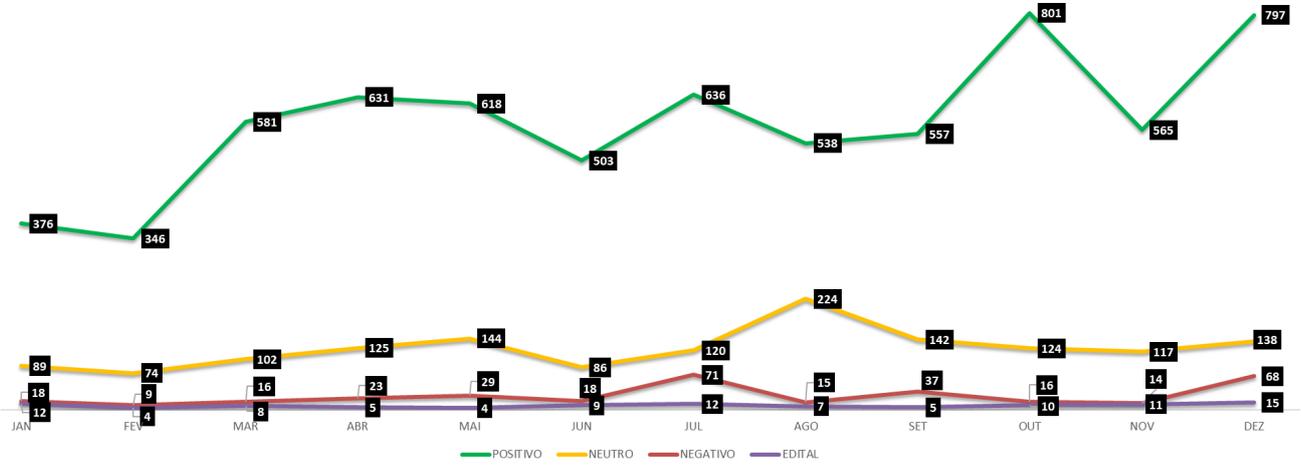
Inserções por Mídia/NOVEMBRO



Inserções por Mídia/DEZEMBRO



Inserções Por Mês



SAÚDE DA MARCA: 96%

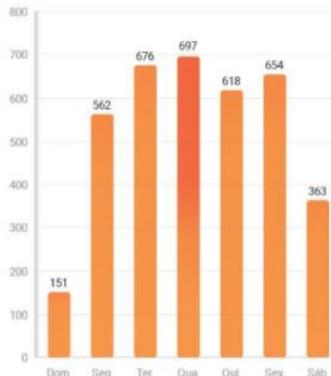


Redes com mais menções



Volume de Menções por Dia da Semana e Horário

- 1º lugar Sábado às 10h
- 2º lugar Sexta-feira às 15h
- 3º lugar Terça-feira às 04h



Menções por Dia da Semana

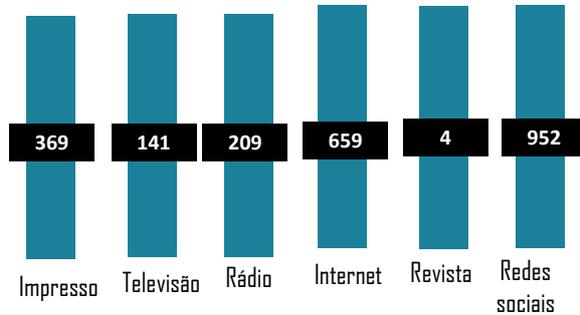


Evolução do Sentimentos nas Redes Sociais

• 2021 (MARÇO)
DADOS GERAIS

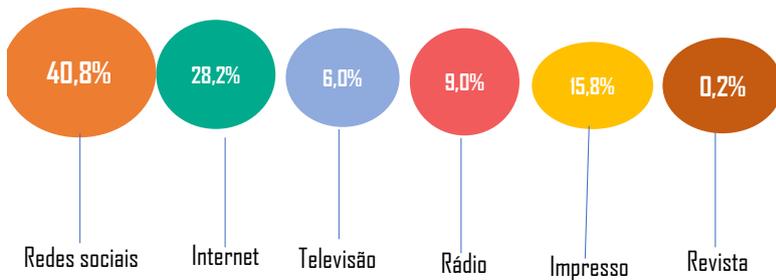
Total de Inserções

No período em análise foram monitoradas **2.323** publicações ligadas diretamente ou de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nas mídias impresso, tv, rádio, internet, revista e redes sociais.



Dados Gerais

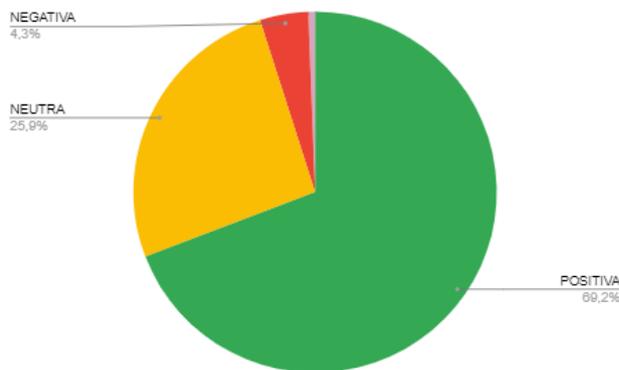
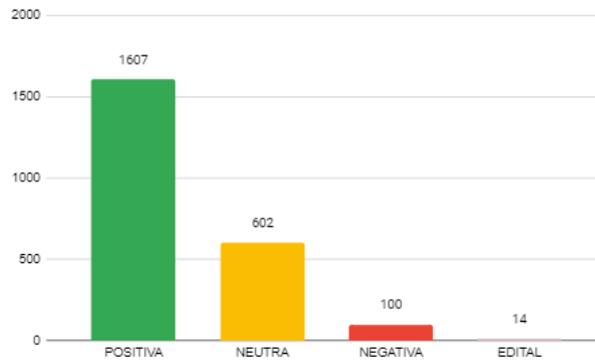
Participação percentual das mídias



As redes sociais se consolidaram como as que mais repercutiram pautas, com 40,8% do total das inserções registradas no período.

Impacto das Publicações

No período analisado, as publicações ficaram divididas em **1607** positivas, que representam 69,2% das informações, **602** neutras, que somam 25,9% das inserções, **14** negativas, que correspondem a 4,3% do total de informações monitoradas.



Percentual - Impacto das Publicações

Comparativo dos dados por mês



IMPRESSO

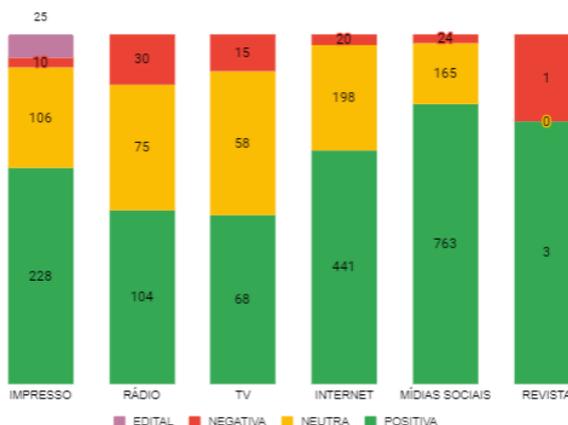
Nos impressos, o Jornal O Estado do Maranhão (64) foi o responsável pela maioria das publicações positivas, seguido por Jornal Pequeno (75), Imparcial (26) e Atos e Fatos (15). Na mídia regional, o jornal O Progresso foi responsável por 33 inserções positivas. Enquanto nacionalmente, o Correio Braziliense publicou 2 informações positivas, o maior quantitativo favorável, dentre os impressos monitorados.

RÁDIO

No período analisado a rádio Mirante AM (37) foi a emissora que repercutiu o maior número de pautas positivas. Na mídia regional, a Nativa de Imperatriz (3), seguida das rádios Guanaré de Caxias (2), foram as responsáveis pelo maior número de informações favoráveis nos municípios dos quais fazem parte e região.

TELEVISÃO

Nos televisivos, a TV Mirante de São Luís (18), TV Difusora (9), TV Guará (13) e TV Cidade (10), foram responsáveis por repercutir o maior número de pautas positivas. Na mídia regional, destaque para as emissoras TV Mirante de Imperatriz (3)



e TV Guanaré de Caxias (4) que registraram o maior número de informações favoráveis. Já na mídias nacional, não teve inserções com esse teor.

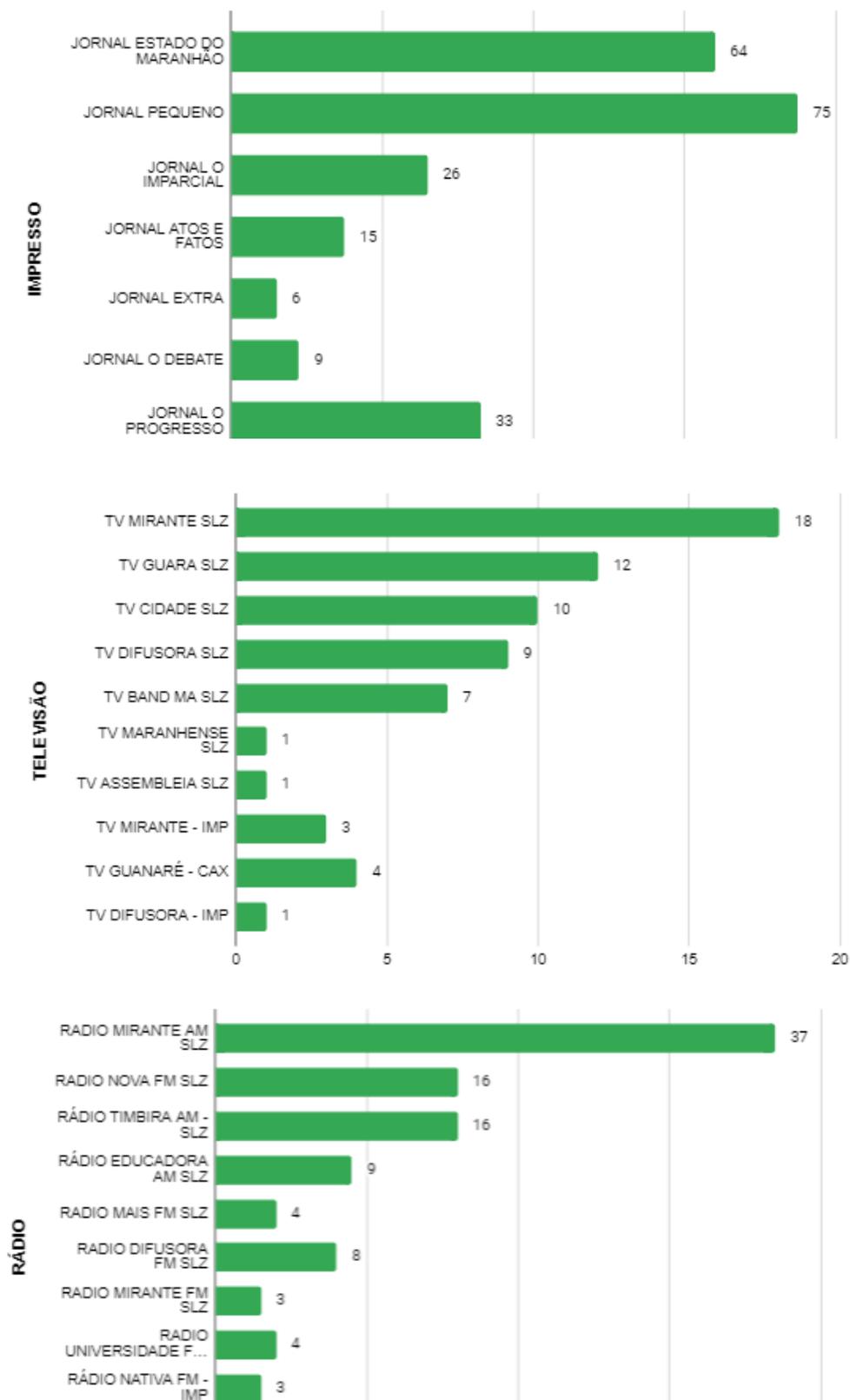
INTERNET

Na mídia internet, o site O Maranhense (83) e O Blog do Eduardo Ericeira (18), figuraram como os veículos com maior volume de informações positivas nesse período.

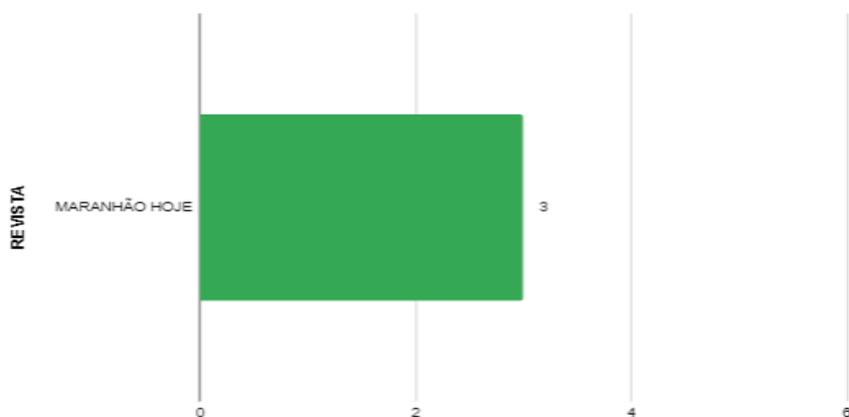
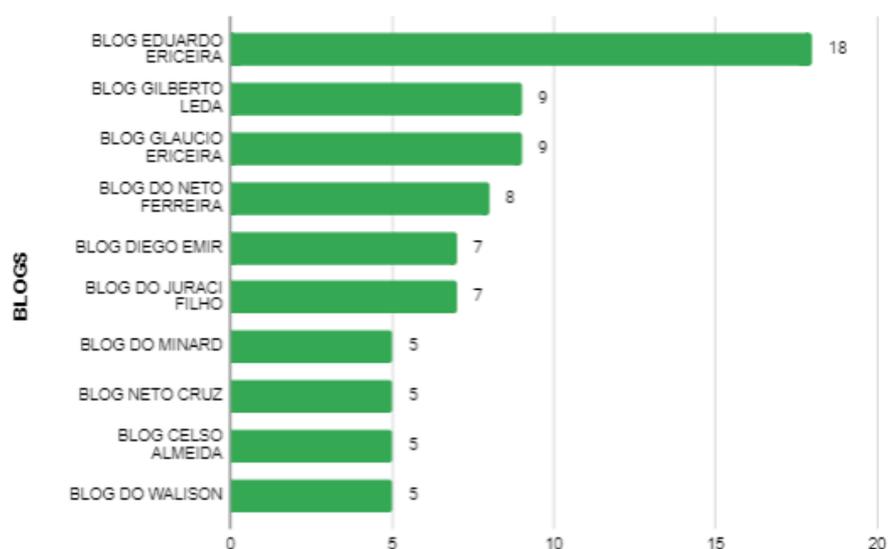
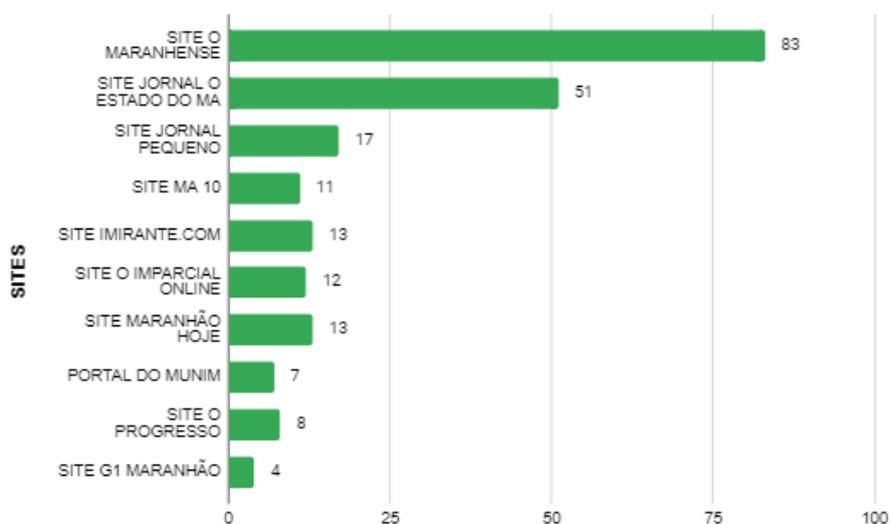
REVISTAS

No período em questão, a revista Maranhão Hoje (3) registrou o maior número de inserções favoráveis.

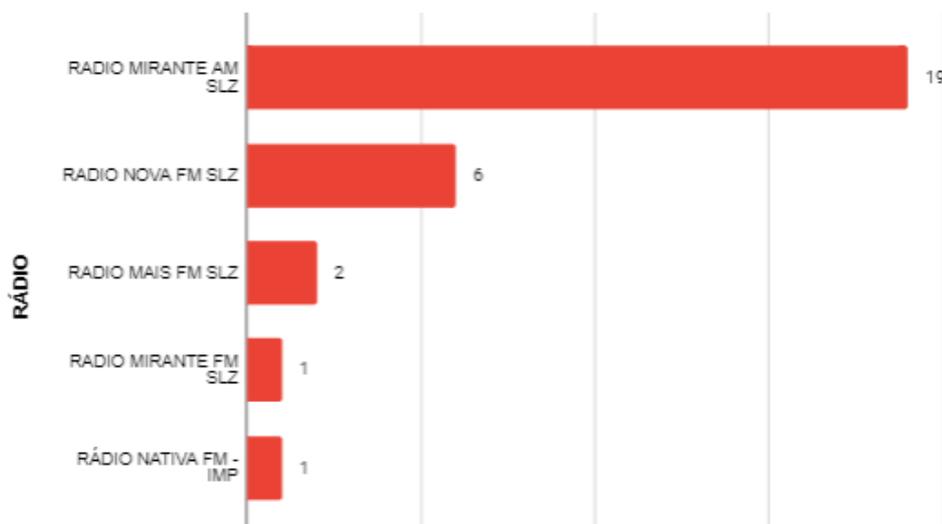
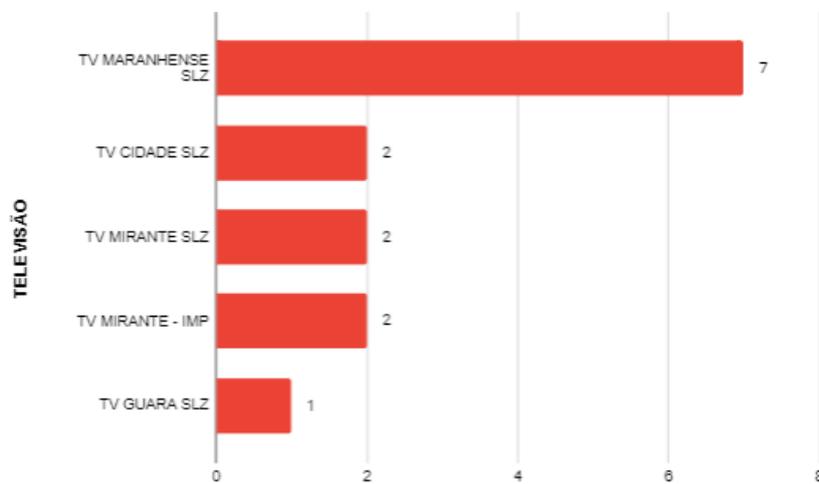
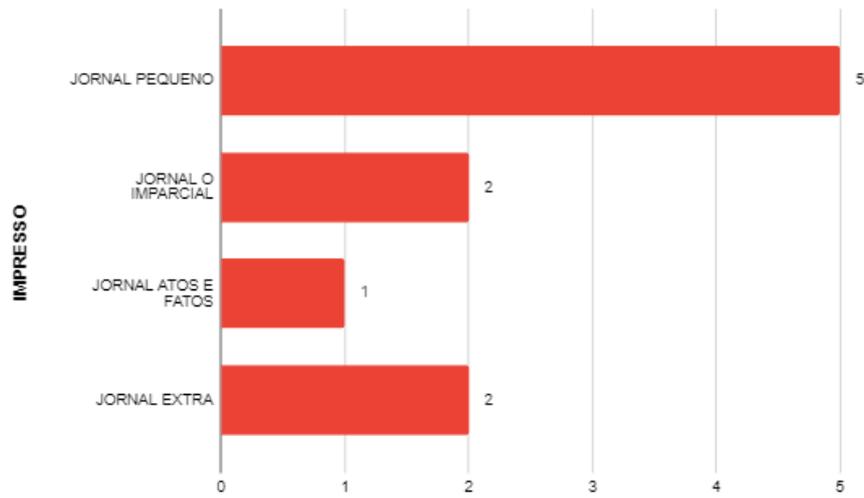
Top Veículos – Inserções Positivas



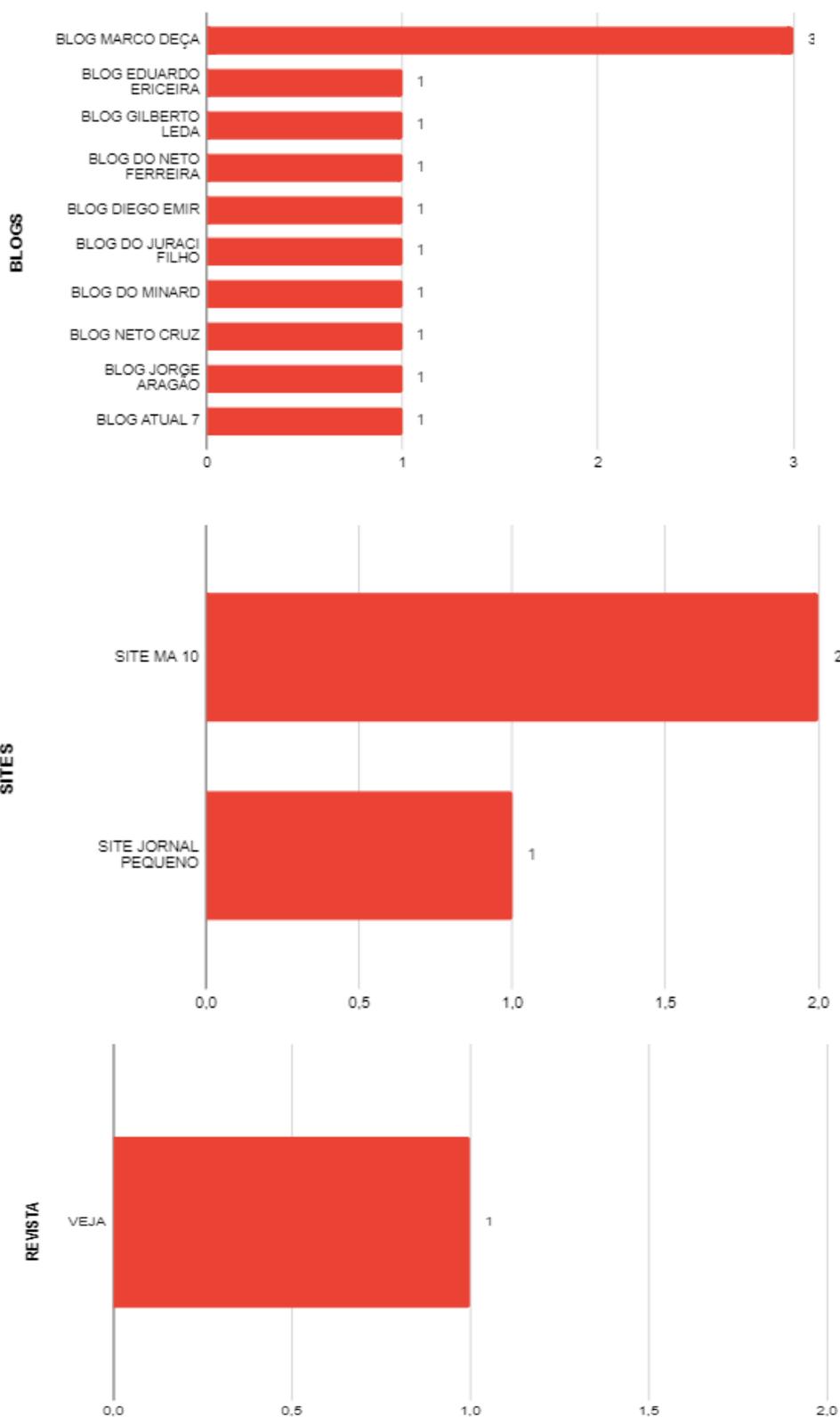
Top Veículos – Inserções Positivas



Top Veículos – Inserções Negativas



Top Veículos – Inserções Negativas

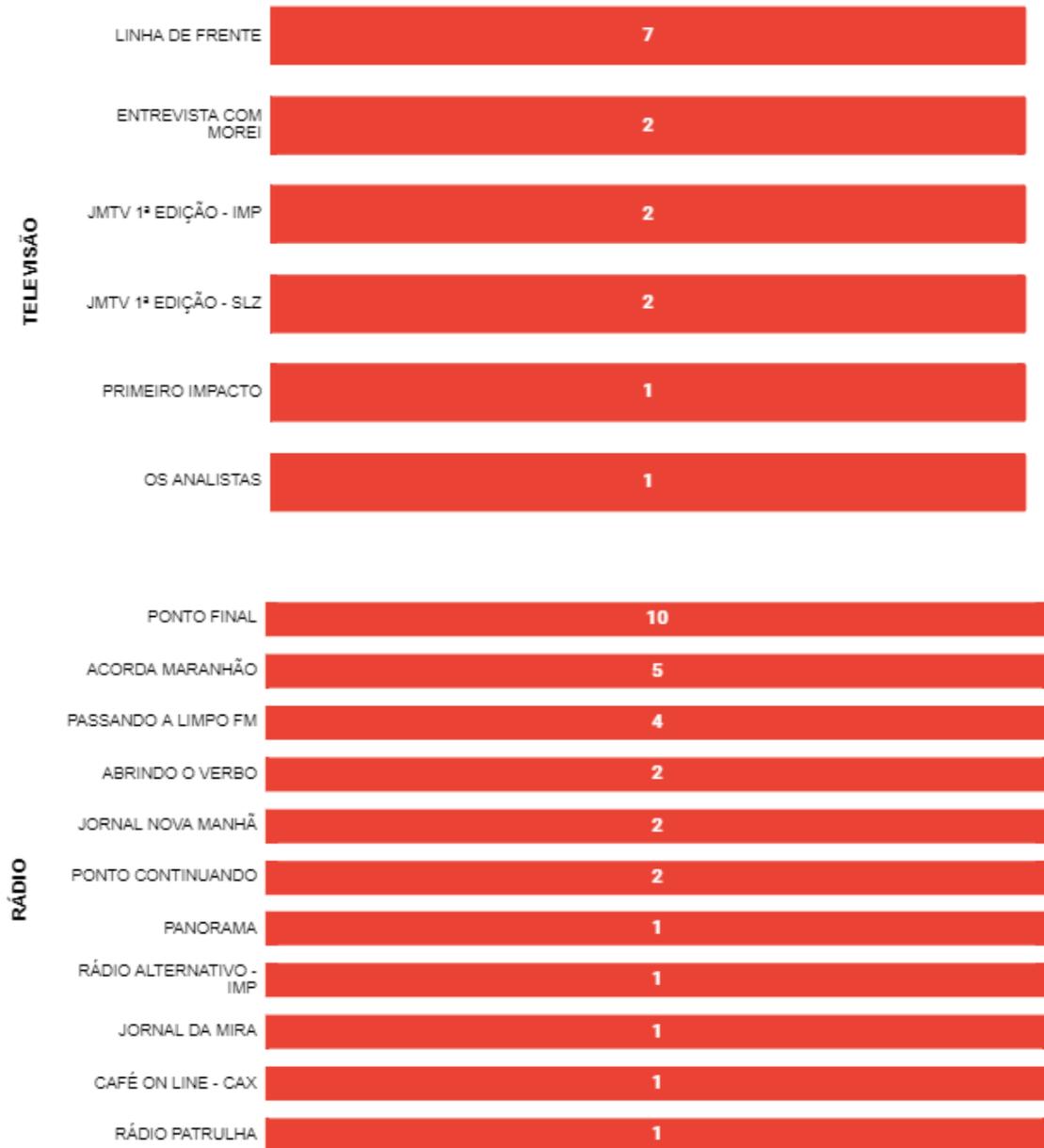


Top 20 Rádio e TV - Programas Inserções Positivas

TELEVISÃO	Programa	Inserções Positivas
	BOM DIA MIRANTE	13
	JORNAL DA GUARÁ	8
	BAND CIDADE 1ED -SLZ	5
	BOM DIA MA	5
	MOREIRA SERRA	4
	BOLETIM GUARÁ	4
	JMTV 2ª EDIÇÃO	4
	HORA D	3
	BALANÇO GERAL	3
	JORNAL DA GUANARÉ	2
	JMTV 2ª EDIÇÃO - IMP	2
	BAND CIDADE 2ED- SLZ	2
	JORNAL DA CIDADE	2
	PELA MANHÃ - CAX	1
	QUAL É A BRONCA	1
	BOLETIM TV UFMA	1
	JMTV 1ª EDIÇÃO - IMP	1
	JMTV 1ª EDIÇÃO - SLZ	1
	NA HORA D - IMP	1
	NOTÍCIAS DE CAXIAS...	1

RÁDIO	Programa	Inserções Positivas
	PONTO FINAL	12
	RODA VIVA	9
	ABRINDO O VERBO	9
	JORNAL NOVA MANHÃ	7
	JORNAL DO MARANHÃO	6
	PANORAMA	6
	PONTO E VIRGULA	5
	JORNAL RÁDIO UNIVE...	4
	COMANDO DA MANHÃ	4
	QUESTÃO DE ORDEM	4
	CONTRA PONTO	4
	PONTO CONTINUANDO	4
	ACORDA MARANHÃO	3
	BOM DIA DIFUSORA	3
	RÁDIO ALTERNATIVO -...	3
	DIREITO NO AR	3
	JORNAL DA MIRA	3
	PASSANDO A LIMPO FM	3
	BOM DIA 1290	2
	JORNAL DAS ONZE	2

Top 20 Rádio e TV - Programas Inserções Negativas



PAUTAS POSITIVAS DO PERÍODO

- TJMA reforça luta pelo combate ao feminicídio;
- Jaime Araújo assume a vice-presidência do TJMA;
- Abertas inscrições para três vagas de desembargador;
- Seletivo do Tribunal de Justiça oferece 220 oportunidades ;
- Cleones Carvalho será homenageado em livro sobre Direito Eleitoral ;
- TJMA autoriza agências do Banco do Brasil a fecharem;
- Esmam inicia inscrições nos cursos de formação para juízes do TJMA;
- Tribunal de Justiça do Maranhão empossa três novos desembargadores da Corte;
- Eleito novo diretor da Escola Superior da Magistratura;
- Tribunal de Justiça do Maranhão aprova projeto de lei sobre erradicação do sub-
- Inscrições para Concurso Literário Maria Firmina dos Reis seguem abertas;
- TJMA em luto pelas 300 mil mortes pela Covid-19;
- TJMA discute o Dia Mundial da Água com palestra virtual;
- Lourival Serejo aponta ações significativas inovadoras no Judiciário;
- Cemulher contabiliza 60 casos de feminicídios no Maranhão em 2020;
- Judiciário celebra Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa;
- Jaime Araujo assume vice-presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão;
- Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA reúne-se com instituições
- Livro em homenagem ao desembargador Cleones Cunha será lançado virtualmente em março;
- Presidente do TJMA comunica sobre lançamento do Programa Justiça 4.0;
- Nova diretoria da ESMAM toma posse nesta sexta (19);
- TJMA antecipa primeira parcela do 13º para o dia 15 de abril;
- TJMA lança Programa contra violência doméstica voltado a homens;
- Obra sobre direitos humanos e fraternidade homenageia o ministro Reynaldo Soares da Fonseca do STJ;
- TJ-MA abre inscrições para o I Concurso Literário Maria Firmina dos Reis;

PAUTAS NEGATIVAS DO PERÍODO

- MP pede bloqueio de bens de Nelma, Sidarta e Oriana Gomes por fraudes envolvendo cartório em Caxias;
- Feriado de Carnaval causou polêmica;
- Denúncia do deputado estadual, Yglésio Móyses sobre cobrança indevida dos cartórios gera nota de repúdio do Tribunal de Justiça;
- Juiz titular da 3ª Vara Cível da Comarca de São José de Ribamar, Márcio José do Carmo Costa, denunciado em esquema, foi punido com a aposentadoria compulsória pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Osvaldo Maya pontua que não somos todos iguais perante a lei, questionando algumas decisões da justiça;
- Famílias que ocupam a fazenda Picos, em Balsas podem ser despejadas. A Justiça de Balsas concedeu a reintegração de posse ao empresário Airton Garcia, mas as famílias recorreram ao TJ-MA;
- Moradores de Açailândia realizam manifestações para cobrar providências devido a confusão na Câmara Municipal, em que o desembargador Luís Gonzaga deu posse ao ex- gestor da casa;
- Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu aposentar o juiz maranhense acusado de vender heranças;
- Tenente suspeito de matar auxiliar de perícia foi expulso da PMMA e retornou por decisão da Justiça;
- Deputada Mical Damasceno repudia decisão que exclui a Bíblia Sagrada de presídios para remição pela leitura;
- Presidente do STJ restabelece intervenção no serviço de transporte aquaviário no Maranhão;

www.tjma.jus.br



 /tjmaoficial